



Departamento de Economia Política

Reuniões de Moradores: uma prática participada de
Empowerment, Desenvolvimento Local e Integração Social na
Urbanização do Casal do Silva

Anabela Elvas de Sousa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Julho, 2010

AGRADECIMENTOS

Apresento os meus agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível a realização desta dissertação.

Ao professor Rogério Roque Amaro, orientador desta tese, agradeço toda a disponibilidade, a atenção, o apoio e o excelente sentido de oportunidade em todos os enriquecedores comentários, pessoais e académicos, que me permitiram trilhar este caminho.

À Câmara Municipal da Amadora (CMA) agradeço a oportunidade de ter aplicado este estudo às pessoas com quem trabalho diariamente – os moradores na Urbanização do Casal do Silva – que constituíram a verdadeira fonte de inspiração para procurar conhecer mais sobre a sua realidade, o que os preocupa e motiva. Neste sentido, também agradeço à Vicência, aos outros colegas do Gabinete Técnico da CMA e à Diana que me ajudaram a aplicar este estudo. O meu sincero e especial agradecimento à Rita pelo seu apoio, a sua constante disponibilidade no trabalho de acção/reflexão que são exemplos de profissionalismo, empenho, força e amizade.

Às colegas de profissão e aos colegas de turma o meu agradecimento pelo seu exemplo académico, o companheirismo e o apoio nas várias fases de elaboração deste trabalho.

À Inês agradeço a sua motivação, pragmatismo e sinceridade e à Liliana o seu carinho, força e dedicação amiga.

Aos meus pais, irmão, família, amigos e em especial ao João agradeço o constante incentivo, porque comigo percorreram este caminho e com eles partilhei momentos de angústia e alegria, muito obrigada pelos “pequenos nada’s”, agradeço tudo!

RESUMO

A presente dissertação é elaborada como forma de expressar a candidatura ao grau de Mestre em *Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão*. Pretende ser um contributo ao Desenvolvimento Local, a partir da participação e do *empowerment* de pessoas, que vivem vários fenómenos de pobreza e exclusão social. A análise incide sobre os residentes do Bairro Social do Casal do Silva, localizado no concelho da Amadora, nomeadamente sobre o papel das instituições em presença nesse local e a dinâmica que ambos – pessoas e organizações – estabelecem.

Esta reflexão pretende, sobretudo, dar resposta à verdadeira importância das Reuniões de Moradores, verificando se se trata de uma prática participada, de *empowerment*, de desenvolvimento local e de integração social.

Para proceder a esta análise foi fundamental a criação de um quadro teórico que foca os conceitos de Pobreza e Exclusão Social, Desenvolvimento Local e *Empowerment*. Também houve a necessidade de caracterizar a Urbanização do Casal do Silva, através do enquadramento do concelho da Amadora e da freguesia da Falagueira, por deles fazer parte. As principais metodologias utilizadas foram a análise estatística e documental, a aplicação e análise de entrevistas e a observação participante.

Verificou-se que as Reuniões de Moradores constituem uma prática facilitadora do *empowerment*, ao nível pessoal e organizacional, para uma parte importante dos moradores no Casal do Silva, porque em metade dos prédios da urbanização os residentes demonstram pró-atividade e envolvimento nos cuidados com o espaço em que residem. Esta forma de estar, caracterizada por implicação e empenho, tem vindo a estender-se a outras áreas da sua vida, porque através da adopção de novos comportamentos e de maior disponibilidade das pessoas para a participação assiste-se a um processo de mudança na comunidade, para o qual também contribui o envolvimento da parceria criada entre as instituições locais. Estes factos podem tornar-se fundamentais numa dinâmica de Desenvolvimento Local e na melhoria das condições de Integração Social.

Palavras – Chave:

Pobreza e Exclusão Social; Desenvolvimento Local; *Empowerment*; Casal do Silva.

ABSTRACT

This thesis is elaborated as a way of expressing the candidature to the degree of Master in Development, Local Diversity and Global Challenges - Analysis and Management. It's supposed to be a contribution to Local Development from the participation and empowerment of people living several phenomena of poverty and social exclusion.

The analysis focuses on the residents of social neighborhood Casal Silva, located in the municipality of Amadora, in particular on the role of institutions in place and dynamic presence in both - people and organizations - established.

These considerations tend to, mainly, respond to the real importance of the Meetings of residents, checking whether it is a practice of participatory, empowerment, local development and social integration.

To perform this analysis was essential to establish a theoretical framework that focuses on the concepts of Poverty and Social Exclusion, Local Development and Empowerment. There was also a need to characterize the urbanization of Casal do Silva, through the framework of the municipality of Amadora and Falagueira the parish. The main methodologies used were the statistical analysis and documentation, the application and analysis of interviews and participant observation. It was found that the Meetings of residents constitute a practice facilitator of empowerment, at a personal and organizational level, to a large proportion of residents in Casal do Silva, because half of the buildings of urban residents demonstrate pro-activity and involvement in the care of the space in which they reside. This way of being, characterized by involvement and commitment has been extended to other areas of their life, because through the adoption of new behaviours and increased willingness of people to participate we are witnessing a process of community change , which also contributes to the involvement of the partnership created between the local institutions. These facts can become a fundamental dynamic of local development and improvement of Social Integration.

Keywords:

Poverty and Social Exclusion; Local Development; Empowerment; Casal do Silva.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO.....	7
1.1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: DO CONCEITO ÀS MANIFESTAÇÕES	8
1.1.1. Enquadramento Geral	8
1.1.2. Pobreza e Exclusão Social, dois conceitos distintos e complementares.....	9
1.1.3. Incidência em Portugal.....	15
1.2. INTEGRAÇÃO SOCIAL: DO CONCEITO À APLICAÇÃO PRÁTICA	16
1.2.1. Abordagem conceptual	16
1.2.2. Perspectiva geral	17
1.2.3. Programas Europeus	19
1.2.4. Incidência nacional	20
2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: DA ORIGEM CONCEPTUAL AO EMPREGO REAL	22
2.1. ABORDAGEM À GÉNESE	23
2.2. DEFINIÇÃO DO CONCEITO	25
2.3. LIGAÇÃO ÀS POTENCIALIDADES LOCAIS	27
2.4. LIGAÇÃO ÀS PARCERIAS	31
3. PARTICIPAÇÃO E EMPOWERMENT: CONTRIBUTOS PARA A MUDANÇA SOCIAL	34
3.1. CONCEITO E PERCURSO DA PARTICIPAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA INTERVENÇÃO SOCIAL.....	35
3.2. DEFINIÇÃO E BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPOWERMENT: UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	40
3.3. CANAIS E METODOLOGIAS DE ACÇÃO PARTICIPATIVA	45
4. METODOLOGIA DA DISSERTAÇÃO	49
4.1. PERGUNTA DE PARTIDA E OBJECTIVOS	51
4.2. EXPLORAÇÃO DO TEMA E CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA	52
4.2.1. Lógica da Triangulação.....	53
4.2.2. Utilização maioritária de métodos qualitativos.....	54
4.3. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	55
4.4. PRINCIPAIS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS UTILIZADOS	61
4.4.1 Instrumento: Construção de base de dados	61
4.4.2. Campo de análise	62
4.4.2.1. Amostra probabilística por amostragem de casos típicos	62
4.4.3. Informantes	63
4.4.4. Instrumento: Grelha de análise de instituições.....	64

4.4.5. Técnica: Entrevista.....	64
4.4.6. Técnica: Construção de grelhas de análise de entrevistas.....	65
4.4.7. Técnica: Observação directa.....	65
5. DO CONCELHO DA AMADORA AO BAIRRO DO CASAL DO SILVA: UMA ESPIRAL DE COMPLEMENTARIEDADES.....	66
5.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DA AMADORA.....	66
5.2. CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA DA FALAGUEIRA.....	69
5.3. ALGUNS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO GERAL DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA.....	71
5.3.1. Caracterização da Urbanização do Casal do Silva.....	71
5.3.2. Intervenção Social realizada e Principais Projectos desenvolvidos.....	73
5.3.3. Quadro Cultural: implicações nas relações sociais criadas entre as pessoas.....	75
5.3.4. Reuniões de Moradores: Principais características e métodos utilizados.....	77
6. MANIFESTAÇÕES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	82
6.1. PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA.....	82
6.2. BASE ECONÓMICA DA COMUNIDADE.....	83
6.3. OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E DE EMPREGO.....	85
6.4. EDUCAÇÃO INFANTIL E JUVENIL.....	86
6.5. AS PROBLEMÁTICAS QUE INFLUENCIAM AS RELAÇÕES SOCIAIS.....	89
6.6. OS CUIDADOS DE SAÚDE MANIFESTOS PELAS FAMÍLIAS.....	91
6.7. A UTILIZAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA HABITAÇÃO.....	93
7. MANIFESTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	97
7.1. SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES NO DECORRER DA INTERVENÇÃO.....	97
7.1.1. Respostas institucionais resultantes do diagnóstico junto da população.....	98
7.1.2. Respostas locais às necessidades de emprego dos residentes.....	100
7.1.3. Outros problemas e necessidades sentidos no bairro: sugestões apresentadas pelos residentes e técnicos das instituições.....	101
7.1.4. Estratégias das instituições situadas no bairro face às necessidades da população.....	102
7.2. MOBILIZAÇÃO DAS CAPACIDADES ENDÓGENAS.....	105
7.2.1. Redes de Solidariedade.....	105
7.2.2. Dinâmicas de Liderança.....	106
7.2.3. Capital Social: O caso da Festa do Vizinho de 2009.....	107
7.2.4. Outras formas de capital social e capacidades e saberes das pessoas e grupos mobilizados na comunidade.....	108
7.3. PARTICIPAÇÃO.....	111
7.3.1. Dinâmicas associativas criadas.....	111
7.3.2. Grupos informais criados.....	112
7.3.2.1. Grupo de Seniores.....	113
7.3.2.2. Grupos de dança e de futebol que envolvem crianças e jovens.....	114

7.3.2.3. Grupos de moradores de prédios	114
7.3.3. Dinâmica das actividades desenvolvidas com os residentes do bairro.....	115
7.3.3.1. Acções de Sensibilização e Formação	115
7.3.3.2. Acções de Informação/Sensibilização	116
7.3.3.3. Acções de Reforço Pessoal e Social	117
7.3.4. Obstáculos/Dificuldades aos processos de participação	119
7.3.4.1. Rivalidades/conflitos entre grupos	119
7.4. RECURSOS EXÓGENOS MOBILIZADOS PARA O TERRITÓRIO	121
7.4.1. Breve caracterização das instituições em presença no bairro e seus funcionários	122
7.4.2. Recursos auferidos pelo Projecto A Rodar	123
7.4.3. Relação entre as equipas das instituições e os residentes no bairro	124
7.5. VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO.....	127
7.5.1. Realojamento da população, experiência articulada entre instituições locais	127
7.5.2. Equipas interdisciplinares	128
7.5.3. Uma acção intersectorial.....	129
7.5.4. Atendimentos Integrados	129
7.6. TRABALHO EM PARCERIA	130
7.6.1. Caracterização da dinâmica da Comissão Social de Freguesia da Falagueira.....	131
7.6.2. Caracterização das relações de parceria da freguesia com incidência no bairro: continuidade e ocasião	132
7.6.3. Características específicas da parceria entre as instituições em presença no bairro.....	133
7.7. PROCESSO DE MUDANÇA NUMA COMUNIDADE DE PEQUENA DIMENSÃO	135
8. EMPOWERMENT: ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO.....	140
8.1. EXPRESSÕES DO EMPOWERMENT INDIVIDUAL	140
8.1.1. Moradores eleitos representantes de prédio	141
8.1.2. Moradores com capacidade de liderança	144
8.2. EXPRESSÕES DO EMPOWERMENT COLECTIVO: ORGANIZACIONAL E COMUNITÁRIO	146
8.2.1. Reuniões de moradores planeadas e organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA e acções daí resultantes	146
8.2.2. Reuniões de moradores promovidas pelos próprios e acções daí resultantes.....	150
8.2.3. Importância que os residentes atribuem às reuniões de moradores por prédio	151
8.2.4. Outros grupos organizados ou em organização.....	154
8.2.5. Importância que os residentes atribuem à criação de uma associação de moradores.....	156
8.2.6. Actividades autónomas, de iniciativa da população e por ela continuadas	158
8.2.7. Processos de animação para a fertilização do empowerment comunitário	159
9. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O CASAL DO SILVA: CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS	161
9.1. CONTRIBUTOS PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES NO DECORRER DA INTERVENÇÃO.....	161

9.2. CONTRIBUTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DAS CAPACIDADES ENDÓGENAS.....	162
9.3. CONTRIBUTOS PARA A PARTICIPAÇÃO.....	163
9.4. CONTRIBUTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS EXÓGENOS	166
9.5. CONTRIBUTOS PARA A VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO	167
9.6. CONTRIBUTOS PARA O TRABALHO EM PARCERIA	168
10. CONCLUSÕES	171
BIBLIOGRAFIA	180

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS CONCEITOS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	11
QUADRO II – METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS.....	48
QUADRO III – OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	57
QUADRO IV – OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	59
QUADRO V – OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE <i>EMPOWERMENT</i>	60
QUADRO VI – PLANO DAS REUNIÕES DE MORADORES	79
QUADRO VII – ANÁLISE SOWT DAS REUNIÕES DE MORADORES	80
QUADRO VIII – INSTITUIÇÕES COMO RECURSOS EXÓGENOS NA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA	122
QUADRO IX – RELAÇÃO ENTRE REUNIÕES DE MORADORES E REPRESENTANTES DE PRÉDIO ELEITOS	141

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

UCS – Urbanização do Casal do Silva
CMA – Câmara Municipal da Amadora
ONU – Organização das Nações Unidas
NU – Nações Unidas
BM – Banco Mundial
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMT – Organização Mundial do Trabalho
CE – Comunidade Europeia
EU – União Europeia
PLCP – Projectos de Luta contra a Pobreza e Exclusão Social
PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RSL – Redes Sociais Locais
PDS – Planos de Desenvolvimento Social
DL – Desenvolvimento Local
CEBESA – Centro de Bem Estar Social da Amadora
JFF – Junta de Freguesia da Falagueira
GTCMA – Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora (no Casal do Silva)
RM – Reuniões de Moradores

INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema

Este trabalho destina-se à apresentação da tese de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão e nele pretendem conciliar-se alguns dos conhecimentos obtidos, ao longo do período lectivo, no 1º ano deste VI Curso (ano lectivo 2007/2008).

A tese intitula-se “Reuniões de Moradores: uma prática participada de *Empowerment*, Desenvolvimento Local e Integração Social na Urbanização do Casal do Silva”. Com ela deseja apurar-se a importância das reuniões de moradores ao nível do *empowerment* das pessoas que nelas participam e verificar qual a sua implicação na dinâmica do desenvolvimento local e na integração social dos moradores na Urbanização do Casal do Silva.

Neste âmbito é imperativo começar por abordar o tema da Pobreza e da Exclusão Social. Ao nível global, são ambos, temas muito actuais que continuam a lesar muitas pessoas por todo o mundo, sendo essencial conhecer as suas principais características para tentar fazer-lhes face. Combater estes fenómenos implica a associação de uma série de medidas políticas, económicas e sociais, tomadas pelas principais potências mundiais, confinadas para gerarem um verdadeiro impacto local positivo, em diferentes áreas do globo.

Sendo o Casal do Silva um bairro social localizado no concelho da Amadora, a maioria da população desta urbanização foi realojada no início do ano de 2004 e são vários os fenómenos de pobreza e exclusão social que a afectam, havendo necessidade de dinamizar uma intervenção social adequada.

Colmatar a problemática da pobreza e exclusão social implica uma acção directa com as pessoas, mantida pela articulação integrada dos vários agentes locais, com o objectivo de dar resposta às suas principais necessidades, considerando as suas potencialidades e as potencialidades da comunidade na qual estão inseridas, para possibilitar a sua integração social. Deste modo, o conceito de Desenvolvimento Local assume, pela articulação ajustada da acção dos agentes locais, e das populações, que a partir das suas potencialidades endógenas e considerando as potencialidades exógenas, se organizam para dar resposta às suas principais necessidades mas também para ir ao encontro dos seus interesses. O objectivo é que esta prática promova a participação das pessoas,

tornando-as capazes de serem agentes activos, causadores do bem-estar nas suas próprias histórias de vida e, cumulativamente, nas comunidades a que pertencem.

A partir da intervenção realizada pelas instituições em presença na urbanização do Casal do Silva, considerando a importância dada à participação da população nos projectos e nas acções é, cada vez mais, visível que este é um factor essencial ao seu sucesso. Torna-se imperativo promover essa participação e desencadear processos de *empowerment* nos moradores desta urbanização.

Conjugados, a participação e o *empowerment* constituem-se instrumentos no combate à pobreza e à exclusão social, através da valorização das pessoas, das suas opiniões, das suas acções e da capacidade de reflexão crítica que podem fazer da sua realidade. Se este for um percurso bem conduzido, que respeita as especificidades da comunidade, a elevação da auto-estima e da auto-confiança dos indivíduos é uma certeza e a partir dela as pessoas podem tornar-se agentes de mudança. Com o desenvolvimento de competências pessoais e sociais será facilitada a cultura do exercício pleno da cidadania. No Casal do Silva mantém-se a pertinência de fazer a sensibilização directa aos indivíduos, procurando que de forma conjunta em reuniões de moradores, através de uma metodologia que promova a participação das pessoas, seja fomentada a sua capacitação individual, em grupo e em comunidade.

Deste modo, importa dar a conhecer os Objectivos que guiaram a elaboração desta tese:

- Verificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população que reside na Urbanização do Casal do Silva;
- Identificar, de modo específico, as dinâmicas de desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva;
- Analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação, *empowerment* e de integração social dos residentes nesta Urbanização;
- Contribuir para a elaboração de planos que promovam o desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva.

A estes objectivos corresponde a seguinte Pergunta de Partida:

- As Reuniões de Moradores são uma prática participada, de *empowerment*, de desenvolvimento local e integração social, para os residentes na Urbanização do Casal do Silva?

Escolher a Urbanização do Casal do Silva, nomeadamente verificar qual a importância que a sua população atribui às reuniões de moradores, mostrou um novo sentido à nossa prática profissional, neste local e com esta população. O que se pretendia era entender a forma de desencadear os processos de capacidade individual e colectiva, de aprendizagem das parcerias e da intervenção com a população, do exercício de “ser melhor”. Acreditando que “ser melhor” significa que ainda há muito potencial para desenvolver.

Pertinências da Dissertação

Com a apresentação desta tese de mestrado são apontadas algumas pertinências, nomeadamente aos níveis: social, político, científico e pessoal de uma dissertação que pretende poder contribuir para entender quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam os residentes na Urbanização do Casal do Silva, e qual a importância que as reuniões de moradores, dinamizadas com esta população podem ter para desencadear processos participativos e de *empowerment*, cuja mais valia promova o desenvolvimento local. Pretende-se que este estudo seja relevante em várias vertentes.

Ao nível da Pertinência Social, o intuito é potenciar o desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva, com base na promoção da capacitação dos seus residentes que podem fazer-se valer dos recursos locais para contribuir para a solução dos seus problemas. Ainda neste âmbito também se pretende fomentar, junto dos residentes do Casal do Silva, uma dinâmica que, numa lógica de emancipação, contribua para a sua participação no local, conduza gradualmente à sua organização e a médio/longo prazo à formação de uma associação de moradores, se esta for considerada como importante para a capacitação colectiva da comunidade.

No que diz respeito à Pertinência Política é desejável que este trabalho contribua para promover a articulação contínua do trabalho em parceria entre as medidas que a Câmara Municipal da Amadora, a Junta de Freguesia da Falagueira, as instituições sociais e entidades locais podem dinamizar com vista ao desenvolvimento do Casal do Silva. Este estudo pretende ser uma via para que através do conhecimento dos fenómenos de pobreza e exclusão que afectam a população e a importância que esta atribui às reuniões de moradores, possa vir demonstrar a importância de estratégias de desenvolvimento local que, de forma integrada, possam ser utilizadas para beneficiar a população a nível

social, cultural, ambiental e político. A partir de pistas que possam ajudar a responder à satisfação de necessidades locais, considerando também as suas potencialidades.

Do ponto de vista da Pertinência Científica a dissertação tem a pretensão de colaborar na discussão do conceito de desenvolvimento local e de *empowerment*, dos seus métodos de acção inspirados na teoria. Através do cruzamento de conceitos teóricos (usados por diferentes autores) pretendemos conjugar contributos de resultados práticos (obtidos com a realização deste estudo). Desta forma, deseja-se contribuir para acrescentar algo mais ao conhecimento que existe sobre estas matérias, ao apresentar um trabalho que sistematize o conhecimento da realidade, actual, do Casal do Silva quanto à sua situação perante o desenvolvimento local e o *empowerment*.

Quanto à Pertinência Pessoal a escolha por este tema acontece porque exercemos a actividade profissional de Técnica Superior de Serviço Social no Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora, integrado na Urbanização do Casal do Silva, desde o ano de 2004. Ao longo da intervenção social realizada, foram sendo colocadas muitas questões ligadas às matérias da pobreza e exclusão social, do desenvolvimento local, da participação e do *empowerment*. Frequentar este VI curso de Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, abriu caminho para nos dotar de instrumentos que permitissem dar resposta a essas questões. A partir da reflexão efectuada à luz das teorias da ciência social, das aulas do 1º ano do curso e das conversas, animadas, com professores e colegas, cumulativamente à intervenção desenvolvida, este tema ganhou novo sentido e justificou a realização de uma dissertação.

Organização da Dissertação

Este documento está ordenado em duas partes, sendo a primeira parte o resultado da pesquisa bibliográfica, que constitui o quadro teórico e a segunda parte o resultado da pesquisa empírica.

A 1ª Parte desta dissertação aborda principalmente os aspectos teóricos e encontra-se organizada em três capítulos. No primeiro capítulo são abordadas as questões da Pobreza e Exclusão Social, demonstrando-se a sua importância através de algumas referências feitas a estas questões ao nível mundial. Citam-se as diferenças, semelhanças e complementaridades entre os conceitos e apresentam-se alguns dados de

estudos nacionais efectuados sobre estas matérias. Considerou-se importante referir, sumariamente, o conceito de integração social e como forma de combater os fenómenos da pobreza e da exclusão social retêm-se neste capítulo algumas das principais medidas utilizadas ao nível mundial, europeu e nacional. Destacam-se, o desenvolvimento local, as parcerias e a participação como linhas orientadoras dos Planos Nacionais de Inclusão e das Redes Sociais Locais.

No segundo capítulo é feita a apresentação e a discussão do conceito de Desenvolvimento Local, a sua génese e as suas principais características. Optou-se por abordar mais especificamente neste âmbito as potencialidades locais e as parcerias, na medida em que cabe à acção dos agentes locais o importante papel de contribuir para a dinamização do espaço, de forma articulada e intersectorial. É a partir das potencialidades locais que se trabalha para desencadear processos de auto-estima e de autoconfiança na população, que gradualmente ganhará competências de cidadania.

O terceiro capítulo inicia com referência ao conceito de participação, da sua génese à importância que esta metodologia tem para a intervenção social. É feita a abordagem ao conceito de *empowerment*, a sua origem, as principais características e manifestações. O capítulo termina com a referência aos canais e metodologias de acção participativa, como forma de demonstrar a sua pertinência para o trabalho social.

A 2ª Parte trata essencialmente o resultado da pesquisa empírica, estando organizada em sete capítulos. O capítulo quatro debruça-se sobre as escolhas metodológicas efectuadas para esta dissertação, sendo explicado a forma como decorreu todo o processo, desde a definição da pergunta de partida e dos objectivos deste trabalho, passando pelas justificações relativas aos instrumentos, métodos e técnicas utilizados.

No capítulo cinco é apresentada a caracterização sumaria do concelho da Amadora, da freguesia da Falagueira e da Urbanização do Casal do Silva. Sendo sobre a população residente neste bairro que recai o estudo, haverá lugar à exposição das principais características da intervenção social, com referência aos principais projectos e às características culturais dos residentes e das relações sociais que mantêm. Este capítulo termina com a abordagem às reuniões de moradores, referindo a sua origem, metodologia que é utilizada na realização das mesmas.

No capítulo seis é feita a análise e discussão dos dados relativos às dimensões definidas para a pobreza e a exclusão social, abordando a forma como estes se manifestam no Casal do Silva, ao nível da economia, do emprego, da educação, da saúde, da habitação e das relações sociais.

O capítulo sete apresenta a análise das dimensões definidas para as manifestações de desenvolvimento local na urbanização, dando a conhecer o que acontece na realidade relativamente à satisfação das necessidades no decorrer da intervenção, à mobilização das capacidades endógenas, à participação, aos recursos exógenos mobilizados para o território, à visão integrada da intervenção e ao trabalho em parceria.

No capítulo oito faz-se referência às expressões dos três tipos de *empowerment* analisados no bairro, a partir das respectivas dimensões, apresentam-se as expressões de *empowerment* individual, *empowerment* organizacional e *empowerment* comunitário.

O capítulo nove, procura mostrar várias sugestões para a intervenção social com vista à contribuição para planos de dinamização de desenvolvimento local no Casal do Silva, a partir das reflexões feitas do trabalho de pesquisa realizado.

No capítulo dez são dadas a conhecer as conclusões desta dissertação, efectuando-se uma síntese em jeito de resposta comentada aos objectivos da pesquisa, sendo feitas algumas sugestões ao nível da acção local e de trabalhos de investigação futuros.

Constrangimentos e Especificidades à elaboração da tese

Os constrangimentos sentidos prenderam-se sobretudo com a dificuldade em concretizar as entrevistas às pessoas com cargos políticos na autarquia da Amadora. Deste modo, apesar de ter sido enviado o guião de entrevista para a Vereadora do Pelouro da Habitação e para a Chefe da Divisão de Gestão do Parque Habitacional da Câmara Municipal da Amadora (tendo sido seguidos os procedimentos internos na instituição para este efeito) até à data, ainda não houve lugar a qualquer resposta. Conclui-se que não é possível realizar estas entrevistas e incluir os seus contributos nesta dissertação. Esta situação foi um constrangimento porque a realização destas entrevistas poderia vir a dar respostas que complementassem a análise efectuada e as conclusões retiradas.

Quanto às especificidades deste documento dá-se a conhecer que de cada vez que se pretenda chamar à atenção do leitor para um conceito ou para alguma prática que se considere pertinente destacar no texto, serão os mesmos identificados com a palavra a iniciar a letra maiúscula e/ou a sublinhado.

1ª PARTE

1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL, PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO

Neste capítulo pretende apresentar-se uma abordagem teórica aos conceitos de pobreza e exclusão, bem como uma perspectiva geral dos principais programas e medidas de combate a estes fenómenos, ao nível mundial, europeu e nacional, valorizando desta forma a sua importância para a integração social dos públicos mais desfavorecidos.

Este capítulo inicia com uma abordagem geral aos temas da Pobreza e da Exclusão Social, fazendo uma breve referência a várias medidas utilizadas ao nível mundial por algumas das suas principais instâncias, nomeadamente a vários departamentos da Organização das Nações Unidas (ONU), ao Banco Mundial (BM), à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e à Comunidade Europeia (CE).

São apresentadas em seguida as noções de Pobreza e Exclusão Social, as suas semelhanças e diferenças, procurando fazer-se uma síntese em retrospectiva, com referência a autores internacionais como Rowntree, Marshall e Robert Castel, até autores nacionais como, José Pereirinha, Alfredo Bruto da Costa, Rogério Roque Amaro e Luís Capucha, tentando desta forma, demonstrar que as suas perspectivas se cruzam e complementam. Logo depois é realçado o estudo coordenado por Bruto da Costa em 2006 relativo à pobreza e exclusão social ao nível nacional, sendo feita uma alusão breve à incidência destes fenómenos.

Segue-se uma abordagem sintética ao conceito de integração social que conta com os contributos de alguns autores, nomeadamente João Almeida e Rogério Roque Amaro (entre outros) sendo estes apresentados numa perspectiva complementar.

Depois, de modo geral, são referidas algumas das medidas políticas operacionalizadas pelas grandes entidades mundiais para fazer face aos fenómenos da pobreza e da exclusão social com vista à promoção da integração social dos mais desfavorecidos.

São apresentados, em seguida, os programas europeus impulsionados pelos seus estados membros, que realizados de forma concertada, ao longo de duas décadas, são focalizados em projectos locais que procuravam promover o desenvolvimento social.

Este capítulo termina com a demonstração de que Portugal também beneficiou destes Programas, incentivando a dinamização de projectos neste âmbito a partir de 1986 referindo-se que o país aplica o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) desde 2001, compreendendo este um conjunto de políticas e medidas que têm por linhas orientadoras de actuação o desenvolvimento local, a parceria e a participação.

1.1. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: DO CONCEITO ÀS MANIFESTAÇÕES

1.1.1. Enquadramento Geral

Durante muito tempo entendia-se Pobreza como a ausência de riqueza, havendo a ideia de que as suas inerentes privações seriam resolvidas em condições normais, passando pelo crescimento económico ou por acções assistencialistas. Associava-se então a Pobreza aos países subdesenvolvidos e considerava-se que os países ricos não tinham de lidar com este problema.

A crise dos anos 70 afectou bastante não só a Europa como todas as outras regiões, a partir desta crise as desigualdades agravaram-se em todos os continentes e verificou-se que em algumas sociedades de abundância material tinham nascido bolsas de pobreza consideráveis, conduzindo os governos à aplicação de políticas rígidas de ajuste económico, porém as referidas bolsas de pobreza demonstravam grande resistência às políticas sociais tradicionais. (Silva, Manuela, 2000)

As transformações económicas, sociais, políticas e culturais, geradas pela crise abriram caminho à reflexão e discussão dos conceitos de pobreza e exclusão. Inicialmente isto ocorreu paulatinamente nos países localizados a sul da Europa e posteriormente passou para a esfera da U.E., sendo retratado no desenvolvimento dos três Programas de Luta Contra a Pobreza (PLCP), que ocorreram entre 1975 e 1994 e no facto da Europa demonstrar a preocupação por estas questões nos programas que os seus estados membros têm vindo a desenvolver. Depois da Europa assumir o conceito de exclusão e de o integrar no seu discurso político, também a América Latina, a África e a Ásia, passaram a utilizá-lo nas descrições das suas realidades. Para este efeito muito contribuiu a OMT (Organização Mundial do Trabalho) com todas as diligências efectuadas no decorrer da década de 90 do século XX. (Estivill, Jordi 2003)

Nas últimas décadas (sobretudo desde meados da década de 70 do Século XX até hoje), tomou-se conhecimento de um mal crescente, associado à constatação do agravamento dos problemas de pobreza e exclusão social com a persistência e aumento das suas formas tradicionais, às quais se acrescentam novas manifestações (isto para além do alargamento das desigualdades entre os países, entre as classes sociais e os indivíduos). Com a constatação de que 800 milhões de pessoas passam fome e não têm segurança alimentar e a constatação de que 1,2 mil milhões vivem com menos de 1 dólar por dia, sendo que nos Estados Unidos cerca de 40 milhões de pessoas não estão integradas em nenhum sistema de saúde (entre outras adversidades) a erradicação da pobreza e a luta

contra a exclusão social constituem-se como um dos principais desafios do desenvolvimento e dos direitos humanos do séc. XXI (Amaro, Rogério, 2003)

Considerando as recomendações da ONU, ao consultarmos o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2007/08 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) podemos concluir que todas as orientações são dirigidas à essencial cooperação entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, como contributo para melhorar as condições de vida da população global, sendo o primeiro objectivo deste Programa, a diminuição pela metade da pobreza e da fome até ao ano de 2015.

1.1.2. Pobreza e Exclusão Social, dois conceitos distintos e complementares

São distintos os conceitos de Pobreza e Exclusão Social mas ambos procuram traduzir um conjunto de desvantagens sociais, que alguns indivíduos manifestam face a determinada norma, que se define em termos da satisfação de uma dada necessidade, tida como básica ou relativamente a um padrão social de bem-estar.

Para José Pereirinha (2008) há autores que defendem que a Pobreza é um conceito absoluto e outros que afirmam que a Pobreza é um conceito relativo.

A Pobreza como conceito absoluto, na medida em que é avaliada como resultado de um conjunto de necessidades que formam uma norma com validade geral, comum a espaços e tempos diferentes. Associada aos primeiros estudos elaborados sobre a pobreza no início do século XX por Rowntree no Reino Unido, que a identificava com a situação em que se encontravam as famílias que não dispusessem dos recursos necessários para assegurar a sua subsistência física. Nos países subdesenvolvidos este tipo de pobreza pode ser sinónimo de fome. Mas de um modo geral, na sociedade contemporânea também pode significar que o cálculo da linha de pobreza se faça através da quantificação de um cabaz mínimo de consumo de bens e serviços. Sendo este de grande importância para a elaboração de medidas de política social que impliquem a definição de valores mínimos de prestações sociais.

A Pobreza como conceito relativo, de forma que a noção de pobreza não seja consignada apenas quando se está abaixo do limiar de subsistência que para ela está definido. Estamos perante uma situação de pobreza se os recursos de que determinada pessoa dispõe não lhe permitem participar na sociedade nem garantir condições de vida habituais na sociedade em que vive. Pobreza relativa porque os padrões de vida são variáveis no espaço e no tempo e de acordo com a lógica da participação específica de

cada sociedade. Sendo cada sociedade concreta, a linha de pobreza deverá ser definida tendo em conta as suas características.

Considerando ambos os contributos podemos verificar que estes se complementam. A Pobreza é absoluta quando se refere a limiares de sobrevivência mas é relativa no que diz respeito aquilo que cada sociedade considera ser essencial e dispõe para dar resposta às necessidades da sua população. Daqui resulta a compatibilização de ambas as definições (absoluta e relativa) pois de forma absoluta a necessidade de definir normas nos domínios das capacidades e relativa, por análise dos direitos e das políticas sociais de cada sociedade.

Também complementar é a abordagem que Marshall (1950) e que Robert Castel, (1991) apresentam do conceito de exclusão social. Marshall (1950) aborda uma concepção mais institucionalista de Exclusão Social pois está centrada no conceito de cidadania, que defende que as pessoas enquanto elementos de uma sociedade devem exercer os seus direitos civis, políticos e sociais. Existindo na sociedade instituições públicas universais que permitem às pessoas exercer tais direitos, elas são o vector de inclusão ou exclusão de acordo com factores de ordem económica, social e a própria orientação que a política exerce nestas áreas.

Para Castel, segundo Pereirinha (1995) a Exclusão Social é definida com base na ideia de ruptura dos laços sociais que aliam o indivíduo à sociedade a que pertence, sendo um fenómeno que atinge pessoas e grupos sociais nas actuais sociedades desenvolvidas e em escala considerável é o resultado de crises económicas, em contextos rígidos na adequação de estruturas económicas e mobilidade social.

Na interpretação de Pereirinha (1995) a Exclusão Social é entendida como uma situação em que falha um ou mais dos seguintes ângulos:

- integração cívica – ligada ao exercício dos direitos de cidadania ao nível da participação no sistema democrático e legal;
- integração económica – ligada à participação das pessoas nos mercados permitindo que obtenham um rendimento primário;
- integração social – ligado ao direito de beneficiar dos serviços prestados pelo Estado;
- integração interpessoal – ligada à participação da vida social na comunidade.

Para o autor Jordi Estivill a Exclusão relaciona-se com “(...) a insatisfação, o mal-estar de todo o ser humano quando se encontra em situações nas quais não pode realizar aquilo que deseja e ambiciona para si próprio e para a sua família”. Mas a base da

Exclusão Social atribui-se “(...) *ao desmembramento das redes sociais existentes e à fragmentação da sociedade (...) a heterogeneidade dos valores e imagens centrais, a dificuldade de construir outros núcleos de confluência e identificação e de encontrar respostas colectivas transversais que superem as sucessivas rupturas e distancias*” (Estivill, Jordi, 2003:15) Esta seria manifestada na escala individual – micro – nas relações entre os homens e as mulheres e destes com os grupos e instituições intermédias – meso – e destes com o conjunto da sociedade – macro. Para além da aplicação social, esta definição tem uma aplicação política e económica.

José Pereirinha analisa em diversas publicações (nomeadamente em 1995 e em 2008) as diferenças entre Pobreza e Exclusão Social.

Principais diferenças entre os conceitos de Pobreza e Exclusão Social
(Pereirinha, 2008)

Pobreza	Exclusão Social
<ul style="list-style-type: none"> - centra as desvantagens nas dimensões monetárias; - análise unidimensional e indirecta do bem estar característica da pobreza monetária; - dá maior relevo aos aspectos redistributivos em função da escassez dos recursos económicos; - maior valorização dos aspectos estáticos do resultado. 	<ul style="list-style-type: none"> - atribui maior importância às dimensões não monetárias das desvantagens sociais; - análise multidimensional com implicância em todas as áreas da vida das pessoas; - dá maior relevo aos aspectos relacionais das desvantagens; - maior valorização dos aspectos dinâmicos do processo.

Quadro I – Principais diferenças entre os conceitos de Pobreza e Exclusão Social

O autor define a Pobreza enquanto “*situação de escassez de recursos de que um indivíduo ou família dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenómeno*” e o conceito de Exclusão Social “*acentua os aspectos relacionais do fenómeno (...) enquanto situação de inadequada integração social*” (Pereirinha, José, 1995:170)

O conceito de Pobreza refere-se a um défice de recursos relativo a uma norma, entendida como linha de pobreza, que percebida como variável monetária, significa uma óptica unidimensional de medição não directa de um deficitário bem-estar, ao nível monetário. Neste caso, ao admitir que o rendimento é a variável, por excelência do bem-estar, verificamos que o bem-estar de cada pessoa depende do consumo de bens e serviços, que por sua vez determinam as condições de vida materiais destes, estando esta directamente ligada aos rendimentos de que a pessoa dispõe.

O conceito de Exclusão Social remete para as desvantagens sociais relativas a uma norma definida em termos multidimensionais, para uma perspectiva de medição directa traduzida nos seus vários indicadores de privação. Sendo a Exclusão Social entendida como a quebra de laços sociais ou a desqualificação social assente em processos presentes na sociedade geradores de tais resultados. Trata-se de uma situação em que uma pessoa se encontra em desvantagem social, como processo, por existirem condicionalismos propícios para tal na sociedade, na economia e no funcionamento das próprias instituições do Estado-Providência que conduzem o sujeito para essa situação de desvantagem.

Podemos então verificar que a Pobreza é uma forma de Exclusão Social por referência à escassez de recursos que se manifesta enquanto privação da satisfação das necessidades básicas (materiais e imateriais). Para Pereirinha (1995) isto transfere-nos para o conceito da pobreza de Townsend que congrega a relação entre os conceitos de pobreza, privação e exclusão social numa abordagem de nível distributivo e relacional ao apresentar desta forma o conceito: *“indivíduos, famílias e grupos na população consideram-se em situação de pobreza quando defrontam falta de recursos que lhes permitam ter o tipo de alimentação, participação nas actividades e condições de vida e conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajados ou aprovados nas sociedades a que pertencem. Os seus recursos estão situados de tal forma abaixo dos disponíveis pelo indivíduo médio que estão assim de facto, excluídos dos padrões normais de vida, costumes e actividades”* (Townsend, 1979:31)

Apesar das suas diferenças, podemos afirmar que existe uma ligação entre os conceitos de pobreza, privação e exclusão social sendo a pobreza uma parte do fenómeno mais amplo que é a exclusão social, existindo outras formas de exclusão social que não estão presentes no fenómeno da pobreza (compreendida como escassez de recursos, em âmbito restrito).

O autor Alfredo Bruto da Costa é prosector desta ligação de conceitos. Senão vejamos para Bruto da Costa (2008) a Pobreza é compreendida como uma situação de privação resultante de falta de recursos, na medida em que não é dando resposta à questão da privação que se resolve o problema da pobreza. Dar resposta à falta de recursos, implica tornar a pessoa auto-suficiente em relação aos mesmos, entendendo-se que determinada pessoa, torna-se independente de ajudas, assumindo como forma de vida um rendimento resultante de uma das fontes tidas como correntes e normais na sociedade, em que se

encontra (entenda-se rendimentos do trabalho - o salário, o capital - lucros, rendas e juros e/ou as pensões de reforma ou sobrevivência).

A privação é definida como uma situação de carência na qual as necessidades humanas básicas não são satisfeitas. Caso a pessoa precise de recursos para dar resposta às necessidades humanas básicas, é porque não tem uma relação, forte a suficiente, com os sistemas sociais potenciadores de rendimento. A falta de recursos que contribui para a definição da pobreza caracteriza a exclusão social, de alguma forma. Significando privação, a pobreza também implica que a pessoa não tenha satisfeitas as suas necessidades humanas básicas (de água, alimentação, vestuário, habitação, transportes, energia, entre outros), provocando uma fraca relação, ou quase ruptura, com outros sistemas sociais vários como o mercado de bens e serviços, o sistema educativo, o sistema de saúde, as relações de proximidade com amigos e comunidade local, a participação política, etc. Quanto mais intensas forem as privações, maior será o número de sistemas sociais nos quais se aprofunda o estado de exclusão social. Sequencialmente concluiu-se que “(...) a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, que não existe pobreza sem exclusão social” (Bruto da Costa, 2008:63).

Segundo Rogério Roque Amaro (2007), a Exclusão Social está associada aos factores vários em que esta se revela mas, tendo em conta a importância da dimensão económica nas sociedades industriais nos últimos dois séculos, a exclusão social está centralmente ligada à existência de três grupos de factores:

- Factores de ordem macro – Sendo pilares estruturais da sociedade, estão ligados ao seu funcionamento global. Tratam-se de sistemas económicos, regras e imposições do sistema financeiro, estruturas e características das relações económicas, processos de globalização, entre outros;
- Factores de ordem meso – Assumindo-se maioritariamente estruturais, também podem ser resultado de incidências conjunturais. Tratam-se de factores de âmbito local que sendo normativos, influenciam a vida das pessoas, tais como políticas autárquicas, características do mercado local de trabalho, entre outros;
- Factores de ordem micro – São de âmbito individual e familiar e dependem de falhas ocorridas nos percursos pessoais e de capacidades não valorizadas.

Os factores de ordem macro e meso referem-se a oportunidades dadas pela sociedade e os factores micro referem-se às capacidades pessoais e familiares.

Rogério R. Amaro (2007:1) refere-se a exclusão social “(...) *de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, se por esta se entender a participação plena na sociedade (...)*”.

Este autor afirma que a exclusão social se pode exprimir em seis dimensões: do Ser – ligada à personalidade, à auto-estima, ao auto-reconhecimento; do Estar – ligada às redes de pertença social; do Fazer – ligada às tarefas praticadas e aceites socialmente como o emprego ou o trabalho voluntário; do Criar – ligada à capacidade de elaborar e desenvolver projectos ou de assumir iniciativas; do Saber – ligada ao acesso à informação e à capacidade de tomar decisões com base na análise crítica da realidade; do Ter, ligada ao rendimento e á efectiva capacidade de consumo. Sendo a exclusão social a fragilização de algumas ou da totalidade destas dimensões (2007).

Também no estudo orientado por Bruto da Costa (2008), verifica-se que se um indivíduo está excluído, implica a análise de 06 domínios de uma perspectiva sistémica que considera cada uma das esferas da sociedade como um sistema social: o domínio da Sociabilidade ao qual corresponde o sistema de família, vizinhança e amigos; o domínio Económico ao qual correspondem os sistemas geradores de rendimentos (mercado de trabalho, segurança social, mercado de capitais, sistemas de créditos), do Mercado de bens e serviços, da Educação/formação, da Saúde, e do Emprego; o domínio Institucional que insere os sistemas de Serviço de apoio social; de Justiça, de Habitação, de Cultura e lazer, de Informação e conhecimento e de Cidadania política; o domínio Espacial com o sistema Território e o domínio Simbólico que inclui os sistemas Referências identitárias e Construção de memórias individual/colectiva.

Para o autor Luís Capucha (2006), a pobreza e a exclusão social são o resultado da relação de vários factores. Destacando-se, principalmente, o mercado de emprego (devido aos seus efeitos potenciadores da participação das pessoas em várias dimensões da vida social), bem como os sistemas de redistribuição dos recursos materiais e de rendimentos. Mas este conjunto vai mais além e engloba outros domínios. Sugere a organização dos factores mais relevantes através de dois eixos.

O primeiro eixo: Nível Societal – nos quais se encontram as estruturas e os pólos sociais, que causam as oportunidades de participação disponibilizadas às pessoas, encontrando-se num pólo simétrico as práticas e as possibilidades de interacção das

peçoas, às quais se acrescentam as suas capacidades para usufruírem das referidas oportunidades.

O segundo eixo: Pessoas e seus contextos – no qual é feita a distinção dos factores que são exteriores aos agentes, daqueles que já estão incorporados nas representações e posições das pessoas e comunidades.

Na perspectiva destes autores a definição de pobreza e de exclusão social assemelha-se, cruza-se e complementa-se, sendo possível afirmar que existindo sistemas organizados pela própria sociedade que podem potenciar ou dirimir a exclusão, o indivíduo também pertence, num determinado grau, a uma rede de relações que implicam a comunidade, os grupos, a família e as suas próprias capacidades e pretensões, nas quais se pode verificar o seu nível de inserção.

1.1.3. Incidência em Portugal

Como tem vindo a ser referido, um dos estudos mais recentes realizados em Portugal sobre a Pobreza e a Exclusão Social data de 2008, foi coordenado por Bruto da Costa e importa que ilustra estes fenómenos e a suas principais incidências ao nível nacional.

São muitos os contributos para ajudar a interpretar a pobreza e a exclusão social em Portugal, nomeadamente no período de tempo entre 1995 e 2000, em que se verificou que mais de metade (54%) dos agregados familiares, que formaram esta investigação, estiveram na pobreza durante três ou mais anos e 72% das famílias experimentaram o estado de pobreza durante dois anos, no mínimo. Tais resultados remetem para a existência de uma pobreza persistente, na maior parte dos casos. É um problema social extenso e resistente e não pode ser interpretado como uma realidade temporária.

Já não se trata de um fenómeno que atinge principalmente pessoas que residam em meio rural, como acontecia nos anos 80. Porém a vulnerabilidade à pobreza aumenta à medida que se passa do povoamento denso para o escasso (em ocorrências que vão dos 16,4% para os 31,5% respectivamente).

Ao nível do género é a população feminina que está mais propensa (num acréscimo de cerca de 22%) ao fenómeno da pobreza por comparação com a masculina.

Existem dois grupos mais representativos entre os pobres, aqueles que têm mais de 17 anos (21,2%) e aqueles que têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (24,8%). Há três grupos mais vulneráveis no que diz respeito à incidência da pobreza: pessoas idosas (+ de 65 anos) e muito idosas (+ de 75 anos) e as crianças e/ou adolescentes (com idade igual ou menor de 17 anos). Aqui verifica-se uma incidência que vai flutuando

entre os 24% para aqueles que têm idades iguais ou menores de 17 anos e aqueles que tem idades entre os 65 e os 74 anos e uma incidência de 36% para as pessoas com 75 ou mais anos. A preocupação acrescida com estes valores prende-se com a vulnerabilidade que estes grupos apresentam face à pobreza.

É importante destacar que mais de metade das famílias que passaram pelo fenómeno da pobreza são trabalhadores e o seu principal rendimento é o salário. Situação de precariedade esta que está ligada, primeiramente, ao nível dos salários.

Existe uma forte ligação entre o nível de escolaridade e a situação de pobreza, na medida em que quanto mais baixo é o nível de escolaridade do indivíduo, mais difícil é dar resposta às exigências da sociedade, acarretando situações profissionais menos favoráveis que acabam por conduzir a circunstâncias mais vulneráveis e à exclusão.

Por esta via perpetuam-se muitas vezes ciclos geracionais de pobreza, já que ao desvalorizarem a frequência do sistema educativo em detrimento (da ilusão) da inclusão no mercado de trabalho (tantas vezes precariamente), com o passar dos anos, as famílias deparam-se com uma conjuntura de baixos salários, desemprego e/ou de dependência de políticas redistributivas. O principal objectivo destas passa por apoiar temporariamente as situações, sendo o fim último a real integração social.

1.2. INTEGRAÇÃO SOCIAL: DO CONCEITO À APLICAÇÃO PRÁTICA

1.2.1. Abordagem conceptual

Perante a definição do conceito de integração social apresentada em seguida é possível entende-la como um percurso pessoal, realizado com recurso aos contactos de uma rede de actores individuais e colectivos que se pretende que conflua, de forma rica e positiva, no aumento da capacitação e na inclusão real na sociedade, exercendo a cidadania.

O autor João F. Almeida (1993:830) define integração como “(...) *pluralidade vasta aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania (...) todos conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha*” na medida em que para estar integrado, o indivíduo utiliza as competências ligadas à vida social. Esta perspectiva foi continuada por Maria Madeira (2003) que entende a integração social como o processo do indivíduo em situação de exclusão de aceder a vários direitos e ter a possibilidade de exercer plenamente a sua cidadania.

A integração social conduz os indivíduos para um conjunto estável e consistente de relações familiares, sociais e laborais. Neste sentido, a inclusão social é vista como um

processo que permite às pessoas em situação de exclusão, passarem a ter acesso a determinados direitos, alcançando assim o exercício pleno da cidadania, permitindo a aproximação e usufruto a um conjunto de sistemas sociais básicos, nomeadamente aos de saúde, educação, segurança, justiça, cultura, desporto e lazer (Madeira, Maria:2003). Para Rogério Amaro (2007) a integração social é o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade a quem dela estava excluído, permitindo a retoma da relação interactiva entre o indivíduo e a sociedade, dando-lhe algo de diferente do que estava habituado, enriquece-o e num percurso seu, diferencia-o dos outros indivíduos. Desta forma, a integração liga duas lógicas: a do indivíduo que tendo acesso às oportunidades da sociedade, pode escolher se as utiliza ou não – inserção – e a de sociedade que quando organizada possibilita, de forma equitativa, o acesso de todos às suas oportunidades – inclusão. A inserção e a inclusão são um processo duplo que formam a integração.

Promover a integração social e profissional dos grupos de pessoas desfavorecidas conduz a uma análise que integre, com coerência, todas as áreas importantes da sua vida, abarcando a educação e qualificação para se inserir profissionalmente, a formação ao longo da profissão, o acesso a serviços sociais, de saúde, habitação, cultura que convirjam para a promoção da auto-estima, do sentimento de dignidade e da pertença a uma comunidade. A conjugação de todos estes níveis é essencial para construir um sistema integrado, de respostas articuladas, capaz de formar um percurso equilibrado (Capucha, Luís, 2005)

1.2.2. Perspectiva geral

Vejamos agora as medidas políticas que algumas das grandes entidades mundiais operaram para contribuir no combate à pobreza e à exclusão social, passando pela referência a alguns programas e medidas da União Europeia e pela forma como estes sumariamente se têm vindo a operacionalizar em Portugal.

O facto de se verificar que com a crise da década de 70, cada vez mais pessoas, um pouco por todo o mundo, eram afectadas pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social conduziu, gradualmente, as grandes instâncias mundiais a adoptarem medidas de políticas sociais para dirimirem tais realidades e promoverem a integração social. Ao nível global poderia ser efectuada a análise da pobreza e da exclusão social de cada uma das organizações internacionais. Sendo esta uma tarefa bastante morosa, a opção recai nas Nações Unidas pelo seu percurso histórico de demonstração de preocupação e

atenção dedicada ao desenvolvimento e à pobreza bem como à defesa dos direitos humanos.

No que diz respeito à situação social no mundo, os relatórios anuais desta instituição, são frequentemente organizados por regiões delimitadas e o relatório da ONU de 1990 tratou mais especificamente a pobreza extrema na América Latina. Aqui o seu Programa para o Desenvolvimento (PNUD) chamou a atenção dos governos, dos organismos internacionais e da opinião pública, bem como da sociedade civil à escala mundial para estes problemas.

Um dos acontecimentos que marcou o interesse das Nações Unidas pelas condições sociais do desenvolvimento foi a primeira cimeira mundial sobre o conceito de desenvolvimento social realizada em Copenhaga em 1995. Esta reflexão também tocou o Banco Mundial (BM) que em 1997, em Hong Kong, fez referência à exclusão como a principal tragédia mundial. Em 1998, esta instituição lançou um conjunto de estudos e projectos que pretendiam abrir caminho aos países em vias de desenvolvimento para reforçar os incentivos e aumentar o acesso dos indivíduos e dos grupos às oportunidades e vantagens do desenvolvimento.

O outro acontecimento que assinalou o interesse da ONU pelas condições sociais do desenvolvimento foi a Sessão de Assembleia-geral das NU em 2000. Nesta última os temas mais importantes foram: a inter-relação entre o desenvolvimento económico e mundial; os efeitos da globalização e os efeitos da regulamentação global; o papel do trabalho, a saúde e a educação e a erradicação da pobreza e da exclusão. As medidas que se podem utilizar para fazer face a estes fenómenos também foram abordadas nesta conferência e passam por *“perspectivas como o desenvolvimento sustentável, o capital social, o meio ambiente, o carácter local, a concertação entre os diversos actores públicos e privados e, muito especialmente, a força da sociedade civil e a participação dos cidadãos e da comunidade, as estratégias integrais de luta contra a pobreza, a governabilidade, a necessidade de relançar a cooperação transnacional foram as que obtiveram maior repercussão”* (Estivill, Jordi 2003:31)

Para o efeito, os países membros da ONU definiram oito objectivos para o desenvolvimento do mundo, que fizeram parte do pacto do milénio e que deverão ser cumpridos até 2015: 1. A redução pela metade da pobreza e da fome; 2. A universalização do acesso à educação primária; 3. A promoção da igualdade entre os géneros; 4. A redução da mortalidade infantil; 5. A melhoria da saúde materna; 6. O

combate do HIV/AIDS, malária e outras doenças; 7. A promoção da sustentabilidade ambiental; 8. O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

1.2.3. Programas Europeus

Apresenta-se uma breve perspectiva pelas medidas e pelos Programas Europeus de modo a revelar o interesse dos estados membros na integração dos grupos mais desfavorecidos.

Em 1974 os então estados membros da Europa adoptam o primeiro Programa de Acção Social e, de forma articulada, criam o Fundo Social Europeu. No ano seguinte, em 1975 começa a funcionar o Primeiro Programa de Luta Contra a Pobreza (PLCP) o qual constava da realização de um conjunto de projectos de pequena dimensão que foram desenvolvidos e permitiram aferir um panorama da pobreza em cada país. No ano de 1985 foi iniciado o Segundo PLCP que durou até 1989 e no qual foram financiados 91 projectos que actuaram em grupos específicos da população, sendo 29 destes projectos realizados em Espanha e em Portugal (tendo em conta a sua recente entrada na CE em 1986). O Terceiro programa designava-se de Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos grupos menos favorecidos – Pobreza 3 desenvolveu-se entre 1989 e 1994 sendo que as suas acções obtiveram um acompanhamento de proximidade da Comissão Europeia, existindo uma Unidade Central e 12 Unidades de Investigação e Desenvolvimento que monitorizavam os projectos e faziam a articulação com a Comissão. A concretização destes três programas obteve um interesse crescente da CE o que conduziu à criação do Observatório Europeu sobre a Luta contra a Exclusão Social (1991-1994).

Nas instâncias da União Europeia estes temas foram citados em seminários e encontros e mais formalmente no Tratado de Maastricht e no seu protocolo; nas diversas recomendações do Parlamento Europeu; nos Programas de Acção Social da Comissão (95-97, 98-99); entre outros. Entre 1994 e 2000 alguns programas continuaram a adoptar as preocupações contra a pobreza e a exclusão social, apesar de terem outros objectivos específicos (Programas como o LEADER, o Urban, o Integra, entre outros).

Para finalizar esta perspectiva sumária, refere-se ainda a Cimeira de Nice (ocorrida no final do ano de 2000) na qual se passou a retratar a inclusão através da criação dos Planos Nacionais de Inclusão que resultaram de uma estratégia europeia assumida para esse efeito. (Amaro, Rogério, 2003)

1.2.4. Incidência nacional

Ao nível nacional foi com a entrada de Portugal para a Comunidade Europeia (CE) que se assistiu à utilização crescente de abordagens diferenciadas, de acordo com orientações dos Programas Comunitários. Gradualmente manifestou-se uma lógica de intervenção integrada de combate à pobreza e à exclusão social, de promoção da inserção e da inclusão social que se continua a privilegiar localmente em direcção à integração social.

Desde 1986, com a entrada de Portugal na CE têm-se desenvolvido PNLDP de forma continuada, introduzidos nos programas europeus. Resultaram desde 1989 num enquadramento de PNAI que, no seio de uma perspectiva técnico científica, enumeram uma série de aspectos positivos (Bruto da Costa, 2008). Com a aplicação dos PLCP ao nível nacional e através da análise dos seus resultados, por um lado coloca-se de parte a ideia de que pobreza e exclusão social ocorrem apenas por factores individuais, de satisfação de necessidades alimentadas pelo assistencialismo e privilegia-se o enquadramento social (no qual o individuo se insere) e integrado, a realização de capacidades, a emancipação e a autonomização da população. Por outro lado a luta contra a pobreza é um processo de desenvolvimento da comunidade (enquanto promoção de bem estar individual, social e ambiental), assumindo-se este como a melhor estratégia de prevenção de situações de exclusão social. (Amaro, Rogerio, 2003) Assente nas orientações estratégicas europeias, os governos nacionais têm vindo a promover políticas sociais activas. O PNAI desde 2001 que se constituiu como instrumento integrado e integrador com base no reforço de competências das comunidades e dos cidadãos, considera uma acção aos níveis individual e institucional, juntando princípios de consagração da cidadania e convergência de medidas bem como a localização de respostas (Morais,P e Pinho,T, 2007)

No actual documento Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social – Portugal 2008-2010 os objectivos prioritários estão estruturados em três áreas essenciais: “ 1. *Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; 2. Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação; 3. Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiência e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas* (PNAI, 2008:30)

Tal como já acontecia com o PNAI 2006-2008 (Morais, P e Pinho, T, 2007) as políticas de inclusão concentram-se numa lógica de aproximação dos indivíduos e dos locais aos

diferentes sistemas de direitos, fomentam a participação na vida pública, social, cultural e económica ao apostarem na informação e na promoção de capacidades.

Acresce que neste PNAI foi reforçada a importância da Participação através da pertinência atribuída à mobilização da sociedade civil no decurso da sua realização.

Para colocar em prática o PNAI as Redes Sociais Locais (RSL), continuam a ser entendidas como o instrumento privilegiado. A partir do diagnóstico realizado ao nível do concelho e/ou da freguesia são identificados os problemas que conduzem à pobreza e à exclusão social, parte da população desse local, havendo igualmente a oportunidade de através dos recursos existentes na comunidade de criar as respostas às necessidades diagnosticadas, de acordo com as grandes linhas da estratégia nacional de inclusão. As RSL, reforçadas através da mobilização para a acção de estruturas e de actores locais, contribuem para proporcionar uma aplicação mais fácil do processo de monitorização da utilização das várias políticas sectoriais, concretizadas nas diversas iniciativas ao nível local. Reconhecendo-se que é fundamental existir um consistente sistema de coordenação entre a Coordenação Nacional deste Plano e as RSL e seus Planos de Desenvolvimento Social (PDS).

As grandes pistas metodológicas do PNAI, (na sequência do que ocorreu com o PNAI anterior) são a parceria local, porque as medidas políticas sugeridas passam pela articulação integrada dos diferentes actores e serviços que actuam em determinada localidade, com determinada população e a participação uma vez que, a jusante e a montante dessa articulação, os serviços devem promover a participação dos cidadãos, considerando-os a principal peça do puzzle da sua intervenção. Considera-se que tais métodos conduzem ao desenvolvimento local, através da articulação dos agentes e da participação das pessoas de determinado local, para dar resposta às suas necessidades, a partir dos seus recursos e potencialidades, existirá um contributo efectivo para capacitar as pessoas, melhorando significativamente o seu território.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: DA ORIGEM CONCEPTUAL AO EMPREGO REAL

Neste capítulo pretende fazer-se a abordagem à origem do conceito de desenvolvimento, como antecedente à definição de Desenvolvimento Local (DL), que surge como um processo de transformações, de mudança que não pode ser guardado e que é enaltecido pela/na vida das pessoas, a partir das potencialidades locais, fomentadas pela mobilização das suas capacidades endógenas e por processos de participação e *empowerment*, que ocorrem à luz da visão integrada da intervenção a partir das dinâmicas da parceria local.

Este capítulo inicia com uma breve referência à origem do conceito de Desenvolvimento para apresentar em seguida o conceito de Desenvolvimento Local, focalizando principalmente a definição apresentada por Rogério Roque Amaro, com os contributos de José Manuel Henriques e Augusto Santos Silva, entre outros.

Em seguida é apresentada uma reflexão na qual se destacam as ligações do conceito de Desenvolvimento Local às suas potencialidades. Enaltece-se aqui a importância dada às pessoas, enquanto actores locais e agentes de mudança, pela pertinência da mobilização das suas capacidades endógenas, e que valoriza as capacidades dos locais, numa análise inspirada nos autores Manuela Madeira, Luísa Serafim e José Carlos Albino.

Na lógica da valorização das pessoas e das relações de solidariedade que podem estabelecer é feita referência ao conceito de Capital Social, com menção aos autores Alejandro Portes que apresenta este conceito para Pierre Bourdieu, sendo também mencionada a perspectiva de Augusto de Franco.

Refere-se a importância da associação entre mobilização de capacidades endógenas e participação, que poderá conduzir ao *empowerment*. Contudo, sendo estas componentes (participação e *empowerment*) parte da estratégia de abordagem da intervenção usada no estudo empírico desta tese, serão conceitos analisados no capítulo seguinte a este.

Para finalizar refere-se a Visão Integrada da Intervenção como antecedente do Trabalho em Parceria, enquanto componentes do Desenvolvimento Local. Apresenta-se uma abordagem sintética ao percurso de partenariado e de parceria em Portugal, na perspectiva de Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer, e em seguida são destacadas algumas das principais características do trabalho em parceria a partir de autores como Augusto Santos Silva, Luísa Serafim e Rogério Roque Amaro.

2.1. ABORDAGEM À GÉNESE

O conceito de Desenvolvimento foi muito influenciado na sua formulação tendo em conta a experiência histórica dos países europeus, que eram tidos como sendo desenvolvidos pois enquanto sociedades industriais a tendência era preconizarem a abundância. Entre os finais do século XVIII, desde o início da revolução Industrial até à segunda Guerra Mundial, a ideia de que desenvolvimento era crescimento económico, andaram sempre associadas na medida em que ligada à componente de bem-estar material, estava constantemente aliado o facto das pessoas poderem dispor de quantidades variadas e acrescidas de bens e serviços a que podiam recorrer para seu consumo. Mas há uma viragem no início dos anos 70 quando se verifica que a crença que se tinha até então de que o esforço feito nos anos 60 para apoiar os países pobres, em situação de marginalização tendo como exemplo os “países mais ricos”, acabou por ser um grande fracasso. A maioria dos países pobres não tinha saído da pobreza e é este o grande abalo que sofre o conceito de desenvolvimento.

Esta crítica interna aos resultados do modelo, que faz com que no espaço dos círculos internos das grandes organizações internacionais, o próprio Banco Mundial, a OCDE entre outros, comecem a surgir como experientes e peritos e a colocarem em causa o próprio discurso oficial. Este movimento tem a sua génese nos próprios técnicos que estavam a acompanhar os processos que começam a duvidar do que até então era regra e a propor novos conceitos.

O conceito de Desenvolvimento Local (DL) é em grande medida influenciado por este percurso histórico. Começa a falar-se pela primeira vez em desenvolvimento comunitário nos anos 60, trata-se de um conceito trabalhado nas Nações Unidas que é traduzido por vários países em várias circunstâncias, incluindo Portugal. Muitas das experiências que são ainda hoje referenciadas no país por Desenvolvimento Local são altamente influenciadas por essa metodologia e definição de desenvolvimento comunitário.

Nos anos 70 surgem outras críticas e propostas ao conceito de Desenvolvimento Local:

- Fundamentado nas respostas às necessidades básicas dos mais pobres surge o conceito da satisfação destas necessidades, como critério base do desenvolvimento (também influenciador do desenvolvimento local);

- O desenvolvimento local é o desenvolvimento a partir das regiões, das comunidades e dos grupos mais desfavorecidos, que vai confluir no conceito de desenvolvimento humano;
- A partir daqui surgem associados ao conceito de desenvolvimento questões da satisfação das necessidades básicas, da educação, da saúde, do bem estar material e ainda há grande ligação às áreas da participação, cidadania, democracia participativa e da igualdade de oportunidades;
- Em 1972 na primeira conferência das Nações Unidas (NU) pelo Ambiente e pelo Desenvolvimento emerge pela primeira vez (admitido pelas NU) o conceito de eco – desenvolvimento, abrindo caminho para o desenvolvimento sustentável;
- O desenvolvimento participativo que resulta do trabalho de terreno feito por muitas Organizações Não Governamentais (ONG) um pouco por todo o mundo, assumindo-se como uma forma de responder às necessidades locais partindo das capacidades e dos recursos das suas populações. (Amaro, 1997).

Em Portugal, importam destacar as experiências de desenvolvimento comunitário, iniciadas nos anos 60 às quais se deu continuidade na década seguinte, levadas a cabo pela Prof. ^a Manuela Silva e pelas equipas de trabalho que orientava, quer aquela que estava integrada nos Serviços do Ministério da Saúde à data, como àquelas equipas que dinamizavam o local. O período Pós 25 de Abril foi fértil em projectos e experiências que adoptaram a participação e motivação das pessoas interessadas na resolução dos seus problemas, destacando-se aqui alguns aspectos que foram fundamentais na definição de Desenvolvimento Local: “(...) *a participação e emancipação social; a incidência privilegiada no local de vivência; a preocupação de contribuir para a melhoria geral das condições de vida das Comunidades Locais*” (Albino, 2004)

Ao nível nacional, o DL tem vindo a ser promovido por diferentes actores: os actores que vêm de experiências ligadas à esquerda ou à extrema-esquerda; o Movimento de acção católica ligado aos operários (anos 80); os movimentos mais recentes protagonizados por jovens que cansados da aglomeração da cidade, partem para o meio rural e tentam aplicar aí o conceito de DL; o caminho teórico académico passou a defender a ideia de que “o desenvolvimento deve vir de baixo para cima”. Nestas experiências existem pontos comuns, encontrados ao longo dos tempos (Amaro, 1997).

2.2. DEFINIÇÃO DO CONCEITO

A afirmação do conceito de DL acontece no decorrer da década de 80 e ocorre primeiro pela via indutiva, a partir de iniciativas da sociedade civil que aconteciam porque as pessoas necessitavam de se posicionar, dando respostas a problemas locais a que o Estado-Providência, que estava em crise, não chegava. Nesta data já não era considerado o Paradigma Funcionalista. O desenvolvimento regional estava ligado a este paradigma pois para o aplicar partia-se de um pólo principal no qual se aglomeravam as funções mais importantes, reforçando as várias componentes (educação, economia, saúde) e acreditava-se que através deste pólo as regiões menos desenvolvidas eram influenciadas de forma positiva. A constatação feita na década de 80 não comprovou o Paradigma Funcionalista na medida em que a política de desenvolvimento regional promove processos de migração para o pólo desenvolvendo-o apenas a ele e não se propagava ao desenvolvimento da região como um todo.

O Paradigma Territorialista surgiu em seguida e foi um importante contributo para o Desenvolvimento Local. Defendia o desenvolvimento descentralizado a partir de baixo, privilegiando o local, consignou-se como uma importante alternativa ao paradigma funcionalista porque colocava em primeiro lugar as respostas às necessidades das populações locais por via dos recursos aí existentes. Mas ao afirmar que o global é a soma dos vários territórios, defendendo assim o desenvolvimento, revelou que não pensa a região como um todo.

Ora a articulação entre a perspectiva dedutiva e a perspectiva indutiva resultou no Paradigma Neo-territorialista que contempla o desenvolvimento a partir de baixo e o desenvolvimento a partir de cima. Concorreu para o conceito de DL porque este é um processo que visa responder às necessidades da comunidade a partir dos recursos e das potencialidades locais e dos recursos e contributos exógenos.

José Manuel Henriques (1990:29) faz referência ao conceito de DL de Greffe, X, 1985, apresentando-o como *“um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa”*. Na análise teórica e conceptual do Desenvolvimento Local este autor remete, para a relevância do paradigma territorialista, que tem sido traçado através de diligências várias para a reestruturação da

problemática do desenvolvimento regional e ao qual foi imputada a proposta de um Desenvolvimento Regional Endógeno. O referido paradigma estabelece um conjunto de valores que contém a satisfação das necessidades básicas de todos os membros da sociedade, ao afirmar que o desenvolvimento deverá ser decidido pela população com raízes num território, baseado na mobilização total dos seus recursos naturais, humanos e institucionais, sendo o desenvolvimento assente na autodeterminação territorial, tratando-se do desenvolvimento de pessoas e não de lugares. (Henriques, 1990)

A luta contra a exclusão implica que o DL deixe de ser entendido e praticado numa lógica de crescimento económico de unidades territoriais de menor dimensão e passe a assumir-se de forma planeada e integrando mecanismos de respostas às necessidades locais que podem passar pela organização colectiva de pequena escala verificando qual a capacidade e sustentabilidade que as associações, as instituições, os serviços e as empresas podem construir juntos (Estivill, 2003).

Rogério Roque Amaro (1997) entende que o Desenvolvimento Local é um processo de transformações, de mudança que não pode ser conservado; está centrado numa comunidade e o local surge em resultado duma construção de identidades; existe um grupo de interesses que é assumido, que se identifica e a partir do qual são mobilizadas acções concretas de solidariedade. Partindo da existência de necessidades locais não satisfeitas a que se procura responder, o desenvolvimento local, deve basear-se nas capacidades locais com as quais deve aprender, assumindo uma lógica integrada. O local é por natureza integrado, porque tudo está ligado a tudo, o que implica necessariamente um trabalho de parceria, de cooperação e definição de acções conjuntas nas quais são negociados os conflitos e construídas as solidariedades locais – o DL tem, portanto uma grande diversidade de caminhos, de protagonismos e de respostas.

Com a referência ao conceito de DL, há que ter atenção que se reporta a: participação; recursos e capacidades locais; papel da animação para o desenvolvimento local; competências e competitividades locais; inserção nas lógicas globais; especialização do local na globalização; factores estratégicos locais; importância das parcerias e da cooperação; diferenciação na diversidade (Amaro, 1997).

O local assume-se e reconhece-se e é aí que assentam parte das soluções para os problemas sociais na medida em que o desenvolvimento é conseguido através da participação alargada dos cidadãos, da movimentação e mobilidade dos actores locais, reforçada pelo poder de decisão para o nível local. Assistiu-se assim a uma transferência

de competências, que anteriormente eram mantidas pelo Estado Central para o conjunto dos actores privados e públicos locais. Propagam-se uma conjuntura de programas, iniciativas e projectos locais ascendentes e multisectoriais que apelam a um maior envolvimento da participação dos cidadãos nos seus territórios, que exigem uma maior responsabilidade individual e colectiva, possibilitando também a participação de outros actores locais. Com efeito esta abordagem possibilita a opção por soluções diferenciadas e específicas para realidades distintas, fomentando a criação no local de um ambiente facilitador de maior envolvimento dos vários sujeitos individuais e colectivos (Serafim, 1999).

A definição de Desenvolvimento Local integra várias dimensões: espacial, económica, social, cultural e política. Articuladas, estas podem promover uma dinâmica própria na qual o todo é mais do que a soma das partes. Na medida em que é sobretudo desejável que o desenvolvimento local integrado, numa perspectiva globalizante integre processos de compreensão e valorização de culturas comunitárias e os processos com que se mobilizam os seus recursos, nos processos de transformação e mudança de futuro. É um processo que se quer democrático, comunitário e participativo (Silva, 2000).

O Desenvolvimento Local, enquanto: um processo de mudança; centrado numa comunidade de pequena dimensão geográfica, onde se possam construir relações de identidade e redes de solidariedade; que procura responder a necessidades básicas não satisfeitas; a partir das capacidades locais; implicando uma lógica de participação e emancipação das populações; mas com o apoio de recursos de tipos diversos, que fertilizem e não inibam ou substituam as potencialidades locais e/ou da população; numa perspectiva integrada; o que exige uma estratégia de parceria entre instituições e recursos; traduzindo-se em impactos em toda a comunidade e com uma grande diversidade de situações iniciais, caminhos, ritmos e resultados (Amaro, 2003).

2.3. LIGAÇÃO ÀS POTENCIALIDADES LOCAIS

A pedra de toque das potencialidades locais é as pessoas na medida em que tem de existir vontade de (re)descobrir novas formas de dinamizar o sítio mas a partir das capacidades, dos saber ser e saber fazer dos indivíduos. É desta tela de cores e diversidade articulada de capital social que resulta a inovação, demonstrada no dar a conhecer de recursos locais, relembrando tradições, recolocando produtos no mercado e avivando a cultura. Por sua vez se este processo for alicerçado na participação e o

empowerment da população e alimentado por resultados positivos, impulsiona uma dinâmica própria que verdadeiramente potencia o local.

A mobilização de vários actores locais, numa conjuntura na qual procuram interpretar conjuntamente a realidade através do envolvimento e empenho na acção deveria corresponder “(...) *ao fortalecimento de novas relações interpessoais e inter institucionais e que contribuísse, em última análise, para alteração das formas de participação política nas estruturas democráticas formais ou informais, essenciais para uma maior autonomia e responsabilidade do sujeito*” (Serafim, 1999: 160).

O Desenvolvimento Local desempenha assim um papel de grande importância na medida em que ao permitir a articulação das potencialidades locais e a sua dinamização, de uma forma crescente e convergente, conduz à satisfação de um elevado número de necessidades básicas. Sendo essencial a organização de iniciativas capazes de activar as comunidades, gerando novas oportunidades de desenvolvimento, o envolvimento de associações e organismos públicos num projecto de parceria, pode originar um processo de participação nas comunidades. Afinal o que conta ao nível local são as pessoas, as famílias e o território, enquanto comunidade de vida, onde residem e onde estão. Os recursos centrais são as pessoas porque não há verdadeiro desenvolvimento sem participação. Contudo as equipas multidisciplinares, as parcerias efectivas entre as várias instituições e a consideração pelo tempo que demora operar mudanças em comunidades, são outros elementos chaves neste processo de desenvolvimento. (Madeira, 2003).

Ao mencionar que a pedra de toque que impulsiona o DL são as pessoas, no âmbito da mobilização das capacidades endógenas, importa fazer uma breve referência à definição de Capital Social. Assim segundo Portes, (2000) Pierre Bourdieu foi o primeiro autor a introduzir o conceito de Capital Social em 1985, definindo-o como “(...) *o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo (...) os benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação em grupos são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis*” (Bourdieu, 1985:249). Para Portes (2000) esta definição significa que as redes sociais têm de ser construídas pela via de estratégias que permitam que as relações de determinado grupo, ligado institucionalmente, assentem na confiança mútua e seja capaz de alcançar outros benefícios, pois estas redes sociais não são um dado adquirido. Para gozar de capital

social o indivíduo tem de se relacionar com outros na medida em que são “os outros” a sua fonte de benefícios.

Apesar de existirem várias críticas apresentadas por outros autores a este conceito, neste documento a referência a Capital Social surgirá numa vertente da existência de relações de solidariedade entre indivíduos, assemelhando-se em parte à definição de Pierre Bourdieu. Nesta lógica, sempre que possível serão acentuados os benefícios resultantes dessas interações em rede, bem como os recursos a que tiveram oportunidade de aceder ou desencadear porque, a partir da sua cooperação, criaram uma acção conjunta, entendendo-se estas situações como mais valias para o bem estar da comunidade em que os grupos estão inseridos.

Segundo Augusto de Franco (2007) o Desenvolvimento Local (DL) assenta numa metodologia que promove o desenvolvimento humano e social sustentável através do investimento no capital social, na medida em que dá prioridade à articulação e dinamização de redes sociais, formadas a partir das relações diárias entre as pessoas e não da aplicação forçada de uma metodologia. Neste sentido, o autor afirma que investir no capital social depende essencialmente de dois factores: das redes sociais que ligam de igual forma indivíduo com indivíduo e da democracia que é criada na base da sociedade e no dia a dia do cidadão. No ano de 2007 esta metodologia respeitava oito episódios seguidos que iniciavam com a formação da equipa e a articulação da rede local de pessoas, que reflectiam relativamente ao que pretendiam para a sua realidade, analisavam os seus problemas, necessidades e potencialidades e definiam um plano (com uma perspectiva máxima de 10 anos), em seguida elaboravam um plano de acção para um ano no qual agendavam as actividades iniciadas por um projecto demonstrativo. Aqui o indivíduo é colocado em relação horizontal com outros indivíduos, na criação de redes sociais, como os principais actores da sua mudança uma vez que é através dos seus capitais sociais que se movem de forma articulada para promoverem o desenvolvimento.

No DL a Participação está muito ligada a esta mobilização das capacidades endógenas promovida e assumida pelas pessoas. As pessoas são os sujeitos principais dos seus processos de mudança. Muitas vezes estes processos requerem tempo, acompanhamento técnico e investimento adequado para que seja possível passar de uma lógica gerida de forma tecnocrática, essencialmente passiva na qual as pessoas aderem às acções, para uma dinâmica participativa, na qual as pessoas se assumem como parte integrante do seu processo de mudança, demonstram capacidade de reflexão crítica relativa à sua

realidade e participam activamente na preparação, dinamização e avaliação de acções. Tratam-se de processos de mudança longos e complexos que implicam que os técnicos, enquanto incentivadores de dinâmicas participativas, sejam persistentes, resistentes ao desânimo e criativos no decurso da sua intervenção. A aposta em métodos participativos deverá ser uma constante da prática destes profissionais, na medida em que, progressivamente, demonstrarão às pessoas que são elas as principais responsáveis pelos seus processos de mudança. Nestes métodos importa sobretudo destacar os aspectos positivos e incentivar as potencialidades das pessoas e da sua comunidade, de modo a enaltecê-la a sua auto estima pessoal e colectiva. A partir daqui incentivam-se actividades e acções que vão ao encontro dos seus interesses, nas quais seja viável fomentar e desenvolver competências pessoais e sociais, com vista à criação e dinamização de grupos, com os quais se identifiquem e se sintam confortáveis. Poderá estar assim criada uma base para, a partir da dinamização das capacidades das pessoas, desenvolver processos de iniciativa própria que mobilizem outras pessoas, grupos e a própria comunidade. Se estes movimentos acontecerem de forma continuada e forem cada vez mais assumidos pelos indivíduos, enquanto reforços da sua participação e promotores do seu bem-estar, poderá vir a ser alterado para um processo de *empowerment*.

Para além de estimular os actores locais, uma das componentes do DL é feita a partir do conhecimento das características do local ou seja identificar os recursos e os factores que diferenciam determinada zona de outras. Aqui é atribuída grande importância às características demográficas, sociais, económicas e culturais. Importa destacar os recursos naturais, humanos, tecnológicos, patrimoniais, entre outros, como forma de potenciar uma comunidade, enquanto uma diversidade de características locais. Ao valorizar o que é diverso, promove-se a associação a determinado local e potencia-se o reconhecimento dessa zona.

No seu todo a identidade local assume grande pertinência enquanto estratégia de desenvolvimento, podendo significar vantagem competitiva, se passar pela nova organização dos processos de produção de modo a valorizar os seus produtos e imprimir a mudança através de recursos locais recentes que se podem entender como inovadores e característicos de determinada zona.

O Desenvolvimento Local nesta perspectiva valoriza a diferença enquanto estratégia de diferenciação de determinado território para outro porque acentua e promove as suas

características distintas potenciando-as, aumentando a sua competitividade e as oportunidades de se afirmar (Albino, 1997).

A reanimação das capacidades locais é um elemento essencial de aposta no âmbito do DL que pode passar por diferentes manifestações: educação e formação profissional; animação cultural; organização da população em torno de actividades tradicionais revestidas de inovação e dinamismo; actividades (re)criativas de saberes locais que produzam a diferenciação do local. Este reforço das capacidades locais é o resultado de parcerias entre agentes activos no interior do local e agentes exteriores ao local. Deste modo sendo endógenos ou exógenos, o que importa é que estes agentes concentrem as suas estratégias e as direccionem para a promoção consertada da diferenciação do local.

2.4. LIGAÇÃO ÀS PARCERIAS

Fazer a combinação da visão integrada da intervenção para o trabalho em parceria é afirmado no conceito de DL, que tem vindo a ser analisado neste capítulo e é essa transacção que será referida em seguida.

A visão integrada da intervenção social é uma das peças do conceito de DL que implica uma lógica articulada de acção, assente numa abordagem sistémica do trabalho, caracterizado por estratégias de intervenção integradas e intersectoriais. Isto por oposição a uma lógica parcelar, sectorial e fragmentada. Neste âmbito está previsto que a metodologia das acções respeite a intersectorialidade na elaboração do diagnóstico, da planificação, da realização e da avaliação. Nesta dinâmica prevê-se a existência de equipas multi e interdisciplinares, que ajam de forma articulada, e que representando as organizações nas quais estão inseridas, partilhem recursos em benefício das pessoas, no decorrer da intervenção que desenvolvem.

Ao respeitar a lógica da visão integrada da intervenção poderá perspectivar-se a realização de uma acção em determinado âmbito, nomeadamente habitação, mas importa que se vão integrando outras áreas, como pode ser o caso da saúde, do ambiente e da educação, por exemplo. Desta forma, o que se pretende é maximizar a acção a realizar, ligando-a a áreas que com ela estejam relacionadas, estendendo as suas sinergias, potenciando resultados, numa visão integrada das situações e dos problemas identificados. Aqui está incluído o trabalho em parceria, que será agora abordado.

Em Portugal a designação formal de partenariado, enquanto cooperação entre parceiros de países diferentes, orientado para o transnacional, surgiu com a sua participação em programas europeus. Contudo se a referencia a partenariado for feita enquanto

cooperação mais informal entre pessoas e/ou entidades com base nos mesmos interesses e objectivos comuns – entenda-se parceria – conduzindo á promoção de projectos locais de desenvolvimento então, isto ocorreu no país durante os anos 60. Foram estes movimentos encabeçados pela economista Manuela Silva tanto a partir do Gabinete de Estudos Sociais, como enquanto directora do Serviço de Promoção Social, que esta designou de “desenvolvimento comunitário” (Rodrigues, Fernanda & Stoer, Stephen, 1999). Como foi referido anteriormente, enquanto importante contributo para a génese do conceito de Desenvolvimento Local.

Apesar do partenariado, enquanto parceria, se ter assumido de modo dominante em meados da década de 70, a pouco e pouco e com a entrada de Portugal para a então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, foi a parceria, enquanto partenariado que se tornou semelhante durante a década de 80. A noção de partenariado foi amplamente propagada e colocada em prática ao longo da década de 90, sobretudo na sequência do desenvolvimento de 100 projectos de âmbito local decorrentes da aplicação do Programa Pobreza III. Sendo bastante importante o papel que o júri deste programa atribuiu ao partenariado na avaliação dos projectos que a ele se candidataram. É contudo consensual que o partenariado necessita de tempo para se desenvolver e isto depende bastante do conhecimento mútuo entre os diferentes parceiros. A criação de relações de confiança interpessoais e inter institucionais deverão contar com uma abordagem para acções comuns, nas quais cada parceiro partilha as suas especificidades. Deste modo são referidos por alguns agentes de desenvolvimento ao nível local a necessidade de respeitar determinados requisitos mínimos para que o partenariado aconteça que passam por “(...) *objectivos comuns entre os parceiros, o mínimo de responsabilidade e investimento por parte de cada parceiro, estabelecimento claro das “regras do jogo” antes de iniciar a construção do partenariado, filosofia comum de desenvolvimento e formação, abordagens compatíveis para a articulação da teoria e da prática, etc.*” (Rodrigues & Stoer, 1999).

Torna-se então fundamental que ao nível local a aposta ocorra em parcerias mais alargadas, efectivas, sistemáticas e responsabilizadas, e que o investimento também passe por parcerias inter-institucionais, em que a comunicação se desenvolva entre organizações, evitem-se acções sobrepostas e definam-se conjuntamente metas a atingir para a prossecução de fins convergentes (decididas a partir dos objectivos de organismos locais). Para este efeito é desejável que as instituições desenvolvam um trabalho próximo às populações, de modo a que estas possam ser envolvidas nas

decisões e melhoramentos dos locais em que residem. Ao colocar aqui a tónica na inter-pessoalidade, privilegia-se a proximidade entre comunidade, instituições e técnicos. Não descurando que é importante colocar em comum as candidaturas a Programas Europeus e Nacionais dos quais muitas instituições beneficiam mas que agora é desejável que o façam conjuntamente respeitando a lógica do trabalho em rede em prole de toda uma comunidade.

Segundo Augusto Silva (2000) um projecto de Desenvolvimento Local (DL) implica a relação de parcerias num trabalho conjunto que requer capacidade de negociação tanto entre as equipas técnicas e as autoridades a quem cabe a responsabilidade pelos vários contributos institucionais aos projectos, como pela sua própria direcção geral. Importa sobretudo saber gerir estas relações de parceria entre técnicos, instituições e poder político numa dinâmica em que estejam combinadas e integradas.

O Programa Rede Social com aplicações ao local, nomeadamente ao concelho e mais especificamente à freguesia, poderá contribuir muito para potenciar um trabalho efectivo em parceria que rume ao DL. Importa reflectir sobre a acção para voltar a agir, sendo fundamental criar condições para gradualmente e através de acções de informação, sensibilização e formação proporcionar aos técnicos o reforço das suas competências, de modo a que também eles estejam capacitados para aplicar novas abordagens práticas que resultem em intervenções melhores. É desejável que a atenção também se dirija para a intersectorialidade, não esquecendo outras dimensões da intervenção e actividades que fazem parte da mesma realidade local e contribuem para uma intervenção plena. É desejável que o estabelecimento de parcerias entre as várias instituições e entidades, públicas e privadas, com intervenção local, seja entendido enquanto processo de acção conjunta entre entidades que se mobilizam em função de objectivos comuns, prevendo a partilha de recursos que permitirão articular estratégias para atingir os referidos objectivos, avaliando frequentemente e em conjunto esse processo (Amaro, 2003). Verifica-se que as pessoas vivem em contextos próprios e com características específicas, nos quais existem capitais humanos e sociais singulares com problemas concretos. Importa aqui abordar a pertinência da participação de todos quantos lá estão presentes, pois é o conjunto da acção/intervenção de todos os *stakeholders* fundamental para o DL. Nesta perspectiva as parcerias “(...) enquanto misto de relações, solidariedades e compromissos com outras organizações e entidades, induzem à criação de outras dinâmicas e à convergência de esforços e de objectivos comuns” (Serafim, 1999, 159).

3. PARTICIPAÇÃO E EMPOWERMENT: CONTRIBUTOS PARA A MUDANÇA SOCIAL

Este capítulo surge na sequência dos temas já abordados de pobreza, exclusão social e desenvolvimento local, e procura demonstrar de que forma é que a participação e o *empowerment* podem constituir-se como instrumentos de acção, promotores de capacitação e mudança social, principalmente junto a públicos mais desfavorecidos a partir dos canais e das metodologias de acção participativa.

Sendo a Participação um dos conceitos mais utilizados em trabalho social, inicia-se com a definição do conceito para Ander-Egg, Pedro Demo e Alda Gonçalves. Continua com um enquadramento histórico muito breve do seu percurso através da abordagem às contribuições que a autora Isabel Guerra apresenta para este efeito. Acrescenta-se os cinco princípios que o autor Pedro Demo preconiza para a Participação porque reforçam a pertinência para políticos, técnicos e população ao nível da articulação da participação. Passando uma destas reflexões pelo facto de que para participar é fundamental conhecer, estar informado na medida em que é quando as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, que reconhecem a importância de desenvolverem uma cidadania activa. Nesta perspectiva, faz-se referência a alguns autores que enaltecem a importância da participação no decorrer da intervenção social, nomeadamente Paula Morais, Teresa Pinho e José Ornelas.

Na sequência do conceito de participação, este capítulo apresenta também a definição de *empowerment*, na medida em que poderá existir uma forte ligação entre eles, podendo o segundo decorrer da acção continuada do primeiro. Começa-se, então por apresentar a definição e um breve enquadramento do *Empowerment*, na perspectiva dos autores Carla Pinto, Hermano Carmo, Jonh Friedmann e José Ornelas, entre outros, sendo mencionada, a sua importância e mais valia para a intervenção social.

Numa dinâmica de capacitação, importa tornar as pessoas agentes da sua própria mudança através da participação, na elaboração dos seus projectos de vida, e/ou através da participação no grupo de vizinhos, e/ou através da participação na comunidade, tornando-os parte activa da sua própria história. Deste modo, para finalizar o capítulo dão-se a conhecer os canais de participação propostos por Jordi Estivill, bem como algumas reflexões pedagógicas e metodológicas de participação, focando-se contribuições dos autores Paulo Freire, Mark Lammerink e Rogério Roque Amaro.

3.1. CONCEITO E PERCURSO DA PARTICIPAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA INTERVENÇÃO SOCIAL

Participação é “fazer parte de”, é um acto exercido por um sujeito ou agente envolvido num contexto que lhe permite tomar decisões. Trata-se de um termo amplamente utilizado em trabalho social. Há formas muito variadas de simulação de participação, tais como: acção política; administração política; organizações governamentais; programas de trabalho social e prestação de serviços sociais. Existem também diferentes graus de participação das pessoas conforme o grau de controlo e a incidência que têm sobre as decisões (Ander-Egg, 1995: 20,21).

Segundo Pedro Demo (1993), Participação é conquista, na medida em que é entendida enquanto processo que, na sua essência, significa auto promoção e que é alimentado por uma conquista processual, em constante adaptação à realidade. E colocar este processo em prática é “fazer parte de”, é “comprometer-se com”, é “envolver-se em” através da presença em actividades, acções, reuniões, entre outros.

Para Alda Gonçalves (2007:02) de acordo com Cernea (1995) Participação significa *“dar poder às pessoas para mobilizar as suas próprias capacidades, tornando-se actores sociais em vez de sujeitos passivos, na gestão de recursos, tomada de decisões e no controlo das actividades que afectam as suas vidas”*. Quer esta definição se refira a indivíduos e grupos carenciados, quer se refira a grupos ou a comunidades locais, outra das mais valias é que neste caso se mobilizam os vários parceiros interessados no combate à pobreza e à exclusão social de determinado território, conduzindo ao desenvolvimento de soluções integradas a vários níveis, gerindo os recursos e as capacidades existentes na resposta às necessidades.

A participação pode contribuir para o alargamento das redes formais e informais de relações entre os actores locais, bem como para fortalecer a coesão social assente na partilha de decisões. (Lourenço, Carla, 2008) A participação *“(...) tem de se inserir no contexto de uma política democrática que pode inventar novos relacionamentos entre a administração e os cidadãos e cuja difícil aprendizagem ainda está nos primórdios”* (Guerra, Isabel: 2003, 250).

Historicamente, a participação tem origem nas várias tentativas de reconciliação das relações entre capital e trabalho, na medida em que existiam estratégias para tentar que o operário fosse solidário com o destino da sua empresa e como tal este deveria participar no processo de acumulação de lucro. O que se considerava era uma visão de

poder político e económico da sociedade. Nos anos 60 e 70 a noção de participação estava ligada ao poder, ela era assumida pela população mas de uma forma desordenada e/ou conflituosa porque pretendiam conquistar ou negociar esse poder que não detinham. Já na década de 80 assiste-se a um individualismo pós-moderno, desinvestindo-se no social, não se aposta na participação. Nos anos 90 continua a manifestar-se uma revolta na qual nem os “excluídos” nem os “integradores” parecem querer abdicar dos seus direitos e encontrar forma de mediar os seus conflitos (Guerra, Isabel,2000).

Através da participação pretende-se que a população tome consciência do meio social em que está inserida, dos seus próprios problemas e da capacidade que podem ter para contribuir para a sua solução. A tomada de consciência é essencial para se falar em desenvolvimento.

Nos projectos de desenvolvimento local estão presentes duas problemáticas ao nível da participação da população:

- O processo de consciencialização das necessidades e das formas de intervenção na vida social (o que inclui os processos de identidade individual, social e regional);
- O processo de construção dos mecanismos de comunicação, presença constante entre os vários actores implicados no processo de planeamento (inclui as redes de comunicação e as questões de poder).

Não são muito conhecidos os processos de consciencialização e de expressão das necessidades dos vários grupos sociais, por um lado e por outro é reconhecido que o processo de construção de redes de expressão e comunicação, de forma horizontal, assente nos objectivos e não nas hierarquias, reflecte um meio essencial de construção da cooperação e passa “*por valorizar as formas de expressão individual e colectiva dando-lhes voz pública, fomentando e apoiando lideranças locais*”. Os Projectos Sociais implicam a existência de interlocutores de ambos os lados, se existir a preocupação de criar canais de comunicação cooperantes desde o início, um projecto de determinada instituição, poderá tornar-se projecto colectivo (Guerra, Isabel:2000,103).

Realçando também a importância da participação articulada entre população, técnicos e políticos, o autor Pedro Demo (1993) preconiza cinco princípios de participação:

- Organização da sociedade civil – Baseia-se na capacidade da sociedade se organizar através de vários níveis, nomeadamente a natureza das suas organizações; as categorias sociais da população; as divisões regionais, entre outras. Aqui a forma que as pessoas

têm de se organizar para participar é através de duas organizações representativas: a sindical, concentrando-se em torno do eixo sócio económico e a partidária, virada para o eixo político da política social.

- Planeamento Participativo – Não o planeamento encerrado no contexto político ou de domínio tecnocrático naquele em que apenas os que têm uma formação universitária estão aptos a exercê-lo mas sim um planeamento feito pelas pessoas a partir da sua realidade, definindo três componentes do planeamento participativo: processo inicial de formação da consciência crítica e autocrítica da comunidade, numa dinâmica conjunta entre residentes e técnicos; definição de estratégia para dar resposta aos problemas (determinação de prioridades de soluções alternativas e propostas de abordagem de serviços); competência de organizar um grupo para colocar em prática o que foi planeado.

- Educação como formação de Cidadania – Educação enquanto instrumento inicial para a promoção da cidadania, impulsionadora da consciência crítica capaz de interpretar a realidade, através do fomento de competências pessoais e sociais que promovam o acesso ao saber e potenciem a participação.

- Cultura enquanto processo de identificação comunitária – Partindo da história, dos valores, dos símbolos, da maneira de fazer e dos modos de produzir de determinada comunidade, começando de dentro para fora, tornando a identidade potencialidade, para promover a mudança desejada.

- Processo de conquista de direitos – utilizando a metodologia do planeamento participativo, já referida, assumir a conquista dos direitos a vários níveis quer os humanos, como os políticos, culturais, sociais, entre outros.

Ao considerar a congregação destes instrumentos, quer ao nível das definições do conceito, referidas por os vários autores, a breve síntese histórica na perspectiva de Isabel Guerra e os princípios de participação preconizados por Pedro Demo, entende-se que a participação pode elevar a auto estima de grupos, organizações e comunidades porque ao torná-las verdadeiramente conscientes das suas limitações e potencialidades, fomenta a definição de um plano adequado à realidade, que acreditam promotor da mudança que desejam e que poderá estar inerente à dinamização de processos de desenvolvimento local.

Deste modo, a participação deverá ser realizada tendo sempre em consideração a população local, as suas preocupações e interesses que são essenciais para completar o

conhecimento que é tido de determinada realidade. Só através de esforços conjuntos é possível definir objectivos e planear uma estratégia de acção que conduza a oportunidades de mudança e desenvolvimento. Torna-se então essencial, estimular a capacitação da população e fomentar a sua participação cívica na medida em que aquele que é considerado o factor decisivo de emancipação, autonomização e de cidadania é a participação efectiva dos indivíduos e famílias em situação de exclusão social.

Porém se se entender participação como um processo individual e colectivo dinâmico, que permite o conhecimento e a validação social das necessidades e capacidades individuais e colectivas e este mesmo acesso quer individual, quer colectivo às oportunidades da sociedade, é fácil compreender a sua difícil concretização. No entanto o esforço por uma maior autonomização da população passa por estimular as suas capacidades de iniciativa, de gestão e de organização.

Pois, como já foi mencionado no capítulo anterior, a participação em processos de desenvolvimento local surge muitas vezes na sequência da mobilização das capacidades endógenas da população. Essa mobilização pode criar dinâmicas pró-activas de iniciativa tomadas pelos próprios indivíduos que, por sua vez podem impulsionar o envolvimento de outros indivíduos e grupos, gerando um princípio de *empowerment* (este conceito será abordado em seguida por se considerar que está ligado à participação, surgindo muitas vezes na sua sequência). Se assim for estamos perante um caso de capacitação e autonomia de indivíduos, grupos ou mesmo da própria comunidade.

Então, estamos perante uma situação de participação quando se verifica que a mobilização das capacidades endógenas conduz as pessoas ao envolvimento, em determinada acção, de forma continuada, na medida em que estas assumem uma postura de pró-actividade no próprio processo participativo.

Porém, fomentar a participação e a capacidade associativa da população poderá contribuir para minimizar o fechamento em si mesma ou colocar o enfoque em relações de conflito e por maximizar uma maior proximidade e interacção entre indivíduos e grupos com tendência a potenciar a sua acção capaz, estimulando essa prática.

Quando é iniciado este trabalho com determinada comunidade, criada à relativamente pouco tempo, como é o caso de realojamentos de vários grupos de população num bairro social, é importante que os técnicos dinamizem, gradualmente, uma aproximação

às pessoas de modo a diagnosticarem quais as melhores metodologias para incentivarem práticas participativas.

Para viabilizar e promover as capacidades de participação da população uma das metodologias de desenvolvimento e reforço de competências a utilizar passa pela realização de acções de sensibilização, informação, formação, educação, em varias áreas para indivíduos e suas famílias, não menosprezando porém a auscultação das suas necessidades e interesses, de modo a conjugar esses contributos na pratica diária da intervenção. Sendo que, também é importante verificar as dinâmicas que estas actividades criam, desenvolvem e que impacto podem ter.

A partir dos projectos, das acções e das actividades promovidos junto da população é importante distinguir entre participação e adesão dos indivíduos à actividade. Porque:

- a participação requer uma dinâmica de envolvimento e implicação do indivíduo, grupo de indivíduos ou comunidade no processo, desde a sua preparação e realização à sua avaliação;
- a adesão refere a presença passiva da pessoa, do grupo ou da comunidade, sem que tenha havido muitas vezes a referida participação em todo o processo de preparação, realização e avaliação.

Se a participação é um processo, é comum verificar-se que inicialmente comece por existir a adesão das pessoas, após vários incentivos de equipas de técnicos, ou estímulos entre os próprios indivíduos ou mesmo encorajamentos resultantes de acções pró-activas protagonizadas pelas próprias pessoas, se venha a tornar em participação, com um maior grau de envolvimento/implicação nos projectos/acções/actividades.

Mas há outras manifestações da participação, ou de identificar processos participativos que estejam a iniciar em determinada comunidade, nomeadamente através da existência de dinâmicas associativas criadas e de grupos informais criados por indivíduos.

A mobilização da participação como exercício de cidadania, implica a existência de processos de mudanças quer ao nível individual, quer ao nível das instituições e das comunidades, fomentando a criação de espaços de participação acessíveis, que ganham vida através da aproximação de actores públicos e privados, tornando-se instrumentos de cidadania (Morais, P e Pinho, T: 2008). Mais uma vez, as equipas dos técnicos das instituições desempenham aqui um papel importante porque parte da sua atitude, da forma como se relacionam com a população, da forma como o espaço das organizações nas quais estão inseridos, está organizado/disposto para receber as pessoas que a elas se

dirige poderá começar por motivar ou travar este processo participativo, na medida em que a mudança também é incentivada a partir destes contactos.

A participação dos cidadãos resulta nos processos de decisão a favor da comunidade, sendo que a participação comunitária não passa apenas por um suporte ou ajuda entre membros de um determinado grupo, porque envolve o efectivo contributo nas decisões importantes na mudança social. Esta pode ter diversas manifestações tais como a qualidade de vida nos bairros, as questões ambientais, a segurança, entre outras (Ornelas, José, 2002). Torna-se fundamental que os técnicos que trabalham diariamente com estas populações estejam atentos às suas manifestações de necessidades e interesses e promovam estratégias que incentivem a mudança social, por via da promoção da participação das pessoas nos seus projectos de vida, na sua participação na vida dos bairros em que residem.

3.2. DEFINIÇÃO E BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO EMPOWERMENT: UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Definir *empowerment* é segundo a tradução do inglês, fortalecer, aumentar o nível de poder, sendo exactamente a dimensão do poder, enquanto fenómeno de interacção, que se torna mais relevante, porque é essencialmente entendido como capaz de influenciar o pensamento e o comportamento dos outros fazerem escolhas e tomarem decisões próprias, vigiando e resistindo se necessário a outras formas de poder.

O *empowerment* contempla ainda o reconhecimento, a criação e utilização de recursos e instrumentos que permitem aos indivíduos, grupos ou comunidades aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania.

Carla Pinto (1998:252) define *empowerment* como “*um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e económico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania*”.

Para Friedmann (1996) *empowerment* é todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. O desenvolvimento democrático é o objectivo principal deste processo e desenrola-se em volta de três ideias fundamentais:

- de direitos humanos, não só direitos civis e políticos, mas também económicos e sociais;
- direitos de cidadania, a relativa autonomia dos cidadãos face ao estado, em que em última instância o estado tem que prestar contas ao povo organizado enquanto comunidade política;
- do “desabrochar humano”, o acesso igual de todos às condições sociais que tornam possível este desabrochar humano tais como, a ausência de fome e o acesso à educação e saúde.

Tal como já foi referido relativamente à promoção da mudança social, também o verdadeiro *empowerment* não pode ser alcançado a partir do exterior mas sim através do incentivo que os técnicos que trabalham com populações mais desfavorecidas devem exercer junto destes incentivando-os “(...) *a tornarem-se activos nas comunidades onde vivem, a adquirir uma imagem pessoal positiva, a dizer com confiança o que pensam, a identificar e a apoiar os dirigentes locais e a procurar soluções cooperativas*” (Friedmann, J. 1996:83). Acentuando a tónica na aprendizagem pela acção colectiva, defende-se a ideia de que as organizações comunitárias, constituem-se como verdadeiros locais de acção da democracia na medida em que os que a elas estão ligados defendem uma posição, ouvem-se uns aos outros, tomam decisões em conjunto, dividem o trabalho e definem objectivos comuns.

É a partir da audição do que as pessoas que vivem em determinada comunidade, pensam dos seus problemas e quais os recursos que consideram poder dispor ou consideram que existem para os ultrapassar que se configura uma estratégia eficaz de resolução de algumas situações. Estas serão então incluídas em planos de acção de determinado local. O *empowerment* é um processo que se desenvolve ao longo do tempo, do qual fazem parte a aquisição de recursos, poder e voz activa na dinâmica de tomada de decisões. Tratando-se de um processo que se estrutura a partir da cooperação com os outros, o *empowerment*, é construído a partir das relações entre as pessoas e da sua participação nos grupos e nas organizações. Conjuntos e articulados, indivíduos, grupos e organizações podem alcançar, de forma mais eficaz, objectivos comuns se se formarem em parcerias (Ornelas, José, 2002).

Não sendo o bastante, a tomada de consciência, deve estar ligada ao envolvimento da população na tomada de decisões, ligada às acções e ao processo de avaliação

continuado de determinado projecto. Sendo a isto que se chama de *empowerment*, que é a partilha do poder pelos vários grupos sociais (Guerra, Isabel, 2000).

Segundo Paula Morais e Teresa Pinho (2007) capacitar é apoiar na descoberta e mobilização de competências das pessoas, famílias e dos locais, através de estratégias sistémicas, integradas e participadas, ajudando no reconhecimento e na prática das capacidades endógenas e prosseguir a intervenção de forma participada pelos indivíduos de modo a integrar outras capacidades.

Foi na década de 70, nos Estados Unidos que se deu início ao movimento do *empowerment*. Esta prática começou a ser utilizada por técnicos de intervenção social em várias áreas de actuação, desde o final da década de 80 até hoje.

Para conhecer a génese do processo de empowerment em direcção à libertação, são referidas algumas influências mais remotas para compreender melhor o conceito:

- A revolução protestante, que a partir dos séculos XVI e XVII propagou a ideia de que todos tinham obrigação e responsabilidade de construir o seu próprio destino;
- O capitalismo mercantil e industrial que deu grande valor à iniciativa, à tomada de riscos e ao planeamento do futuro;
- O anarquismo que defendia a cooperação natural relativamente à selecção natural, realçando a importância dos relacionamentos e a satisfação das necessidades;
- A expansão da concessão de cidadania que se reporta ao conjunto de direitos e deveres de um membro de uma comunidade ou sociedade possui como tal (Pinto, Carla, 1998).

Esta retrospectiva histórica visa essencialmente a libertação dos indivíduos relativamente a praticas culturais e sociais que se revelam injustas, sendo pertinente destacar o prestígio sobre o processo de reflexão da realidade da vida humana, e sublinhar os contributos mais recentes, nomeadamente:

- Os movimentos de cidadania que apelam à mobilização e união dos indivíduos;
- Movimentos de independência anti-colonial, em particular a herança dos conceitos de *Styagraha* como uma técnica de acção, uma filosofia e uma forma de vida assente na verdade e no conceito de *Hin Swaraj* ou seja a auto-determinação de um povo;
- Desenvolvimento de uma democracia participativa o que implica o envolvimento activo de toda a comunidade na tomada de decisões;
- A técnica de “consciousness-raising” ou seja formação da consciência;
- Movimentos de auto-ajuda através de organizações voluntárias;

- Sociologia de intervenção que é vista como uma forma de FAZER segundo a qual não basta conhecer a realidade social, é importante modifica-la;
- Teoria da aprendizagem do comportamento impotente, refere-se à transmissão de interesse e motivação ao indivíduo que por consequentes fracassos se encontra desesperado, resignado e impotente, de forma a contrair este tipo de comportamentos;
- Movimento de reconceptualização do Serviço Social tradicional que promove uma nova visão do trabalho social em oposição ao Serviço Social tradicional, em que o objecto da intervenção do profissional passa a ser a relação de forças e de poder no contexto de uma sociedade, na construção de uma aliança entre o profissional e a população – utente (Pinto, Carla, 1998).

O principal objectivo do *empowerment* é dotar e reforçar em direitos e participação os indivíduos, grupos ou populações, alvo de discriminação e exclusão, conduzindo-os a reagirem de modo a alterarem o estatuto em que foram colocados. Promove então a participação dos cidadãos na vida social, económica, política e cultural e pretende uma distribuição equitativa dos recursos. Para que isto ocorra é condição básica existir um processo de distribuição de poder. No que concerne ao conceito de *empowerment* o poder tem várias procedências sociais, económicas, políticas e culturais, e pode ser gerado e perpetuado por meio de interacções sociais, tratando-se aqui de interacção com dois sujeitos (dominador/dominado), situação esta que pode mudar através de uma redistribuição do poder.

O poder é entendido como a capacidade e autoridade para:

- influenciar o pensamento e o comportamento dos outros – poder sobre;
- ter acesso a recursos e bens e a capacidade para influenciar a sua distribuição – poder para;
- tomar decisões e fazer as próprias escolhas, conseguindo praticá-las – poder para;
- resistir ao poder dos outros, se necessário – poder de;

e o processo de *empowerment* tem a pretensão de desenvolver todos estes tipos de poder (Carmo, Hermano, 1999).

Para José Ornelas (2002) existem três níveis de *empowerment*, o individual, o organizacional e o comunitário. Apesar de um determinado nível de *empowerment* ser

independente de outro, não implicando necessariamente outro, a ocorrência de um, de dois ou de três níveis de *empowerment* podem provocar processos de mudança com origem na própria comunidade, na medida em que são os próprios cidadãos que numa lógica de capacitação assumem o controlo sobre as suas vidas quotidianas. O processo de *empowerment* pode acontecer ao nível individual, organizacional ou comunitário. Quando se tornam líderes ao nível local, os indivíduos têm mais influência sobre os recursos e decisões relacionados com a sua vida. Se desenvolverem um trabalho de parceria com outros grupos e/ou organizações podem chegar a alcançar outros recursos que os aproximam dos objectivos que pretendem alcançar. Numa perspectiva de aproximação fundamentada às entidades governamentais, uma comunidade pode ter um papel mais marcante na informação das políticas que terão efeito nesse local.

O processo de *empowerment* fortalece a autodeterminação dos indivíduos, grupos e comunidades num trabalho conjunto com técnicos e destes, enquanto profissionais de instituições, em parceria entre si.

Deste modo, é possível afirmar que estes três níveis de *empowerment* podem, por sua vez, ser ordenados de outra forma, o *empowerment* individual e o *empowerment* colectivo, sendo que:

→ o *empowerment* individual, diz respeito à acção de um indivíduo que é entendido como líder perante a conduta que assume, sendo esta capaz de mobilizar outros indivíduos;

→ o *empowerment* colectivo, dividido em:

- *empowerment* organizacional, está ligado à pró-actividade, iniciativa e capacidade de liderança de um determinado grupo de indivíduos, que se juntam porque têm os mesmos interesses e demonstram o poder, no comportamento que adoptam;

- *empowerment* comunitário, dá relevância aos processos de capacidade de poder dos elementos que constituem determinada comunidade, e que realça acções assumidas pela comunidade no seu todo.

Estes processos de poder, quer individual, quer colectivo, tal como já foi referido anteriormente, remetem para a capacidade para aceder, organizar e distribuir bens e serviços, bem como a capacidade para decidir e praticar o que fazer perante situações diversas, tal como para ser capaz de influenciar o pensamento e as acções dos outros, exercendo o seu poder sobre eles e ser capaz de suportar, sem ceder ao poder de terceiros.

3.3. CANAIS E METODOLOGIAS DE ACÇÃO PARTICIPATIVA

Torna-se fundamental estabelecer objectivos claros para a dinamização de processos de participação e *empowerment*, havendo conhecimento de que esta definição regulará a escolha das estratégias e das metodologias de acção. Isto implica fazer uma planificação cuidada dos meios e linguagens adequados aos diferentes intervenientes, porque é desejável que se tenha em consideração a necessidade de actuar de modo a promover a inclusão de pessoas mais desfavorecidas.

Para o autor Jordi Estivill (2003:116) a participação apresenta medidas ligadas à economia, ao social, à política e ao cultural existindo uma correspondência entre elas, não sendo viável desenvolver uma das dimensões sem a actuação das outras.

Este autor identifica então cinco canais de participação:

- Informação – constitui-se como um primeiro nível que potencia o exercício da cidadania na medida em que uma pessoa bem informada dá uma orientação mais responsável e consciente às suas decisões;
- Qualificação e organização – o papel das organizações é o de optarem conscientemente por promoverem a inclusão ou a exclusão; porque ao modelarem a vida social definem as condições que as vão aproximar ou afastar das pessoas;
- Consulta – auscultar a opinião que as pessoas têm sobre os problemas da sua comunidade e quais as potencialidades que identificam para lhes fazer face. Ainda que muitas vezes o resultado desta consulta não seja colocado em prática na operacionalização de determinado plano local, esta auscultação pode ser uma forma destes actores se fazerem ouvir;
- Pedagogia da Participação – situada na grande diversidade das actividades que se realizam, é este o nível que melhor corresponde á situação objectiva e subjectiva das pessoas excluídas. Não convém esquecer que é preciso tempo e meios para participar, sendo muitas vezes necessário começar pela criação da auto-estima de pessoas e dos grupos e, na sequência de pequenas acções bem sucedidas, avançar para outras mais complexas, respeitando o ritmo e especificidade das pessoas, dos grupos, das comunidades com quem se está a trabalhar;

- Tomada de decisões centrais para a acção local – muitas vezes não são os que participam em parte do processo (planeamento, programação, implementação e avaliação) ou no seu todo, que tomam as decisões, mesmo quando a principal questão é o poder. Apesar da história demonstrar que quem tem o poder tem que o conquistar, importa fomentar o *empowerment* das pessoas, dos grupos e das comunidades, porque através dos resultados de muitos projectos verifica-se que é possível dividi-lo de forma mais adequada e equitativa.

Deste modo, e tal como tem vindo a ser referido, ao longo do capítulo anterior e deste capítulo, Participar é potenciar o exercício da cidadania através da disponibilização da informação aos indivíduos; com organizações que defendam uma prática inclusiva; promovendo a auscultação da realidade junto dos indivíduos, fazendo o levantamento das suas necessidades e potencialidades; fomentar a auto estima das populações desfavorecidas e respeitar o seu ritmo de trabalho e estimular o processo de *empowerment* individual e colectivo dirigido a decisões por estas participadas e centradas para a acção local.

No seu todo a metodologia defendida por Paulo Freire (1969 e 1983) é aplicável a vários contextos de educação/formação de adultos, dos quais se destacam contextos sociais e culturais, muitas vezes considerados desfavorecidos. Trata-se de uma metodologia que nos seus conceitos privilegia a Educação Libertadora, propõe uma dinâmica de aprendizagem Acção/Reflexão/Acção, num processo que: é feito individual e conjuntamente em espiral; fomenta as potencialidades locais, partindo dos conhecimentos que os sujeitos têm da sua realidade; para que com a contribuição de elementos exteriores, sejam protagonistas da sua própria história e se sintam promotores e dinamizadores de processos de mudança social; respondam às suas necessidades; visando enaltecer o indivíduo, o grupo e as comunidades no seu todo.

Também Mark Lammerink (em várias publicações, nomeadamente em 2000) defende e fomenta esta pedagogia e dinâmica enquanto instrumento de trabalho importante na educação popular de adultos e na promoção de iniciativas para o desenvolvimento. Ao identificarmos as mais valias deste modo de actuação enquanto potenciador da participação é possível verificar que:

- A importância atribuída à capacitação das pessoas de modo a desenvolverem um processo de aprendizagem contínuo, a partir das suas referências (tais como

o seu percurso de vida) a valorização do local e nele começarem por encontrar potencialidades que através da definição de um plano de acção, elaborado conjuntamente, contribua para dar resposta às suas necessidades e promover a sua inclusão;

- Este processo será baseado na Acção/Reflexão/Acção de determinada realidade focalizada, que acontece num processo em espiral, feito em grupo e em comunidade sempre que possível e com a contribuição de elementos/ pessoas exteriores ao local e que colaborem na resposta às necessidades da população como sistema de desenvolvimento num todo;
- Através da utilização de metodologias participativas é fomentado o respeito e a valorização das pessoas, são estimuladas consciências críticas, num processo de aprendizagem feito horizontalmente e de baixo para cima, em que todos têm um papel activo capaz de, no todo e de forma comprometida, promover a mudança;
- Sempre que for preciso ao longo deste processo, verifica-se o plano definido e se este vai ao encontro das necessidades diagnosticadas e contribui para lhes dar resposta e procedem-se aos devidos ajustamentos para que isso aconteça, num clima de aprendizagem que privilegia a reflexão após a prática de modo a (re)definir uma nova prática, se necessário, rumo á aplicação das soluções que parecem ser as mais adequadas a todos.

Considera-se que a riqueza desta metodologia embora seja exigente, constitui várias mais valias à prática de uma intervenção localizada nomeadamente porque incentiva a participação dos sujeitos da acção, através da valorização do local e do estímulo de consciências críticas, desenvolvendo competências pessoais e sociais, fomenta a mudança.

São várias as metodologias que apelam à participação de agentes locais, e aquelas que promovem o envolvimento de elementos da população, o importante é aplicar os que melhor se adequam aos objectivos pretendidos, às características dos indivíduos, do grupo ou da população com quem se está a trabalhar. Para aplicar os métodos é preciso tempo, de modo a que sejam calendarizadas as acções a executar neste âmbito, tendo a duração necessária para que façam efeito.

Metodologias Participativas

Identificação dos Métodos	Breve Descrição
- Reuniões	– reuniões realizadas entre elementos da população e pessoas que trabalhem com a comunidade;
- Ateliers de Poder	– grupos de trabalho nos quais se inserem situações da realidade em que as pessoas jogam o papel da pessoa que confrontam e, assumindo papéis diferentes dos seu, discutem os problemas da comunidade;
- Teatro Fórum	– a partir de uma peça relacionada a determinado tema de interesse para uma comunidade, há um grupo que cria um enredo e começa a sua apresentação. No espaço em que esta decorre, um animador vai interpelando os espectadores que, ao darem a sua opinião, são convidados a assumir o papel na peça. São assim discutidos problemas da comunidade;
- Fotonovela	– através de várias fotografias legendadas de determinada situação real, é fomentada a discussão de que soluções existem para o problema;
- Leilão de Problemas	– são apresentados vários problemas de uma determinada comunidade, num plenário ao qual se convidam o maior numero possível dos residentes e dos representantes dos serviços e associações desta e face ás situações apresentados, as pessoas disponibilizam o que podem oferecer para ajudar a resolver os problemas;
- Conversas Informais	– conversas diversas estabelecidas entre várias pessoas da comunidade e os que nela trabalham;
- Conversas Personalizadas	– conversas mantidas entre as pessoas que trabalham na comunidade com determinada pessoa face á sua situação específica;
- Jogo da Glória	– reprodução em tamanho real do Jogo da Glória de mesa. As casas do jogo, na quais param os peões, são as instituições, serviços ou mesmo determinados monumentos ou casas mais antigas ou recentes da comunidade. São colocadas questões alusivas á história e a acontecimentos de determinado local. No final são atribuídos prémios;
- Utilização de Analogias	– através de determinados símbolos, são feitas comparações entre alguns percursos pessoais, de determinado grupo ou comunidade com vista á sua real inserção de modo a atingir os objectivos pretendidos;
- Muros de Lamentações	– são colocadas várias mensagens num “muro” (quase sempre sobre a forma de painel) e é discutido o que é que se pretende transmitir com aquela mensagem;
- Conferência de Pesquisa de Soluções para Problemas	– Processo que inicia com a proposta a algumas pessoas mais populares na comunidade (como o Padre, o Farmacêutico, o Comerciante) de animarem uma discussão aberta com a própria comunidade relativa ás seguintes questões colocadas sequencialmente e após resposta á anterior: 1ª O que vai ser de nós dentro de 10 anos? 2ª O que gostaríamos de ser dentro de 10 anos? 3ª O que estamos dispostos a fazer para ser o que pretendemos daqui a 10 anos? Quando esta ideia já tiver sido discutida por todos, passados dois ou três meses, convoca-se um fim-de-semana num primeiro momento coloca-se e discute-se a 1ª questão em grupos de trabalho; num segundo momento a 2ª questão também em grupos de trabalho e num terceiro momento a 3ª questão da mesma forma. Identificadas áreas diferentes, são criados novos grupos em que as pessoas se reúnem por áreas específicas e preparam, organizam-se, no sentido do que irão fazer para chegar a determinada meta.

Quadro II – Metodologias Participativas

(Quadro retirado das aulas de Metodologias de Intervenção para o Desenvolvimento, integradas no VI Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais, Desafios Mundiais – Análise e Gestão – Julho de 2008)

2ª PARTE

4. METODOLOGIA DA DISSERTAÇÃO

Neste capítulo dá-se a conhecer a forma como foi estruturada a presente investigação, desde a definição do tema, à escolha dos métodos e técnicas utilizadas para obter os resultados da pesquisa.

Inicia-se com a definição de pesquisa na perspectiva de alguns autores, nomeadamente Ander-Egg, Raymont Quivy e Luc Van Campenhoudt, entre outros, sendo aqui apresentado o objecto teórico da pesquisa.

Em seguida dá-se a conhecer a pergunta de partida e os objectivos da pesquisa e a forma como foi feita a exploração do tema e a construção da problemática.

Segue-se a exposição das características gerais do paradigma quantitativo e do paradigma qualitativo na óptica dos autores Hermano Carmo e Manuela Ferreira, entre outros, referindo-se a utilização da lógica da triangulação mas principalmente dos métodos qualitativos nesta pesquisa.

Continua-se o capítulo com a apresentação do modelo de análise dando-se a conhecer sobre que perspectiva é que foram analisados os principais conceitos operacionalizados, a partir da exposição dos respectivos quadros de análise dos conceitos, orientadores da pesquisa empírica.

Para finalizar são mencionadas as principais técnicas e instrumentos de recolha de informação e análise utilizados na pesquisa empírica.

4.1. A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Escolher a metodologia tem por base considerar o tipo de informação que se pretende alcançar, para dar resposta à pergunta de partida e aos objectivos da pesquisa. Quer os objectivos, quer a pergunta de partida já foram referidos na introdução deste documento como forma de os dar conhecer enquanto guias de orientação da tese, também importantes para justificarem as escolhas teóricas apresentadas na 1ª Parte da tese. Agora voltam a estar referidos, não para assumir descuidadamente qualquer repetição mas porque, devido à sua importância, serão abordados ao nível metodológico.

Segundo Ander- Egg, citado por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (1990: 15), a pesquisa é um *“procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir factos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”*. A pesquisa é um procedimento formal acompanhado de uma reflexão

permanente, podendo ser um caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Isto implica uma ruptura com o pensamento do senso comum, que é muito influenciado pelas crenças e os estereótipos (Moscovici e Hewstone, 1988: 54) dando-nos apenas a “ilusão” de conhecermos a realidade. Esta ruptura com o senso comum é o primeiro passo do conhecimento científico (Quivy e Campenhoutd, 1998:26).

Enquanto profissionais na área das ciências sociais é importante mantermos a preocupação por romper com o senso comum e procurarmos conhecer, verdadeiramente, a realidade social, que para António Carlos Gil (1995: 43), abrange “(...) *todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais*”.

Segundo Urrutia, citado por Úrsula Karsch (1988: 122-123), não “(...) *se pode pesquisar o que se desconhece, pelo contrário, é uma exigência da investigação social que se investigue o que se sabe, o que se conhece e se tem estudado*”. Deste modo, enquanto profissional de serviço social a trabalhar diariamente e desde o ano de 2004 no Gabinete Técnico da CMA, incluído no Bairro Social do Casal do Silva, considerou-se importante aplicar esta investigação a uma realidade que é conhecida, tendo sido eleito como objecto teórico da pesquisa a pobreza e a exclusão social, o desenvolvimento local e o empowerment.

Ao realizar esta pesquisa pretende-se estudar as manifestações dos fenómenos e das dinâmicas referidas com o intuito de aprender a fazer, fazendo e reflectindo, para que ao melhorar a prática profissional, se possa contribuir directa e indirectamente para o bem-estar dos residentes na Urbanização do Casal do Silva (UCS).

Como investigadores foi necessário fazermos um esforço para evitar que a ideia que estava inicialmente construída das pessoas, das instituições e da intervenção social não interferisse, de forma prejudicial, nesta dissertação.

A proximidade com o objecto de estudo sempre foi uma constante mas considera-se que existiu empenho, para controlar e diminuir qualquer influência negativa para este trabalho, pelo contrário, realizar este estudo permitiu manter a motivação e o interesse na intervenção social que era desenvolvida, quer individualmente, quer em equipa na UCS.

4.1. PERGUNTA DE PARTIDA E OBJECTIVOS

Ao servir de “motor de arranque” à investigação em ciências sociais, a pergunta de partida deve expressar de forma clara, realista e pertinente o que se procura saber com a pesquisa para se conhecer e definir o rumo a tomar. (Quivy e Campenhoutd, 1998:44).

O presente documento oferece a oportunidade para perspectivar a intervenção social rumo à integração social e ao desenvolvimento local, bem como à capacitação da população residente no Casal do Silva. Ao considerar-se a importância deste trabalho para o desenvolvimento diário da actividade profissional na urbanização, propõe-se dar resposta à seguinte pergunta de partida:

- As Reuniões de Moradores são uma prática participada, de *empowerment*, de desenvolvimento local e integração social, para os residentes na Urbanização do Casal do Silva?

Esta pergunta foi escolhida tendo em conta o desenvolvimento diário da actividade profissional na Urbanização do Casal do Silva, e a aposta que a autarquia e a equipa técnica local fizeram nas Reuniões de Moradores, como forma de envolver os residentes do bairro, conduzindo-os à participação, e influenciar a sua prática de modo a promover o seu *empowerment* e a sua integração social.

A resposta à pergunta de partida orienta a pesquisa e o rumo que lhe pretendemos dar, mas para ajudar este processo foram definidos objectivos com o intuito de permitir decidir os métodos, as técnicas e os instrumentos a utilizar. Tendo em conta a Pergunta de Partida, definiram-se os objectivos porque se pretende ir um pouco mais longe e perceber os fenómenos de Pobreza e Exclusão Social que afectam a população, analisar os processos decorrentes do Desenvolvimento Local, verificar se as Reuniões de Moradores se constituem como processos de capacitação e reforço, pretendendo-se com este estudo encontrar contributos e propostas para a intervenção social futura.

Para esta pesquisa foram determinados quatro objectivos:

1. Verificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população que reside na Urbanização do Casal do Silva;
2. Identificar, de modo específico, as dinâmicas de desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva;

3. Analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação, *empowerment* e de integração social dos residentes nesta Urbanização;
4. Contribuir para a elaboração de planos que promovam o desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva.

4.2. EXPLORAÇÃO DO TEMA E CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A pesquisa bibliográfica revelou-se uma ferramenta muito importante para o trabalho elaborado, porque foi a partir dela que se pôde conhecer o objecto teórico da investigação. Este percurso de pesquisa seguiu alguns passos (Gil, 1995:72-73):

1. Em primeiro lugar foi efectuada a exploração das fontes bibliográficas (livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisa, boletins, entre outros) tendo sido necessária a pesquisa na internet e a deslocação a bibliotecas

- Biblioteca do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa – Lisboa;
- Biblioteca do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Universidade Lusíada;
- Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Pólo Universitário de Lisboa;
- Biblioteca do Instituto Superior de Gestão de Lisboa;
- Biblioteca Municipal da Amadora.

2. Em segundo lugar foi efectuada a leitura do material recolhido e a elaboração de fichas de leitura, nomeadamente seguindo o modelo proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1998:63).

3. Em terceiro lugar procedeu-se à análise dos dados contidos nas fichas de leitura de modo a retirar o que se considerou relevante para a pesquisa.

Convém dar conhecimento de que este processo aconteceu desde Março de 2009, momento em que se iniciou a pesquisa, até Julho de 2010, momento em que se entrega o documento. Sempre que existiram dúvidas relativas a determinado assunto, era à pesquisa bibliográfica e/ou às fichas de leitura que se recorria.

A complementaridade das leituras permitiu definir os 3 capítulos teóricos, sendo que os principais conceitos abordados nestes capítulos constituíram a base do modelo de análise, possibilitando a recolha das informações pretendidas e a elaboração dos capítulos 6, “Manifestações de Pobreza e Exclusão Social no Casal do Silva” 7, “Manifestações de Desenvolvimento Local” 8, “*Empowerment*: estratégias de

capacitação” e 9, “Planos de Desenvolvimento Local no Casal do Silva: contribuições possíveis”.

4.4. PARADIGMA QUANTITATIVO E PARADIGMA QUALITATIVO

O paradigma quantitativo sendo associado às Ciências Naturais, pauta-se por uma percepção geral positivista, hipotético-dedutiva e está virada para a obtenção de resultados. Por sua vez o paradigma qualitativo, sendo associado às Ciências Sociais, muito próprio da Antropologia Social, regula-se por uma perspectiva geral fenomenológica, indutiva, que é subjectiva e é dirigida para o processo.

Reichardt e Cook (1996), segundo Carmo e Ferreira (2008) referem que um investigador, para solucionar da melhor maneira um problema de pesquisa não tem de aderir rigidamente apenas a um dos dois paradigmas, sendo-lhe possível optar pela articulação de características pertencentes a cada um deles. Mas também há autores, como Júlia Brannen (1992) que afirmam que existem algumas dificuldades de os utilizar conjuntamente numa mesma pesquisa. Contudo, esta autora também afirma que *“(...) o procedimento correcto deverá ser o de relacionar cada conjunto de dados com a teoria que lhe está subjacente e analisar de que modo os diferentes conjuntos de dados são complementares ou apresentam contradições uns em relação aos outros.”* (Carmo e Ferreira, 2008: 194).

4.2.1. Lógica da Triangulação

Segundo Carmo e Ferreira (2008: 201), Patton refere que a maneira de fazer com que um plano de investigação fique mais consistente é através da triangulação ou seja da forma combinada como podem ser usadas metodologias relativas aos mesmos fenómenos na pesquisa. Isto implica a utilização coerente de abordagens qualitativas e quantitativas. Defende-se a lógica da triangulação (Reichardt e Cook, 1996) pela justificação de que cada método pode revelar aspectos diferentes no que diz respeito à realidade empírica, e por consequência podem e devem ser usados métodos diferentes de observação da realidade. A utilização deste método de triangulação permite uma melhor compreensão dos fenómenos e o alcance de resultados mais seguros.

Embora seja afirmado por todos os autores que a combinação de métodos quantitativos e qualitativos apresenta algumas dificuldades relativas ao custo, a mais tempo dispendido na investigação e maior exigência ao nível da competência do investigador para interpretar e usar correctamente cada um deles, optou-se por esta lógica de

triangulação na elaboração desta pesquisa por se considerar que é a mais completa e a que vai ao encontro dos objectivos definidos.

4.2.2. Utilização maioritária de métodos qualitativos

Sendo esta uma dissertação realizada no âmbito das ciências sociais, importa referir que a aplicação do método qualitativo foi maioritariamente utilizada, na medida em que esta pesquisa tem uma vertente muito descritiva (em resultado directo dos dados recolhidos no decorrer do estudo empírico) e aproxima-se bastante das características dos estudos holísticos. Nestes os investigadores tentam considerar a realidade no seu todo: estudando-se o passado e o presente de indivíduos, grupos e situações (Carmo e Ferreira, 2008). O estudo apresenta essa característica muito ao nível da pesquisa empírica, desde a abordagem dos fenómenos da pobreza e exclusão social, passando pela referência às manifestações de desenvolvimento local, bem como às estratégias de capacitação da população através do *empowerment*. Todos estes capítulos são atravessados por interpretações reais a indivíduos, grupos e situações numa retrospectiva de passado e presente, analisando-se o que se mantém, o que mudou e o que tem vindo a mudar. Apenas na sequência da realização desta retrospectiva de passado e presente foi possível elaborar o Capítulo 9, no qual são sugeridos vários contributos ao desenvolvimento de planos de promoção do desenvolvimento local na Urbanização do Casal do Silva.

Segundo Carmo e Ferreira (2008) para Bogdan e Biklen (1994) na investigação qualitativa “(...) a preocupação central não é a de saber se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados”. Não podendo afirmar que os resultados deste trabalho de investigação, são passíveis de generalizar em contextos semelhantes (porque a combinação das pessoas, dos grupos e das situações, com certeza que cria resultados diferentes), numa interpretação primária deste estudo, o que se pretende é que a partir da análise da realidade ao qual foi aplicado, possam retirar-se sugestões de perspectivas positivas de actuação em contextos comparáveis. Foi por esta via que se fez corresponder os conceitos aprofundados no modelo de análise, principalmente o conceito de desenvolvimento local à elaboração do objectivo 4. *Contribuir para a elaboração de planos que promovam o desenvolvimento local da urbanização do Casal do Silva*, que é dado a conhecer através do Capítulo 9. “Planos de Desenvolvimento Local no Casal do Silva: contribuições possíveis”. Na minha perspectiva não fazia

sentido corresponder um quadro de análise a este objectivo, porque o resultado deste capítulo surge da interpretação feita a partir da elaboração da tese no seu todo. Como já foi referido, tratou-se sobretudo de a partir da retrospectiva do passado e tendo em conta o presente de pessoas, grupos e situações, apresentar contribuições para a elaboração de futuros planos de desenvolvimento local para a Urbanização do Casal do Silva, tendo sido empregues as dimensões deste conceito para orientar a redacção do capítulo.

4.3. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Após a construção da problemática é necessário elaborar um modelo que oriente a observação empírica. Para tal, importa definir os conceitos-chaves sobre os quais assenta a observação empírica (Moreira, 1994: 22). Assim Pobreza e Exclusão Social, Desenvolvimento Local, e Empowerment são os conceitos operacionalizados no modelo de análise.

Segundo Carlos Diogo Moreira (1994:22) os conceitos podem ser analisados sob diferentes perspectivas, ou seja podem ser multidimensionais e, como tal, há que esclarecer sobre que perspectiva se pretende analisa-los:

- Pobreza e Exclusão Social

A pobreza e a exclusão social são fenómenos sociais abordados por vários autores e podem ser analisados sobre diferentes perspectivas. O capítulo 1, “Pobreza e Exclusão Social, Perspectivas de Integração” sendo teórico, apresenta definições e abordagens complementares de diversos autores mas debruça-se sobre as contribuições de José Pereirinha, de Alfredo Bruto da Costa, de Rogério Roque Amaro e de Luís Capucha. A partir do cruzamento da teoria destes autores, para os conceitos de Pobreza e Exclusão Social foram estipuladas as seguintes Dimensões de Análise: *Demográfica, Emprego, Económica, Educação, Saúde, Habitação e Relações Sociais*. Todas estas dimensões foram desdobradas nos respectivos indicadores de modo a verificar a dimensão do fenómeno da pobreza e da exclusão social na urbanização do Casal do Silva.

- Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local, sendo um dos temas centrais deste documento foi apresentado teoricamente no capítulo 2, “Desenvolvimento Local: da origem conceptual ao emprego real”. Tal como se verificou anteriormente, também este conceito contou com as

contribuições de diferentes autores para a sua definição e para demonstrar a sua pertinência. Tendo como definição base a que Rogério Roque Amaro apresenta para Desenvolvimento Local, foram definidas as Dimensões de Análise: *Satisfação das necessidades no decorrer da intervenção; Mobilização de capacidades endógenas; Participação; Recursos exógenos mobilizados para o território; Visão integrada da intervenção e Trabalho em parceria*. Considerando estas dimensões e a realidade à qual se iria aplicar o estudo, foram desdobradas nos respectivos indicadores, complementados no decorrer da análise.

- *Empowerment*

O *empowerment* é um dos temas centrais deste documento e foi abordado no capítulo 3, “Participação e *Empowerment*: contributos para a mudança social”. Este conceito conta com as abordagens de vários autores das quais são destacadas aquelas que são apresentadas por John Friedmann, Carla Pinto, Hermano Carmo e José Ornelas, sendo este último o que mais influenciou as Dimensões de Análise utilizadas neste estudo: *empowerment* Individual; *empowerment* Organizacional e *empowerment* Comunitário. De acordo com a teoria e com a realidade investigada, estas dimensões também foram desdobradas em indicadores de modo a permitir a operacionalização do estudo.

Convém esclarecer que estes conceitos encontram-se associados a três dos objectivos definidos para este estudo, desta forma: ao objectivo 1. *Verificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população que reside na urbanização do Casal do Silva*, corresponde a análise dos conceitos de pobreza e exclusão social a partir das respectivas dimensões e indicadores; ao objectivo 2. *Identificar, de modo específico, as dinâmicas de desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva* corresponde a análise do conceito desenvolvimento local, considerando o seu desdobramento nas dimensões e indicadores; ao objectivo 3. *Analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação e empowerment e de integração social dos residentes nesta urbanização* corresponde a análise do conceito de *empowerment* dividido nas suas dimensões e indicadores.

Objectivo 1 - Verificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população que reside na Urbanização do Casal do Silva

Referencias. Teóricas/ Conceitos	Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Recolha de Dados	Métodos de Recolha
Pobreza e Exclusão Social	Emprego	- População activa empregada - População Desempregada - Nível de Qualificações da População	Documentos da CMA e N° de Inscrições no Centro Emprego e na UNIVA local Observação participante	Solicitação, consulta e análise de documentos e de processos
	Economia	- Beneficiários de subsídios - Sector de actividade - Nível de rendimentos da população	Documentos da CMA Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos e de processos
	Educação	- Níveis de escolaridade - Abandono escolar precoce - Insucesso/Retenção	Documentos da CMA e Documentos das organizações em presença na urbanização (CEBESA e A RODAR) Observação Participante	Contactos com técnicos Solicitação, consulta e análise de documentos e processos
	Saúde	- N° Pessoas inscritas no Centros de Saúde da Venda Nova - N° Pessoas inscrições no Centro de Saúde da Amadora	Documentos do Centro de Saúde local	Contactos com técnicos Solicitação, consulta e análise de documentos
	Habitação	- Grau de endividamento das rendas - N° Apartamentos com anomalias	Documentos da CMA Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos
	Relações Sociais (relações de proximidade – família, amigos, vizinhos, comunidade local)	- N° de Famílias multi problemáticas - N° de Famílias monoparentais - N° de Pessoas idosas a residir sozinhas -N° de Famílias beneficiárias de RSI	Documentos da CMA Documentos da Segurança Social Observação Participante	Contacto com técnicos Solicitação, consulta e análise de documentos e processos
	Demográfica	- N° de moradores (por sexo e idade)	Documentos da CMA Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos e processos

Quadro III – Operacionalização do conceito de Pobreza e Exclusão Social

Objectivo 2

Identificar, de um modo específico as dinâmicas de desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva

Referencias. Teóricas/ Conceitos	Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Recolha de Dados	Métodos de Recolha
Desenvolvimento Local	Satisfação das necessidades (no decorrer da intervenção local no pós realojamento)	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas institucionais resultantes do diagnóstico da população <ul style="list-style-type: none"> . Realojamentos alterados . Rendas diminuídas . Inserção de crianças e jovens em valências sociais - Respostas locais às necessidades de emprego dos residentes - Outros problemas e necessidades sentidos no bairro <ul style="list-style-type: none"> . Sugestões apresentadas pelos residentes e técnicos das instituições - Estratégias das instituições situadas no bairro face às necessidades 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante Entrevistas	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos e moradores
	Mobilização de capacidades endógenas	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de Solidariedade - Dinâmicas de liderança - Capital Social <ul style="list-style-type: none"> . Festa do Vizinho 2009 - Outras formas de Capital Social e capacidades das pessoas e grupos mobilizados na comunidade 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos e moradores
	Participação	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmicas associativas criadas - Grupos informais criados <ul style="list-style-type: none"> . Grupo de seniores . Grupos de dança e de futebol que envolvem crianças e jovens . Grupos de moradores de prédios - Dinâmicas das actividades desenvolvidas com os residentes <ul style="list-style-type: none"> . Acções de sensibilização e formação . Acções de informação e sensibilização . Acções de reforço pessoal e social - Obstáculos e dificuldades aos processos de participação <ul style="list-style-type: none"> . Rivalidades e conflitos entre grupos 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos e moradores
	Recursos Exógenos mobilizados para o território	<ul style="list-style-type: none"> - Instituições em presença no bairro e seus funcionários - Recursos auferidos pelo Projecto A Rodar - Relação entre as equipas das instituições e os residentes no bairro 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos

Referencias. Teóricas/ Conceitos	Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Recolha de Dados	Métodos de Recolha
Desenvolvimento Local	Visão Integrada da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> - Realojamento da população enquanto experiencia articulada entre instituições locais - Equipas Interdisciplinares - Uma acção intersectorial - Atendimentos Integrados 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos
	Trabalho em parceria	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica da Comissão Social da freguesia da Falagueira - Relações de parceria da freguesia com incidência no bairro <ul style="list-style-type: none"> . Parcerias de Continuidade . Parcerias de Ocasão - Especificidades da Parceria entre as instituições em presença no bairro 	Documentos da CMA e de instituições locais Observação Participante	Solicitação, consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos

Quadro IV – Operacionalização do conceito de Desenvolvimento Local

Objectivo 3

Analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação, *empowerment* e de integração social dos residentes no Casal do Silva

Referencias. Teóricas/Conceitos	Dimensões de Análise	Indicadores	Fontes de Recolha de Dados	Métodos de Recolha
Empowerment	Individual	- Nº de moradores eleitos representantes de prédio - Nº de moradores com capacidade de liderança	Documentos CMA Moradores Técnicos das instituições em presença no Casal do Silva Observação Participante	Consulta e análise de documentos. Entrevistas a técnicos e moradores
	Organizacional	- Reuniões de moradores planeadas/organizadas pela CMA e acções daí resultantes - Reuniões de moradores planeadas/organizadas pelos próprios e acções daí resultantes - Importância que os residentes atribuem às reuniões por prédio - Grupos organizados e/ou em organização - Importância que os residentes à criação de uma Associação de Moradores	Documentos CMA Moradores Técnicos das instituições em presença no Casal do Silva Observação Participante	Consulta e análise de documentos Entrevista a técnicos e moradores
	Comunitário	- Actividades autónomas de iniciativa da população e por ela continuadas - Processos de animação para a fertilização do <i>empowerment</i> comunitário	Documentos CMA e das associações em presença Técnicos das instituições em presença no Casal do Silva Moradores Observação Participante	Consulta e análise de documentos Entrevistas a técnicos e moradores

Quadro V – Operacionalização do conceito de *Empowerment*

4.4. PRINCIPAIS TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS UTILIZADOS

Os indicadores estipulados no modelo de análise permitiram definir os dados pertinentes e úteis para a concretização do estudo empírico, revelando a forma como seria efectuada a sua aplicação prática. Estes indicadores foram os pontos de referência para uma análise clara, precisa e explícita da realidade observada (Quivy e Campenhoudt, 1998:155-157).

No que diz respeito ao cumprimento dos objectivos e à resposta à pergunta de partida, foram utilizados várias técnicas de recolha de informação, nomeadamente: pesquisa bibliográfica; elaboração de fichas de leitura; análise documental (que já foram referidas anteriormente); observação participante; apoio técnico na consulta da base de dados dos centros de saúde da Amadora e Venda Nova, relativamente às famílias residentes no bairro e que neles estão inscritas; elaboração, preenchimento e análise de guião de análise institucional; elaboração de guião de entrevistas; entrevistas a técnicos das instituições em presença no bairro e entrevistas a moradores representantes de prédio (ou com funções muito próximas a estas) da Urbanização do Casal do Silva; construção de grelha de análise de entrevistas e conjugação dos dados recolhidos.

Mais especificamente e no que respeita a esta pesquisa foram privilegiados os seguintes instrumentos de trabalho: contactos com técnicos; solicitação, consulta e análise de documentos e de processos relativos à população residente na urbanização do Casal do Silva; solicitação, consulta e análise de documentos e relatórios relativos às actividades das instituições em presença na urbanização; criação e interpretação de uma base de dados em computador a partir do programa Excel. Após a observação empírica é necessário verificar se as informações recolhidas correspondem aos objectivos propostos e à pergunta de partida.

4.4.1 Instrumento: Construção de base de dados

O primeiro instrumento de análise elaborado foi a base de dados na qual se caracterizou a população do bairro relativamente aos fenómenos de pobreza e exclusão social, de acordo com as dimensões e indicadores já referidos, de modo a contribuir para dar resposta ao objectivo *identificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população residente na urbanização do Casal do Silva*. Para elaborar esta base foi necessário proceder a uma consulta pormenorizada dos processos existentes no

Gabinete Técnico da CMA, relativos a todos os agregados familiares realojados. No que diz respeito à dimensão saúde foi solicitada a colaboração do Centro de Saúde da Amadora e do Centro de Saúde da Venda Nova, por serem aqueles nos quais a maioria dos residentes na urbanização está inscrita. Destaca-se o apoio dos seus profissionais que se disponibilizaram a ajudar a apurar os dados pretendidos, a partir da consulta da sua base de dados de registo dos agregados familiares inscritos nos respectivos Centros.

4.4.2. Campo de análise

Para cumprir os objectivos propostos e tentar dar resposta à pergunta de partida foi definido o campo de análise empírica. Deste modo, sendo essencial delimitá-lo, este deve estar circunscrito a um espaço geográfico e social específico, a um tempo determinado e a organizações e actores que dele fazem parte (Quivy e Campenhoutd, 1998:157). Tendo em conta a resposta à pergunta de partida e indo ao encontro dos objectivos desta pesquisa, considera-se que o campo de análise desta tese compreende:

- a população residente da Urbanização do Casal do Silva no que diz respeito aos fenómenos de pobreza e exclusão social e às dinâmicas de desenvolvimento local manifestos pelos moradores no bairro e pelas instituições em presença nesta urbanização, possíveis de observar entre o ano de 2004 e o ano de 2009.

4.4.2.1. Amostra probabilística por amostragem de casos típicos

Na prática seria bastante dispendioso e demoraria demasiado tempo a aplicar o estudo empírico a todos os elementos da população especificamente, deste modo foi definida uma amostra. Designada a técnica de amostragem, esta permite, a partir da selecção de uma parte da população, representá-la através da aplicação do estudo empírico. Para este efeito deve ser definida a população, determinada a dimensão necessária para aplicar o estudo e efectuada a sua selecção. Neste estudo utilizou-se uma amostra não probabilística, tendo por base “(...) *critérios de escolha intencional sistematicamente utilizados com a finalidade de determinar as unidades da população que fazem parte da amostra (...) dimensão e elementos escolhidos dependem dos objectivos do estudo*” (Carmo & Ferreira, 2008: 215). A amostra probabilística utilizada é a de amostragem em casos típicos na medida em que foram intencionalmente seleccionados alguns casos típicos como comuns. Nestas situações não são considerados casos únicos ou atípicos porque o que se pretende é aumentar a autenticidade do estudo efectuado. Uma vez que o facto de existirem um ou mais casos diferentes pode afectar o reconhecimento científico do estudo, esta amostragem implica que o investigador tenha um

conhecimento significativo da população a estudar, possibilitando a selecção de casos típicos. Deste modo a amostra deste estudo compreende:

- um total de 27 moradores na Urbanização do Casal do Silva: os 7 representantes de prédio eleitos em 7 edifícios da urbanização e nos prédios em que ainda não foram eleitos representantes, os 20 moradores que demonstram capacidade para desempenhar as funções de representante.

Foram seleccionados 27 residentes na urbanização, sendo que cada um deles mora num prédio diferente mas todos eles têm características comuns que se manifestam (de modo mais ou menos significativo) no edifício em que residem. Podendo ou não ser representantes de prédio eleitos pelos outros residentes, demonstram ter uma conduta responsável, pró – activa e mediadora, quanto baste, entre a CMA e os seus vizinhos.

4.4.3. Informantes

Conforme foi referido anteriormente, e indo ao encontro da pergunta de partida e dos objectivos deste documento, os principais informantes foram os 27 moradores, residindo cada um deles em cada um dos 27 prédios da urbanização. A todos eles foram efectuadas entrevistas. A aplicação destas entrevistas contribuiu para responder em parte ao objectivo de *identificar de um modo específico as dinâmicas de desenvolvimento local no Casal do Silva* mas principalmente para dar resposta ao objectivo de *analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação, empowerment e de integração social dos residentes na urbanização*.

Optou-se também por entrevistar um técnico de acção social por cada uma das instituições em presença na urbanização, mais precisamente a Coordenadora do CEBESA, a Coordenadora do Projecto A Rodar, uma Técnica Superior de Serviço Social do Gabinete Técnico do Casal do Silva e a Técnica Superior de Serviço Social da Junta de Freguesia da Falagueira. Contudo foram concretizadas 3 das 4 entrevistas às profissionais mencionadas, à excepção da Técnica Superior de Serviço Social da Junta de Freguesia da Falagueira, o que não aconteceu porque esta considerou que não possuía elementos para responder ao Guião de Entrevista, do qual teve conhecimento prévio, afirmando que a intervenção da JFF não está tão próxima à população residente no Casal do Silva como as outras instituições em presença no bairro e afirmou que não se sentia confortável a fazê-lo, recusando desta forma a realização da entrevista. A aplicação destas entrevistas às técnicas de acção social das instituições permitiu

contribuir para dar resposta ao objectivo de *identificar de um modo específico as dinâmicas de desenvolvimento local no Casal do Silva*, principalmente.

4.4.4. Instrumento: Grelha de análise de instituições

Para estruturar melhor a informação relativa às instituições em presença na urbanização do Casal do Silva, que realizam diariamente a sua intervenção com a população local, foi utilizado como instrumento de trabalho, a primeira parte do guião de análise documental, sugerido por Cristina de Robertis e Henri Pascal (1994). A segunda parte deste guião compreende dimensões e indicadores de análise que procuram contribuir para dar, essencialmente, resposta aos seguintes objectivos: *identificar de um modo específico as dinâmicas de desenvolvimento local no Casal do Silva e analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta constitui uma estratégia de participação, empowerment e de integração social dos residentes na urbanização.* (conforme Anexo 6 Fichas de Identificação das Organizações e Grelhas de Análise de Indicadores de Intervenção)

4.4.5. Técnica: Entrevista

Optou-se pela técnica da entrevista porque permite um contacto directo com os interlocutores (neste caso os moradores e os técnicos) e pouca directividade por parte do pesquisador. Foi escolhida a técnica da entrevista semi-directiva porque dispõe de uma série de perguntas – guias, relativamente abertas (Quivy e Campenhoudt, 1998: 192) cuja sequência pode ser alterada conforme o rumo que a entrevista toma, ou pode introduzir novas questões em busca de mais informação (Moreira, 1994: 133).

Para recolher fielmente as informações, as entrevistas foram todas gravadas (Queirós, 1983: 5). Para a efectiva concretização das entrevistas foram utilizados como instrumento dois guiões de entrevista, distintos, um para moradores e outro para técnicos (conforme Anexo 1 Guião de Entrevista, 1 – técnicos, 2 – moradores). As perguntas dos guiões foram elaboradas de modo a permitir a resposta a alguns indicadores, indo ao encontro dos objectivos da pesquisa.

Apesar da maioria das entrevistas aos moradores terem sido realizadas por nós, foi possível obter a colaboração de três técnicas, de instituições diferentes em presença na urbanização (CEBESA, Projecto A Rodar e Gabinete Técnico da CMA). Esta situação constituiu-se como uma mais valia porque permitiu que mantivéssemos, a este nível, o afastamento necessário aos moradores com quem temos uma relação de maior proximidade. O objectivo desta estratégia era promover uma maior sinceridade nas suas

respostas, facilitando o apurar das suas verdadeiras opiniões. Considerou-se fundamental para o facto de ter sido possível aplicar as vinte e sete entrevistas a vinte e sete moradores, de cada um dos vinte e sete prédios do Casal do Silva (conforme Anexo 2 Entrevistas aos representantes de prédio e moradores da UCS) o trabalho que se tem vindo a realizar, ao nível da intervenção social e que se pauta por criar sempre que possível, relações de proximidade com as pessoas. Este foi considerado o motivo principal para conseguir efectuar a entrevista a todas as pessoas que inicialmente estavam previstas. Como foi referido anteriormente, foram aplicadas três entrevistas a técnicos (com responsabilidade ao nível de coordenação) de três instituições em presença no Casal do Silva, nomeadamente no CEBESA, no Projecto A Rodar e no Gabinete Técnico da CMA (conforme Anexo 3 Entrevistas aos Técnicos).

4.4.6. Técnica: Construção de grelhas de análise de entrevistas

Para facilitar a interpretação dos dados das entrevistas e analisa-los de forma fidedigna, foram construídas grelhas de análise para as dimensões de pobreza e exclusão social, desenvolvimento local e *empowerment*. Para tal recorreu-se à análise de conteúdo das entrevistas que, posteriormente se articulam com a pesquisa documental. Para proceder à análise de conteúdo das entrevistas foram construídos grelhas/quadros de análise de conteúdo, seguindo a proposta de Aglair Alencar Setúbal (1999:33). Estes quadros revelaram-se um instrumento de extrema importância na sistematização das informações obtidas, facilitando, posteriormente o tratamento dos dados (conforme Anexo 4 Quadros de Análise de Conteúdo de Entrevistas a moradores e Anexo 5 Quadros de Análise de Conteúdo de Entrevistas aos técnicos).

4.4.7. Técnica: Observação directa

A observação directa da realidade foi um instrumento fundamental para fazer a ligação e interpretação de vários resultados, conduzindo à construção desta dissertação, enquanto produto final. A técnica da observação directa foi realizada ao longo de todas as fases do trabalho na medida em que desenvolvemos a nossa actividade profissional, diariamente, na comunidade do Casal do Silva. Isto permite-nos usufruir de um contacto privilegiado com a população, bem como com os técnicos das instituições em presença na comunidade. Este método de investigação social possibilita captar “(...) *os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos, sem a medição de um documento ou de um testemunho.*” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 196).

5. DO CONCELHO DA AMADORA AO BAIRRO DO CASAL DO SILVA: UMA ESPIRAL DE COMPLEMENTARIEDADES

Neste capítulo pretendem apresentar-se algumas das principais características da Amadora, enquanto cidade, e da freguesia da Falagueira, porque é aqui que está localizada a Urbanização do Casal do Silva. Por sua vez, o enfoque principal do capítulo prende-se com vários elementos de caracterização deste bairro, desde a intervenção social realizada, ao seu quadro cultural, introduzindo-se, aqui a apresentação das Reuniões de Moradores, enquanto um dos temas principais deste estudo.

Inicia-se com o percurso histórico da cidade da Amadora, as principais características ao nível sócio demográfico da sua população, bem como, os seus principais traços como cidade e alguns dos projectos sociais que tem vindo a dinamizar, na prevenção e no combate à pobreza e à exclusão social, dos públicos mais desfavorecidos.

Apresentam-se, em seguida, os principais traços caracterizadores da freguesia da Falagueira, sendo feita uma breve referência à sua importância histórica para o desenvolvimento do concelho, às características sócio demográficas dos seus residentes, os principais serviços existentes e as suas dinâmicas sociais.

Depois, são dadas a conhecer algumas das características da Urbanização do Casal do Silva, desde o enquadramento e a origem deste bairro de realojamento, às particularidades sócio demográficas dos seus habitantes. Apresenta-se posteriormente uma abordagem ao tipo de intervenção social que se desenvolve, bem como os principais projectos em curso, realizados entre as instituições e com as pessoas.

Em seguida é feita referência aos principais aspectos sócio-culturais que os residentes no bairro manifestam no seu relacionamento diário. Para finalizar, apresentam-se as principais características à dinâmica que envolve o trabalho das reuniões de moradores, enquadrando-se a sua génese e as metodologias usadas.

5.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DA AMADORA

O território onde hoje se localiza o Município da Amadora apresentava, na segunda metade do século XIX características marcadamente agrícolas, com pequenos núcleos rurais espalhados no terreno, sendo o mais importante o que se localizava junto à estrada Lisboa – Sintra.

A inauguração do caminho-de-ferro em 1887 favoreceu as condições de transporte que, consequentemente promoveram o surto de crescimento populacional próximo da linha ferroviária, permitindo efectuar a ligação entre os principais núcleos habitacionais

existentes. Naturalmente, após este desenvolvimento e transformação do espaço rural para um espaço urbano, surge a vinda, entre os anos 40 e 50, do primeiro grande surto de crescimento urbano e demográfico, que quase duplicou a população da Amadora.

O crescimento urbano, deve-se principalmente à proximidade e acessibilidade privilegiada que mantém a Lisboa, o que teve como consequência a sua ocupação, no momento da expansão da capital para as zonas limítrofes. A Amadora foi uma das primeiras zonas a ser ocupada, devido aos já referidos factos, a saber: localização privilegiada, fácil acessibilidade, transportes, localização de indústrias, preço mais baixo dos terrenos para construção, que se estendia às habitações e seus alugueres.

A população da Amadora provém de outras regiões do país, principalmente do interior, e foi chegando ao longo de sucessivas migrações internas. A partir da década de 70 também começaram a chegar outros migrantes, vindos, principalmente das ex-colónias. Devido ao seu rápido crescimento, a Amadora manteve-se integrada na municipalidade de Oeiras, assumindo-se, apenas em 1979 como município. Nesta data a Amadora deixou de ser uma freguesia do concelho de Oeiras, ao qual pertencia desde 1916 e passou a ser município e cidade. Tem a particularidade de ter sido o primeiro novo concelho a assumir-se como tal, após o 25 de Abril de 1974.

A Amadora em 1979 era constituída por oito freguesias: Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Mina, Reboleira, Venteira e Falagueira. Actualmente, compõem o município um total de 11 freguesias porque em 1997 foram criadas as freguesias de Alfovelos, São Brás e Venda Nova (existindo a separação entre Falagueira e Venda Nova, que antes constituíam uma única freguesia).

Ao nível nacional, a Amadora já foi um dos municípios mais jovens, dado o rápido crescimento de população activa que se concentrou no concelho, integrando a oferta de emprego criada pelas indústrias. Dos 175 872 habitantes, 48% pertenciam ao sexo masculino e 52% ao sexo feminino. A faixa etária com maior expressão no concelho cabia ao grupo de pessoas que tinham idades entre os 20 e os 29 sendo cerca de 25%, logo seguida pela faixa etária entre os 50 e os 54 anos, cerca de 20%. Mas o grosso da população pertencia às pessoas que tinham idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos, perfazendo 34%. A grande maioria da população possuía idade activa. Os valores mais reduzidos compreendiam, a população a partir dos 65 anos, cerca de 11% e o grupo etário mais jovem com idades entre os 0 e os 9 anos eram cerca de 10%.

Apesar das mudanças, já observadas nessa data, com a diminuição da população residente neste concelho de 1991 a 2001, constata-se que a estrutura demográfica da

cidade tem sofrido alterações significativas nos últimos anos. Calcula-se que a população não fosse superior a 174 511, em 2006, observando-se um decréscimo da natalidade e um progressivo envelhecimento da população.

Ainda com dados dos censos de 2001 verifica-se que existia no concelho uma taxa de actividade de 53,4% e uma taxa de desemprego de 7,8%, existindo 93 999 indivíduos inseridos profissionalmente versus 55 643 pessoas sem actividade económica, valor que provavelmente aumentou até à data, fruto da situação social e económica vivida. A maioria da população encontrava-se inserida profissionalmente e daí provinham os seus rendimentos mas com a estrutura etária da população a envelhecer, prevê-se que estes valores sejam diferentes em 2011.

Com a inserção da Amadora na primeira coroa de expansão da área metropolitana de Lisboa, estava facilitado o processo de desenvolvimento económico. Verifica-se uma desindustrialização crescente, com o desaparecimento de várias indústrias e surgimento gradual, da vertente dos serviços e do comércio. Foram promovidas as actividades económicas do concelho, constituídas principalmente por microempresas, no sector do comércio e serviços, sendo um vector importante na criação de maior empregabilidade. O parque habitacional do município encontra-se degradado e com traços alargados de envelhecimento, sendo também caracterizado por quatro bairros massivos de habitação social, Bairro do Zambujal, Casal da Boba, Casal da Mira e Casal do Silva. Estes foram criados para dar resposta à supressão progressiva dos bairros degradados que, apesar de terem diminuído, não estão extintos.

Neste contexto de mudanças progressivas têm vindo a registar-se vários fenómenos de pobreza, existindo situações de carência económica e social, distribuídas por varias camadas da população. No ano de 2006, verifica-se que os apoios prestados a este nível, aos agregados familiares necessitados passavam pela atribuição do Rendimento Social – de Inserção – RSI a um total de 9 217 beneficiários, com incidência na faixa etária, igual ou superior, a 24 anos. Mas a maior contribuição assumida pelo estado, na cidade, são as pensões por velhice (na sequencia do, já referido aumento de população sénior).

O município aderiu ao Programa Rede Social no ano de 2003. Neste âmbito pretende fazer face aos problemas identificados de pobreza e exclusão social da população, através da concentração dos projectos e da acção social das instituições e dos serviços locais. Articulando as politicas das diversas áreas sociais, tais como: Emprego, Educação, Habitação, Saúde e Protecção Social, pretende-se planear de forma integrada a intervenção e potenciar os recursos que existem.

As principais estratégias da Rede Social do concelho estão organizadas em 3 eixos: Parcerias e Economia Solidária – com o objectivo de dotar as instituições do concelho de competências ao nível da gestão e da qualidade, rumo à consolidação e dinamização do trabalho em parceria, para aperfeiçoar a sua acção na comunidade; Envelhecimento Demográfico – com vista à contribuição para a diminuição da tendência do envelhecimento da população na Amadora, fomentando a melhoria das condições de vida dos seniores, pela reestruturação de serviços já existentes e criação de novos equipamentos; Territórios e Grupos Vulneráveis – com o objectivo de promover a inclusão de grupos vulneráveis residentes no concelho pela concepção, reestruturação e activação de equipamentos sociais e execução de actividades de sensibilização, informação e formação que integrem as instituições locais.

Inserida na área metropolitana de Lisboa, actualmente, Amadora faz fronteira com os concelhos de Sintra, Odivelas, Oeiras e com a capital do país, o que a torna um concelho de passagem e reforça a sua necessidade de melhorar, constantemente, o seu sistema de acessibilidades através das vias rodoviárias e transportes públicos. Actualmente, a ligação aos concelhos vizinhos, e mesmo a algumas freguesias na própria cidade, pode ser feita de comboio, metro e autocarro, o que constitui uma grande mais valia ao nível da mobilidade urbana.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DA FREGUESIA DA FALAGUEIRA

Considera-se que o sítio onde actualmente está a freguesia da Falagueira constitui a génese da cidade da Amadora. No princípio era conhecida como a Porcalhota, sendo um local bastante rico na vertente das tradições e na vertente histórica. A sua localização era privilegiada porque, estando próxima das Portas de Benfica, fazia a ligação a Lisboa, sendo um local enriquecido em solos férteis e em água.

Os diversos monumentos da actual freguesia são a marca dos seus antigos residentes, que faziam desta zona uma área marcadamente agrícola que servia a capital do país. Destaca-se o chafariz da Porcalhota construído em 1773, para que a água chegasse a este local. Foi então feita uma bica para fornecer a população, através da ligação ao Aqueduto das Águas Livres.

A freguesia denomina-se da Falagueira, desde o ano de 1997, momento em que houve a separação entre esta e a Venda Nova, que também se formou como freguesia, no mesmo ano. A freguesia da Falagueira faz fronteira com as freguesias de São Brás, Mina,

Brandoa e Venda Nova (anteriormente os dois territórios encontravam-se juntos e a freguesia tinha a designação de Falagueira e Venda Nova).

Os censos de 2001 indicam que existiam um total de 14 436 habitantes, havendo 48% que pertenciam ao sexo masculino, enquanto 52% eram do sexo feminino. Ao observarmos a estrutura etária constata-se que a maioria da população estava entre os 50 e os 64 anos, cerca de 24%, embora a faixa etária entre os 15 e os 24 anos tivesse uma expressão significativa de 18%. Com valores mais reduzidos encontravam-se as faixas etárias entre os 0 e os 9 anos, cerca de 7% crianças e ainda com menor expressão a faixa etária a partir dos 75 anos, sendo 3,5%. Tal como o concelho da Amadora também a Falagueira demonstra, por estes números, o seu progressivo envelhecimento, embora seja possível observar alguma população jovem adulta. Em 2001 na freguesia, 53,8% da população encontrava-se empregada, cerca de 30% viviam das receitas das pensões (26,0%) e apoios sociais (4,9%), existindo ainda 13,7% que estavam a cargo da família.

O tecido empresarial da freguesia compreende algumas características que importa realçar: as lojas de pequena dimensão na área comercial; o ensino, os bancos e seguradoras na área dos serviços; as pequenas e médias empresas gráficas, mecânicas e metalúrgicas na área da indústria. Sobretudo é uma zona de comércio e o principal grupo de profissionais da freguesia insere-se no sector terciário, na vertente do comércio por grosso e a retalho (em 195 estabelecimentos, há 4975 pessoas empregadas).

A localização da freguesia continua a ser uma das suas mais valias, na medida em que, tanto se aproxima do centro da cidade da Amadora, como de Lisboa (pela freguesia de Benfica). Está muito bem servida de transportes, pois possui um terminal de autocarros que circulam quer para Lisboa, quer para Oeiras, sendo também internos à própria cidade. O Metropolitano faz a ligação a Lisboa e este factor torna a freguesia atractiva pela sua localização, estando bem assegurada pelas suas redes de transportes públicos.

Um outro factor atraente é o Parque Aventura, que faz a ligação da Falagueira à freguesia de São Brás. Tendo sido recentemente edificado (2006), é um espaço verde com zona de lazer que contém uma Escola Fixa de Transito, diversos pequenos equipamentos para crianças e jovens e um núcleo museológico. A Sociedade Filarmónica da Amadora também está localizada nesta freguesia, assumindo-se com um importante pólo de cultura e recreio, no qual a oferta é vasta ao nível social, cultural e desportivo. Ambos (Parque Aventura e Sociedade Filarmónica de Cultura e Recreios) desenvolvem várias actividades para diferentes faixas etárias.

Mas também existem duas zonas consideradas mais problemáticas na freguesia o bairro degradado da Quinta da Lage e o bairro social do Casal do Silva. O bairro de habitação degradada, denominado Quinta da Lage, sendo um dos mais antigos do concelho, existe desde a década de 50 e não se conhecem ainda previsões para o realojamento dos seus residentes. Outra das zonas é a Urbanização do Casal do Silva, bairro social que existe desde 2004 e que se encontra muito próximo do bairro anteriormente referido. De qualquer modo através de vários programas e medidas sociais existentes no concelho da Amadora, as populações residentes nestes locais têm vindo a ser alvo de intervenção social.

Desde o ano de 2005, destaca-se, na freguesia, a Rede Social, onde anualmente é elaborado um plano de acção no o qual todas as instituições de cariz social são convidadas a participar. O resultado é uma acção realizada em parceria com as instituições em presença na freguesia, incidindo-se principalmente nas áreas da acção social, saúde e educação.

5.3. ALGUNS ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO GERAL DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA

5.3.1. Caracterização da Urbanização do Casal do Silva

Actualmente, o parque municipal geral da Urbanização do Casal do Silva (UCS), sito na freguesia da Falagueira, do concelho da Amadora é composto, na sua totalidade, por 284 apartamentos, destinados à habitação social e por 23 lojas, 12 destinadas a equipamentos e 11 destinadas a comercio local. Estes espaços estão distribuídos por um total de 27 edifícios, de 4 andares cada um, completamente integrados na malha urbana (consultar Anexo 7 Foto da Urbanização do Casal do Silva).

O realojamento da UCS ocorreu em 3 fases distintas: a primeira fase teve início em Janeiro de 2004, com a integração de 102 agregados familiares em 9 edifícios; em Maio de 2004 iniciou-se a segunda fase de realojamento, integrando-se 98 famílias em 10 prédios e a terceira fase teve início em Julho de 2004, havendo lugar ao realojamento de 84 agregados familiares, até ao final do ano de 2005.

Dos 284 agregados familiares realojados, 176 vêm dos bairros degradados Fonte dos Passarinhos, Ribeira e Travessa da Reboleira, que se localizavam a cerca de 200 metros, da actual UCS. Os outros agregados familiares vêm de diversos locais do concelho.

Após a ocupação total dos apartamentos da urbanização (Dezembro de 2005), era possível verificar que nela residiam, na sua maioria, famílias carenciadas, existindo pessoas de culturas diferentes e como tal, com hábitos e maneiras de estar distintas. Cerca de 50% dos moradores são ciganos, 10% são cabo-verdeanos e seus descendentes e os restantes 40% são portugueses, não ciganos.

À data do realojamento, configuravam uma população total de 284 agregados familiares, perfazendo 844 pessoas, numa distribuição muito equitativa de homens e mulheres (respectivamente 434 e 410), sendo predominante a faixa etária dos jovens com idades entre os 5 e os 24 anos, no total de 340 indivíduos. Apenas 75 pessoas tinham mais de 65 anos. Ao nível demográfico a população da UCS contraria a tendência geral, de envelhecimento, do concelho da Amadora da Falagueira.

Residem actualmente 850 pessoas, no bairro, caracterizando-se por ser uma população predominante jovem e jovem adulta. Destaca-se a faixa etária dos 10 aos 24 anos, tanto para o sexo feminino como para o sexo masculino. No total são 261 indivíduos. Logo a seguir a faixa etária predomina entre os 35 e os 45 anos, perfazendo 196 pessoas. A partir dos 65 anos existem poucos indivíduos, fazendo um total de 71 pessoas mas aqui é notória a predominância das mulheres que são 50, enquanto os homens são apenas 21.

No primeiro ano de realojamento os principais problemas identificados na população compreendem situações de: alcoolismo, tráfico de armas, absentismo e abandono escolar (principalmente por jovens ciganos), baixas qualificações, inactividade e desocupação, delinquência juvenil, desemprego, maus-tratos, famílias multi-problemáticas dependentes de subsídios, entre outros.

De toda a panóplia de problemas referidos, resultam: o descontentamento da população portuguesa não cigana, e descendente de africanos, face aos comportamentos pouco adequados mantidos por algumas famílias ciganas; verifica-se a ocorrência de actos de vandalismo e danificação dos espaços comuns do bairro, mais especificamente do interior dos prédios, causados, principalmente por pessoas embriagadas, jovens delinquentes e brincadeiras de crianças (na maioria das vezes, com a conivência dos seus familiares).

Várias problemáticas identificadas, à data, do realojamento ainda se mantêm na maior parte dos agregados familiares, embora se observe que, gradualmente começam a surgir alguns sinais demonstrados por pessoas individuais, famílias e pequenos grupos para fazer face às dificuldades, no sentido de procurarem a sua integração social.

5.3.2. Intervenção Social realizada e Principais Projectos desenvolvidos

Com a realização do realojamento da população na Urbanização do Casal do Silva (UCS), a CMA demonstrou preocupação pela sua integração, disponibilizando espaços para algumas instituições e serviços desenvolverem a sua intervenção junto dos residentes.

A Junta de Freguesia da Falagueira (JFF) tem, desde essa data, a sua sede no bairro, o que conduz todos os residentes locais a deslocarem-se às suas instalações, promovendo assim a interacção entre os habitantes da freguesia e este território.

O Centro de Bem Estar Social da Amadora (CEBESA) sendo uma das primeiras instituições particulares de solidariedade social do concelho, a desenvolver trabalho nas áreas da infância e da população sénior, em 3 freguesias na Amadora, desde o começo, expandiu os seus serviços e começou por dinamizar no bairro as valências de Actividades de Tempos Livres e Serviço de Apoio Domiciliário.

Desde o início do realojamento da população, o Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora (GTCMA) está integrado em instalações no bairro e tem como principal objectivo gerir o espaço habitacional nas suas vertentes sociais e habitacionais.

Estas três instituições assumiram prontamente que a sua intervenção apenas faria sentido se fosse realizada em parceria. Progressivamente, a relação criada, gerou uma espiral crescente, da qual resultaram alguns projectos e varias acções e actividades.

Primeiro, a intervenção começou por ser realizada através da conjugação de quatro práticas tais como: atendimentos sociais e vistas domiciliárias – efectuados aos indivíduos e aos agregados familiares para conhecimento e acompanhamento das suas problemáticas; reuniões de moradores – promovidas pelo GTCMA, ocorriam com os moradores de cada um dos prédios que já se encontravam completos, com o objectivo de esclarecer dúvidas e de informar os moradores dos seus direitos e dos seus deveres, quanto á habitação e de proceder à recolha dos interesses e necessidades da população – levantamento de necessidades, gostos e interesses, das crianças e dos jovens e posteriormente junto dos adultos com mais de 55 anos, que estavam reformados, sendo esta uma acção conjunta entre o CEBESA e o GTCMA, de modo a planear e dinamizar, futuramente actividades (geracionais e inter-geracionais) para e com estes grupos de população; promoção e dinamização de actividades – organizadas conjuntamente pelo CEBESA, a JFF e pelo GTCMA, estas actividades lúdicas e de animação dirigiram-se, essencialmente, ás crianças e aos jovens e articuladamente ou não, ás pessoas com mais de 55 anos que se encontravam reformadas.

Todas estas práticas se complementam e são essenciais para estabelecer relações de proximidade com as pessoas.

A partir do ano de 2006 o CEBESA alargou as respostas sociais prestadas no equipamento, abrindo uma sala de Jardim-de-infância.

Verificando à data o número de desempregados e tendo em conta que não existia nenhum Gabinete de Inserção Profissional, na freguesia da Falagueira, esta instituição, com o apoio do Centro de Emprego da Amadora, também criou essa resposta no seu equipamento localizado no bairro, passando a acompanhar várias situações, com vista à sua inserção laboral. Até à data foram acompanhadas a este nível cerca de 45 famílias.

Desde Dezembro de 2007 que o Projecto A Rodar, inserido no Programa ESCOLHAS está a realizar a sua intervenção no Casal do Silva, local onde tem um espaço próprio para este efeito. As acções do projecto são essencialmente dirigidas à promoção da inserção social da comunidade cigana, nomeadamente à criação de uma relação saudável entre as crianças e suas famílias com a escola, pela realização de actividades lúdico pedagógicas e da promoção das competências pessoais e sociais.

A dinamização deste projecto reforçou as relações de parceria estabelecidas com as instituições em presença na comunidade e possibilitou um maior envolvimento de pessoas de cultura cigana nas actividades até então desenvolvidas.

De um modo geral, todas as práticas de intervenção referidas mantiveram-se, mais ou menos, constantes até à data, sendo pautada pela proximidade às pessoas, promotora da autonomia das mesmas e efectuada de forma articulada. Esta articulação acontece de uma forma muito natural entre as instituições em presença no bairro, mas sempre que necessário ocorre com outras instituições, serviços e associações da freguesia e do concelho. O objectivo é direccionar a acção para um fim, de forma estruturada, rentabilizando e potenciando os recursos existentes. Para o efeito, ocorrem, com uma periodicidade bimensal, reuniões entre as várias instituições em presença na urbanização, nas quais são feitas discussões de casos e definidas formas de actuação conjugadas entre os serviços, de modo a criar condições de inserção social para as famílias em acompanhamento.

A Rede Social Local, a partir da Comissão Social de Freguesia constitui-se o principal instrumento de congregação das instituições sociais presentes na freguesia, sendo a partir daqui que se desenvolvem varias relações de parceria que resultam em projectos, acções e actividades junto dos habitantes locais (como haverá oportunidade de aprofundar mais adiante neste documento).

5.3.3. Quadro Cultural: implicações nas relações sociais criadas entre as pessoas

A diversidade cultural é uma realidade constante na Urbanização do Casal do Silva (UCS). Coabitam o bairro, ciganos, indivíduos com nacionalidade cabo verdeana ou descendentes de caboverdeanos, pessoas com nacionalidade portuguesa e portugueses com outras origens.

Nos primeiros dois anos após o realojamento das famílias, o Gabinete Técnico da CMA (GTCMA) recebia muitas reclamações relativas a conflitos de vizinhança. À medida que se analisavam estas situações, verificava-se que, existindo várias em que ocorriam comportamentos inadequados, que configuravam situações gerais de desrespeito (tais como barulho durante o horário nocturno, falta de limpeza dos espaços comuns do prédio e actos de vandalismo, nesses mesmos espaços), muitas reclamações também estavam ligadas a questões culturais. Aqui incluíam-se as queixas relativas aos moradores ciganos estarem na rua, sentarem-se à porta do prédio, juntarem naturalmente a sua família, fazerem pequenos churrascos e comerem e falarem alto. Tais comportamentos incomodavam os outros moradores por causa dos cheiros a comida, do barulho e do ajuntamento de pessoas. Verificou-se que uma das principais fontes de tensão da UCS ocorria entre ciganos e não ciganos devido às divisões que os segundos criavam, devido às diferentes formas de estar de algumas famílias ciganas.

Era comum perceber os conflitos iminentes que alguns moradores da urbanização vivenciavam, principalmente pela existência destas diferenças culturais. Esta situação assumia-se com maior intensidade nos seniores, que referiam estarem agradadas com o realojamento, mas insatisfeitas por existirem tantas famílias ciganas a viver na UCS.

Aquando da realização das primeiras actividades sócio culturais dirigidas a crianças, promovidas em parceria, verificou-se que existia uma grande resistência, havendo mesmo recusa, das famílias não ciganas deixarem os seus educandos participarem, caso estivessem inscritas crianças de cultura cigana. Por seu lado, as famílias ciganas apenas inscreviam as suas crianças se percebessem que havia uma maioria de menores desta cultura inscrita nas actividades. Estes comportamentos eram transversais a todas as formas de interacção das famílias na urbanização. Mantiveram-se mais ou menos constantes ao longo dos três primeiros anos de realojamento. Apesar das entidades em presença no bairro insistirem, constantemente, na interacção de todas as culturas nas actividades que organizavam, era grande a resistência expressa pelas famílias, dando azo frequente a focos de pequenos conflitos entre si.

A pedra de toque para a existência de mudança a este nível só ocorreu, mais expressivamente, com o Projecto A Rodar, na medida em que, no seu contexto de actuação, foi dada especial atenção à organização atípica do equipamento, nomeadamente aos horários, às actividades e às relações estabelecidas com as pessoas, indo ao encontro dos interesses e das características da cultura cigana. Pautam-se pela informalidade no relacionamento com as famílias, horários diferenciados, actividades diárias de rua, isenção do pagamento das actividades, entre outras características.

Apesar de algumas famílias manterem ainda resistência em autorizar o convívio intercultural, dos seus educandos com os seus pares, a prática constante de actividades, em que a interacção dos menores das varias culturas em presença é uma realidade diária, natural e gradualmente esbate as suas diversidades e realça as suas semelhanças.

A interacção diária entre adultos, pauta-se ainda por alguma defesa, justificada pela complexidade dos seus relacionamentos. Estes conflitos eminentes, apesar de esbatidos, são constantes porque afectam maioritariamente aspectos específicos e íntimos das suas vivencias. Por exemplo, se alguns limpam os espaços comuns dos prédios que habitam para outros sujarem e não procederem à sua limpeza, há um desagrado constante, que se manifesta na verbalização de afrontas pessoais, podendo levar ao conflito.

Porém os conflitos com maior carácter de gravidade ocorrem entre famílias ciganas. Referem estes que tais rixas estão intimamente ligadas às leis da sua cultura e que é imperativo respeitá-las e mantê-las, sendo que tais discussões são visíveis através de movimentações e gritos de massas de pessoas ciganas. Na pior das hipóteses há insultos, ameaças e trocas de tiros. Estes conflitos ocorrem sobretudo em horário nocturno e, após grande instabilidade vivida na UCS, por vezes é necessária a intervenção das forças de autoridade.

Ainda assim, estas práticas ocorrem pontualmente, numa periodicidade de semestral a anual e criam instabilidade, insegurança e revolta nos moradores da urbanização, independentemente da cultura a que pertencem. Mas são situações que com o passar do tempo acabam por ficar diluídas e assiste-se, diariamente, ao regresso à normalidade.

Ainda assim, verifica-se que progressivamente, o trabalho das Instituições junto da população permitiu uma maior interacção cultural através da abertura de novos espaços de diálogo, envolvendo as pessoas no processo de planeamento e execução das actividades dirigidas a elas.

Considerando as características referidas, no que diz respeito ao enquadramento e quadro cultural da população, bem como à intervenção social desenvolvida no bairro e

aos principais tipos de projectos existentes, verifica-se que ainda não existe uma dinâmica associativa visível. Actualmente, encontram-se em funcionamento alguns grupos informais (que serão alvo de análise mais adiante neste trabalho).

5.3.4. Reuniões de Moradores: Principais características e métodos utilizados

A equipa técnica do gabinete da CMA (GTCMA) considera que só desde o ano de 2008 começaram a existir condições mínimas para, (através do relacionamento pessoal, pré - estabelecido com as famílias, do trabalho de grupos que tem vindo a ser realizado nas reuniões de moradores por prédios e em algumas actividades lúdicas e de animação com crianças, jovens e idosos) desenvolver um trabalho de comunidade, que implique a inclusão de todos e chegue a resultados satisfatórios. As metodologias de acção usadas com a população residente na Urbanização do Casal do Silva (UCS) pelo GTCMA são as conversas informais, as conversas personalizadas e as reuniões de moradores.

Até à data, e desde o ano de 2008, as Reuniões de Moradores (RM) são a única actividade realizada, com uma frequência quinzenal ou mensal com adultos e constituem uma oportunidade de estimular as suas competências pessoais e sociais.

O que se pretende é que através das RM específicas com os residentes de cada um dos prédios da urbanização sejam definidas metodologias de reparação/preservação dos espaços comuns e eleitos elementos que possam ser representantes de prédio. Isto para incentivar, os seus sentimentos de pertença ao bairro, fomentar a sua capacitação e permitir que, posteriormente, possam encontrar-se capacitados para decidirem se querem criar a Associação de Moradores (na qual seriam os protagonistas).

Até ao final do ano de 2007 as RM ocorreram anualmente, principalmente com os prédios que demonstram maior necessidade a este nível. Aconteciam esporadicamente e não de forma continuada, compreendendo, na sua generalidade, muito poucos moradores, o que acontecia porque muitos residentes as consideravam uma obrigação.

No último semestre do ano de 2008 e ao longo do ano de 2009 a aposta foi numa intervenção continuada na qual seriam realizadas (sempre que possível) duas reuniões por mês e, numa dinâmica de proximidade, utilizados métodos facilitadores da participação da população, sendo o principal propósito o seu envolvimento. Identificamos como algumas vantagens os resultados positivos do trabalho que se tem realizado pelas parcerias existentes, de um modo geral, e pelo GTCMA, em particular. A relação de proximidade estabelecida com indivíduos, famílias e grupos com destaque para processos de criação de laços, aumento de auto-estima e de capacitação dos

mesmos, também os sensibiliza e os predispõe para a participação nas reuniões. Até ao final do ano de 2009, os resultados foram mais positivos dos verificados anteriormente. Após seis anos de realojamento no bairro social, começam a surgir várias pessoas preocupadas em preservar o espaço onde residem, dirigindo-se ao GTCMA para pedir a colaboração da equipa nesse sentido, sendo elas a sugerir a realização das RM. Esta é a base essencial para a planificação e realização da reunião, porque sem a manifestação do interesse dos moradores em mudarem a realidade do seu prédio, torna-se mais complicado efectuar uma intervenção bem sucedida a este nível.

Tendo a Urbanização do Casal do Silva (UCS) uma dimensão relativamente reduzida (todos os outros bairros de realojamento do concelho são duas ou três vezes maiores), é possível durante a semana estabelecer contacto informal com uma pessoa (ou mais) de cada prédio para divulgar a RM. Isto pode acontecer no decorrer da intervenção da equipa técnica do gabinete da CMA que compreende frequentemente atendimentos sociais, visitas domiciliárias, visitas a espaços exteriores e visitas a prédios, entre outras. No decorrer da intervenção é habitual a ocorrência de contactos informais e começa a ser feita a sensibilização directa aos moradores do prédio, dando-se conhecimento, que irá realizar-se a reunião, com uma antecedência de 5 dias, aproximadamente. Dois dias antes da realização das RM, é feita uma visita ao prédio para: verificar o seu estado de conservação; quais as anomalias e as benfeitorias que apresenta; colocar convocatórias em todas as caixas do correio e afixado o convite no átrio do edifício; sendo sensibilizados os residentes que se encontrem no prédio para a sua presença na reunião. A partir do ano de 2009 acresce a este procedimento, a realização de visitas domiciliárias aos apartamentos de todas as famílias, que residam no edifício em questão. Para o efeito, são colocados também avisos do dia e da hora em que as mesmas ocorrerão, com a antecedência necessária para que os indivíduos tenham possibilidade de as alterar, no caso da sua disponibilidade não ser coincidente. Através desta metodologia é possível fazer uma abordagem de maior proximidade aos agregados familiares. Nestas visitas para além de ser feita a sensibilização directa à participação na reunião, também há lugar ao acompanhamento e encaminhamento (caso seja necessário) das suas situações, de carência social, particulares. Permite, igualmente, sensibilizar os moradores para a preservação e manutenção dos espaços comuns do prédio, bem como para os cuidados a manter, ao mesmo nível, com o apartamento em que habitam. Assim favorece-se a sensibilização ao indivíduo, à família (no decorrer da visita domiciliária), depois ao grupo (durante a reunião de moradores) e à comunidade (em resultado destas

práticas serem comuns a todas as famílias e a todos os prédios) são trabalhadas várias vertentes de forma transversal, mas sempre dirigidas ao mesmo objectivo: promover a capacitação, a autonomia e a inserção social dos moradores.

Plano da Reunião de Moradores

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva.

Participantes: Duas Técnicas Superiores de Serviço Social que compõem a equipa técnica do gabinete da CMA (e sempre que possível, um técnico de construção civil da CMA).

Um elemento maior de 18 anos representante de cada um dos apartamentos do prédio (num total de 8 a 15 moradores presentes por reunião).

Objectivo Geral: Promover a capacitação e responsabilização dos moradores pela reparação dos espaços comuns do seu prédio (de modo a adoptarem comportamentos adequados para este efeito).

Objectivos Específicos: - Integrar o grupo de moradores; Elaborar um diagnóstico das necessidades sentidas pelos moradores residentes no prédio; Identificar o estado de conservação do prédio e promover a tomada da consciência do papel de cada um; Assumir as responsabilidades da CMA e dos moradores na reparação e manutenção do prédio e eleger dois moradores responsáveis pelo prédio.

Procedimentos: Após a apresentação, é dada a conhecer a ordem de trabalhos da reunião. Esta inicia-se com uma Chuva de Ideias feita de forma informal (dependendo dos grupos) na qual se identificam os principais problemas no prédio. Em seguida, previamente preparado é apresentado uma Grelha do Prédio e são apresentadas as anomalias, actos de vandalismo e benfeitorias, sendo discutidas as responsabilidades pelas reparações, quer caibam estas aos moradores ou á CMA e é preenchida uma Grelha do Prédio. Posteriormente, os moradores são convidados a efectuar a Eleição de um ou dois representantes de prédio.

Quadro VI – Plano das Reuniões de Moradores

Trata-se de um processo de mudança lento (que também tem retrocessos mas) que, através do incentivo à capacitação pessoal e em grupo, ao aumento da auto-estima da população e de muita persistência dos técnicos, que desenvolvem a sua intervenção com estas pessoas, começa revelar alguns resultados positivos. De qualquer modo, convém que a equipa técnica do gabinete da CMA da urbanização do Casal do Silva tenha presente os pontos fortes, os pontos fracos deste projecto de reunião de moradores, bem como, quais as oportunidades e ameaças.

Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - a vontade conjunta da Câmara Municipal, das instituições parceiras presentes no local e de alguns moradores, em procederem a melhorias nos prédios e na urbanização do Casal do Silva; - o recurso a metodologias participativas para valorizar e fomentar a capacitação dos moradores; - desenvolver gradualmente uma imagem positiva da urbanização e um espaço com o qual os moradores se identificam, porque participaram no seu processo de recuperação, desde o momento da sua definição até ao momento da sua concretização, com possibilidade de verificar os resultados. 	<ul style="list-style-type: none"> - os conflitos entre os moradores, tantas vezes acentuados pelas diferenças culturais, que geram formas de estar diferentes no mesmo prédio; - a desmotivação de alguns moradores pelo facto de umas pessoas cumprirem com o que se comprometeram e outras não o fazerem.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - o empenho da equipa técnica e a orientação do Departamento de Habitação da Câmara Municipal em definir como prioridade de acção as reuniões de prédio para preservar os espaços da urbanização; - a implicação das instituições parceiras presentes no local que poderão, simultaneamente, promover e desenvolver com os moradores acções de sensibilização da preservação do ambiente, envolvendo os residentes na urbanização numa lógica de partir das necessidades da população para com base no processo de reflexão, definir a acção. 	<ul style="list-style-type: none"> - os processos burocráticos da Câmara Municipal porque nem sempre é fácil cumprir os prazos estabelecidos devido à forma como a organização, enquanto sistema funciona; - o facto da Câmara Municipal, que funciona com um sistema bastante burocrático, demorar demasiado tempo a proceder às reparações ao nível do edificado, que deve assumir; pode, conseqüentemente, prejudicar a imagem da equipa técnica presente na urbanização, levando os moradores a associa-la ao descrédito e a eles próprios não procederem às reparações, nos espaços comuns dos prédios, com as quais de comprometeram.

Quadro VII – Análise SOWT das Reuniões de Moradores

(esta análise foi realizada a partir das contribuições dos vários técnicos das instituições em presença no bairro e das contribuições dos moradores na avaliação das reuniões).

As reuniões de moradores são uma das metodologias utilizadas pela equipa técnica da CMA para promover práticas de participação da população. A sua meta a médio, longo prazo é formar uma associação de moradores, geradora de uma dinâmica mais coesa e forte de capacitação individual, de grupo e de comunidade. Para o alcançar a aposta passa por uma intervenção transversal, na qual as reuniões de prédio, desempenham o papel principal, sendo essencial o envolvimento efectivo da população e a eleição dos representantes dos vários prédios. A partir daqui a perspectiva é a realização de reuniões com os moradores que são representantes para, gradualmente, serem acompanhados e terem possibilidade de decidirem, ou não, formar uma associação de moradores.

Numa urbanização com tantas problemáticas mas na qual os conflitos de vizinhança, marcados pelas diferenças culturais, continuam a afirmar-se como o principal entrave à presença nas reuniões de moradores, é fundamental continuar a desenvolver uma intervenção diária na qual a proximidade à população é essencial, na medida em que só através do acompanhamento das suas situações e/ou problemas, se fomenta a sua capacitação e se sensibiliza, simultaneamente, para a importância das relações de vizinhança saudáveis.

Por outro lado, a definição conjunta de metas a atingir com base na auscultação das necessidades e interesses da população, definida pelas instituições presentes na urbanização e aquelas que desenvolvem a sua intervenção com os residentes no Casal do Silva, é essencial para promover um trabalho integrado. Neste sentido, torna-se premente que os técnicos das várias instituições e serviços, desenvolvam frequentemente o tal trabalho próximo à população de modo a que esta possa ser envolvida nas decisões que venham a ser tomadas.

Com uma prática desta natureza, pretende-se que através da participação nos processos e nas acções a população tome consciência do meio social em que está inserida, dos seus próprios problemas e da capacidade, que pode ter, para contribuir para a sua solução. Esta é actualmente a premissa da metodologia utilizada nas Reuniões de Moradores porque apesar de se debruçarem essencialmente sobre a gestão dos espaços comuns dos prédios, promove-se gradualmente a consciência crítica das pessoas que é essencial em processos de desenvolvimento.

6. MANIFESTAÇÕES DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Este capítulo pretende dar a conhecer as manifestações de pobreza e exclusão social na Urbanização do Casal do Silva (UCS).

Como já houve oportunidade de referir anteriormente no capítulo 4. “Metodologia da Dissertação”, a partir do estudo efectuado foi feito o levantamento de alguns indicadores, relativos à população residente na UCS, sendo possível afirmar que a pobreza e a exclusão social afectam a maioria das famílias residentes no bairro, embora se procure inverter, gradualmente esta situação através da intervenção social que se tem vindo a desenvolver no bairro.

Mas para sustentar esta declaração, importa perceber a análise efectuada através dos resultados alcançados, a partir das conclusões e do cruzamento de vários indicadores que ilustram esta matéria, aqui apresentados no que diz respeito: à demografia, à economia, ao emprego, às relações sociais, à saúde e à habitação.

6.1. PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA

A população do Casal do Silva contraria a propensão geral, de envelhecimento, da freguesia da Falagueira e do município da Amadora, como foi referido no capítulo anterior. Dos 850 indivíduos que residem, actualmente, no bairro, cerca de 30% pertencem à faixa etária predominante, localizando-se esta nos jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 24 anos. Também com expressão significativa está o grupo de pessoas entre os 35 e os 45 anos, numa percentagem de cerca de 22%. Juntos, estes grupos etários totalizam 52% da população, encontrando-se a sua maioria, em idade activa (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico da Caracterização Demográfica).

Este poderá tornar-se um potencial desta comunidade já que o número de crianças e jovens é superior ao número de pessoas com mais de 65 anos. Sendo importante promover uma intervenção social adequada ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de cidadania de um modo geral mas principalmente aos níveis infantil e juvenil.

Tal como acontece no concelho e na freguesia, existem poucos indivíduos no Casal do Silva com idades a partir dos 65 anos, compreendendo estes cerca de 7% do total dos residentes. Ainda assim, este grupo tem tido a atenção dos serviços sociais em presença

no bairro, que não têm descurado as respostas às suas várias necessidades (que serão abordadas mais adiante neste capítulo).

A faixa etária entre os 0 e os 04 anos apresenta uma expressão significativa, porque após o realojamento da população houve lugar a mais 40 nascimentos de crianças que residem na urbanização. Existindo uma maior expressão nas faixas etárias mais jovens, nomeadamente jovens adultos, com propensão para o aumento da natalidade, é necessário garantir as melhores condições ao bem-estar deste grupo. Para o efeito convém verificar quais as actividades económicas desta faixa etária.

6.2. BASE ECONÓMICA DA COMUNIDADE

A maioria dos habitantes do bairro encontram-se dependentes de subsídios, quer de pensões sociais, quer do Rendimento Social de Inserção e apenas 12% da população está empregada. O que torna a maioria dos rendimentos dos residentes no Casal do Silva provenientes do Estado. Sendo esta situação diferente para a maioria das pessoas residentes na Amadora e na freguesia da Falagueira, porque em 2001 observava-se que a maior parte da população estava empregada.

A partir da observação da realidade, do geral para o particular, com os dados que se encontram disponíveis, os censos de 2001 referem que dos 175 872 habitantes do concelho da Amadora, mais de 91 481 pessoas estavam em idade activa, perfazendo uma taxa de actividade de 53,4%. Com valores muito semelhantes encontra-se a freguesia da Falagueira, que em 2001 contava com 53,8% da população empregada.

Já a realidade actual do Casal do Silva compreende valores muito diferentes, porque apenas 166 pessoas estão empregados, somente 15% dos residentes no bairro contribuem para a taxa de actividade da freguesia e do concelho. Destes, a maioria, num total de 116 pessoas, cerca de 69% encontra-se inserido no sector terciário, só 30%, expressa por 49 pessoas, pertencem ao sector secundário e há um indivíduo ligado ao sector primário (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráficos dos Sectores de Actividade).

O Casal do Silva, sendo um bairro social, é habitado por famílias que demonstram viver com baixas condições sócio económicas, ao nível da proveniência que declaram dos seus rendimentos, em relação à maioria dos residentes do concelho da Amadora e da freguesia da Falagueira. Em 2006, existiam 9 217 famílias no concelho que beneficiavam de RSI, com incidência em indivíduos na faixa etária, igual ou superior, a 24 anos. Alguns moradores do bairro também contribuem para integrar esta estatística.

Se observarmos ainda os dados relativos à freguesia da Falagueira, verificamos que em 2001, cerca de 30% viviam das receitas, das pensões 26,0% e de apoios sociais 4,9%.

O total dos rendimentos das famílias residentes no bairro provém do estado. Numa distribuição em que 395 pessoas estão dependentes do RSI (Rendimento Social de Inserção), 100 indivíduos recebem pensões sociais (aqui incluem-se as pensões de invalidez); 47 pessoas encontram-se a receber o subsídio de desemprego. Perfaz um total de 542 indivíduos que vivem de receitas estatais (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráficos da situação do Emprego).

Sem rendimento declarado existem ainda 62 indivíduos, a maioria destes homens têm uma actividade, não regular, ligada à construção civil e a maior parte das mulheres faz limpezas em casas particulares. Estas são situações que não têm a sua actividade regulada na segurança social.

Mas ligado ao facto da população na urbanização ser sobretudo jovem, verifica-se que na sua maioria, num total de 316 pessoas (incluindo crianças, adolescentes e jovens) são dependentes, encontrando-se estes a cargo de outros elementos da família.

Apesar de predominantemente jovem e adulta, a maioria dos residentes no Casal do Silva, encontra-se maioritariamente dependente de subsídios do estado. Prevê-se mesmo que alguns destes auxílios, como o RSI e os subsídios de desemprego, sejam verbas que receberão, temporariamente, e que não sejam uma fonte segura de rendimento. Constitui-se este, como grande indicador de situação iminente de risco de pobreza.

Não há escassez de recursos económicos, na medida em que os indivíduos e as famílias recebem sempre determinada verba, com uma periodicidade mensal, necessária para adquirem os bens essenciais de primeira necessidade. Aqui incluem-se o pagamento das despesas fixas com água, luz, gás, renda da casa e alimentação, bem como despesas com educação e saúde. Contudo, de um modo geral as famílias apresentam muita dificuldade na gestão da verba que auferem. São frequentes as solicitações de pedido de ajuda para pagamento faseado das despesas fixas com, água, luz, gás e rendas de casa (apesar das rendas muito diminutas porque são rendas sociais). As famílias também solicitam cabazes de alimentos mensais, atribuídos por um serviço que apoia três freguesias no concelho e que opera para este efeito, mas passando a avaliação de algumas situações sócio económica dos agregados familiares, pelas técnicas de âmbito social do bairro, verifica-se que não é escassez de verba mas má gestão.

Maioritariamente as famílias que recebem o RSI no bairro são de cultura cigana, havendo determinadas características da sua forma de estar que, afirmam à partida, não

se coadunar com a procura de trabalho no mercado normal. Por um lado existem algumas famílias que fazem venda ambulante. Mas a maior parte delas não declara a sua actividade nas finanças e refere que a verba, que daqui advém, não permite o sustento da família, sendo imperativo a recepção do RSI.

Para além destas situações também existem varias pessoas não ciganas que se encontram desempregadas e referem grande dificuldade na procura de um novo emprego. Uma parte significativa destas pessoas, cerca de 25% é acompanhada no Gabinete de Inserção Profissional do CEBESA, localizado na urbanização.

Apesar do país estar a passar por uma situação económica pouco favorável, na qual se verifica que o desemprego tem vindo a aumentar, há uma característica que poderá estar ligada à dificuldade de inserção das pessoas no mercado de trabalho. Esta está aliada à baixa escolaridade, de grande parte da população residente no bairro.

6.3. OS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E DE EMPREGO

A grande maioria dos moradores na Urbanização do Casal do Silva possui níveis muito reduzidos de escolaridade, bem como baixas qualificações profissionais, o que contribui para afectar a sua estabilidade laboral, e para atrair situações de fragilidade económica.

Actualmente, existem 89 pessoas que não sabem ler, nem escrever e muitas delas são adultas com filhos na escola. A este nível, é frequente recorrerem aos serviços de proximidade que estão localizados no bairro, para pedirem ajuda na interpretação de correspondência, na escrita de cartas ou preenchimento de formulários, para fazerem chegar a serviços sociais de natureza vária. Observam-se, constantemente, as dificuldades que estas pessoas sentem na sua vida diária, com tarefas básicas nas quais precisam de apoio, para não se sentirem completamente excluídas.

A maioria dos habitantes, no total de 359 indivíduos, tem o 1º ciclo, completo ou incompleto. Mas muitos sentem dificuldades muito semelhantes ao grupo atrás referido, solicitando, por diversas vezes, ajuda em tarefas do mesmo âmbito (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráficos dos Níveis de Escolaridade/Educação).

Neste universo existe um número muito pouco significativo de pessoas (cerca de oito) que demonstram interesse por saber mais e apresentam esses pedidos às instituições na urbanização. Verificando a dificuldade que existia em inseri-las ao nível do sistema de ensino para adultos, o projecto A Rodar com a colaboração da Junta de Freguesia, acompanhou este grupo de 8 mulheres, no primeiro semestre de 2009, durante duas

vezes por semana, com o objectivo de as capacitar ao nível da leitura e da escrita. Este processo foi transitório, com vista à sua inserção formal no ensino de alfabetização para adultos.

Para além desta mais valia ao nível do combate à exclusão social, a inserção de pessoas com tão baixa escolaridade no mercado de trabalho, é uma dificuldade crescente. Para se inscreverem em superfícies comerciais, que são os maiores empregadores do concelho, ou mesmo em pequenas lojas, porque assumem a maioria dos postos de trabalho na freguesia, a sua inscrição nem chega a ser possível por não terem a escolaridade mínima nacional – o 9º ano, o 3º ciclo do ensino básico completo.

Nesta situação também estão vários moradores, 182 têm o 2º Ciclo do ensino básico completo e 103 pessoas possuem o 3º Ciclo do ensino básico completo (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráficos dos Níveis de Escolaridade/Educação).

Mas mesmo a maioria das pessoas que têm o 3º ciclo do ensino básico ou os 14 indivíduos que têm o 12º ano, revelam dificuldades de inserção profissional. Os que estão a trabalhar, encontram-se inseridos em grandes superfícies comerciais e trabalham por turnos, referindo que necessitam do constante apoio da família, como suporte ao cuidado com filhos menores. Outros ainda, com formações profissionais nas áreas de design gráfico, mecânica de automóveis, electricista, informática entre outras, encontram-se desempregados, porque foram convidados a sair, por incapacidade financeira das empresas em que trabalhavam. Referem agora ser muito difícil a sua inserção profissional.

Com este nível de habilitações literárias a maioria dos adultos encontra-se excluído socialmente. Seja porque a sua situação de desemprego ou emprego precário está aliada às suas baixas habilitações profissionais; seja porque mesmo com a escolaridade obrigatória, conjugada em alguns casos, com formação profissional, não é suficiente para se inserirem no mercado de trabalho; seja porque as pessoas que trabalham por turnos nas superfícies comerciais, necessitam de suporte familiar para ficarem e cuidarem dos seus filhos menores, afectando a qualidade da sua dinâmica familiar.

6.4. EDUCAÇÃO INFANTIL E JUVENIL

Aliado ao facto da maioria dos adultos terem reduzidos níveis de escolaridade, está a relação que estabelecem com a instituição escola, de um modo geral. Embora, actualmente se assista a uma melhoria significativa desta relação escola/comunidade do

Casal do Silva, no início do realojamento (de 2004 a 2007), eram habituais os contactos efectuados pelos equipamentos escolares, frequentados por crianças do bairro, a solicitar apoio às instituições em presença no Casal do Silva, para efectuarem esta mediação com as famílias. As causas eram variadas: comportamentos agressivos tomados pelas crianças ou pelos seus familiares; conflitos entre as crianças do bairro e outras crianças; forte indício de absentismo escolar, principalmente por parte dos alunos ciganos; entre outras situações. Mas, a este nível, actualmente as melhorias são expressivas.

Ao analisar os dados fornecidos pela EB 1 Artur Bual verifica-se que os valores com significado que podemos associar a situações de exclusão social, dirigem-se para a taxa de absentismo. Observando-se as 71 crianças que residem no Casal do Silva, com idades compreendidas entre os cinco e os nove anos, verifica-se que, no ano lectivo de 2008/09, 50 menores frequentaram a Escola Básica – E.B – do 1º Ciclo Artur Bual, constituindo-se como 25% do universo dos alunos desta escola. As restantes crianças do bairro estão inscritas em duas outras escolas do concelho, localizadas nas freguesias vizinhas.

No total existiram cerca de 20 crianças com uma situação de absentismo significativa. Estas crianças pertenciam a famílias ciganas, e os seus motivos de ausência à escola, estiveram sempre ligados a questões culturais. Por exemplo a doença terminal ou a morte de um familiar, os casamentos de familiares próximos, conflitos entre outras famílias ciganas residentes na urbanização, entre diversas justificações da mesma natureza. Consequentemente, nestes casos as crianças faltavam em períodos de tempo que podiam ir de uma semana a um mês, sendo que estes comportamentos voltavam a repetir-se durante novas fases no ano lectivo.

Configuram-se situações de exclusão social porque os períodos de tempo em que as crianças estão afastadas da escola, afectam a sua rotina diária, prejudicam a sua aprendizagem, afastam-nos dos seus pares, que muitas vezes os negligenciam quando regressam, novamente, ao equipamento escolar. Nestes casos era frequente assistir-se a grupos de crianças ciganas terem brincadeiras separadas dos outros menores e, muitas vezes, existirem situações de conflitos entre os dois grupos. Na pior das hipóteses os pais ciganos dirigiam-se à escola para tirarem satisfações com o corpo docente, ameaçando e, em alguns casos, passando à agressão verbal e física. Tais situações tinham influência nas crianças que construíam uma imagem negativa da escola e de tudo o que a envolvia, acentuando ainda mais a vertente da exclusão social.

Ainda assim o corpo docente da escola reconhece que se tem vindo a assistir a melhorias significativas desde o segundo período do ano lectivo de 2008/09. Para o efeito foi fundamental o papel do projecto A Rodar. Com maior visibilidade nas crianças ciganas, verifica-se que têm adquirido competências pessoais e sociais que facilitam a sua inclusão no estabelecimento, bem como assistem à melhoria nas abordagens feitas pelos seus progenitores.

Já no presente ano lectivo, 2009/10 esta escola enaltece o papel de um mediador de cultura cigana. Também este está ligado ao Projecto A Rodar e tem tido um papel fundamental na melhoria do relacionamento das famílias, principalmente as de cultura cigana, com a escola. Tal situação verifica-se através da diminuição do número de ausências das crianças ao estabelecimento de ensino, da redução dos conflitos que anteriormente ocorriam no recreio, contribuindo gradualmente para criar a aproximação das famílias à escola e da escola às famílias.

O absentismo, com conseqüente abandono escolar tem sobretudo expressão no 2º Ciclo e no 3º Ciclo do ensino básico, sendo este o momento em que muitos jovens deixam de ir à escola. Na urbanização estes casos manifestam-se em todas as culturas em presença mas com maior intensidade na comunidade cigana. Situação esta, justificada pela pouca importância que algumas destas famílias atribuem à escola, na medida em que referem que na sua cultura a sua inserção profissional não passa pelo sucesso escolar, são muitos os jovens entre os 13 e os 18 anos que abandonam o sistema de ensino.

Para combater este grande traço de exclusão social, o projecto A Rodar, o CEBESA, a junta de freguesia e a Escola Básica 2 + 3 e Secundária Mães de Água, apresentaram uma candidatura ao Ministério da Educação com vista a beneficiarem dos apoios atribuídos aos TEIP – Território Escolar de Intervenção Prioritária, a partir do ano lectivo 2009/10. Neste âmbito pretende-se aproximar a escola das famílias e do bairro e vice-versa, a partir de varias actividades que valorizem as diferenças culturais e promovam o interesse pela escola e pela sociedade, de um modo geral.

Mas o abandono do sistema de ensino acarreta conseqüências, gerando a desocupação de vários grupos de adolescentes e jovens que vão permanecendo na urbanização, ociosos e sem noção de projectos de vida.

Se estes jovens pertencem à cultura cigana é frequente casarem entre os 15 e os 18 anos e constituírem família. Reproduzem, na grande maioria das vezes, os comportamentos dos seus progenitores. Candidatam-se ao RSI e, enquanto às raparigas cabe a vida doméstica e o cuidado dos filhos, principalmente, aos rapazes corresponde acompanhar

do pai ou o sogro na venda ambulante. Em determinadas famílias a mulher e os filhos também acompanham os outros parentes na venda.

Ainda assim, estes ou jovens de outras culturas, enquanto permanecem desocupados estão sujeitos a vários comportamentos de risco, como o início ao consumo de estupefacientes, pequenos furtos e actos de vandalismo. Situações que geram franjas de jovens que, vivendo à margem da sociedade, alimentam comportamentos pouco saudáveis e multiplicam os seus efeitos, através de influências negativas noutros jovens, verificando-se a criação de novos grupos. O abandono do sistema de ensino origina assim situações de exclusão que se prolongam, facilmente, em grupos que adoptam comportamentos delinquentes.

Existem alguns que inseridos em famílias multi-problemáticas cometem pequenos delitos e estiveram ou estão integrados em estabelecimentos do Instituto de Reinserção Social.

6.5. AS PROBLEMÁTICAS QUE INFLUENCIAM AS RELAÇÕES SOCIAIS

Sendo o Casal do Silva um bairro social, e verificando-se na população sinais visíveis de pobreza e exclusão social, a existência de famílias multi-problemáticas é uma realidade. A sua expressão, é significativa, porque no total das 248 famílias residentes na urbanização, existem 40 agregados familiares considerados multiproblemáticos, mas não é tida como trágica porque tem-se vindo a intervir para promover, gradualmente a sua inserção social (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico das Relações Sociais e suas problemáticas).

Alguns destes agregados familiares são parentes entre si, existindo problemas identificados que já passaram de geração para geração.

Estas famílias cruzam dificuldades de diversa natureza. Nos homens a partir dos 40 anos, o problema mais frequente é o alcoolismo. Estando este, muitas vezes, associado a algumas situações de maus-tratos verbais e físicos a mulheres, principalmente. Trata-se de uma conjuntura que afecta famílias de todas as culturas em presença na urbanização, mas que não é verbalizada, nem entendida pela grande maioria das pessoas como problema, porque a associam a uma característica tanto cultural, como familiar.

Como já foi referido, existem algumas situações de delinquência juvenil e de toxicod dependência, quer em jovens, quer em adultos. Apesar de não serem situações muito comuns, afectam bastante a dinâmica dos agregados familiares em que estão inseridos.

Subsistem ainda algumas características em agregados familiares que se constituem como problemas. Associadas à pouca importância que atribuem à escola e à ocupação saudável dos tempos de livres das crianças; a má gestão que efectuam da verba que recebem do RSI, que os conduz para situações várias de dívidas, nomeadamente ao nível das despesas fixas.

Cruzadas, estas situações geram famílias desestruturadas, algumas pessoas descompensadas ao nível da sua saúde mental, e implicam muitas vezes o afastamento dos seus pares, nas várias faixas etárias às quais pertencem os elementos da família. Mas nestes casos mais importante que o apoio dado pelos serviços é o apoio dado pelas relações familiares ou pelos vizinhos. Assume-se mesmo como fundamental para dar resposta a necessidades básicas, como a alimentação por exemplo.

Num esforço conjunto efectuado por todas as instituições em presença na urbanização, em articulação com outras instituições do concelho, os serviços vão prestando o apoio possível a estas famílias multi-problemáticas. Contudo o passo mais importante continua a ser o das próprias famílias, ao reconhecerem que têm um problema e solicitarem ajuda para esse efeito. Nesses casos o acompanhamento é efectuado com frequência, quer individualmente ou em grupo, sempre com vista à promoção da integração social das pessoas em causa.

Nomeadamente, após ter sido identificado em varias famílias, o problema comum da dificuldade do contacto com a escola, para preenchimento dos boletins de inscrição, das crianças que iriam para o 1º ano do ensino básico, foram criados dois grupo, formados pelos futuros encarregados de educação, para lhes esclarecer duvidas e os dotar de competências a estes níveis. Esta acção foi assumida pelo A Rodar, na fase de preparação do ano lectivo 2009/10 e foi útil para reforçar competências pessoais e sociais.

Também o CEBESA, verificando várias situações de fragilidade de competências parentais, a diversos níveis, na educação familiar, manifestada pelas crianças que frequentam esta valência, organizou um conjunto de sessões com vista à sensibilização e informação dos pais nestas matérias.

Ainda com o objectivo de inserir socialmente os adolescentes e os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos, que não estão integrados no sistema de ensino, e não tenham concluído a escolaridade obrigatória, pretende-se promover a sensibilização dos mesmos a este nível. A finalidade do Projecto A Rodar é ajuda-los na definição de um projecto de vida, capacitando-os para o tornarem real. Através do

acompanhamento às suas situações e privilegiando actividades que estejam ligadas aos seus interesses, nomeadamente, musica, desporto e informática. Pretende-se que a partir de esquemas de educação não formal, que tenham em conta o percurso escolar de cada um dos jovens, se atribua a equivalência ao sistema de ensino a partir da criação e frequência de uma turma inserida no PIEF – Programa Integrado de Educação Formal. Apesar da sua fraca expressão, é necessário considerar os seniores que moram no bairro, bem como ter atenção às pessoas que, num curto e médio espaço de tempo, tendem a pertencer a este grupo alvo. A este nível importa referir que existem 27 idosos a residirem sozinhos (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico das Relações Sociais e suas problemáticas). Alguns deles têm famílias de apoio na urbanização mas a sua maioria não tem familiares a morar no Casal do Silva.

Convém ver a pertinência de varias áreas que se complementam. Em primeiro lugar com os cuidados de saúde de que necessitam e se prevê que venham a necessitar, garantindo que está facilitado o acesso aos mesmos, nos serviços que os praticam na comunidade. Em segundo lugar com a localização das casas em que vivem, porque face a situações de mobilidade reduzida, é imperativo que se situem no rés do chão ou no primeiro andar, permitindo que desta forma, possam o mais possível, manter as tarefas básicas da vida diária, nomeadamente, saírem à rua para fazerem as suas compras. Em terceiro lugar privilegiar o contacto próximo com familiares, amigos e fomentar as redes de solidariedade na comunidade, indispensáveis para prevenir a solidão e para incentivar o contacto com o exterior. Em todos estes níveis as instituições em presença na urbanização têm demonstrado estar atentas. Isto verifica-se através da articulação e proximidade existente com o Centro de saúde da comunidade; com a preocupação em propor a transferência de pessoas seniores e com mobilidade reduzida para casas localizadas no R/C ou 1º andar nos prédios da urbanização e observa-se também através das actividades de sensibilização, informação e de animação sócio cultural que são promovidas para esta faixa etária no âmbito quer pela CMA assumidas pelo Gabinete Técnico, quer pela Comissão Local de Freguesia.

6.6. OS CUIDADOS DE SAÚDE MANIFESTOS PELAS FAMÍLIAS

Uma outra problemática associada a várias famílias prende-se com a negligência geral ao nível dos cuidados de saúde.

Actualmente, o centro de saúde ao qual, geograficamente pertencem os residentes no Casal do Silva é o da Venda Nova, sendo que é neste equipamento que, a maior parte

das pessoas está inscrita, num total de 57% (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico da Saúde).

Encontram-se inscritos no Centro de Saúde da Amadora 11% dos residentes no bairro. Esta conjugação de valores, num somatório de 72% das pessoas inscritas nestas instituições, está intimamente ligado ao facto da maioria das famílias que residem no Casal do Silva, serem proveniente dos bairros degradados que pertenciam às zonas geográficas de abrangência destes centros de saúde (nos quais se supõe que se mantêm inscritas).

Prevê-se que os 28% da população que não está inscrita em nenhum destes centros, por naturalmente manterem as inscrições nos equipamentos de saúde que serviam os locais em que habitavam antes do realojamento, num futuro próximo, venham a integrar o Centro de Saúde da Venda Nova. A par da reestruturação dos novos agrupamentos na área da saúde, no decorrer de um processo de actualização de moradas, no qual as famílias serão convidadas a inserirem-se no centro de saúde da sua área de residência.

A grande maioria das pessoas inscritas no centro de saúde da Venda Nova tem médico de família – 380 – sendo inferior o número de pessoas, que não tem nenhum médico atribuído – 130. Já no Centro de Saúde da Amadora a maioria das pessoas não tem médico de família – 48 – sendo 39, o número de pessoas com médico atribuído (conforme Anexo 8 Gráficos Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico da Saúde).

Todas as pessoas que não têm médico de família atribuído nos centros de saúde alvo de análise, no total de 148 residentes na urbanização, podem constituir um indicador de fragilidade, porque embora sejam sempre atendidas quando se deslocam ao equipamento, o seu acompanhamento não corresponde a um processo contínuo. Não sendo estabelecida uma relação entre médico e utente que permita identificar as reais necessidades/diagnósticos ajustados a este nível.

Contudo, o principal indicador de exclusão ao nível da saúde, poderá estar ligado à saúde materno infantil. Situações em que as mães devem deslocar-se, com frequência, ao centro de saúde, para receberem as primeiras consultas aos seus bebés, no entanto, o que se verifica é que, muitas vezes, afastam-se do centro de saúde e não comparecem às consultas de rotina. O que acaba por ser frequente são as deslocações ao hospital, quando sentem necessidade.

Isto acontece, apesar da grande maioria das crianças com idades entre os 0 e os 12 anos estarem inscritas nos centros de saúde e terem médico de família atribuído.

Neste caso é assumido pelas famílias o afastamento ao centro de saúde. Prevê-se que se não for criada uma rotina de aproximação a esta instituição e mesmo de ligação ao médico de família, haverá maior probabilidade de existirem situações de doenças desnecessárias, caso houvesse este acompanhamento médico. Ainda que rotineiro, serviria como prevenção. Existe aqui uma situação de auto-exclusão.

A relação que o Centro de Saúde da Venda Nova tem estabelecido com a comunidade local é pautada por uma ligação de proximidade e parceria. Nomeadamente, em articulação com as várias instituições em presença na urbanização do Casal do Silva, têm sido desenvolvidas algumas actividades dirigidas aos seus moradores. Quer actividades de âmbito comunitário, através da utilização de Unidade Móvel de Saúde, como foi o caso das campanhas de vacinação, quer em actividades direccionadas a grupos de pais ao nível da formação parental. Estas aconteceram no CEBESA e no A Rodar, com o objectivo de sensibilizar e informar as famílias das crianças, para a importância da: alimentação saudável; prática do exercício físico; vacinação, entre outros assuntos.

6.7. A UTILIZAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Sendo o Casal do Silva um bairro de habitação social, no qual as pessoas foram realojadas há cerca de 6 anos, é frequente encontrar alguns sinais exteriores de edifícios mal cuidados ou em estado de degradação precoce. Estas anomalias não são apenas visíveis no exterior dos prédios, na verdade, existem nos espaços comuns interiores dos mesmos, mas a maioria encontra-se no interior dos apartamentos.

Estes defeitos podem ocorrer por diversas causas. Podem ser de ordem construtiva, ligada a incorrecções no decorrer da construção do bairro, cabendo a sua reparação à câmara; mas também podem acontecer por desgaste natural do material, na sequência da sua utilização corrente ou podem advir de actos de vandalismo causados por moradores. Desde o início do realojamento, até à data, foram muitas as anomalias de ordem construtiva, no interior das casas, que os residentes deram conhecimento à CMA. No fim do primeiro semestre do ano de 2009, a autarquia tinha reparado 90% das anomalias sinalizadas em apartamentos, sendo reparados outros 10%, até ao final de 2009.

São menores as anomalias existentes quer por desgaste do material, quer por actos de vandalismo e é procedimento corrente promover a sua reparação através da responsabilização dos residentes.

Todas as pessoas que vivem no bairro habitam uma casa com as devidas condições ao nível de conforto, água, electricidade e gás, em estruturas próprias para esse efeito. Contudo, aqui a demonstração de que existe exclusão social está ligada à apropriação que algumas famílias efectuam do espaço. A este nível a referência recai apenas em poucos agregados familiares, provavelmente cerca de 30 que, dependendo da sua incidência em determinado prédio, ou em determinadas ruas, manifestam sinais de inadequada apropriação do espaço. A sua demonstração acontece pela existência de: bugigangas atulhadas à entrada dos prédios; pela falta de higiene de alguns espaços comuns, exteriores e interiores; por utilização indevida de electricidade e água (referidas, vulgarmente como “puxadas”); por portas de entrada de apartamentos em que foi substituída a fechadura por um cordel; estas entre outras situações do mesmo cariz. Na maioria das vezes os protagonistas destes actos são famílias multi-problemáticas com carências a vários níveis, desde o mais básico, como hábitos de higiene deficitários, a poucos cuidados com as habitações e circundantes espaços comuns, dificuldades de gestão económica, entre outros. Daqui resulta uma desestruturação da família que se estende ao espaço onde se encontra.

A partir da visibilidade dos comportamentos e formas de estar destas famílias, há uma imagem de exclusão que é, frequentemente, associada ao bairro, pela restante comunidade envolvente. Para além da opinião da comunidade envolvente à urbanização, continua a ser habitual ouvir alguns dos próprios residentes no Casal do Silva a demonstrarem o seu desagrado relativamente a estas famílias, o que afecta de forma negativa os seus sentimentos de pertença a este local.

A maioria das famílias do bairro possui as rendas mensais apoiadas em dívida, apesar de serem valores muito reduzidos (que vão dos 6,50 aos 240,00 Euros) e serem calculadas com base na situação social dos agregados familiares, próprias para bairros de realojamento.

As pessoas que se encontram em situação de dívida afirmam, com frequência, necessitarem de ajuda a este nível. Embora sejam acompanhadas no âmbito de atendimentos sociais, num apoio sempre abrangente e transversal, feito mensalmente (quando as famílias o permitem) mas no qual, lhes é referido que o pagamento da renda é uma prioridade. Continuam a ser muito poucos os agregados familiares que têm a preocupação de pagar as rendas em dívida e a renda actual, todos os meses.

Mais uma vez, verifica-se uma situação que está francamente associada à má gestão que as famílias fazem do seu dinheiro. Isto porque, quando existem situações em que

ocorreram alterações dos rendimentos para valores inferiores, é feita a avaliação da renda e há lugar à sua diminuição. Na grande maioria dos casos, as famílias que estão nesta situação são cumpridoras e, ultrapassado um período menos favorável, regularizam a sua situação.

Actualmente, existem 128 agregados familiares com as rendas em dia e 140 famílias com rendas em dívida (conforme Anexo 8 Gráficos de Caracterização Dimensões Pobreza e Exclusão Social – Gráfico da Habitação). Verifica-se que a maioria das pessoas não efectua o pagamento da renda porque não o considera prioritário face a outros bens, tais como a água, ou a electricidade. Na medida em que se não cumprirem o seu pagamento há lugar ao corte destes serviços. Com a renda isto não acontece porque mesmo que não a paguem não há lugar (até à data) a acções de despejo.

A este nível a equipa técnica do gabinete na CMA tem vindo a efectuar um trabalho de aproximação às famílias, que mantêm rendas em dívida, com vista à progressiva alteração da sua situação. Apesar de se ter vindo a verificar a alteração positiva do comportamento de algumas famílias, uma vez que mensalmente procedem ao pagamento de rendas em dívida e da renda actual, ainda há muito trabalho para efectuar a este nível. Poderá eventualmente passar pela notificação das famílias pela CMA, de modo a procederem à regularização da sua situação, em detrimento de serem efectuadas acções de despejo.

Notas de síntese

Como foi referido no início deste capítulo, a maioria das famílias residentes na urbanização são afectadas por fenómenos de pobreza e exclusão social. Destacam-se aqui, brevemente, algumas características ilustrativas dessa situação.

A maior parte dos agregados familiares estão dependentes de subsídios, limitando-se a 12% as pessoas que estão empregadas. Uma justificação para que isto aconteça são os baixos índices de escolaridade da população, dado que quase metade dos adultos não sabe ler, nem escrever, ou tem o primeiro ciclo do ensino básico. Situação que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho.

Existem cerca de 12% dos residentes que fazem parte de famílias multi-problemáticas nos quais se destacam: nos homens, o alcoolismo, associado a maus-tratos verbais e físicos, principalmente às suas companheiras; nas mulheres, algumas situações de gravidezes precoces, e constituição de famílias monoparentais; nos jovens, a desocupação associada à delinquência e à toxicodependência. Conjuntos estes

problemas geram famílias desestruturadas, onde se verifica a existência de algumas situações de falta de saúde mental, sendo pessoas com dificuldades de efectuar a gestão financeira para fazer face às despesas fixas mensais, provocando situações de dívidas.

Ao nível da saúde a principal fragilidade identificada na população prende-se com a negligência ao nível dos cuidados materno infantis, verificando-se a ausência das famílias às consultas com os médicos e ao acompanhamento com enfermeiras, previsto para este efeito, no Centro de Saúde. Isto poderá provocar a existência de doenças desnecessárias porque não são prevenidas.

Relativamente à utilização que alguns residentes fazem das suas habitações há dois grandes problemas a destacar que estão ligados, por um lado à falta de preservação dos espaços comuns dos prédios, existindo alguns actos de vandalismo, por outro às situações de agregados familiares que mantêm rendas em dívida, sendo que isto acontece na maioria das vezes, por desleixo ou por dificuldades de gestão económica mensal, como já foi referido.

Apesar dos problemas existentes as instituições em presença na urbanização, em articulação com outras organizações locais, têm vindo a realizar uma intervenção que pretende ir ao encontro do diagnóstico efectuado, numa perspectiva de integração, gradual da população. Neste sentido, existem: dois serviços de acompanhamento a pessoas em situação de desemprego; dois centros de ocupação dos tempos livres para as crianças; um projecto de articulação com o agrupamento escolar que conta com um mediador sócio cultural, existência de turmas de currículo alternativo, e aulas de alfabetização para adultos; acompanhamento a projectos de vida dos jovens e inserção destes em actividades que vão ao encontro dos seus interesses; sessões de informação e formação ao nível da aquisição e desenvolvimento de competências parentais; campanhas de vacinação e de higiene oral com o Centro de Saúde local, a partir da utilização da sua unidade móvel no espaço da urbanização; realização de campanhas de limpeza do bairro e de plantação e preservação dos espaços verdes do Casal do Silva; acompanhamento e encaminhamento social às famílias multiproblemáticas, principalmente aquelas que têm problemas de saúde mental e situações de dívida graves. São estas, entre outras acções que se desenvolvem diariamente e que se pretendem desenvolver com vista à diminuição dos fenómenos de pobreza e exclusão social e promoção da integração social dos residentes no bairro.

7. MANIFESTAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Neste capítulo serão abordadas as várias manifestações do Desenvolvimento Local na Urbanização do Casal do Silva (UCS), uma vez que esta é uma dimensão de análise fundamental neste trabalho.

Estas manifestações de desenvolvimento local puderam ser verificadas, ao longo dos seis anos de intervenção social, com os residentes na UCS, através de elementos que constituíram todo um processo gradual de mudança, na sua forma de estar na comunidade.

De acordo com o que já foi referido no capítulo 2, “Desenvolvimento Local: da origem conceptual ao emprego real”, e dadas a conhecer as dimensões de análise que então foram seleccionadas, como as mais relevantes no capítulo 4. “Metodologia da Dissertação”, apresentam-se agora os resultados da pesquisa no que diz respeito a essas dimensões de acordo com os seguintes sub-pontos: satisfação das necessidades no decorrer da intervenção; mobilização de capacidades endógenas; participação; recursos exógenos mobilizados para o território; visão integrada da operacionalização da acção e parceria. A estas acrescentam-se ainda, ser um processo de mudança numa comunidade de pequena dimensão.

7.1. SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES NO DECORRER DA INTERVENÇÃO

Conforme foi referido no capítulo teórico, deste documento, relativo ao Desenvolvimento Local, uma das condições fundamentais para que este se verifique é a existência da satisfação das necessidades da população residentes em determinado local. Deste modo, inicia-se este ponto através da identificação das necessidades às quais as instituições em presença na urbanização têm vindo a dar resposta e qual a opinião generalizada dos moradores face às mesmas. Para além das necessidades a que as instituições procuram dar resposta, enunciam-se também algumas necessidades sentidas pelos moradores que ainda não foram satisfeitas.

Em seguida refere-se a promoção da empregabilidade local, que é feita pelas instituições em presença na urbanização.

Sucedem-se a apresentação dos principais problemas e necessidades apontadas pelos residentes pelos técnicos entrevistados, bem como as suas sugestões para algumas destas questões.

Finalmente, é referida a posição das instituições situadas no bairro face às necessidades da população, mencionando-se os contributos que as respostas à satisfação das necessidades no decorrer da intervenção oferecem ao desenvolvimento local.

7.1.1. Respostas institucionais resultantes do diagnóstico junto da população

A intervenção social que tem vindo a ser realizada com os residentes da urbanização, ocorre, sempre que possível, de forma concertada, indo ao encontro das necessidades identificadas em várias áreas, equipamentos e serviços, habitação e emprego.

Tal como já foi referido no capítulo 5, “Do Concelho da Amadora, ao bairro do Casal do Silva: uma espiral de complementaridades”, no decorrer do processo de planeamento da urbanização, houve a preocupação por auscultar a população e aferir as suas principais necessidades de modo a adequar as respostas institucionais em presença no bairro social. Deste modo, foram perspectivados (e logo preparados para funcionar), a par do realojamento da população, os equipamentos do Centro de Bem Estar Social da Amadora – CEBESA, a Junta de Freguesia da Falagueira (JFF) e o Gabinete Técnico da CMA (GTCMA). Mais tarde, no decorrer do pós-realojamento da população e da intervenção social realizada, surgiu o Projecto A Rodar (com instalações na UCS).

A Junta de Freguesia e o CEBESA já tinham, anteriormente, instalações na Falagueira. O CEBESA funcionava num equipamento junto ao maior núcleo populacional realojado no Casal do Silva, pelo que já era conhecido da maioria dos actuais residentes no bairro e acompanhou a população para manter as respostas que lhes tinha vindo a dar, previamente. A JFF, mantendo outras instalações, localizadas no centro da freguesia, deslocou o funcionamento dos seus principais serviços para as instalações situadas no Casal do Silva, promovendo, maior contacto dos residentes na Falagueira com o bairro.

O objectivo central de colocar as instalações destas instituições no bairro, implicava manter o acompanhamento à população. No caso do CEBESA pretendia-se continuar a assegurar as respostas às necessidades de jardim-de-infância, de centro de actividades para tempos livres das crianças em idade escolar e expandir o seu âmbito de actuação; no caso da Junta de Freguesia a acção implicava o assegurar de todas as respostas ligadas ao seu âmbito de intervenção.

O Gabinete Técnico da CMA (GTCMA) no Casal do Silva iniciou a sua intervenção na urbanização a par do realojamento, tendo como objectivo prestar o acompanhamento social necessário ao acolhimento e familiarização da população no local. Relativamente

ao espaço da habitação, aos espaços comuns dos prédios, bem como à prestação dos esclarecimentos dos moradores quanto aos seus direitos e deveres, a este nível.

Outros indicadores de respostas às necessidades dos moradores, ao nível da habitação, passam pela adequação do valor das rendas sociais aos rendimentos do agregado familiar e pela alteração dos realojamentos dos inquilinos por motivos de saúde.

Até ao final do ano de 2009 existiam cerca de 30 agregados, cujas rendas foram reavaliadas em função da diminuição dos seus rendimentos, na maioria das vezes por motivos de desemprego ou transição de situação de activo para pensionista.

Até à referida data, já foram transferidas cinco famílias, por perda da mobilidade de algum dos elementos do agregado familiar. Estes agregados familiares são realojados num andar situado no rés-do-chão, encontrando-se previstas mais cinco alterações de realojamentos pelo mesmo motivo, logo que existam apartamentos disponíveis.

O GTCMA, o CEBESA e a JFF existem desde o início do realojamento com o objectivo de prestar aos moradores um atendimento de proximidade, junto ao seu local de residência, a partir do qual as pessoas são acompanhadas e encaminhadas para os serviços que respondem às suas necessidades.

Integrado no Programa Escolhas, promovido pela Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEPE), o Projecto A Rodar, encontra-se num espaço próprio na urbanização, desde o ano de 2007. Este foi o único equipamento criado no decorrer da intervenção para dar resposta a uma necessidade que estava a descoberta. Sentida por todos os serviços, de um modo geral, e pelos moradores do bairro, os ciganos, em particular, o objectivo do projecto é acompanhar as crianças e os jovens destas famílias, através da sua integração em actividades lúdico-pedagógicas, promotoras das suas competências pessoais e sociais. Incidindo principalmente nas famílias de cultura cigana, o projecto abrange crianças, jovens e famílias de todas as culturas em presença no bairro.

Também o CEBESA, numa perspectiva de colaborar na resposta às necessidades da comunidade, criou em 2006 um Gabinete de Inserção Profissional (GIP), atendendo, acompanhando e encaminhando pessoas desempregadas e com interesse em formação profissional para os locais e entidades adequadas.

Actualmente, a articulação social é desenvolvida pela conjugação das instituições em presença no Casal do Silva, que sendo de natureza diferente, com diversos tipos de acção, interagem para que haja uma integração das respostas dadas e não uma sobreposição das mesmas, indo ao encontro das necessidades identificadas.

Segundo os técnicos das instituições no bairro, uma boa relação de parceria (assunto que será desenvolvido mais adiante) é essencial para assegurar uma resposta integrada às necessidades que os moradores apresentam, diariamente, às diferentes entidades.

“(…) aqui desenvolve-se um bom trabalho com as instituições em presença neste bairro (….) permite uma intervenção sistémica e transversal e uma melhor resposta direccionada aos problemas identificados ao nível dos vários agregados, que são acompanhados pelas diferentes instituições aqui no bairro.” Entrevista a técnica 2 (conforme Entrevista a técnica 3)

Vários moradores referem que as instituições em presença na urbanização são uma mais valia. Destacam o projecto A Rodar porque a ele associam as melhorias do comportamento das crianças.

“(…) o Gabinete Técnico é uma mais valia, porque de cada vez que cá vim fui sempre bem atendido e saí esclarecido e ajudaram-me (….) o CEBESA que tem tantas pessoas do bairro e não só, é uma forma de virem pessoas que não vivem no bairro para aqui.” Anexo 2 Entrevista a morador 24

“(…) a coisa mais importante a existir agora aqui é o A Rodar (….) nós vimos que os miúdos estão melhor. Pelo menos os que lá andam já se portam melhor, vê-se essa diferença. Isso é muito bom.” Anexo 2-Entrevista a morador 22 (conforme Entrevista a morador 1 e Entrevista a morador 21)

7.1.2. Respostas locais às necessidades de emprego dos residentes

Verificou-se que desde o ano de 2008, começou a existir um interesse gradual das instituições em presença na urbanização pela promoção de empregabilidade para os residentes na Urbanização do Casal do Silva (UCS). O CEBESA enquanto instituição, e o Projecto A Rodar, através da parceria estabelecida com a JFF, integraram, ao nível contratual, dois moradores. Respectivamente, uma ajudante de cozinha e um mediador sócio-cultural.

Contudo, e apesar destas serem situações recentes (desde Junho de 2009), é já manifesta por estes moradores/funcionários uma forma de estar de valorização e interesse por potenciar os serviços da UCS. Existe, de um modo geral, uma colaboração com as instituições da comunidade e da freguesia. De um modo específico, verifica-se um acentuar do seu sentimento de pertença àquele local.

Perspectiva-se que, futuramente, algumas das lojas existentes no bairro sejam intervencionadas e preparadas para permitir o funcionamento de pequeno comércio, podendo alguns dos postos de trabalho virem a ser ocupados por moradores.

7.1.3. Outros problemas e necessidades sentidos no bairro: sugestões apresentadas pelos residentes e técnicos das instituições

Na perspectiva dos moradores o principal problema identificado está directamente ligado à dificuldade de convívio entre ciganos entre si, bem como, entre ciganos e não ciganos. De um modo específico, a maioria dos entrevistados atribui a responsabilidade pelos actos de vandalismo, barulho em horário nocturno, faltas de respeito que ocorrem entre os residentes e na UCS, às crianças, aos adolescentes e aos adultos de cultura cigana.

“São os conflitos entre ciganos (...) as pessoas não estimam nada e destroem as coisas aí nas ruas. Depois chama-se à atenção porque estão a destruir e ainda nos tratam mal. (...) os comportamentos deles, o mandarem lixo para o chão, o ouvirem musica muito alto, o ficarem na rua até tarde a falarem alto (...) demonstram a falta de respeito” Anexo 2 Entrevista a morador 25 (conforme Entrevista a morador 20 e Entrevista a morador 22)

Apesar de considerarem que se verifica uma melhoria, ao nível dos conflitos interculturais e comportamentos inadequados adoptados por elementos da comunidade cigana, também há técnicos que identificam esta questão como um problema.

“(...) os comportamentos de algumas pessoas ciganas de colocarem música alta em horário nocturno, de não participarem na limpeza do prédio, de vandalizarem os espaços comuns, de ameaçarem quando não gostam do tom com que falam para eles, entre outros aspectos, leva a que não sejam bem aceites (...) apesar de eu achar que as coisas têm vindo a melhorar, desde o início do realojamento, ainda é necessário trabalhar a integração de todas as culturas em presença aqui.” Anexo 3 Entrevista a técnica 3.

Trata-se de uma situação muito comum que incomoda e desagrada de uma modo geral, a maioria dos residentes na urbanização. A manutenção destes comportamentos de desrespeito é o maior impedimento para a coesão na comunidade.

Na sequência do que foi referido e a acrescentar a esta situação os moradores consideram que outros dos principais problemas é a falta de segurança. Neste caso não se referem a assaltos ou agressões mas sim aos conflitos entre famílias ciganas que, na pior das hipóteses, pode degenerar em tiroteio no seio da urbanização.

“(...) o tiroteio que houve aqui (...) a insegurança em que ficamos. Aqui nunca estamos seguros porque estamos na nossa casa e nunca sabemos o que vai acontecer” Anexo 2 Entrevista a morador 18 (conforme Entrevista a morador 14 e Entrevista a morador 23)

Cada vez é menos frequente ocorrer este tipo de situações. Anteriormente, entre 2004 e 2006 ocorria entre duas a três vezes no ano, entre 2007 e 2009 ocorreu com uma periodicidade anual. Quando há tiroteio na urbanização as pessoas, de um modo geral,

manifestam muita insegurança e insatisfação por se ter repetido a sucessão de tiros. Contudo observa-se que agora os conflitos desta natureza são sanados muito mais rapidamente, havendo maior capacidade de regeneração da comunidade.

Para os moradores a ocorrência de barulhos em horário noturno, os actos de vandalismo e os tiroteios, seriam resolvidos com uma esquadra da polícia na UCS.

“(...) Era bom que houvesse aqui uma esquadra porque se houvesse tiroteio depois estava logo cá a policia. E se calhar se cá estivesse a policia não havia tiroteio” Anexo 2 Entrevista a morador 16 (conforme Entrevista a morador 24 e Entrevista a morador 22)

Outras das necessidades mais sentidas pelos moradores são os espaços comerciais. Apesar da grande maioria reconhecer que a maior potencialidade do bairro é a sua excelente localização, indicam como necessidade a falta de zonas comerciais na UCS.

“(...) Também faziam falta aqui um café, uma padaria, um mini mercado. Esses locais de comercio” Anexo 2 Entrevista a morador 27 (conforme Entrevista a morador 5)

Quando a urbanização foi construída a câmara projectou espaços localizados nos rés de chão de alguns prédios para posteriormente serem ocupados por associações de âmbito sócio cultural e várias lojas de comércio. Até à data, os espaços que estão ocupados são aqueles em que funcionam as instituições, já referidas. Tendo em conta que os espaços de lojas que não estão ocupados, são alvos fáceis de actos de vandalismo, esta é uma situação que incomoda os moradores que, facilmente, verificam que se ali existisse um espaço comercial, por exemplo, o mesmo já não aconteceria, facto que lhe conferia melhor utilidade. Constituíam-se como um contributo válido para a comunidade, servindo não só os que nela residem mas levando outras pessoas a deslocarem-se ao bairro, auxiliava na melhoria da imagem do Casal do Silva.

7.1.4. Estratégias das instituições situadas no bairro face às necessidades da população

Verifica-se que, de um modo geral, de forma crescente, as instituições em presença na urbanização têm vindo a responder às necessidades da população, de acordo com as suas capacidades de resposta institucional.

Como já houve oportunidade de referir neste documento, no Capítulo 5, desde o início do realojamento que existe o cuidado dos colaboradores das instituições ouvirem as pessoas. Desde que o GTCMA iniciou a sua intervenção, promoveu a articulação com as outras instituições em presença no terreno para a realização das primeiras acções de sensibilização com vista ao levantamento das suas necessidades e interesses.

Quanto a Acções de Sensibilização “(...)as primeiras de todas foram feitas logo em 2004 (...) a crianças e jovens para fazer o levantamento dos seus interesses para dinamizarmos actividades e o mesmo aconteceu com a população mais velha. Para além da auscultação das necessidades, o objectivo destas acções era mesmo a criação de grupos para dar resposta a interesses das pessoas e estimular o seu sentido de pertença à urbanização e a desenvolver competências pessoais e sociais.” Anexo 3 Entrevista a técnica 3

Através das reuniões de moradores organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA, das auscultações à população realizadas por todas as instituições em presença no bairro, no decorrer da actividade diária de cada uma das organizações, tentaram adequar-se as respostas sociais dos vários serviços às necessidades e interesses das pessoas. Tratou-se de um processo de ajustamentos constantes das instituições que aconteceu, inicialmente por via da relação estabelecida entre equipas de técnicos e funcionários das organizações e a população, com posterior ajuste das características dos serviços que lhes eram prestados. A JFF, o CEBESA e o GTCMA organizaram, conjuntamente, actividades de âmbito sócio-cultural, no período de férias lectivas, para crianças, jovens e seniores possibilitando, desta forma a adesão/ocupação da população a actividades deste âmbito.

Desde então, é prática corrente, primeiro auscultar a população – ouvir as pessoas – numa lógica de dentro para fora, para posteriormente planear e realizar actividades, usando os recursos disponíveis nas instituições para lhes dar resposta.

Não obstante estas instituições também têm limitações porque sendo extensões de instituições maiores não têm poder, autonomia ou recursos para aprofundarem mais o seu trabalho.

Entre as instituições (...) a relação é consolidada (...) há muito a fazer ainda porque (...) os recursos não chegam ou as pessoas não têm a autonomia que gostavam ou estão cansadas. Isso acontece em qualquer uma das instituições que aqui estão.” Anexo 3 Entrevista a técnica 1

Por exemplo, perante a necessidade identificada pelos moradores de haver policiamento de proximidade no bairro, os serviços prestados pelas instituições em presença na urbanização, não têm capacidade por si de dar esta resposta. Poderão dar a conhecer nas respectivas instituições essa necessidade e face aos problemas mencionados verificar, à sua escala local, o que é possível fazerem.

Uma das características que é comum às referidas instituições é o facto de, quer individualmente, quer articuladamente, elas assentarem a sua intervenção na proximidade à população, auscultando da forma mais actual possível, (porque decorre

de um trabalho diário) as suas necessidades e interesses. No âmbito das suas possibilidades contribuem para lhes dar resposta. Seja através do desenvolvimento de actividades de animação sócio-culturais e desportivas, actividades de sensibilização, de informação e reforço pessoal, seja através de atendimentos e encaminhamentos concertados (nas áreas da segurança social, da saúde, da educação e formação, da habitação, do emprego, da justiça, etc), da realização de reuniões de moradores, da articulação com outras instituições e serviços, entre outras vertentes.

Por exemplo através destas práticas acompanham-se indivíduos, famílias, grupos e comunidade, de um modo específico, intermédio e geral, podendo haver a criação de relações que permitam sensibilizar a aceitarem adoptar comportamentos mais correctos. Isto para prevenir alguns conflitos, actos de vandalismo e barulhos nocturnos, através da realização de actividades em que são trabalhadas competências sociais e pessoais, de forma ajustada às várias idades, oferecendo alternativas mais viáveis, nomeadamente, que vão ao encontro dos seus interesses e permitam elevar a sua auto estima.

Notas de Síntese

No que diz respeito à satisfação das necessidades da população residente na urbanização do Casal do Silva, é possível afirmar que desde a preparação do seu realojamento, existiu a preocupação por efectuar a auscultação da opinião desta, com o intuito de adequar instalações para o funcionamento de instituições que, no bairro social pudessem prestar-lhes um apoio de proximidade, dando resposta às suas principais necessidades, nomeadamente: ocupação pedagógica das crianças e jovens em espaços que dinamizam actividades próprias para o efeito; acompanhamento e encaminhamento de pessoas em situação de desemprego e/ou necessidade de formação profissional; atendimento, esclarecimento, acompanhamento e encaminhamento de situações sociais das áreas de habitação, educação, saúde, entre outras.

Pesa embora os residentes na urbanização do Casal do Silva reconheçam a importância e as mais valias das instituições em presença no bairro, enumeram outras necessidades às quais ainda não foram dadas respostas, como é o caso do policiamento de proximidade, os actos de vandalismo, o barulho em horário nocturno e da existência de conflitos. Mas apesar destas situações confirmam que têm vindo a ser dados passos positivos ao nível da satisfação das necessidades locais.

Concorrendo para que o todo do trabalho que se realiza, seja mais do que a soma das acções das varias instituições, existe um contributo real e diário para integrar a

população no local, combatendo a exclusão social e melhorando, significativamente, a imagem do bairro e das pessoas que nele residem. Por esta via, há uma prestação positiva para o desenvolvimento local da urbanização do Casal do Silva e da sua população.

7.2. MOBILIZAÇÃO DAS CAPACIDADES ENDÓGENAS

Outra das partes fundamentais do desenvolvimento local é a mobilização de capacidades endógenas, entendendo-se por esta os recursos existentes nas capacidades endógenas da população em várias áreas, nomeadamente a mobilização de força de trabalho, os saberes culturais, entre outras.

Neste sentido irão analisar-se a que nível ocorre a mobilização das capacidades endógenas da população residente no Casal do Silva.

Começa-se por dar a conhecer as redes de solidariedade que as pessoas trazem dos locais em que residiam antes do realojamento e as redes de solidariedade assentes nas relações familiares e de apoio, que alguns mantêm.

Segue-se a referência às dinâmicas de liderança existentes, nomeadamente o papel importante que alguns indivíduos desempenham pela sua pró actividade mas que ainda está a dar os primeiros passos na mobilização consolidada de grupos de pessoas.

Em seguida importa dar a conhecer o caso da Festa do Vizinho de 2009, enquanto expressão de capital social.

Este ponto termina com menção a outras formas de capital social, a saberes e capacidades de pessoas e grupos, mobilizados na comunidade.

7.2.1. Redes de Solidariedade

Encontram-se a residir na urbanização vários núcleos populacionais, provenientes de vários locais do concelho da Amadora. No decorrer do realojamento, colocaram-se, sempre que possível, esses diferentes núcleos, de expressão maior ou menor, a residirem próximos aos seus anteriores vizinhos dos bairros degradados.

Desde o início do realojamento, até à data, verifica-se que, na maioria dos casos, este foi um factor positivo, por permitir que no decorrer do processo de adaptação habitacional, houvesse a familiarização com os agregados que residiam perto (na mesma rua) ou muito perto (no mesmo prédio); ou ainda por residirem no mesmo bairro que os seus familiares.

“(…)Existem algumas redes de solidariedade (…) redes fortes e de apoio entre alguns grupos. Eu identifico duas redes: uma por proveniência, constituída por pessoas que vieram juntas do mesmo bairro degradado e que traziam relações, daí e facilmente se agregam. Porque tem a ver com uma experiência anterior à vivência aqui no bairro. E a outra é familiar. Pessoas da mesma família que constituem uma rede de proximidade e solidariedade. (...) Penso que se recorre a essas redes para apoio, para discussão e para partilha mas mais não.” Anexo 3 Entrevista a técnica 1

Ao juntar as pessoas por rua e por prédio, de forma próxima, houve uma vontade voluntária de que se mantivessem redes que as enquadrassem no novo local de habitação. Ambas as redes, quer as de proveniência do mesmo bairro degradado, quer as familiares, são de apoio nas actividades diárias mas, até à data, não demonstraram capacidade de mobilização ao nível comunitário para outros efeitos, nomeadamente não tem existido mobilização destas redes para acções comunitárias.

7.2.2. Dinâmicas de Liderança

Ainda hoje no Casal do Silva não é fácil destacar a presença de líderes naturais *“(…) não tenho muita noção de líderes aqui na comunidade.” Anexo 3 Entrevista a técnica 2.*

No início do realojamento era muito difícil identificar alguém que tivesse esse papel. Esta foi uma questão que surgiu recentemente, na sequência de outras dinâmicas, influenciadas por algumas instituições em presença no bairro. Por exemplo, a partir do ano de 2008, houve uma maior incidência para eleger representantes de prédio, no decorrer das reuniões de moradores promovidas pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora (GTCMA). Verificou-se que era muito raro haver grupos de moradores interessados em eleger representante de prédio ou mesmo em assumir esse papel. Contudo, no decorrer do ano de 2009, nas 16 reuniões realizadas, foi possível eleger representantes em 7 prédios.

De um modo geral, a maioria das pessoas que é eleita tem em comum o facto de, ao longo dos anos anteriores, assumirem uma função de responsabilidade, congruência e relação não conflituosa com os moradores do prédio.

Embora não seja comum a todos os prédios com representante, também se verifica que a partir do momento em que foi eleito um representante e que os espaços comuns desse prédio ficaram visivelmente mais organizados, houve interesse de outros moradores por marcarem reunião, assumirem a organização dos espaços comuns do prédio em que residiam e elegerem um representante. Trata-se de líderes que têm um papel de intermediários entre as pessoas que residem em determinado prédio e o GTCMA. Mas

apesar de alguns representantes de prédio apresentem traços de liderança, estas situações são só confinadas ao espaço do edifício. Actualmente, não são indivíduos mobilizadores da opinião geral do bairro, que se converta em acção.

“Existem dois ou três que tentam influenciar os moradores positivamente mas esses também têm as suas falhas e aí é que as coisas se complicam, porque se as pessoas não vêm nestes um exemplo, eles não são capazes de conduzir as pessoas a acções realmente autênticas” Anexo 3 Entrevista a técnica 3.

Alguns dos elementos mais velhos da comunidade cigana poderiam ser considerados líderes, pelo facto da sua opinião poder influenciar um conjunto de pessoas, mas isso não é suficiente para agirem em prol da comunidade.

“(…) identifico algumas pessoas que podem ser pessoas de referência mas não são líderes (...) A não ser as pessoas mais velhas que, pela sua idade, para os ciganos, são valorizadas porque têm uma palavra (...) com peso forte mas não mobilizam um grupo com facilidade (...) têm uma posição muito integrada (...) um discurso muito próximo ao nosso (...) têm uma visão para o bairro (...) de integração e mudança (...) seriam pessoas essenciais que nós pretendíamos que trabalhassem connosco. Mas eles não assumem essa liderança nesse sentido, (...) Responsabilizam naturalmente a autarquia como responsabilizam o governo. (...) não sentem que a responsabilidade é deles (...) atribuem essa responsabilidade às pessoas (...) estão à espera que haja mudança (...) de uma forma natural (...) variam de facto das organizações que têm um papel interventivo.” Anexo 3 Entrevista a técnica 1.

Algumas das pessoas mais velhas da comunidade cigana, são auscultados pelos ciganos perante uma situação de conflito entre elementos da mesma cultura. Nestes casos verifica-se a mobilização da sua capacidade endógena para acalmar a discussão e orientar a acção mas não há um processo continuado de participação. Cumprem apenas com o que os membros da sua cultura esperam deles. Trata-se de uma mobilização de capacidade endógena da população cigana que procura os mais velhos para auxiliarem na resolução de conflitos entre pessoas da sua cultura, não admitem que os técnicos tentem mobilizar esta sua capacidade para procurar que os ciganos mais velhos intervenham na resolução de outros problemas na comunidade.

7.2.3.Capital Social: O caso da Festa do Vizinho de 2009

O desenvolvimento de actividades com a população do bairro, principalmente com os menores é uma prática corrente que acontece em parceria, desde o início do realojamento. Mas houve uma actividade comunitária na qual se verificou uma dinâmica própria porque resultando também da parceria, desenvolveu, mobilizou e

demonstrou o capital social de alguns moradores. Tratou-se da Festa do Vizinho de 2009, a primeira vez em que foi possível abranger um grupo de moradores na preparação de uma actividade no bairro.

Com vista à mobilização desse capital social, realizaram-se três reuniões de preparação onde estiveram presentes moradores e técnicos das instituições em presença na urbanização. Nessas reuniões as pessoas presentes falaram do que gostariam que fosse a actividade, analisou-se o que se poderia fazer com os recursos disponíveis, partilharam-se tarefas entre instituições e moradores. Foi a partir desta simbiose que se realizou a festa. Pela primeira vez, não foi sentida nenhuma animosidade entre ciganos e não ciganos e para além de todas as actuações planeadas, no final da festa, juntaram-se os grupos representantes das danças das diferentes culturas em presença e dançaram juntos em cima do palco. Houve ainda uma reunião para avaliar a festa de onde resultaram algumas sugestões para a actividade do ano seguinte.

Existem várias opiniões de técnicos e moradores de que esta foi uma actividade com uma dinâmica de animação e interacção muito saudável entre os presentes.

“(...) a Festa do Vizinho de 2009 porque foi a primeira vez que alguns moradores aceitaram colaborar na preparação, na dinamização e na avaliação da festa. Ao longo das quatro reuniões de preparação que tivemos, viu-se que as pessoas demonstraram interesse e partilharam experiências e ideias e tiveram que aprender também a respeitar as ideias dos outros, que eram tantas vezes diferentes das suas. É de realçar a importância da reflexão que se fazia conjuntamente para se chegar a uma conclusão. (...) Criou-se um espaço de partilha (...)” Anexo 3 Entrevista a técnica 2 (conforme Entrevista a técnica 3 e Anexo 2 Entrevista a morador 18)

7.2.4. Outras formas de capital social e capacidades e saberes das pessoas e grupos mobilizados na comunidade

É também nos vários saberes que as pessoas manifestam na comunidade, quer individualmente, quer em grupo, que assentam as capacidades endógenas da população do Casal do Silva. Desde a capacidade de animação, aliada ao saber e expressão cultural, à capacidade de limpeza, à capacidade de trabalho, que há lugar à manifestação dos diferentes saberes, e importa agora referir de que forma têm vindo a ocorrer.

Através da dinâmica existente na Festa do Vizinho 2009, as pessoas puderam começar a perceber o seu capital social pela capacidade de animação, aliada ao saber e à expressão cultural. Ainda que, com o apoio dos técnicos, verificou-se que se demonstramos de forma persistente às pessoas que são capazes, elas organizam-se. Mas não se tratou de um grupo de pessoas que se juntaram ao acaso. Os técnicos das instituições convidaram

vários indivíduos para as reuniões de preparação mas quem permaneceu e se manteve em quase todas foi um grupo de pessoas que faz parte de uma das redes de solidariedade referida anteriormente. Neste caso específico, algumas mulheres de cultura cabo verdeana, que maioritariamente têm a simpatia dos residentes, por serem “*populares*” e “*animadas*”. Isto foi essencial para evitar a ocorrência de conflitos. Desta forma, o grupo demonstrou as suas capacidades de animação – outra competência identificada.

No bairro a competência de animação está ligada, também a três grupos de dança de cariz cultural. Dois grupos de meninas de danças ciganas e um de danças africanas.

Esta dinâmica de danças representativas da cultura, foi sugerida pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora (GTCMA), em 2006, a um grupo de criança e adolescentes ciganas com o objectivo de participarem no I Festival Intercultural organizado pela JFF. A sugestão foi bem acolhida, as jovens escolheram uma pessoa cigana, residente no bairro, para as ensaiar (em conjunto com uma técnica do GTCMA) e no dia da festa apresentaram a sua actuação.

Desde então tem sido um sucesso. Este acontecimento impulsionou a criação de outros grupos de dança representativos da cultura cigana, no total de dois que, mais tarde, em 2007 iniciaram os seus ensaios no espaço do Projecto A Rodar.

“(…) Um grupo de danças ciganas foi aqui o Gabinete Técnico que ajudou a criar para actuarem, (...) festa de freguesia. Essas jovens já não formam o grupo porque já casaram mas agora estão as suas irmãs e primas mais novas. Existem agora dois grupo de danças ciganas ligados ao A Rodar; existe um grupo de danças africanas e estamos a estimular a criação de um grupo de batuque a formar por senhoras (...) vivem aqui.” Anexo 3 Entrevista a Técnica 3

Adolescentes de descendência africana também criaram um grupo de danças culturais africanas e em 2009 iniciaram os seus ensaios no espaço do Projecto A Rodar.

Ambos os grupos, começaram por ser ensaiados por duas jovens, uma cigana e outra portuguesa descendente de cabo verdeanos mas agora são os técnicos da equipa do Projecto A Rodar que assumem esse papel. Contudo, em parte não deixam de ser casos que tiveram a sua génese em competências de animação, ligadas a saberes culturais.

No decorrer da Festa do Vizinho de 2009, algumas senhoras, nascidas em Cabo Verde e residentes na UBS, tiveram a ideia de formar um grupo de batuque, típico de sua terra natal. Essa sugestão foi estimulada pelas técnicas e continuará a ser alvo de incentivo, com vista à criação de outro grupo de cariz sócio cultural de animação no bairro.

A capacidade de animação aliada ao saber e à expressão cultural é uma das potencialidades de mobilização de capacidades endógenas na população do bairro.

Existem cerca de 14 prédios minimamente organizados, principalmente ao nível do asseio e da preservação dos seus espaços comuns, sendo visível a mobilização da capacidade de limpeza dos seus residentes. Isto implica que as pessoas tenham desenvolvido competências de limpeza e de manutenção dos espaços contíguos aos que habitam. Em alguns prédios esta dinâmica partiu do grupo dos seus moradores mas noutros casos foi necessário o reforço da equipa do GTCMA para que algumas pessoas que demonstravam competências de limpeza, as assumissem de forma mais organizada. Importa também referir a mobilização da capacidade de trabalho. Tal como foi mencionado no ponto anterior, existem dois residentes no bairro que desenvolvem as suas actividades profissionais no CEBESA e no Projecto A Rodar. Respectivamente como ajudante de cozinha e como mediador sócio-cultural. Nestes casos houve uma mobilização das capacidades endógenas de reconhecer competências laborais a estas pessoas para desempenharem as suas funções. Em especial, no caso do mediador sócio-cultural o desenvolvimento das suas competências profissionais, contribuí bastante para promover a aproximação entre as famílias no âmbito da própria comunidade. Por exemplo em relação à escola as famílias estão mais disponíveis para o desenvolvimento de competências dos menores, havendo o contributo para a inserção social comunitária.

Notas de síntese

Em todas as actividades que se tem desenvolvido, desde o início do realojamento, o capital social também tem vindo a ser impulsionado, através da promoção da participação das pessoas. Isto no sentido de criar grupos, desenvolver competências pessoais e sociais e fomentar sentimentos de pertença dos indivíduos ao bairro.

As redes de solidariedade constituem a base do relacionamento saudável entre algumas famílias e grupos de pessoas no bairro. São importantes porque é a partir delas que emana a mobilização de capacidades endógenas, no local. Isto acontece através de dinâmicas de liderança demonstradas por moradores na prática de actividades diárias mas que pela sua forma de estar, os outros reconhecem-lhes capacidades de líderes.

A existência de redes de acção colectiva que surgiram no decorrer da realização de algumas reuniões e actividades, promovidas pelas instituições em presença no bairro para e/ou com a população, a pouco e pouco permitiram a criação de grupos de moradores que se destacam pelas suas capacidades de limpeza; grupos de crianças e jovens que se destacam pela sua capacidade de animação aliada ao saber cultural e indivíduos que se destacam pela sua capacidade de trabalho. Verifica-se que os residentes na urbanização, quando são motivados e incentivados a dar a conhecer as

suas capacidades manifestam-nas havendo um contexto favorável para que tal aconteça. Perspectiva-se que a mobilização das capacidades endógenas referidas, se desenvolva e seja potenciadora de outras iguais ou diferentes.

7.3. PARTICIPAÇÃO

A participação está muito ligada à mobilização das capacidades endógenas, e neste sentido interessa perceber quais são as formas de envolvimento da população através das suas próprias capacidades, quando essa mobilização gera processos de iniciativa própria, mobiliza e a envolve, constituindo-se nesse caso como um pressuposto do *empowerment* de capacitação e autonomização da comunidade. A mobilização de capacidades endógenas converte-se em participação quando há um envolvimento continuado e pró activo das pessoas neste processo, o que tende a tornar-se no processo da sua capacitação e reforço da participação, transformado em *empowerment*.

Deste modo, dão-se a conhecer em seguida alguns indicadores que revelam o nível de participação dos moradores da urbanização do Casal do Silva.

Em primeiro lugar é feita uma abordagem às dinâmicas associativas criadas no bairro e/ou dinâmicas desta natureza às quais aderem moradores da urbanização. Em seguida são indicados e caracterizados sumariamente os grupos informais criados por residentes no bairro. Para terminar este ponto é dada a conhecer a dinâmica das actividades desenvolvidas com os moradores.

7.3.1. Dinâmicas associativas criadas

Identifica-se na urbanização uma dinâmica associativa criada: um grupo de pessoas de cultura cigana organizou-se por causa do culto.

“Em termos de dinâmicas associativas, por moradores do bairro, houve alguns que se organizaram por causa do culto. Por iniciativa própria eles mobilizaram-se todas as semanas para fazerem o culto (...) uma dessas pessoas que dava importância ao culto, trouxe o culto aqui para o bairro. Durante todas as quintas feiras do mês de Março vinha cá o pastor. Foi uma organização deles. A partir daí houve cerca de meia dúzia de famílias que passaram a ir ao culto. É uma dinâmica informal que existe, que está bastante consolidada e eu diria que é a mais expressiva.” Anexo 3 Entrevista a técnica 1.

O culto é uma prática de algumas famílias ciganas. Houve uma dinâmica associativa informal criada, no final do primeiro trimestre do ano de 2009, que surgiu de um morador que é assíduo no culto e acreditou que se outras pessoas o frequentassem, isso beneficiaria as suas vidas. Durante um mês, com uma periodicidade semanal, convidou

um pastor da Igreja Cristã Evangélica (Filadélfia cigana), para ir ao bairro fazer palestras, ao ar livre. Desta forma mobilizou algumas pessoas para esta religião que passaram a frequentar o culto, posteriormente, todas as semanas na Brandoa, (uma freguesia ao lado da Falagueira, uma vez que nesta não existe). Há vários moradores ciganos interessados em que este culto funcione em instalações do bairro.

“(...) Eu penso que devia de haver aqui uma igreja. Já foi pedido e eu não sei porque é que a câmara não concede o espaço para haver(...) Que podia ter mais convívio com estes jovens, que estão crescer, para eles não desencaminharem para outras coisas. E há aqui muita gente que pertence à igreja Filadélfia e tinha projectos para aqui.” Anexo 2 Entrevista a morador 9

Até à data, a partir da iniciativa de um morador, esta foi a única situação em que aconteceu participação activa. Tratou-se de uma situação criada por uma pessoa mas que rapidamente obteve o apoio de outros indivíduos, principalmente de cultura cigana. Não foi solicitado qualquer apoio a nenhuma instituição em presença no bairro. Sendo aqui de destacar a tomada de iniciativa do residente que organizou toda esta situação, que teve a capacidade de preparar os recursos necessários, de auscultar a população, principalmente algumas famílias ciganas e reunir o consenso de todos, ao concordarem que esta actividade seria benéfica para a comunidade. Ao mobilizar algumas pessoas para o ajudarem na preparação das sessões, viu reconhecida a sua capacidade para este efeito no local. Depois desta acção não há conhecimento de outra da mesma natureza.

As pessoas que aderiram a esta iniciativa fizeram-no de forma natural, porque estavam no bairro, a actividade era ao ar livre e os indivíduos que passavam percebiam que estava a acontecer algo que não costumava e aproximavam-se, acabando por ficar a assistir. Outras pessoas foram convidadas a participar pela pessoa que estava a organizar a acção e pelos seus familiares. Existiu aqui uma forma de participação muito activa, por iniciativa de quem organizou a acção e outra forma mais passiva daqueles que assistiram a uma sessão ou ao conjunto das sessões que se realizaram. Actualmente, aguarda-se uma resposta da CMA a um grupo de pessoas (maioritariamente de cultura cigana) residentes no Casal do Silva que solicitam um espaço na urbanização para criar uma Igreja Cristã Evangélica (Filadélfia Cigana).

7.3.2. Grupos informais criados

No bairro existem vários grupos informais criados: um grupo de seniores; dois grupos de dança cigana; um grupo de dança africana; um grupo de futebol e 14 grupos de moradores organizados por prédios.

7.3.2.1. Grupo de Seniores

Existe um grupo de seniores constituídos por cerca de 30 pessoas, que são pensionistas e se juntam para participarem tendencialmente de forma passiva, em várias actividades de cariz sócio cultural e de informação, dinamizadas pela parceria local.

Este grupo foi criado no início do realojamento pelos técnicos das instituições em presença no bairro. Verificando que existiam algumas pessoas mais velhas a residirem na urbanização que se deslocavam com muita frequência às instituições do bairro, principalmente ao GTCMA, para reclamarem constantemente dos comportamentos pouco adequados dos seus vizinhos, rapidamente se constatou que era necessário organizar reuniões com estas pessoas para auscultar de que modo poderiam ser ajudadas. Numa dessas reuniões foi solicitado, pela maioria dos presentes, a realização de actividades de âmbito sócio cultural e de animação dirigidas a esta franja geracional. O objectivo era, e é, o de possibilitar a pessoas carenciadas saírem do local em que vivem e em momentos de convívio, conhecerem sítios diferentes daqueles a que estão habituadas e aderirem, a momentos de animação da freguesia organizados sazonalmente.

“Coisas boas são os passeios em que a gente tem visto coisas com vocês que se não fosse assim não conhecíamos. É muito bom quando vamos”. Anexo 2 Entrevista a morador 17

Desde o início do realojamento até à data, são organizadas e realizadas actividades deste âmbito. Cresce o número de pessoas interessadas em aderir. Verifica-se que é sempre muito grande a sua satisfação por conviverem, por conhecerem locais diferentes, tantas vezes e sempre que possível, sugeridos pelos próprios.

Com esta dinâmica está criada uma relação de proximidade entre a equipa do Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora e a maioria das pessoas com mais de 50 anos, pensionistas que residem na urbanização. As pessoas apreciam muito as actividades e solicitam a sua realização.

A adesão das pessoas às actividades acontece porque estes sugerem passeios a locais a visitar ou actividades de animação e ao organiza-las a equipa do Gabinete Técnico da CMA, convoca as pessoas para uma reunião onde lhes dá a conhecer o que está preparado. É uma participação passiva que acontece através do convite que lhes é feito pelos técnicos e para as quais, salvo situações de doença, as pessoas estão sempre predispostas a aderir. Fazem-no de forma animada mas não há uma implicação do grupo de outra maneira, não sendo possível afirmar a existência de participação activa.

Pode dizer-se que há um indício participativo porque as pessoas sugerem locais para a realização de passeios e tentam dar outras sugestões de actividades a desenvolver, havendo uma pré condição para a participação. No entanto a adesão dos indivíduos acontece por convite dos técnicos e não corresponde à descrição de participação definida no capítulo teórico.

7.3.2.2. Grupos de dança e de futebol que envolvem crianças e jovens

Os dois grupos de danças ciganas, o grupo de danças africanas e o grupo de futebol estão ligados ao projecto A Rodar. Os grupos de danças são constituídos por crianças e adolescentes femininos; os adolescentes e jovens, de ambos os sexos, constituem o grupo de futebol. Estes grupos foram criados há cerca de dois anos e têm vindo a organizar-se gradualmente, de modo a promover os seus ensaios/treinos com uma frequência semanal. Para além destas actividades, organizam outras esporadicamente.

“Ao nível dos jovens os grupos informais estão criados por interesses: ou para organizarem um torneio de futebol ou para organizarem determinado evento. Coisas pontuais, muito à sua escala (...) Grupos de Dança, um com o apoio do A Rodar. No outro dia vieram informar-nos que tinham um grupo e pediram-nos o espaço para ensaiarem.” Anexo 3 Entrevista a técnica 1

Os implicados demonstram interesse por fazerem parte dos grupos, e com o seu crescente envolvimento nos mesmos, potenciam as suas competências pessoais e sociais. A sua participação é moderada, apesar de praticarem as actividades com regularidade e apresentarem sugestões não são estes grupos que se coordenam a eles mesmos. Essa função é assumida, nos grupos de dança pelos ensaiadores, e no caso do grupo de futebol pelo treinador (técnicos do Projecto A Rodar).

7.3.2.3. Grupos de moradores de prédios

Numa lógica diferente, encontram-se os 14 grupos informais de moradores organizados por prédios. Trata-se de grupos formados por algumas pessoas de cada um destes 14 prédios que demonstram a sua preocupação por manter e preservar os espaços comuns dos mesmos. Quer no que diz respeito à sua manutenção, como à sua limpeza, bem como no cuidado que têm com a imagem do prédio em que vivem, de um modo geral.

“(...) há alguns prédios onde os moradores conseguem organizar-se para pedirem algumas coisas à câmara ou mesmo organizarem-se entre eles” Anexo 3 Entrevista a técnica 1

Tratam-se de vários grupos informais criados, que têm uma natureza diferente mas que têm em comum a dinamização de competências pessoais e sociais, que revelam sentimentos de pertença à comunidade e preocupação pela defesa da sua imagem.

A organização dos prédios difere entre si: há aqueles em que há uma participação mais ou menos equitativa dos residentes relativamente à limpeza, porque a fazem, de forma distribuída entre todos, com a periodicidade combinada e o resultado é visível; existem outros prédios em que são sempre os mesmos residentes a efectuar a limpeza sem a participação de outros moradores. Portanto a participação é díspar pelos prédios, está ligada à forma que encontraram de se organizar. De um modo geral, nestes prédios, considerados mais organizados, existem quase sempre pessoas mais pró activas, uma vez que quando falta alguma coisa, nomeadamente os espelhos de alguns interruptores, compram-os e depois mostram o recibo aos seus vizinhos, com quem distribuem as despesas.

7.3.3. Dinâmica das actividades desenvolvidas com os residentes do bairro

Todas as instituições em presença na urbanização desenvolveram várias actividades com os utilizadores directos dos seus serviços. Desde o início do realojamento da população até ao final do ano de 2009, foram realizadas no total 60 actividades. Destas, cerca de 30 foram dinamizadas com crianças; 18 com seniores; seis com jovens e sete com a comunidade. Assentam maioritariamente na vertente de animação sócio-cultural e desportiva (que captam uma maior adesão da população) e uma pequena parte das actividades assentam na vertente de informação/sensibilização, formação e reforço pessoal (nas quais se verifica menor adesão).

7.3.3.1. Acções de Sensibilização e Formação

No decorrer da preparação do realojamento da população, em 2003, ocorreu uma acção de sensibilização e formação com um grupo de 12 mulheres na Ribeira da Falagueira que eram beneficiárias à data do Rendimento Mínimo Garantido – RMG. Esta acção resultou de uma parceria entre a Segurança Social da Amadora e a CMA, aquela tinha o objectivo de promover a aquisição, o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e relacionais das formandas. Entre outras coisas promovia a sua inserção no mercado de trabalho.

No ano de 2004 voltou a realizar-se uma acção de formação do mesmo âmbito, desenvolvida pelas mesmas instituições, com outras 12 mulheres residentes no Casal do Silva, que recebiam RMG. Nesta acção houve lugar à inserção de duas delas em cursos de formação profissional. Ainda hoje essas mulheres estão inseridas profissionalmente e deixaram de receber este subsídio. Contudo a maioria das pessoas que frequentaram

estas acções, fizeram-no apenas porque se tratava do acordo estabelecido com a Segurança Social. Se não estivessem presentes ser-lhes-ia cortada a prestação do RMG. Apesar de alguns residentes manifestarem que gostavam de aprofundar os seus conhecimentos relativamente a determinado assunto (muitas vezes ligados à educação das crianças e à saúde), verificou-se que durante os anos 2006 e 2007 quando foram organizadas acções de sensibilização nestas áreas, a adesão das pessoas foi muito reduzida, de um modo geral.

Importa ter em conta que a grande maioria das pessoas tem um baixo nível escolar e é grande a sua dificuldade em estarem sentados numa sala ou num espaço fechado, durante cerca de uma hora em que é maioritariamente utilizado o método expositivo. Ainda assim estas acções eram promovidas pelas instituições em presença na urbanização e não resultavam de nenhuma parceria com vínculo directo ao Rendimento Social de Inserção (RSI).

Mas no ano de 2009 ocorreram duas acções de formação destinadas a jovens e a jovens adultos que contrariaram esta tendência, por se revestirem de uma grande vertente prática. Foram promovidas pelo Projecto A Rodar e aconteceram nas áreas de aeromodelismo, informática, ciência e alimentação saudável, abrangendo respectivamente, 33 indivíduos.

7.3.3.2. Acções de Informação/Sensibilização

Desde o início do realojamento até à data, realizaram-se 5 acções de informação/sensibilização. Estas ocorrem sobretudo para dar resposta a uma necessidade detectada junto da população, e realizam-se sob a forma de campanhas. Quando visam a resposta à necessidade de um grupo específico são organizadas para esse fim.

Ocorreram até à data 4 sessões de sensibilização/informação dirigidas essencialmente à comunidade, através da forma de campanhas. A partir da sua realização, verifica-se por parte, das famílias, geralmente, uma reacção gradual e de maior conhecimento relativa aos temas abordados, da vacinação infantil, da preservação dos espaços verdes e da limpeza dos espaços comuns exteriores da urbanização.

No ano de 2009 aconteceu uma sessão dirigida aos seniores da freguesia sobre Medidas de Segurança, a adoptar diariamente, na qual foram incluídas as pessoas mais velhas residentes no bairro, que manifestaram interesse em aderir.

No que diz respeito às sessões de informação que acontecem sobre a forma de campanha, as pessoas que nela estão presentes, são convidadas a participar activamente e são parte da actividade, na maioria das vezes.

Nas campanhas de vacinação as famílias levam as crianças, são informadas das suas necessidades nesta área e são tomadas as vacinas em falta, à data. Também são efectuadas chamadas de atenção relativamente a vacinas a tomar em breve e comportamentos a adoptar para esse efeito.

Nas campanhas de limpeza dos espaços comuns da urbanização e de preservação dos espaços verdes, as crianças e os jovens que aderem, fazem-no, de uma forma lúdica. Também são convidados a ser parte integrante da actividade, através da limpeza do bairro, ou da plantação e cuidado dos espaços verdes. Nestes casos não tem havido distribuições de folhetos e brochuras. O que acontece na maioria das vezes é que as crianças e os jovens prepararam as campanhas e foram eles que, no CEBESA e no Projecto A Rodar, elaboraram os cartazes de divulgação e os colocaram em cada prédio. Como tal, ilustram os cartazes com imagens, desenhos e frases alusivas a cada tema com o cuidado de informar e sensibilizar os residentes no bairro para adoptarem comportamentos adequados.

7.3.3.3. Acções de Reforço Pessoal e Social

Promovidas pelo Projecto A Rodar aconteceram duas acções de reforço pessoal e social dirigidas aos moradores e tinham como objectivo demonstrar a importância e acompanhar os procedimentos para alguns encarregados de educação, para inscreverem as crianças na escola. Estas acções abrangeram 12 famílias.

Mas ao nível do reforço pessoal e social para adaptação de comportamentos correctos relativos à utilização e preservação da habitação e dos espaços comuns do prédio e à importância de efectuar o pagamento das rendas apoiadas das casas, também podem ser consideradas as segundas, terceiras e quartas reuniões de prédio organizadas pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal da Amadora (GTCMA) com os moradores. No total já se realizaram 56 e apesar de se tratar de um processo com avanços e recuos é um reforço à melhoria do comportamento das pessoas.

No decorrer da intervenção social realizada, diariamente, pelos técnicos das instituições em presença no bairro também há lugar ao incentivo à formação profissional, ao emprego, aos cuidados de saúde, aos cuidados parentais, entre outros. Este incentivo e reforço constante acontece nos atendimentos sociais, nas visitas domiciliárias, nas

conversas informais que ocorrem com indivíduos, famílias e grupos de moradores. Não sendo uma acção devidamente organizada para um grupo, é o foco directo dos técnicos junto da população ao nível do reforço pessoal e social das suas competências. A pouco e pouco, de forma muito gradual, são verificados resultados em todas as áreas mencionadas.

Em síntese as acções de sensibilização/informação acontecem mais de forma direccionada perante determinada necessidade detectada. Quer seja ao nível da saúde, da educação ou do ambiente, são actividades dirigidas à comunidade e já ocorreram sob a forma de campanhas (como as campanhas de vacinação ou as campanhas de limpeza da urbanização e de preservação dos espaços verdes). Apesar da aposta na sua divulgação, a adesão das pessoas a estas actividades não abrange a maioria das famílias. De um modo geral, há uma grande adesão às actividades de animação sócio-culturais e desportivas, por parte das diversas faixas etárias. Se por um lado, isto acontece porque as actividades realizadas recaem sobre as sugestões das pessoas, indo ao encontro dos seus interesses, por outro, são a oportunidade que os moradores têm para estarem presentes neste tipo de actividades que proporcionam a vivência de experiencias em locais diferentes daqueles a que estão habituados. Na maioria das vezes, tal acontece em espaços ao ar livre, numa vertente menos formal e a custos bastantes reduzidos. A preferência dos moradores recai sobre actividades que não necessitem de tanta concentração ao escutar o método expositivo que tem sido o mais utilizado nas acções de formação.

Apesar de, na sua grande maioria, todas as actividades resultarem da auscultação de interesses prévios realizada aos vários grupos etários, não se verificou o envolvimento destes grupos na preparação das mesmas.

A avaliação das actividades era uma das preocupações da equipa que as organizava. Os participantes tinham a hipótese de se pronunciarem, sendo este momento aproveitado para oportunidades de melhoria das acções e sugestões de actividades a realizar. Estas avaliações eram informais e resultavam da abordagem verbal directa feita pelos elementos das equipas técnicas que as organizavam aos seus participantes (crianças, jovens ou seniores). Para além disto também, era verificado o seu impacto informalmente, através das afirmações ou opiniões que os participantes emitiam sobre

as actividades, no dia a dia. Os próprios sugeriam voltar a realizar actividades do mesmo âmbito ou outras.

Das 60 actividades desenvolvidas, 50 foram propostas pelos participantes. As primeiras actividades foram organizadas e propostas pela parceria constituída pelas instituições em presença no bairro. A grande maioria das actividades que se seguiram a estas, foram propostas pelas pessoas (menores e maiores) através do método referido anteriormente.

O que se pretende é manter a realização de actividades que vão ao encontro dos interesses e expectativas, auscultados junto dos vários grupos etários, mas fomentar, cada vez mais, a sua consciência crítica da realidade, envolvendo-os na preparação, dinamização e avaliação das mesmas, permitindo que gradualmente ocorra uma participação efectiva. E desta forma promover um maior sentido de cidadania, aos níveis individual, de grupo e comunidade.

7.3.4. Obstáculos/Dificuldades aos processos de participação

Existem várias dificuldades e alguns obstáculos aos processos de participação na urbanização do Casal do Silva. Na sua maioria estes estão ligados às rivalidades e aos conflitos entre ciganos e entre ciganos e não ciganos. Este continua a constituir-se o principal problema do bairro que inibe a participação das pessoas e por sua vez impede o normal desenvolvimento de processos de *empowerment*.

7.3.4.1. Rivalidades/conflitos entre grupos

Embora se verifique que se trata de uma questão que vai tendo avanços e recuos, os conflitos entre famílias ciganas e entre moradores ciganos e não ciganos influenciam toda a dinâmica da comunidade, constituindo a principal dificuldade ao processo de participação.

Geralmente, a maioria de denúncias de actos de vandalismo, anomalias e ocupações indevidas com objectos vários existentes nos espaços comuns dos prédios, recaem sobre as famílias ciganas. Quando confrontados com tais comportamentos, estes não os admitem. Se forem situações muito evidentes adoptam, muitas vezes, uma postura agressiva e de ameaça à integridade física, sendo esta a sua forma de se defenderem, de moradores e de técnicos. Esta posição vai desmotivar alguns residentes que manifestam o seu desagrado, nomeadamente através da sua ausência às reuniões promovidas pela CMA e através da sua não contribuição para a preservação dos espaços comuns dos prédios, ou seja não participando num processo que devia ser de todos.

Estas situações não são comuns a todas as famílias ciganas mas são preponderantes nos prédios em que residem mais de três famílias pertencentes a esta cultura. Sendo por esta via associados os comportamentos inadequados aos ciganos.

Se existir um conflito grave entre dois agregados familiares dentro desta cultura, é frequente que este se estenda aos seus familiares mais próximos (pais, filhos e irmãos), por conseguinte estes solicitarem a sua transferência para outro prédio e na pior das hipóteses para outro bairro. Situações que, na grande maioria das vezes, não é possível a CMA dar uma resposta positiva. Maioritariamente estas questões resolvem-se com o passar do tempo e passam pela gestão do conflito por um elemento mais velho da cultura cigana. Contudo, no início são bastante incomodativas para moradores e para técnicos, na medida em que influenciam a forma das pessoas estarem no bairro.

Segundo os moradores as questões referidas anteriormente impedem que a maioria dos prédios estejam melhor cuidados e os seus residentes melhor organizados. A maior parte das pessoas não ciganos receiam sofrer represálias se chamarem os causadores destas situações incorrectas à atenção, o que impossibilita a existência de mais representantes de prédio, na maior parte dos casos.

Conjugadas são questões que não permitem o desenvolvimento saudável de processos de participação. Apesar do incentivo dos técnicos, por vezes parece que os moradores não participam, nem tomam determinadas iniciativas, porque aguardam que outros o façam em primeiro lugar. Outras vezes verifica-se que mesmo apoiados pelos técnicos das instituições em presença, reclamam constantes apoios e responsabilidades a instituições terceiras, nomeadamente da autarquia. Revelando assim dificuldade em aceitar as suas capacidades para organizarem e dinamizarem actividades.

Notas de síntese

Relativamente ao processo de participação, com a população do Casal do Silva é possível verificar que as dinâmicas de liderança e de participação pró activa são pontuais e estão associadas a meios espaciais próprios (prédio), ou a situações ocasionais (promoção do culto da Igreja Cristã Evangélica junto aos residentes do bairro) ou mesmo à estimulação da organização de algumas redes de acção colectiva, criadas entre moradores para preparação e realização de determinada actividade (como foi possível assistir na Festa do Vizinho de 2009).

A participação das pessoas, na maioria das actividades, é moderada porque observa-se que há uma adesão, na qual os vários grupos (animação de seniores, dança e futebol

envolvendo crianças e jovens) respondem de forma positiva à dinâmica: são capazes de identificar aspectos positivos e negativos; fazem sugestões de melhorias ou actividades a desenvolver no mesmo âmbito mas não assumem a actividade como sua. Mostram-se confortáveis com o facto de permanecer a distinção entre quem organiza – os técnicos – e quem participa – os moradores. Eles, enquanto receptores, convivem bem com essa forma de estar, aderindo (participando passivamente) ao que lhes é preparado.

Até à data, nos casos referidos de pró actividade da participação das pessoas, é possível que existam sinais de dinâmicas de autonomia crescente destes grupos, bem como algumas manifestações significativas de liderança mas parecem estar adormecidas.

As actividades desenvolvidas pelas instituições em presença na urbanização junto das pessoas ocorrem na sequência da auscultação dos interesses dos moradores. Estas realizam-se no âmbito sócio-cultural, de animação e desporto, incidindo menos nas acções de sensibilização, de informação, formação e reforço pessoal. Por sua vez também se verifica uma maior adesão e uma maior demonstração de interesse das pessoas de todas as faixas etárias por acções no âmbito sócio-cultural, de animação e desporto e menor ânimo e interesse por actividades desenvolvidas noutros âmbitos. Apesar de se verificar que existe sobretudo a adesão e a participação passiva das pessoas nas actividades, tem vindo cada vez mais a ser estimulada a sua apropriação pelas mesmas, existindo cada vez mais sinais de que a participação tende a ser activa.

Deste modo, considera-se que estão reunidas algumas condições para que se repitam situações em que a participação activa e pró activa aconteçam principalmente, assumidas por pessoas que já demonstraram a sua capacidade de liderança.

Há obstáculos à participação das pessoas no bairro que estão ligados aos conflitos existentes entre ciganos e entre ciganos e não ciganos. Estes afectam, de tempos a tempos, toda a dinâmica da comunidade e perturbam o surgimento e progresso de outros níveis de participação, principalmente entre a população adulta, no que diz respeito ao desenvolvimento de dinâmicas associativas, inibindo a continuidade e alastramento de algumas características já manifestas de capacitação individual e de grupo.

7.4. RECURSOS EXÓGENOS MOBILIZADOS PARA O TERRITÓRIO

Os recursos exógenos mobilizados para o território também são importantes para o processo de desenvolvimento local, e esses recursos devem estar articulados com as

capacidades endógenas mobilizadas para fertilizarem o desenvolvimento do território e não o inibirem.

Neste sentido é feita, em seguida, referência aos recursos exógenos mobilizados para o território, mencionando-se as instituições em presença no bairro, enquanto recursos exógenos que fertilizam o território e potenciam a participação da população.

Inicia-se este ponto com referência às instituições em presença no bairro e seus funcionários, dando a conhecer-se toda a dinâmica que as envolve, nomeadamente, a relação entre as equipas das instituições e os residentes na urbanização.

Mencionam-se os recursos auferidos pelo projecto A Rodar, na medida em que estando integrado num Programa de âmbito nacional, beneficia de verbas próprias para financiar a dinamização das suas actividades.

Em seguida dá-se a conhecer a relação entre as equipas das instituições existentes no Casal do Silva e os residentes nesta urbanização.

7.4.1. Breve caracterização das instituições em presença no bairro e seus funcionários

As instalações das instituições em presença na urbanização, constituem-se com base nos recursos exógenos mobilizados para o território. Apesar da sede das mesmas estar noutros locais, a Câmara Municipal da Amadora, o Centro de Bem Estar Social da Amadora, a Junta de Freguesia da Falagueira e a Organização Mundial para a Educação Pré – Escolar (que integra o Projecto A Rodar) prestam serviços com e para a comunidade, em instalações previstas para o efeito na urbanização.

Até ao final do ano de 2009, existiam cerca de 56 pessoas a integrar os serviços prestados pelas instituições em presença na urbanização.

Instituições como recursos exógenos no Casal do Silva

Identificação das Instituições	Número de Funcionários em 2004	Número de Funcionários em 2009
C.E.B.E.S.A – Centro de Bem Estar Social da Amadora – Equipamento da Falagueira	8 (2 técnicos superiores)	12 (4 técnicos superiores)
O.M.E.P. – Organização Mundial de Educação Pré Escolar – Projecto A Rodar	(não estava presente na Urbanização – Projecto iniciado em 2007)	5 (2 técnicos superiores)
Junta de Freguesia da Falagueira	22 (1 técnico superior)	36 (3 técnicos superiores)
C.M.A. – Câmara Municipal da Amadora – Divisão de Gestão do Parque Habitacional – Gabinete Técnico do Casal do Silva	2 (2 técnicos superiores)	3 (2 técnicos superiores)

Quadro VIII – Instituições como Recursos Exógenos na Urbanização do Casal do Silva

Verifica-se que os recursos humanos mobilizados para o território foram aumentando desde o início do realojamento até à data. Isto aconteceu de forma natural, como resposta às necessidades sentidas pela população. No âmbito da intervenção desenvolvida, direccionaram-se os serviços a essas necessidades. Nomeadamente o CEBESA anima o Gabinete de Inserção Profissional, desde o ano de 2006, e o A Rodar também desenvolve uma intervenção com os mesmos objectivos junto dos utilizadores dos seus serviços, a partir de 2009 (quando se apurou que cada vez mais aumentavam as solicitações de ajuda ao nível da procura de emprego, de formação e que, para além do CEBESA não existia, na freguesia, mais nenhum serviço a operar neste âmbito).

Observa-se também que houve um aumento significativo de profissionais técnicos especializados, quer na Junta de Freguesia (mais dois), quer no CEBESA (mais três). Todos eles são da área das ciências sociais com formações em Sociologia, Serviço Social e Psicologia. Integraram as equipas das respectivas instituições para respostas às necessidades identificadas nas famílias, dando continuidade ao trabalho desenvolvido localmente, alargando o seu âmbito de intervenção e prestando um apoio mais efectivo.

7.4.2. Recursos auferidos pelo Projecto A Rodar

O projecto A Rodar, inserido no Programa Escolhas recebe algumas verbas que lhe estão destinadas que, na sua maioria servem para pagar os salários dos elementos da equipa técnica. Com este projecto foi possível proporcionar respostas de cariz atípico à comunidade, tais como: o funcionamento das suas actividades em horário alargado, o que possibilita um acompanhamento mais próximo à comunidade, a realização de actividades com jovens, principalmente, em horários entre as 17h00 e as 21h00; disponibilização do espaço para que estes desenvolvam actividades propostas por si, nomeadamente ensaio de grupos de dança ou realização de torneios de Play Station.

Este espaço conta ainda com o funcionamento de uma sala de informática na qual são estimuladas as competências dos jovens ao nível das novas tecnologias. Por esta via estimula-se a procura de emprego, de formação profissional, a busca mais célere e adequada de informações relativas aos mais diversos assuntos, entre outras situações.

Através destes serviços a equipa deste projecto tenta diariamente, estimular a participação das crianças, dos jovens e de alguns adultos na sociedade, de um modo geral, e promover a sua inserção social.

7.4.3. Relação entre as equipas das instituições e os residentes no bairro

No início do realojamento a maioria dos residentes na urbanização reagia com desconfiança e crítica, manifestada no distanciamento perante as instituições em presença no bairro. A partir de duas vertentes caracterizadas por acção individual de cada uma das instituições e também das acções em parceria entre elas, foi surgindo, gradualmente, a oportunidade de estabelecer ligações com os moradores. Inicialmente, estas ligações ocorriam porque os moradores se dirigiam, frequentemente, aos serviços para colocarem questões relativamente ao âmbito de funcionamento dos mesmos.

A aproximação das pessoas aos vários serviços aconteceu de forma crescente e para tal muito contribuiu a relação de vizinhança criada entre as instituições e a população. Por exemplo, quando perceberam que o âmbito de intervenção dos serviços era social, a maioria das famílias carenciadas, enquanto beneficiária de medidas estatais, solicitava frequentemente, esclarecimentos relativos à interpretação da correspondência recebida. Associavam a proximidade dos técnicos das instituições à ajuda de que necessitavam para melhor se posicionarem junto de outros serviços mais burocráticos, de âmbito concelhio.

Ao nível da ligação estabelecida entre os técnicos das instituições em presença na urbanização e a população, é possível observar que existem diferenças na relação de acordo com a natureza jurídica de cada uma das organizações, sendo possível caracterizá-las em dois grupos. Um grupo que tem um carácter mais formal de relação com as pessoas é constituído pela Junta de Freguesia da Falagueira e pelo Gabinete Técnico do Casal do Silva, outro grupo que se reveste de um carácter mais informal de relação com os moradores, é formado pelo CEBESA e pelo Projecto A Rodar.

No decorrer da sua intervenção, as instituições de natureza mais formal procuram sensibilizar os moradores para o cumprimento de deveres. Pois estando a residir em casas de habitação social as pessoas assinaram um contrato de arrendamento, no qual se comprometeram a cumprir com uma série de regras. Apesar de não ser uma acção constante, cada vez que se verifica que tal não acontece os moradores são sensibilizados para o efeito. Esta dinâmica não fomenta, facilmente, a criação de relações de proximidade com os moradores, antes cria, logo à partida, o seu distanciamento.

As instituições de cariz mais informal, que realizam a sua intervenção na área da infância e da juventude, procuram diariamente desenvolver e fomentar competências pessoais e sociais nos menores, havendo um maior sucesso e maior visibilidade nos resultados da sua intervenção. Apesar de fazerem a sensibilização às famílias dos

menores para estimularem as referidas competências, a natureza do seu trabalho reveste-se de uma informalidade, potenciadora da criação de relações de proximidade.

Apesar destas diferenças, a postura dos técnicos é essencial na relação com os moradores. O facto de, desde o início do realojamento, se desenvolver um trabalho em articulação entre as instituições, é visível para a grande maioria dos residentes. Não só pelas actividades que se realizam conjuntamente mas também pelos acompanhamentos articulados a vários agregados familiares. No seu todo, os técnicos das instituições do bairro tentam criar condições para estabelecerem relações de proximidade com a população, colocando o enfoque na qualidade da relação e conciliando-o com os objectivos do serviço em que estão inseridos. Mas a equipa técnica do Projecto A Rodar é quem melhor desenvolve esta relação, principalmente junto à comunidade cigana.

Por esta via, apesar do projecto A Rodar ser o mais recente existente na urbanização, trata-se daquele espaço que a população se apropria com mais facilidade. Muito provavelmente, um espaço que sentem como seu, ao qual se deslocam em primeiro lugar para colocarem a maioria das questões relacionadas com as suas famílias.

Ao Gabinete Técnico da CMA (GTCMA) desloca-se com mais facilidade a grande maioria da população portuguesa, não cigana. Apesar de não se verificar, neste caso, uma apropriação do espaço do gabinete, com a maior parte das famílias deste grupo, está criada uma relação de proximidade, muito pela via do acompanhamento de situações sociais que são feitas, desde o início do realojamento. A organização do espaço deste gabinete é formal, porque quando entram nas instalações o atendimento é feito por uma técnica administrativa. Porém, durante mais de três anos, este espaço funcionou sem administrativa e todo o atendimento era assumido pelas técnicas de serviço social. Este facto permitiu à equipa criar a aproximação à população, de um modo geral. Mas o facto de o gabinete pertencer à CMA é, na maioria das vezes, sentido por alguns moradores como um entrave na criação da relação de proximidade. Devido, principalmente, a algum descontentamento ainda em relação ao realojamento, que misturou famílias de culturas diferentes, o que continua a incomodar algumas pessoas.

A instituição em que se verifica um maior distanciamento na relação com a população é a Junta de Freguesia da Falagueira. Isto acontece porque é referido que os seus serviços mais sociais têm de estar disponíveis para a população residente na freguesia, no seu todo e não tão próximos aos residentes no Casal do Silva, que já têm o apoio de três instituições em presença no bairro. São as instalações em que se verifica menor apropriação por parte da comunidade residente no bairro.

“(…) Quando planeamos uma acção comunitária sabemos que as instituições aqui em presença estarão disponíveis para a organizar conjuntamente. A ideia é trabalhada em articulação. Há uma instituição que tem ainda uma forma de estar mais distante e que faz alguma resistência a trabalhar aqui no bairro e para as pessoas do bairro, que é a Junta de Freguesia. Mas vai apoiando, na medida do possível a realização das actividades” Anexo 3 Entrevista a técnica 3.

De acordo com as diferentes posturas assumidas pelas instituições, verifica-se que a forma como enriquecem a comunidade é diferente entre si. De um modo geral, através das actividades que organizam em parceria, é possível afirmar que o seu objectivo é potenciar as capacidades da comunidade. De um modo específico, principalmente o Projecto A Rodar, o CEBESA e o GTCMA têm o objectivo diário de, através das actividades que realizam, desenvolver as competências pessoais e sociais dos participantes nas mesmas. Desta forma são equipas técnicas que se assumem como potenciadores do desenvolvimento da comunidade, através do acompanhamento a vários grupos de moradores, de acordo com o âmbito de intervenção de cada serviço.

Na sequência desta afirmação, as instituições referidas anteriormente completam e estimulam a participação muito pela via da mobilização das capacidades endógenas. Com os grupos de diferentes faixas etárias são feitas reflexões relativas a vários temas, que vão ao encontro dos seus interesses, através de análises críticas da realidade e fomentando a acção destes para contribuírem para o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, contribuindo para que isso ocorra na comunidade.

Notas de síntese

A mobilização de mais recursos para a urbanização, no decorrer da intervenção com os seus residentes, após algum tempo depois do seu realojamento, demonstra o reconhecimento das diferentes instituições em responderem às necessidades e interesses identificados pela população, através da adequação dos seus serviços e, em alguns casos, da criação de novas respostas sociais.

Apesar das diferentes formas com que acontece a relação entre as equipas técnicas das várias instituições em presença no bairro e a população, pautada por maior ou menor informalidade, ou por maior ou menor proximidade, os recursos humanos técnicos de cada uma das instituições desenvolvem a sua intervenção comunitária de forma conjunta. Para além de promoverem todas as actividades dirigidas à e com a comunidade de forma articulada, também convocam outras instituições da freguesia ou do concelho para colaborarem nas mesmas.

A existência do projecto A Rodar é muito significativa, quer para a população ou para as várias instituições em presença na urbanização, sendo importante reconhecer que foi uma grande mais valia, enquanto recurso mobilizado para o local. Constituindo-se como um espaço que dinamiza actividades de forma atípica, relativamente aos outros serviços do bairro, é de todos aquele que a população reconhece fortemente o seu potencial e com o qual, de um modo geral, as pessoas, principalmente as de cultura cigana, criam maior relação de proximidade.

7.5. VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO

Como foi possível verificar no quadro teórico, a visão integrada da intervenção social nos processos de desenvolvimento local, encontra-se relacionada com uma leitura articulada da acção e diz respeito a estratégias de intervenção que sejam integradas e intersectoriais. Neste contexto cabe o trabalho em parceria, que dada a sua importância, será um tema abordado autonomamente neste documento.

Nesta análise a visão integrada da intervenção pode ser caracterizada de forma gradual e ascendente desde a preparação do realojamento da população, numa experiência articulada entre instituições locais, até à data. Sendo através da abordagem a esta matéria que se inicia este ponto.

Em seguida é feita referência à importância das equipas interdisciplinares para a realização da intervenção social.

Segue-se a apresentação de uma acção intersectorial, como exemplo da visão integrada da intervenção.

Finaliza-se este ponto com alusão aos atendimentos integrados realizados pela maioria das instituições em presença no bairro com os seus residentes.

7.5.1. Realojamento da população, experiência articulada entre instituições locais

O realojamento da população no Casal do Silva foi realizado de um modo integrado entre as várias instituições locais da freguesia da Falagueira, para promover o melhor acolhimento dos futuros moradores no bairro e diminuir o impacto da mudança destes para novas habitações e local de residência.

Para o maior núcleo da população realojada houve lugar à preparação do realojamento. Isto aconteceu através da sucessão de uma série de actividades que ocorreram, com as instituições locais da freguesia da Falagueira, durante um ano, antes da mudança das famílias para as novas habitações. O principal objectivo era sensibilizar os moradores

para os comportamentos adequados a adoptar na nova habitação, por oposição ao que estavam habituados no bairro degradado. Mas também dar conhecimento de que continuariam a ser utilizadores dos principais serviços que usavam e apenas uma pequena parte das população teria de mudar de Centro de Saúde, Escolas e alguns hábitos de vida, tais como a deslocação a locais de comércio, mais próximos ao bairro. Foram acções coordenadas pela Divisão de Habitação e Realojamento da CMA mas que resultaram da acção social articulada com as entidades locais, nomeadamente a Junta de Freguesia, a Escola, o Centro de Saúde e algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo importante destacar o papel do CEBESA. Foi um trabalho desenvolvido por uma equipa multidisciplinar com o objectivo de dar as boas vindas aos moradores do bairro social, para sentirem aproximação ao local em que iriam habitar.

7.5.2. Equipas interdisciplinares

Após o realojamento deu-se continuidade ao trabalho social realizado, de forma articulada, nomeadamente através das várias equipas multidisciplinares de técnicos, em presença na urbanização. Havendo lugar à referência do trabalho de conjunto realizado entre algumas destas instituições e as Escolas e o Centro de Saúde.

Esta relação de articulação manteve-se, mais ou menos, constante até á data e há uma ligação estabelecida entre as diferentes entidades que, no dia a dia e sempre que necessário, resulta na realização de trabalho conjunto entre elas, principalmente ao nível do encaminhamento e acompanhamento dos agregados familiares.

É possível classificar a relação estabelecida entre os técnicos das instituições em presença no bairro, de interdisciplinar, porque estes têm diferentes formações, tais como: serviço social, psicologia, sociologia, antropologia e animação sócio cultural. Esta diversidade é uma riqueza porque a intervenção social com a comunidade resulta das reflexões conjuntas entre estes técnicos. Trata-se de uma mais valia que também se estende a profissionais da educação, da saúde quando são realizadas actividades com as Escolas e com o Centro de Saúde.

É crescente e cada vez mais frequente que as escolas e o Centro de Saúde estabeleçam relações de articulação e reuniões com os técnicos das instituições em presença no bairro, para reflexões de algumas questões, quando perspectivam a abordagem à população residente no Casal do Silva. De futuro, estão previstas acções intersectoriais entre as instituições em presença no bairro, o Centro de Saúde e as Escolas.

7.5.3. Uma acção intersectorial

No início do ano lectivo 2009/2010, a Escola do 1º Ciclo da Freguesia estabeleceu uma parceria com o Projecto A Rodar e dinamizam conjuntamente, no espaço escolar uma turma de currículo alternativo. Sendo a maioria dos alunos desta turma residentes no bairro, o papel do Projecto A Rodar é o acompanhamento a estes menores e às suas famílias, porque era esta a maior dificuldade da escola.

Diagnosticando alguns problemas ao nível da saúde nas crianças que frequentam o espaço do Projecto A Rodar e verificando que se tratam de situações que os menores e os jovens podem sanar através da adopção de comportamentos correctos, já estão definidas uma série de sessões com as enfermeiras do Centro de Saúde local. O objectivo é que a partir da relação estabelecida, se defina, em conjunto com as crianças e jovens, uma estratégia para gradualmente passarem a adoptar o comportamento acertado. Esta questão foca a higiene oral, tema que já foi tratado na saúde escolar mas que agora será aprofundado, na esperança de os conduzir à prática correcta.

A partir da ligação já estabelecida entre o Centro de Saúde e a Escola, da ligação estabelecida entre a Escola e o A Rodar, a ligação estabelecida entre o A Rodar e o Centro de Saúde, promove-se um trabalho intersectorial, com suporte para continuar.

7.5.4. Atendimentos Integrados

De um modo geral, todas as equipas de técnicos tentam realizar atendimentos e encaminhamentos sociais de forma integrada, minimizando desta forma a burocracia dos serviços e evitando a deslocação desnecessária das pessoas a inúmeras instituições.

Na urbanização do Casal do Silva existe a noção partilhada pelas várias equipas técnicas das instituições, de que perante uma população carenciada e com alguns traços de exclusão, é importante simplificar os atendimentos e encaminhamentos sociais realizados. Deste modo, diminui-se a burocracia de alguns serviços mais complexos, como é o caso da Segurança Social, explicando às pessoas os seus direitos, auxiliando no preenchimento de formulários, marcando atendimentos. Verifica-se que passa por aqui uma intervenção mais adequada porque há uma tentativa de diminuir o número de locais a que as famílias têm de se dirigir para tratar de um assunto, trabalhando a sua motivação para o resolver e impedindo que desistam de solucioná-lo, pelos entraves que costumam encontrar. Estes entraves estão ligados a burocracia e a incapacidade de se posicionarem perante questões colocadas em alguns serviços, dos quais acabam por se sentirem excluídos, colocam em causa alguns dos seus direitos por desconhecimento ou

não saberem como fazer para os adquirir. Desta forma são trabalhadas questões de cidadania, porque informar e ajudar a alcançar direitos, também implica mencionar deveres e incentivar as pessoas a cumpri-los.

Notas de síntese

A visão integrada da intervenção foi iniciada com a articulação entre as diferentes instituições de cariz social presentes na freguesia da Falagueira, no decorrer do processo de realojamento da população na urbanização do Casal do Silva, sendo mantida a pouco e pouco com a intervenção social desenvolvida nos primeiros anos de realojamento. Esta articulação e forma de trabalhar próxima acontecia entre as equipas interdisciplinares das instituições em presença no bairro, a população e outras instituições locais, começa agora a ganhar uma forma mais real, a partir da conjugação da intervenção social articulada entre o A Rodar, a Escola e o Centro de Saúde.

Comum a todas as instituições em presença na urbanização é a realização de atendimentos e encaminhamentos sociais realizados de forma integrada, de modo a motivar os moradores para a solução dos seus problemas, através da simplificação dos serviços aos quais têm que recorrer. Deste modo promove-se a informação para facultar o alcance aos seus direitos e tomam consciência dos seus deveres, incentivando-os a agirem, gradualmente e dentro das suas possibilidades em consonância com isto.

7.6. TRABALHO EM PARCERIA

O trabalho em articulação entre as instituições, ou seja as parcerias é/são, como se verificou anteriormente, uma das condições essenciais para o processo de desenvolvimento local.

Neste sentido, o trabalho em parceria é em seguida apresentado a partir da exposição de dois pontos principais.

Em primeiro lugar é feita uma breve caracterização da Comissão Social da Freguesia da Falagueira integrada na Rede Social da Amadora. Apesar do trabalho em parceria ter uma dinâmica própria e ser anterior há existência da Rede Social local, entendeu-se pertinente fazer uma caracterização sumaria da Comissão Social de Freguesia, no âmbito da organização da Rede Social da Amadora, para dar o enquadramento formal e institucional àquelas articulações.

Em segundo lugar é apresentada a caracterização das relações de parceria locais, distinguindo-se aquelas que são parcerias de continuidade, das que são parcerias de

ocasião, sendo feita referência às características específicas da parceria entre as instituições em presença no bairro.

7.6.1. Caracterização da dinâmica da Comissão Social de Freguesia da Falagueira

Sendo verdade que existe uma dinâmica de parceria própria entre as instituições em presença na urbanização do Casal do Silva, esta não se pode desligar do trabalho da Comissão Social da Freguesia da Falagueira, que será analisado em seguida.

Na freguesia da Falagueira o trabalho em parceria tem alguma ligação à Rede Social do concelho. Cabe à Junta de Freguesia a coordenação da Comissão Social de Freguesia que, com uma periodicidade semestral, convoca reuniões com todas as entidades e serviços que desenvolvam a sua intervenção com a população residente na Falagueira. Com o objectivo de, conjuntamente, ser elaborado e actualizado o diagnóstico da realidade e programadas actividades que vão ao encontro das necessidades e interesses referidos. Posteriormente são feitas reuniões para preparação das actividades, nas quais estão presentes as entidades directamente implicadas, sendo contempladas instituições das várias áreas sociais, culturais, recreativas e desportivas e nas actividades de maior escala, dirigidas à população da freguesia, têm existido patrocínios do comércio local.

Por um lado, há actividades desportivas, de animação e sensibilização dirigidas a crianças, outras dirigidas a seniores, bem como a toda a população, de um modo geral; por outro, há actividades próprias e destinadas aos equipamentos de infância (escolas, jardins de infância, centros de ocupação dos tempos livres), e actividades próprias destinadas a seniores (Centros de Dia e Centros de Convívio, bem como outros grupos criados com seniores). Transversais a estas áreas encontram-se o Centro de Saúde e a Segurança Social e outros serviços de âmbito concelhio com intervenção social.

Para além das quatro instituições em presença no bairro, que já foram referidas anteriormente, existem na freguesia mais duas escolas, um centro de actividades para ocupação dos tempos livres, com responsabilidade directa de desenvolver a sua intervenção também com a urbanização. Isto porque estes equipamentos de educação integram crianças e jovens que residem no bairro, lidando diariamente com eles e com as suas famílias. Também os dois Centros de Dia, inseridos em Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), integram alguns seniores que moram no Casal do Silva.

7.6.2. Caracterização das relações de parceria da freguesia com incidência no bairro: continuidade e ocasião

As ligações entre as instituições em presença no bairro, que serão abordadas de modo específico no ponto seguinte, desenvolvem a sua intervenção em parceria alargada a outras instituições (e serviços) da freguesia e do concelho. O objectivo é potenciar este trabalho de parceria em benefício dos moradores, potenciando a sua integração social.

Estas instituições trabalham juntas mas numa dinâmica desigual entre si. Verifica-se uma maior aproximação entre as instituições em presença na comunidade, tendo já resultado desta articulação constante, varias acções: atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos conjuntos a alguns agregados familiares; reuniões para discussão de casos; dinamização de actividades e reuniões para preparação, organização e avaliação de actividades. Estas actividades são de natureza diversa: desporto, animação, informação e sensibilização, sendo algumas dirigidas à comunidade, no seu todo, e outras a grupos específicos geracionais e intergeracionais.

Com as escolas, o Centro de Ocupação dos Tempos Livres e os Centros de Dia a articulação estabelecida entre o CEBESA e o Gabinete Técnico da CMA é, respectivamente, direccionada a determinada criança, sénior e/ou agregado familiar.

Por parte do Projecto A Rodar, desde o início do presente ano lectivo 2009/10, há uma maior articulação com as escolas. Este projecto integra o mediador que desenvolve a sua intervenção em instituições escolares e na comunidade. Há reuniões semanais relativas a discussões de casos, existindo uma relação mais próxima.

No que diz respeito às quatro instituições em presença na urbanização existem parcerias de continuidade. As respectivas equipas técnicas desenvolvem articulação constante relativa aos agregados familiares acompanhados e as actividades comunitárias são planeadas, realizadas e avaliadas conjuntamente.

“(...) acho que há de todas, inequivocamente, uma disponibilidade para trabalhar em parceria, que não é fácil encontrar. Todas as pessoas têm muito presente o trabalho em parceria e estão sempre prontas para o fazer” Anexo 3 Entrevista a técnica 1.

“(...) temos uma forma de intervir muito em parceria e tentamos colaborar uns com os outros. Isto também se vê na forma de estar das instituições aqui no bairro (...) porque há uma perspectiva transversal de trabalhar com os agregados. Aqui já ninguém pensa a intervenção isoladamente, há uma grande partilha entre nós na forma de abordar e trabalhar com as famílias” Anexo 3 Entrevista a técnica 2.

Também a relação estabelecida entre o Projecto A Rodar e as escolas é uma parceria de continuidade, tendo em conta as características da sua relação, referidas anteriormente. Nomeadamente, no decorrer deste ano de 2010 e já integrada no novo projecto de continuidade do A Rodar, há mesmo uma participação de elementos da equipa do projecto junto da turma de currículo alternativo no espaço escolar.

As relações criadas entre as instituições do bairro e as outras entidades da freguesia e do concelho são de parcerias de ocasião. Ocorrem para encaminhamento e acompanhamento de agregados familiares face às necessidades verificadas. Mas com o Centro de Saúde da Venda Nova e com as Escolas a relação de parceria reveste-se de uma maior proximidade e começa a ter características de parceria de continuidade.

“(…) há uma muito boa relação institucional no que diz respeito aos técnicos, talvez por estarmos todos com os mesmos objectivos traçados, também ao nível do Centro de Saúde e das Escolas há uma boa relação (…) temos uma forma de intervir muito em parceria e tentamos colaborar uns com os outros.” Anexo 3 Entrevista a técnica 2

Quer com as Escolas, quer com o Centro de Saúde, para além de ser feita a articulação para discussão de casos de acompanhamento a agregados familiares, discussão e definição de estratégias de intervenção, conjuntas ou complementares, já se organizaram actividades conjuntas, mais do que uma vez, e tal como foi referido no ponto anterior, está planeada a realização de actividades neste âmbito.

As entidades em presença no bairro perspectivam fortalecer a sua relação enquanto parceria de continuidade e ampliar esta relação a outras entidades da freguesia e do concelho, com vista a rentabilizar recursos e preparar uma intervenção mais integrada.

7.6.3. Características específicas da parceria entre as instituições em presença no bairro

A parceria entre as instituições em presença na urbanização tem características próprias, de acordo com o percurso e a relação que mantêm no local, diariamente.

É reconhecida pelas várias equipas técnicas que fazem parte das referidas instituições a importância da realização de um trabalho articulado, de modo a; evitar sobreposições, maximizar recursos e a promover a integração social das pessoas.

Tanto em 2004, como em 2006, o CEBESA e o Gabinete Técnico da CMA juntaram-se para prepararem projectos de candidatura para o Programa Escolhas. Revela-se aqui a proximidade que caracteriza esta relação institucional, por via dos equipamentos em presença na urbanização. Contudo, nenhuma destas candidaturas foi aprovada.

Integrado no Programa Escolhas, o Projecto A Rodar encontra-se na urbanização desde o final do ano de 2007, e não foi solicitada a colaboração dos serviços dos equipamentos sociais em presença no bairro, para a sua candidatura. Ainda assim, desde o início, que a equipa técnica do projecto está integrada na parceria local. Em 2009, a elaboração da candidatura de continuidade do Projecto A Rodar ao programa Escolhas, foi feita em colaboração com as equipas das instituições, em presença na urbanização.

No que diz respeito às reuniões para discussão de casos e encaminhamento de situações de menores e suas famílias, estas ocorrem com uma periodicidade mensal ou bimensal. O objectivo é desenvolver estratégias de intervenção que contribuam para responder aos problemas, sendo definidas metodologias de acção, respeitando os recursos disponíveis e as características dos moradores, com vista à obtenção dos melhores resultados.

Todas as actividades comunitárias são planeadas em conjunto. Desde o início do realojamento que isto acontece mas, actualmente, são pensadas de um ano para o outro. Também pode acontecer que perante uma situação que não estava prevista, mas que se considera necessário actuar rapidamente com vista à promoção da qualidade de vida dos moradores e prevenção de situações de risco, os técnicos das várias instituições se juntem, reflectam e verifiquem as hipóteses de organizar e realizar, o mais breve possível, uma acção comunitária.

Anualmente, ocorrem em média cerca de três a quatro actividades comunitárias conjuntas, que resultam da parceria estabelecida entre as várias instituições em presença no bairro. Por exemplo no ano de 2008 realizaram-se a Festa do Vizinho, a Milha Urbana e a Campanha de Limpeza.

Para além destas ocorrem pontualmente actividades entre algumas destas instituições. Nomeadamente, em 2009, realizou-se uma actividade inter-geracional entre o CEBESA e o Gabinete Técnico, o Magusto e realizaram-se cerca de seis actividades geracionais para crianças, entre o CEBESA e o projecto A Rodar, directamente, mas com a colaboração do Gabinete Técnico da CMA, tendo estas ocorrido na área da animação sócio-cultural, entre outras.

Notas de síntese

<p>O trabalho em parceria na freguesia da Falagueira está organizado a partir da Comissão Social de Freguesia, integrada na Rede Social do concelho da Amadora. É a partir do diagnóstico local que são definidas e congregadas a grande maioria das actividades com mais expressão no local.</p>

As instituições em presença no Casal do Silva, estando integradas e participando nesta dinâmica, têm características específicas de relacionamento que as definem como parceria de continuidade. As actividades que promovem e realizam são planeadas conjuntamente e de forma integrada, numa lógica de continuidade do trabalho de articulação desenvolvido diariamente, próximo à população, assente num diagnóstico, em constante actualização. As instituições reúnem periodicamente para reflectirem sobre o acompanhamento às famílias e definem os respectivos encaminhamentos com base em critérios coerentes com as características das pessoas e os recursos disponíveis no local.

A parceria de ocasião está criada entre estas instituições e as entidades para as quais fazem os encaminhamentos. Porém, quer as escolas, quer o Centro de Saúde são alvo de uma articulação mais próxima, sendo frequente a realização de reuniões para discussão de casos e a preparação e realização de actividades conjuntas. Ambas as instituições tendem a estabelecer relações de parcerias de continuidade com o A Rodar, o CEBESA e o Gabinete Técnico do Casal do Silva.

7.7. PROCESSO DE MUDANÇA NUMA COMUNIDADE DE PEQUENA DIMENSÃO

Constata-se que desde o início do realojamento da população (ano de 2004) até à data, a realidade do bairro tem vindo a passar por um processo de mudança gradual, que está em dinâmica constante. Como resultado do cruzamento de várias situações, um dos principais factores que desde o começo tem vindo a conduzir às mudanças verificadas na comunidade é a interacção que existe entre as pessoas e entre as pessoas e as instituições em presença na urbanização.

Este processo de mudança acontece numa comunidade de pequena dimensão, na medida em que o Casal do Silva é um bairro social no qual os seus residentes, perante uma condição inicial de exclusão social, parecem reconhecer progressivamente a importância da criação de mecanismos para lhe fazer face (numa dinâmica que tem avanços e recuos). Os moradores, de um modo geral, sempre assumiram esta posição de identificarem o “nós” da comunidade como pertencente a um território excluído, muito por via das características da população multicultural e empobrecida realojada. Mas a pouco e pouco, a partir da organização de alguns grupos informais e da relação que as pessoas começaram a estabelecer com as equipas das instituições em presença no bairro e a intervenção que daí resultou, grande parte dos moradores referem a existência de um

processo de mudança progressivo na comunidade. Identificam como factores positivos de mudança: a melhoria do comportamento das crianças e referem que tal acontece por via da intervenção do Projecto “A Rodar”; referem o facto de existirem melhorias ao nível do comportamento de algumas famílias ciganas, que agora demonstram mais respeito ao nível da sua forma de estar mais adequada e mesmo ao nível do relacionamento inter-pessoal que estabelecem com os outros moradores. Continuam a existir excepções, mas de um modo geral, vive-se um ambiente mais calmo ao nível do relacionamento intercultural entre os residentes no Casal do Silva.

Esta mudança na melhoria de atitude de algumas pessoas ocorreu de forma natural e gradual, não resultando de uma acção organizada de nenhum conjunto de pessoas propositadamente mas para a qual podem ter contribuído alguns factores, sendo o mais visível o apelo que foi feito por alguns moradores para outros residentes aderirem ao culto da Igreja Cristã Evangélica. Isto na medida em que as pessoas que iniciam este culto têm, geralmente, um comportamento menos expansivo e mais adequado/respeitador com visibilidade em varias vertentes da vida quotidiana.

No geral, verifica-se que os moradores sentem necessidade de criar mais espaços de diálogo, sendo este um contributo importante às dinâmicas de participação que as instituições pretendem que os indivíduos venham a desenvolver. Verifica-se que existe uma maior adesão dos residentes às instituições, seja a atendimentos sociais, seja a actividades. Igualmente, são mais visíveis dinâmicas de entreajuda entre famílias que desenvolveram uma relação de proximidade já após o realojamento.

No que diz respeito a atendimentos sociais foi gradual a relação estabelecida com algumas famílias, mas tratam-se de agregados nos quais existem dificuldades de comunicação e outras problemáticas associadas. Ainda assim observa-se que as pessoas dirigem-se, cada vez mais, com facilidade, aos serviços, e expõem assuntos de diferente natureza, tentando agir em conformidade com as orientações dadas.

Nas famílias consideradas mais organizadas existem já vários sinais de autonomia face aos serviços ao nível de um apoio mais próximo e verifica-se que, muitas vezes, esses agregados ajudam e apoiam outros relativamente à actuação mais adequada face a determinada área. Estas pessoas prestam informações relativas ao funcionamento de serviços oficiais e ajudam a família a organizar-se para recorrer a determinado apoio e/ou a actuar da melhor forma junto dos serviços.

No caso das actividades a sua preferência continua a ser os passeios e aquelas que são realizadas nas áreas da animação e desporto, mas há um interesse manifesto por um grupo de cerca de 30 pessoas para frequentarem aulas de alfabetização (que estão prevista ocorrer ainda em 2010) e há outras 10 mulheres interessadas em cursos práticos, nomeadamente costura. A este nível verifica-se uma preocupação pela inclusão na medida em que as pessoas reconhecem ser essencial aprender a ler e a escrever para poderem ajudar os seus filhos, haver maior facilidade de inserção no mercado de trabalho, bem como para se sentirem melhor e mais valorizadas com as actividades que realizam diariamente.

Mudou a forma como as pessoas olham para o trabalho realizado pelas Instituições em presença no bairro, em especial para o trabalho e esforço dos profissionais no seu desempenho profissional. Os moradores reconhecem a importância do trabalho efectuado, tal é confirmado pela procura dos serviços, por parte de cada vez mais pessoas, quando necessitam de um esclarecimento sobre a correspondência ou no preenchimento de um impresso, por exemplo. Mas esta mudança também ocorre porque os técnicos souberam manter uma relação de proximidade, de empatia e de profissionalismo na sua actuação, demonstrando às famílias que podem confiar neles. Ainda não está completamente desenvolvido um sentimento de comunidade que seja geral e se estenda a todos, mas é algo que a maioria dos moradores ambicionam e que começa a surgir progressivamente. As pessoas querem uma mudança, sabem que algo está a mudar e que ainda há um percurso a fazer.

Alguns residentes conseguem identificar aspectos positivos de mudança mas há outros que afirmam que um realojamento com tantas famílias de cultura cigana afecta, em muito, a forma de estar que se estende a toda a comunidade que possibilita que desenvolvam um sentimento de pertença ao local por se oporem à forma de estar das pessoas ciganas. Mesmo que existam melhorias, continuam a existir dificuldades de relacionamento inter-cultural, principalmente entre ciganos e não ciganos.

Apesar dos grupos informais existentes, verificam-se grandes dificuldades na liderança natural dos mesmos por parte de elementos da comunidade o que também manifesta a falta de sentimento de pertença de algumas pessoas com capacidade de liderança para a assumirem plenamente.

Ainda assim, quando há manifestações de animação e cultura no bairro, como as actuações dos grupos de dança e música ciganos e africanos, a população demonstra

muita satisfação, refere que seria algo que deveria acontecer mais vezes e verifica-se a união dos moradores nesses momentos. Reconhece-se que é algo que os une e a partir do qual as instituições têm de trabalhar para incentivar a continuidade de actividades, acções e projectos neste âmbito, no sentido reforçar os sentimentos pertença ao bairro e de coesão da comunidade.

O processo de mudança progressivo está sobretudo ligado à percepção que as pessoas manifestam relativamente ao ambiente vivido agora no bairro, referindo com frequência que há mais sossego mas que ainda há muito a fazer.

Verifica-se que existem alguns sinais de um sentimento de comunidade em construção quando os moradores identificam aspectos positivos na urbanização, referindo:

- o trabalho desenvolvido pelas instituições;
- as dinâmicas de união criadas na Festa do Vizinho;
- a organização dos moradores de alguns prédios;
- o facto de existir um ambiente mais calmo proporcionado pela forma de estar das pessoas na comunidade.

Referem a importância dos espaços das lojas estarem ocupados com actividades de comércio porque acreditam que isso poderá trazer outra dinâmica ao bairro. Para além desta situação contribuir para a sua inserção social, na medida em que trará outras pessoas à urbanização, pode vir a promover uma interacção saudável entre os moradores no bairro e outras pessoas da freguesia ou do concelho, no Casal do Silva.

As instituições com instalações na urbanização procuraram sobretudo criar alternativas nas vidas dos seus residentes, através da construção de novas oportunidades.

Também se verifica que existem grupos de moradores que se organizaram para contribuir para a mudança da imagem do bairro, tentando que seja melhor do que era nos primeiros anos de realojamento da população, sendo incentivada pela dinamização de competências pessoais, sociais e sobretudo relacionais. Com o desenvolvimento de competências pessoais e sociais das pessoas, que conduz ao desenvolvimento das capacidades endógenas e se transforma em participação activa. Com manifestações ao nível do *empowerment*, pretende-se promover uma dinâmica comunitária na qual existe respeito e tolerância pelas diferenças culturais e assento nas suas semelhanças, de modo identificarem-se com o local e a defenderem e divulgarem uma imagem positiva da urbanização.

Tem vindo a assistir-se a um processo ténue e gradual de mudança na comunidade do Casal do Silva, com efeitos positivos resultantes das relações de proximidade criadas entre alguns grupos de residentes, entre as pessoas e as equipas de três instituições em presença no bairro (técnicos e funcionários do Gabinete Técnico da CMA, do CEBESA e sobretudo do Projecto A Rodar). A partir daqui existe uma consciência da maioria dos moradores relativamente ao processo de mudança que tem vindo a ocorrer e estão criadas as condições para trabalhar competências pessoais e sociais, com impacto na cidadania da comunidade.

Esta conjuntura contribui para o desenvolvimento local do Casal do Silva. Torna-se fundamental continuar a intervir nestas várias vertentes e naquelas que sejam fertilizadoras do bem-estar dos residentes, de modo a combater processos de exclusão, ainda existentes, e a promover a integração social desta comunidade.

8. EMPOWERMENT: ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

Este capítulo surge na sequência dos temas, já referidos anteriormente, relativos à mobilização das capacidades endógenas, assim como à participação e pretende abordar, de forma específica, o *empowerment*.

Como já foi analisado no capítulo precedente, a mobilização das capacidades endógenas, sendo assumidas pelas comunidades, como forma destas se mobilizarem a si próprias, conduzem à participação activa e contínua das pessoas. Por sua vez, este processo, impulsiona o reforço do poder dos indivíduos, resultando no *empowerment*. Todas estas formas se cruzam. Há pessoas que assumem papéis de liderança e força no processo, dando expressão ao *empowerment* individual e à possibilidade de existir a dinamização desta força num processo organizacional e comunitário, que acaba por ter expressão no *empowerment* colectivo.

É a partir da análise desta vertente do *empowerment* que se irá apurar se há ganhos de poder e efectiva capacitação dos indivíduos, individual e/ou colectivamente.

As reuniões de moradores por prédio, são o tema central da análise desta tese de mestrado e a eleição de representantes por edifício é um indicador de *empowerment* individual, porém importa esclarecer que não ocorre como efeito automático, uma vez que se trata de um processo. Deste modo, em seguida serão analisados os resultados da pesquisa empírica ao nível do *empowerment*, pois os moradores do Casal do Silva têm demonstrado, gradualmente, formas de estar que vão ao encontro da sua capacitação.

É agora tida em conta a abordagem teórica já mencionada no Capítulo 4, “Participação e *Empowerment*: contributos para a mudança social” e as dimensões de análise, consideradas como as mais importantes para este apuramento de dados, realizada a partir do quadro de análise correspondente, nomeadamente os indicadores que cabem dentro das dimensões de *empowerment* individual e *empowerment* organizacional e *empowerment* comunitário (estes dois tipos inserem-se no *empowerment* colectivo).

8.1. EXPRESSÕES DO EMPOWERMENT INDIVIDUAL

Para verificar as expressões de *empowerment* individual na urbanização, apresentam-se os resultados obtidos através dos indicadores: número de moradores eleitos representantes de prédio e número de moradores com capacidade de liderança. Ambas são situações distintas mas com ligações entre si. Porque há moradores que são

representantes de prédio e que já demonstraram a outros níveis a sua capacidade de liderança.

8.1.1. Moradores eleitos representantes de prédio

A figura de representante de prédio foi sugerida pelo Gabinete Técnico da CMA (GTCMA) com o objectivo de ajudar os moradores dos prédios a organizarem-se. Este representante ou (caso os residentes entendessem necessário eleger mais do que um), os representantes do prédio têm a responsabilidade de fazer a articulação directa com a equipa da CMA no bairro, para dar a conhecer anomalias no âmbito do edificado a fim de virem a ser solicitadas as suas reparações, por parte da autarquia, quando os moradores não apresentam capacidade para as resolver; congregar a recolha de verbas pelos outros moradores do prédio para efectuarem a manutenção do edifício, nomeadamente a colocação de lâmpadas ou a limpeza, ou para efectuarem a reparação de pequenas anomalias, como a substituição de fechaduras ou colocação de espelhos de interruptores.

Relação entre Reuniões de Moradores e Representantes de prédio eleitos

	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	Ano 2009
Número de reuniões de moradores	12	0	7	10	17	16
Número de representantes de prédio	0	0	1	0	1	7

Quadro IX – Relação entre Reuniões de Moradores e Representantes de prédio eleitos

No decorrer da realização das primeiras reuniões com os moradores dos prédios, no ano de 2004, e mesmo durante a realização das segundas reuniões no ano de 2006 apenas existia um prédio com representante.

De um modo geral, as pessoas resistiam a eleger representantes de prédio devido às diferenças culturais que influenciavam directamente a dificuldade de relação entre ciganos e não ciganos e não permitiam que ninguém se sentisse capacitado para assumir esse papel.

Os residentes temiam que face à existência de barulho em horário nocturno e actos de vandalismo nos espaços comuns dos edifícios, houvesse situações de tentativa de sensibilização dos moradores “infractores” para a necessidade de alterarem a sua conduta, e isso originasse imediatamente uma relação de conflito intercultural. Tendo em conta que, de cada vez que, ocorriam estas chamadas de atenção, as pessoas que as

efectuavam eram ameaçados de forma agressiva, a grande maioria dos moradores não acreditavam que a eleição de representantes de prédio promovesse melhorias significativas. Sobretudo, as pessoas não confiavam na existência de uma relação de respeito intercultural entre todos os moradores no prédio.

No ano de 2007 não houve lugar à eleição de mais nenhum representante de prédio e essa situação apenas de alterou em 2008 com a eleição de outro representante de prédio. Já no decorrer do ano de 2009 foram eleitos no total cinco representantes em quatro prédios. Actualmente, existem sete prédios na urbanização do Casal do Silva com representante.

Verifica-se que o facto de haver um prédio com representante em que é visível a organização do edifício, influencia de forma positiva outros moradores de outros prédios que querem que isso também ocorra no edifício em que residem.

Apesar de existirem cada vez mais representantes de prédio, a sua expressão ainda é muito ténue – no total de 27 prédios, existem sete prédios com representante – mas é provável que este número aumente no decorrer das reuniões de moradores a realizar.

Como já foi referido anteriormente neste trabalho, há algumas características que podemos associar à grande maioria dos representantes de prédio que foram eleitos e que se assemelham muito ao *empowerment* individual. A maioria tem em comum o facto de, ao longo dos anos anteriores, assumirem uma função de responsabilidade, congruência e relação não conflituosa com os moradores do prédio em que habitam.

Mesmo antes de serem eleitos representantes, a maioria destes, perante situações de anomalias nos espaços comuns do prédio, demonstravam a sua preocupação pela reparação e tinham a iniciativa de:

- reunir informação relativa à reparação, falar com os moradores do prédio, para dividir as despesas e pedir verba para tomar as devidas providências;
- ou reparar e depois dar conhecimento da despesa aos seus vizinhos para que todos participassem.

Estes indivíduos assumiam e assumem o papel de comunicadores, de mediadores e de gestores face aos seus pares quanto às situações do prédio e é a partir destas características que demonstram o seu poder. De um modo geral, são reconhecidos por eles como tal, havendo algumas diferenças entre si:

- existem quatro prédios em que isto acontece, os representantes assumem uma responsabilidade de gerir os espaços comuns e convocam os seus vizinhos a fazê-lo, a partir do diálogo e do entendimento;
- existem três prédios em que os representantes têm mais dificuldade em assumir este papel, uma vez que nesses edifícios verifica-se a existência de algum distanciamento entre os representantes e outros moradores, não havendo unanimidade nas decisões tomadas quanto aos cuidados com os espaços comuns do prédio, o que significa que a maioria dos moradores adere e colabora com o representante mas algumas pessoas colocam-se à margem destas acções, e assumem o seu desinteresse perante estas matérias.

A opinião dos moradores relativamente à existência de representantes de prédio não é consensual, havendo os que reconhecem a existência de representante de prédio como um elemento chave para a sua organização; os que referem não ser necessário a existência de um representante para que isso aconteça e ainda os que não acreditam que pelo facto de haver um representante existam mudanças significativas, na efectiva melhoria dos comportamentos dos moradores, com vista a beneficiar a organização dos espaços comuns do edifício.

“Acho que sim, acho que sim (...) Por exemplo, nós aqui no prédio, não temos um representante porque nós todos nos damos bem. Quando vemos que temos uma coisa mal no prédio, chamamos um ou outro, conversamos e chegamos sempre a um acordo. Nunca ninguém discorda. Eu falo por este prédio, porque há prédios em piores condições e as pessoas não contribuem para reparar as anomalias no prédio. Mas aqui no nosso prédio não há disso.”

Anexo 2 Entrevista a morador 1 (conforme Entrevista a morador 12 e Entrevista a morador 26)

Também há moradores que têm uma posição mais crítica em relação à Câmara Municipal da Amadora.

A existência de representante de prédio *“É importante mas também que este se sinta acompanhado pela Câmara e que existam, da sua parte, respostas rápidas e concretas (...)”*

Entrevista a morador 8

Porque os próprios prédios em que já há representantes, com os quais foi combinado, nas reuniões com os moradores do prédio, que a estes cabia a reparação de algumas anomalias em espaços comuns e à Câmara Municipal outras, demonstram o seu descontentamento porque organizaram-se e repararam as anomalias com que se tinham comprometido mas a autarquia não o fez totalmente, nem apresenta prazos para o fazer.

Esta situação pode conduzir à desmotivação dos representantes de prédio e dos próprios moradores, que aparentam interpretar este incumprimento como falta de interesse da autarquia pelos munícipes, em especial por eles que estão mais próximos de a identificar como sinónimo de exclusão social.

8.1.2. Moradores com capacidade de liderança

A grande maioria dos residentes com capacidade de liderança, identificados pelas instituições em presença no Casal do Silva, são alguns dos representantes de prédio, mencionados anteriormente e algumas das pessoas de cultura cigana mais velhas, como já foi referido no ponto anterior deste documento. Havendo uma pessoa que conjuga os dois aspectos que o podem levar a identificar como um líder: ser representante de prédio e o mobilizador da comunidade para o culto religioso.

Contudo a maioria das pessoas de cultura cigana, que são mais velhas, assume o seu papel de líderes na comunidade quando são chamados a pronunciarem-se perante determinado assunto importante para elementos da sua cultura mas não assumem o seu papel de líderes, de outra forma. Embora tenham uma perspectiva de mudança para maior bem-estar da população na comunidade, e afirmem que isso será algo que vá ocorrer naturalmente, com a passagem de geração para geração, não entendem que essa dinâmica possa ser provocada por eles próprios, através de atitudes pró activas. Sendo líderes, naturalmente, pela sua idade para os elementos da sua cultura, não aceitam colaborar com as instituições locais, nem assumir essa posição de liderança conjuntamente com os técnicos destas organizações.

Quer seja em relação às pessoas mais velhas da comunidade cigana, quer sejam alguns representantes de prédio verifica-se a existência de componentes do *empowerment* individual nos quais as pessoas assumem papéis de comunicadores e de mediadores, face às situações que lhe são colocadas, respectivamente. Os representantes de prédio assumem este cargo relativamente aos outros residentes no mesmo edifício perante a gestão dos espaços comuns e as pessoas mais velhas da comunidade cigana, adoptam essa postura perante a gestão de conflitos entre elementos da mesma cultura.

Não sendo em número muito elevado, porque no total é possível afirmar que existem cerca de cinco pessoas que podem ser consideradas líderes na comunidade mas a níveis muito específicos (como foi referido anteriormente) nos quais o seu contributo é importante. Influenciam o comportamento de grupos de pessoas de forma positiva que

conduz, em parte ao bem comum. Seja porque são mediadores de conflitos (seniores ciganos) ou porque promovem a preservação dos espaços comuns dos prédios em que habitam (representantes de prédio) são ambas formas de praticar a cidadania e conduzir, gradualmente, as pessoas para processos de mudança que levam à sua integração.

Notas de síntese

Verifica-se que existem vários moradores que, principalmente enquanto representantes de prédio, demonstram as suas competências ao nível do *empowerment* individual, sendo reconhecidos pelos seus pares para o efeito. Mas a opinião dos moradores quanto à existência de representantes de prédio divide-se entre os que concordam, porque a entendem como potenciadora da organização dos espaços comuns do prédio; os que não consideram que seja essencial a existência de um representante para existir essa organização no edifício e os que consideram que não fará qualquer diferença ter um representante de prédio porque há famílias que não vão alterar comportamentos para melhor, pelo facto de haver alguém no prédio com essa função.

Também existem representantes de prédio, já eleitos, que assumem uma postura mais crítica em relação à CMA, referindo que os moradores já cumpriram com os seus deveres relativamente às reparações nos espaços comuns dos seus prédios mas a autarquia não cumpriu a sua parte, completamente, nem apresentou, até à data, prazos para o fazer, manifestando algum descontentamento com isto.

Para além dos representantes de prédio, existem alguns líderes identificados na comunidade a quem podem ser associadas características de *empowerment* individual, nomeadamente ao nível da gestão de alguns conflitos entre elementos de cultura cigana. Mas estas pessoas mais velhas de cultura cigana, diariamente, não agem dando importância constante à integração social dos ciganos, afirmam que esta ocorrerá natural e atempadamente com a passagem de geração para geração e não acreditam que possa ser provocada por eles.

Quer os seniores ciganos, quer a maioria dos representantes de prédio, desempenham um papel considerável como líderes na medida em que, à sua medida influenciam positivamente o comportamento dos moradores que os respeitam, em direcção ao bem comum.

8.2. EXPRESSÕES DO EMPOWERMENT COLECTIVO: ORGANIZACIONAL E COMUNITÁRIO

O *empowerment* colectivo abrange expressões de *empowerment* organizacional e comunitário. Estas podem ser formas de *empowerment* que partem da iniciativa das próprias pessoas, que se juntam em grupos organizados por interesses – *empowerment* organizacional ou podem tratar-se de acções que sejam assumidas de um modo geral por toda a comunidade – *empowerment* comunitário.

Como forma de verificar quais as expressões de *empowerment* organizacional na urbanização do Casal do Silva, serão aferidos alguns indicadores, estando a sua maioria ligados às reuniões de moradores, outros, às formas de organização de residentes nos quais estes assumiram essas iniciativas e outro indicador está ligado à opinião dos residentes quanto à criação de uma associação de moradores. Contudo, importa esclarecer que as referidas reuniões de moradores são um pressuposto para conduzir e incentivar as pessoas quanto à sua iniciativa de organização, não são necessariamente uma metodologia de *empowerment* organizacional.

Como já foi referido relativamente ao *empowerment* individual, também o *empowerment* organizacional é um processo, bem como o *empowerment* comunitário.

Verifica-se que o *empowerment* comunitário tem tido expressões ainda muito ténues demonstradas pelos residentes no Casal do Silva, as quais serão aqui comentadas.

Serão analisados os seguintes aspectos: número de reuniões de moradores planeadas e organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA e suas consequências; reuniões de moradores promovidas pelos próprios e acções daí resultantes; importância que os moradores atribuem às reuniões por prédio; grupos organizados ou em organização; importância que os residentes atribuem à existência de uma associação de moradores; actividades autónomas de iniciativa da população, sendo por ela continuadas e processos de animação para a fertilização do *empowerment* comunitário.

8.2.1. Reuniões de moradores planeadas e organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA e acções daí resultantes

Ocorreram um total de 62 reuniões com os moradores da urbanização do Casal do Silva, entre o ano de 2004 e o ano de 2009, sendo que no ano de 2005 não existiu qualquer reunião.

Nos anos de 2008 e 2009 ocorreram 32 reuniões com os moradores, o que manifesta a importância que a autarquia passou a dar a esta dinâmica.

Todas as reuniões que eram planeadas pela equipa técnica do Gabinete da CMA no início de determinado ano (à excepção de 2005) ocorriam no decorrer desse ano. Sendo, praticamente plena a realização entre reuniões de moradores planeadas e reuniões realizadas.

Todos os anos eram definidas estratégias de sensibilização dos moradores para apelar à sua participação nas reuniões, porém existiam vários factores que podiam potenciar ou diminuir a sua presença nas mesmas, tal como já foi referido no capítulo 4 “Do concelho da Amadora ao bairro do Casal do Silva: uma espiral de complementaridades”.

De um modo geral, ao longo dos anos, verificou-se que a média de adesão às reuniões era cerca de 40% do número de moradores residentes nos respectivos prédios. Parece existir uma dificuldade da maioria dos moradores (cerca de 60%) em estarem presentes numa reunião que ocorra num espaço fechado, nomeadamente nas reuniões que são promovidas pela equipa técnica da CMA.

No início do realojamento, nomeadamente as 12 reuniões de moradores realizadas no ano de 2004, ocorreram com o objectivo de sensibilizar os residentes para a correcta utilização dos espaços comuns do prédio em que habitavam e promover formas de estar que prevenissem situações de conflito entre vizinhos.

A partir do ano de 2006, e até ao ano final do ano de 2009, com a ocorrência de vários actos de vandalismo, bem como a falta de manutenção da maioria dos espaços comuns dos prédios, para além dos objectivos anteriormente mencionados, ao promover as reuniões, a equipa técnica do Gabinete da CMA procurava dar resposta a outros objectivos. O que se tentava fazer era promover a responsabilidade, junto dos moradores, pelas anomalias por estes causadas, levando-os a assumir a capacidade de as reparar, tais como: colocação de vidros, fechadura, mola e dobradiças na porta de entrada do prédio, colocação de espelhos de interruptores e lâmpadas, para além da organização da limpeza do prédio, etc. Existindo anomalias que, na sua grande maioria, os moradores não apresentavam capacidade para reparar, a responsabilidade pela reparação era partilhada com a autarquia, nomeadamente no que diz respeito ao sistema geral de electricidade, aos intercomunicadores e à botoneira dos prédios, bem como reparações por infiltrações de água nos espaços comuns dos edifícios. Mas o principal objectivo destas era, e é dinamizar a verdadeira participação dos moradores na sua realidade social, mobilizando-os a aderir às reuniões, conduzi-los a reflectir sobre o seu comportamento e o comportamento dos seus pares. Tudo isto, numa lógica de todos

contribuírem de forma efectiva para um progressivo bem-estar, desta feita nos prédios em que residem. Quando isto resulta é frequente encontrarmos muitos indícios do início de processos de *empowerment* organizacional.

Verifica-se que, muitas vezes, ao longo dos últimos anos, o facto da equipa técnica da CMA, em presença no bairro, realizar a reunião com moradores de determinado prédio, incentiva-os a organizarem-se. Em alguns prédios a CMA efectuou apenas uma ou duas reuniões porque estes moradores encontram-se organizados e não necessitam de se deslocarem ao gabinete técnico para discutirem os assuntos do prédio, nem de serem sensibilizados para estas matérias, dado que as respostas às necessidades de reparações de anomalias, a organização da limpeza e manutenção do edifício, decorrem dentro da normalidade. Nestes casos são os próprios residentes que se organizam entre eles, através da realização de reuniões ou de outro método.

Deste modo, e porque cada prédio constrói o seu percurso ao nível da sua organização, há resultados diferentes quanto às acções que ocorreram nos vários edifícios, após a realização das reuniões de moradores promovidas pela CMA.

A pouco e pouco, desde o início das reuniões de moradores por prédio até à data começam a verificar-se manifestações de *empowerment* organizacional, nomeadamente:

- a importância que as pessoas atribuem à reflexão conjunta relativa às soluções para dar resposta aos problemas de gestão dos espaços comuns dos prédios;
- a organização e gestão de recursos materiais e pessoais para contribuir para reparar as anomalias;
- a satisfação por assumirem o poder pela reparação, por solicitarem à CMA que proceda às reparações que os moradores não apresentam capacidade, entre outras que serão referidas, nos pontos seguintes.

Alguns residentes afirmaram que não aconteceu nada após a realização das reuniões de moradores promovidas pela CMA e associam isso à falta de vontade dos vizinhos, referindo que o seu prédio é habitado por famílias desorganizadas que não valorizam a organização do edifício. Estes residentes têm consciência das noções básicas de organização, no entanto, não demonstram capacidade para as aplicar nos prédios em que vivem porque referem que os seus vizinhos não têm interesse em organizarem-se.

“Nada! Não aconteceu nada (...) Se as pessoas não estão presentes, não mostram interesse, não podemos alterar nada. É complicado!” Anexo 2 Entrevista a morador 5 (conforme Entrevista a morador 2)

Noutros prédios os moradores organizaram-se e repararam o que tinham capacidade, manifestando competências relacionais e de organização, reconheceram as mais valias de se articularem e gerirem recursos com vista ao bem comum (à manutenção do prédio).

“(...) a minha vizinha que ficou responsável por ir pedir orçamentos para a fechadura da porta do prédio (...) Depois dela saber quanto é tem de vir falar com os outros moradores do prédio e dizer qual o valor total para dividirmos por todos e compormos a fechadura (...) Nesta última reunião a solução foi colocarmos a fechadura na porta de entrada no prédio” Anexo 2 Entrevista a morador 13 (conforme Entrevista a morador 6)

Outras pessoas realçaram a importância dos vizinhos terem-se organizado em relação à limpeza, nos edifícios em que residem. A partir de sugestões dadas pelos técnicos as pessoas, acabam por encontrar as suas próprias formas de organização.

“(...) organizei as pessoas aqui para a limpeza do prédio mas (...) não respeitam os dias estipulados, apesar de o limparem” Anexo 2 Entrevista a morador 16 (conforme Entrevista a morador 26)

Há também residentes que afirmaram que já tinham iniciado as reparações das anomalias com que se comprometeram no prédio mas continuam a aguardar que a CMA proceda ao concerto das anomalias que lhe compete.

“A Câmara reparou o sistema geral de electricidade e os espelhos dos interruptores e nós, da parte dos moradores, arranjámos a porta e colocámos o vidro (...) Mas estão as coisas a meio por parte da Câmara que é a questão das botoneiras das campainhas e dos intercomunicadores que estão por reparar (...) Há muita burocracia.” Anexo 2 Entrevista a morador 8 (conforme Entrevista a morador 21)

No que diz respeito às acções que resultam das reuniões promovidas pela CMA com os residentes nos prédios, verifica-se que existem resultados diferentes de acordo com: o nível de motivação, interesse e organização dos moradores por cada um dos prédios; o nível de cuidado e manutenção que os moradores demonstram com os espaços comuns dos prédios e a capacidade de reparação da autarquia relativa às anomalias que os residentes não apresentam capacidade de assumir.

Há apenas uma pequena parte de moradores que afirmam que após a realização da reunião não houve qualquer melhoria no prédio, em que habitam. Associam tal situação ao facto de existirem famílias desestruturadas que não têm interesse em proceder a tais alterações, o que acaba por desmotivar os outros moradores.

A grande maioria das pessoas referem que os moradores procederam às reparações que lhes cabia, organizaram-se quanto à manutenção dos espaços comuns, principalmente

em relação à limpeza do prédio e à colocação alternada de lâmpadas. Destes, alguns, afirmaram que ainda aguardam que a autarquia proceda às reparações com que se comprometeu e que eles não têm capacidade de assumir.

De um modo geral, os moradores parecem estar organizados relativamente ao poder para aceder à aquisição de alguns bens/recursos materiais que lhes permitem assegurar, minimamente, a manutenção dos prédios em que residem, e demonstram ter também poder para tomar decisões e organizarem-se em relação à limpeza do prédio, por exemplo, tendo capacidade para a praticar – *empowerment* organizacional. A partir das necessidades dos espaços comuns dos prédios, as pessoas reflectem sobre as formas de os ultrapassar, nomeadamente assumem-no em conjunto com os recursos que têm disponíveis e tentam manter o prédio nas melhores condições.

8.2.2. Reuniões de moradores promovidas pelos próprios e acções daí resultantes

Para além das reuniões de moradores por edifício promovidas pela CMA, existem alguns prédios em que os residentes já promoveram as suas reuniões, com o objectivo de garantirem a manutenção dos espaços comuns. E outros prédios há, que não realizando reuniões, tentam alcançar o mesmo objectivo por outros métodos. O princípio consta da iniciativa de organização dos moradores relativamente ao que sentem que têm capacidade para assumirem.

A maioria das pessoas referiu não terem realizado qualquer reunião promovida pelos moradores dos prédios mas os residentes que afirmam terem organizado reuniões referiram que estavam presentes a maior parte dos seus inquilinos. Na grande maioria dos prédios, verificou-se que os moradores já se tentaram organizar:

- através da realização de reuniões nas quais afirmaram que estava presente a maioria das pessoas dos respectivos prédios;
- realizaram a reparação de anomalias a partir do entendimento a que chegaram resultante de conversas informais, ou a partir da iniciativa de uma ou duas pessoas que falaram com os restantes moradores do prédio para organizarem acções neste âmbito.

Em alguns dos prédios em que os moradores já exerceram práticas de organização, estas incidiram na realização de pequenas reparações de anomalias em espaços comuns (havendo alguns prédios em que existe ou já existiu um fundo de maneiio para este efeito) ou distribuíram tarefas relativamente à limpeza. Os moradores demonstram a sua capacidade de se organizarem, reflectindo sobre as reais necessidades, analisando os

recursos que têm disponíveis (seja dinheiro ou competências para o efeito), concretizam as reparações e manutenções que conseguem assegurar.

“(...) se eu disser que precisamos de reparar a fechadura e me disponibilizar para a comprar aí já me dá toda a gente o dinheiro. Vou porta a porta e toda a gente contribui. Não tenho razão de queixa de ninguém” Anexo 2 Entrevista a morador 11 (conforme Entrevista a morador 1 e Entrevista a morador 15)

Em poucos prédios os residentes procederam a reparações de pequenas anomalias, que já foram estragadas, novamente. Nestes casos encontramos-nos perante situações em que os moradores parecem entender e já ter desenvolvido princípios de empowerment organizacional (como verificamos anteriormente). Contudo, actualmente encontram-se desmotivados e não há nenhum que tome a iniciativa para voltar a proceder às reparações necessárias nos prédios (ainda que muitas vezes a equipa técnica da CMA tente incentiva-los).

“Conseguimos uma vez dar todos dinheiro para colocarmos os interruptores da luz e mudar as lâmpadas mas depois voltou tudo ao mesmo (...) já está tudo estragado (...) do que se pôs lá, já não há lá nada” Anexo 2 Entrevista a morador 12 (conforme Entrevista a morador 24)

Verifica-se que na grande maioria dos prédios do bairro os moradores já desenvolveram e desenvolvem práticas de organização entre eles, alguns através da realização de reuniões, outros através de outros métodos, sempre com o objectivo de preservar e reparar anomalias nos espaços comuns dos edifícios em que habitam.

Como já foi referido a organização dos moradores é um processo e, na maioria dos edifícios, em que existe organização, verifica-se que prevalecem as reparações feitas e a manutenção dos espaços comuns. Outros há, em que, após algum tempo depois da reparação, volta a existir falta de cuidado e actos de vandalismo, o que desmotiva os moradores interessados na organização do prédio (travando as suas práticas ao nível das reparações). Contudo estão presentes os princípios de *empowerment* organizacional porque a maioria dos moradores têm conhecimento de como agir para dar resposta à necessidade de reparação, o que desconhecem é a forma de responsabilizar aqueles que danificam os espaços comuns.

8.2.3. Importância que os residentes atribuem às reuniões de moradores por prédio

As reuniões de moradores por prédio são promovidas e realizadas pela equipa técnica do gabinete da CMA, desde o início do realojamento até ao final do ano de 2009, havendo perspectivas de continuar esta prática no decorrer do ano de 2010. A maioria

dos 27 residentes entrevistados, reconhecem a importância da realização destas reuniões, apontando várias razões para este efeito.

A maior parte dos residentes refere que as reuniões de moradores são importantes porque permitem que as pessoas conversem sobre o que se passa no prédio em que habitam e a partir dessas reflexões conjuntas, encontrem soluções para os problemas. Valorizam a prática da reflexão conjunta, dos interesses em comum pela preservação do local em que moram e o facto de poderem contribuir para a manutenção e boa imagem desse mesmo espaço.

“Acho muito bem as reuniões existirem (...) Porque ajuda a que as pessoas, para já se conheçam melhor e convivam, porque lá no prédio é complicado. As pessoas assim poderiam falar de coisas que só se falam nestes contextos e que é mais difícil serem faladas lá no prédio. É uma forma de ajudar a resolver as coisas” Anexo 2 Entrevista a morador 10 (conforme Entrevista a morador 14)

Algumas pessoas consideram as reuniões de moradores importantes mas pensam ser fundamental a presença da maioria dos indivíduos ou de todos os residentes no prédio, porque só desta forma é que é possível levá-los a comprometerem-se com as decisões. Sendo importante que todos adiram às reuniões porque apenas dessa forma é viável envolver as pessoas, sensibilizá-las e fazê-las tomar parte de uma responsabilidade que é de todos. Sem participação, não há *empowerment*.

As reuniões de moradores *“(...) Acho importante para nós discutirmos alguma coisa entre todos, para ficar esclarecido (...) Se todos os moradores do prédio tivessem estado presentes nas reuniões acho que sim. Porque aí um dizia e os outros outras coisas e encontrávamos maneira de chegar a uma mesma opinião (...) Como a maioria dos moradores não está presente, não se tomam compromissos que podiam contribuir para melhorar as coisas”* Anexo 2 Entrevista a morador 3 (conforme Entrevista a morador 17)

Outros indivíduos referem que as reuniões de moradores, ao sensibilizarem as pessoas para adoptarem comportamentos correctos e de respeito para com os seus vizinhos do prédio, também podem provavelmente promover a repetição desses comportamentos com os outros residentes da urbanização, e a preservação dos espaços comuns do bairro. Alargando e multiplicando a prática de cidadania as pessoas são convidadas a cooperarem com os outros, desenvolvendo as suas capacidades relacionais.

A reunião de moradores *“(...) ajuda a organizar porque se se organizarem ali, será mais fácil, à partida, respeitarem os outros locais no bairro e as outras pessoas”* Anexo 2 Entrevista a morador 5 (conforme Entrevista a morador 1)

Também foi referido que a ocorrência de reuniões de moradores, era importante para sensibilizar as pessoas a adoptarem comportamentos correctos, dando-lhes a possibilidade de reflectirem sobre a sua forma de estar e poderem optar por melhorá-la, através do desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

“(...) quando existem parece que os moradores ficam sensibilizados e durante aquele espaço de tempo, em médio prazo, as coisas circulam bem. Quando deixa de haver o pessoal vai esquecendo as suas responsabilidades (...) vemos o à vontade e a disposição das pessoas que ficam sensibilizadas para um melhor comportamento (...)” Anexo 2 Entrevista a morador 8

“(...) Acho que é bom porque as pessoas vão sendo lembradas do que é indicado fazerem, do que não devem fazer e a pouco e pouco vão evoluindo. Temos de conviver todos uns com os outros e dar-mo-nos bem” Anexo 2 Entrevista a morador 21

Em síntese, a grande maioria das pessoas reconhece a importância das reuniões de moradores, destes a maior parte refere que tal acontece porque nestas as pessoas, de cada um dos prédios, tem a oportunidade de conversar e encontrar soluções para os seus problemas. Algumas pessoas afirmam ser essencial a presença de todos os moradores de determinado edifício nas reuniões, para ser possível os residentes assumirem e cumprirem com os compromissos. Também foi mencionada a importância da realização da sensibilização feita nas reuniões para alertar os moradores para comportamentos correctos a adoptar, que implicam a existência de respeito entre as pessoas e preservação dos espaços comuns. É essencial envolver cada vez um maior numero de moradores nas reuniões para que estes, tomem consciência da realidade em que residem e vejam esta prática como uma forma de desenvolverem um espírito de grupo, dinamizando as suas competências pessoais, sociais, relacionais e de cidadania. Caso isto aconteça nos diferentes prédios, é mais fácil os moradores prolongarem tais atitudes e agirem em conformidade, também com os outros indivíduos da urbanização e os espaços comuns exteriores do bairro.

Verifica-se que, maioritariamente existe uma consciência associada à importância da pratica do *empowerment* organizacional, nomeadamente no diz respeito à importância de manter e multiplicar comportamentos positivos relativamente à convivência saudável entre os residentes no mesmo prédio e à manutenção dos seus espaços comuns.

8.2.4. Outros grupos organizados ou em organização

No que diz respeito aos grupos organizados ou em organização importa referir os existentes nas várias áreas: grupos de moradores organizados por prédio; grupos de dança e grupo de futebol.

Tendo sido feita uma abordagem a este item no capítulo anterior, no ponto relativo à participação (no qual foram referidos como expressões da participação continuada), agora será feita uma análise com enfoque nas características do *empowerment* organizacional, verificando-se se estão ou não presentes nestes grupos.

Deste modo, quando é feita referência aos grupos organizados volta-se a lembrar que se tratam de grupos informais. Todos eles foram criados e funcionam com objectivos próprios e diferenciados entre si. Cada um deles manifesta ténues componentes de *empowerment* organizacional (presentes ou latentes) que se identificam e analisam.

Nos 14 grupos de moradores organizados por prédios (que não se voltarão aqui a ser apresentados, na medida em que têm vindo a ser referidos) é possível verificar algumas características que demonstram a génese do *empowerment* organizacional. Embora alguns destes grupos de moradores que manifestam agora alguma organização, tenham sido incentivados inicialmente pela equipa técnica da CMA, tratam-se de situações em que independentemente de estímulo, os residentes resistiram fiéis a esta forma de estar. Agora procuram o gabinete técnico apenas para apoio em situações muito específicas para as quais não têm capacidade de resposta.

Enquanto grupos eles: estão organizados em torno de um objectivo específico, o que os caracteriza como grupo; verificam os recursos humanos e materiais necessários para concretizarem as suas acções; cada grupo exerce a cidadania contribuindo para o bem-estar comum.

- Os dois grupos de dança cigana e o grupo de danças africanas são formados por crianças e adolescentes maioritariamente do sexo feminino e têm o objectivo de ensaiar e apresentar danças próprias das culturas que representam (cigana e africana), ou nelas inspiradas. Estes grupos começaram por ter moradoras jovens adultas (uma cigana e uma descendente de cabo-verdianos) que assumiam os respectivos ensaios nas instalações do Projecto A Rodar, quase sempre com uma periodicidade semanal. No final do ano de 2009, apesar dos grupos manterem os ensaios, nem sempre semanalmente, as moradoras que os ensaiavam deixaram de ter disponibilidade para o fazer, passando essa tarefa a ser assumida pelas

técnicas do Projecto A Rodar. Apesar de todo o esforço feito por este projecto com os grupos de dança, a formação dos mesmos atravessou períodos de alguma inconstância pela existência de conflitos entre os seus elementos. Mas para o ano de 2010 têm já 3 actuações marcadas todas ao nível da urbanização do Casal do Silva e da freguesia da Falagueira.

- O grupo de futebol tem uma formação mista entre adolescentes e jovens residentes no bairro e existe, aproximadamente, desde meados do ano de 2009 e tem o objectivo de praticar futebol. Está ligado ao Projecto A Rodar e realiza os treinos uma vez por semana, numa infra-estrutura da freguesia da Falagueira. O seu treinador é um técnico do projecto, é auxiliado por dois jovens que moram na urbanização. Este grupo já tem participado em torneios locais e regionais ligados principalmente a projectos da autarquia e do Programa Escolhas.

Nestes grupos existem ténues características que, se estimuladas, podem vir a tornar-se expressão de *empowerment* organizacional porque, por enquanto, estão agregados ao Projecto A Rodar e são os técnicos os seus motores de dinamização. Actualmente, estes grupos não têm autonomia para se assumirem e existirem apenas com o apoio técnico. Sendo constituídos por crianças e jovens o que se pretende, é que se trabalhe gradualmente a sua autonomia, o seu *empowerment* organizacional, nomeadamente a partir de algumas características que marcam as dinâmicas dos diferentes grupos.

Enquanto grupos eles: estão organizados em torno de um objectivo específico, o que os caracteriza como grupo; com a presença de um responsável, cada um dos elementos, têm um papel atribuído e espera-se que desempenhe determinada função em prol do grupo; cada membro tem uma ou mais características que o capacitam para exercer determinada função que, no todo, contribuem para formar o grupo a que pertencem e para a exercerem, da melhor maneira têm de reflectir, ouvirem-se mutuamente e tomarem decisões em conjunto; verificam os recursos humanos e materiais necessários para concretizarem as suas acções; cada grupo exerce a cidadania contribuindo para o bem-estar comum.

Trata-se de grupos informais, na sua maioria, formados há relativamente pouco tempo e que ainda estão no início do processo de *empowerment* organizacional. Porém perspectiva-se que se mantiverem as práticas de mobilização de capacidades internas, com participação activa, de forma continuada, e tomarem consciência das suas verdadeiras potencialidades, poderão desenvolver, a médio e longo prazo outros níveis de *empowerment* organizacional.

8.2.5. Importância que os residentes atribuem à criação de uma associação de moradores

A criação de uma associação de moradores foi um dos objectivos gerais (a alcançar a médio, longo prazo) pelos quais, a equipa técnica do gabinete da CMA, considerou importante, promover a eleição de representantes de prédio, no decorrer das reuniões de residentes promovidas pela autarquia. Porque considerou que a partir da existência de vários representantes de prédio, poderiam ser promovidas e realizadas reuniões entre si, nas quais estes discutiriam sobre interesses comuns ligados aos prédios, de um modo específico, e ao bairro, de um modo geral. Contudo, até à data ainda não houve oportunidade do Gabinete Técnico da CMA organizar nenhuma destas reuniões entre representantes mas prevê que as mesmas comecem a ocorrer ainda em 2010, com o objectivo de incentivar o *empowerment* organizacional, com vista a alcançar o *empowerment* comunitário.

Não há conhecimento de que os residentes, mesmo sem o incentivo das instituições em presença no bairro, já tenham tomado a iniciativa para se organizarem neste sentido. Como também não há conhecimento de que a criação de uma associação de moradores tenha sido um assunto abordado por estes, com interesse, no decorrer de conversas informais entre si ou com técnicos das instituições em presença no bairro.

Perante a ideia da criação de uma associação de moradores, a maioria referiu que achava importante, dado que seria uma forma dos residentes se juntarem, reflectirem sobre o que era melhor para o bairro e perspectivarem acções nesse sentido. Mais uma vez os residentes demonstraram que têm consciência dos princípios do *empowerment* organizacional, nomeadamente dando importância à capacidade de reflectirem para poderem tomar decisões com base num consenso, com vista ao alcance de melhorias na urbanização, utilizando estratégias de poder dos próprios residentes.

Uma associação de moradores “(...) era importante para incentivar o bom entendimento entre os moradores e para ver se todos concordam em tratar melhor os prédios” Anexo 2 Entrevista a morador 13 (conforme Entrevista a morador 8 e Entrevista a morador 15)

Uma minoria referiu que uma associação de moradores poderia vir a promover um melhor entendimento intercultural entre os residentes na urbanização. Valorizando a importância de poderem promover o entendimento intercultural desta forma, entenderam a constituição de uma associação de moradores como um contributo positivo. Os moradores têm esperança que estes processos auxiliem no diálogo e entendimento entre as várias culturas em presença, porque ao focarem os interesses que

têm em comum, definem formas para agir em conformidade com isso, ou seja implicitamente reconhecem a importância do *empowerment* organizacional.

“(...) Era uma forma de misturar uma pessoa de cada cultura e pensarmos juntos em coisas boas para o bairro. Podia até ser que ajudasse nesses conflitos que às vezes os ciganos arranjam” Anexo 2 Entrevista a morador 21 (conforme Entrevista a morador 26)

Por outro lado, também há os que afirmam que existem demasiados constrangimentos na urbanização para conseguir fazer prevalecer o funcionamento de uma associação de moradores. Já tendo a consciência dos princípios do *empowerment* organizacional, e da dificuldade de o praticar em alguns prédios. Alguns residentes demonstram relutância em acreditarem na mudança de comportamento de algumas pessoas e no desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, o que manifesta a dificuldade de praticar os princípios do *empowerment* organizacional nalguns prédios.

“(...) tenho muitas dúvidas porque as pessoas não reagem bem quando são chamadas à atenção e eu acho que podia vir a ser uma fonte de conflitos. Eu gostava de dizer que sim mas neste momento acho que ainda temos um caminho a percorrer para formarmos uma associação de moradores e para as pessoas estarem preparadas para respeitarem essa associação” Anexo 2 Entrevista a morador 25 (conforme Entrevista a morador 19)

De um modo geral, as pessoas parecem sensibilizadas para as mais valias da criação de uma associação de moradores formada pelos residentes na urbanização do Casal do Silva. No que diz respeito principalmente aos princípios do *empowerment* organizacional, a maioria parece reconhecer que se os moradores se juntassem e organizassem em prol do bem comum do bairro, só teriam a ganhar com isso. Havendo quem mencione que a formação de uma associação de moradores deveria ser constituída por pessoas das diferentes culturas em presença, como uma forma de promover o melhor entendimento entre todos.

Contudo há ainda alguns residentes que afirmam que as pessoas ainda não estão preparadas para a criação de uma associação, porque primeiro têm de respeitar-se mutuamente e saber estar em grupo, aprenderem a residir num prédio, em comunidade e a conviverem de forma saudável com os seus vizinhos.

Para as pessoas, parece estar desenvolvida, maioritariamente, a consciência da mais-valia que poderia trazer a criação de uma associação de moradores, porque os residentes estão sensibilizados para a importância de que só juntos, desenvolveriam o poder de reivindicar junto dos serviços competentes melhorias significativas para o bairro e organizarem-se, conjuntamente, para promover acções promotoras do bem comum. A

criação de uma associação de moradores é vista pela maioria das pessoas como um expoente de *empowerment* organizacional, mas que pretende alcançar o desenvolvimento do *empowerment* comunitário.

8.2.6. Actividades autónomas, de iniciativa da população e por ela continuadas

Até à data não há conhecimento de actividades autónomas, de iniciativa da população e por ela continuadas.

Mas é de mencionar a situação já referida no capítulo anterior, no ponto da participação, relativa às dinâmicas associativas criadas, quanto à prática do culto da igreja cristã evangélica. Tratou-se de uma iniciativa autónoma na qual foi demonstrado o *empowerment* individual e organizacional dos indivíduos, uma vez que foram as próprias pessoas que se demonstraram capazes para organizar o culto. Desta forma, assumiram o seu controle na urbanização, levando outros a aderir e a participarem activamente nesta acção. Nesta actividade estão contidos elementos de *empowerment* comunitário, na medida em que, a partir da iniciativa de um morador, houve outros que se juntaram e o ajudaram a organizar estas palestras, nas quais a comunidade foi chamada a participar. Destacando-se aqui o poder deste grupo, ao ter-se organizado para mobilizar recursos materiais e humanos para este efeito, de ter conseguido que algumas pessoas aderissem ao culto e nele se tenham mantido, até à data.

Existem algumas situações resolvidas por iniciativa da população nas quais demonstram alguma autonomia sem recorrerem aos técnicos das instituições em presença.

Tratam-se de situações em que os moradores expressam a sua capacidade e demonstram iniciativa, quando esta é solicitada, como foi o caso da cedência da aparelhagem para a Festa o Vizinho 2009, ou a capacidade de algumas pessoas para fazerem face aos pequenos problemas do dia a dia, nomeadamente procederem à preservação dos espaços comuns do prédio em que habitam. Se mantida esta característica poderá passar de indivíduo para indivíduo e ser apropriada como um comportamento a adoptar por um número cada vez maior de pessoas. Aumentando a capacidade das pessoas resolverem situações/problemas estão criadas melhores condições à sua participação activa, constituindo-se estas como indicadores que indiciam processos de autonomia na resolução de problemas mas não cabem completamente dentro do *empowerment*. Se forem continuadas, tais situações poderão contribuir para o desenvolvimento do seu *empowerment* individual, organizacional e comunitário.

8.2.7. Processos de animação para a fertilização do empowerment comunitário

Já foi mencionado o exemplo do processo de animação para a fertilização do *empowerment* comunitário, no capítulo anterior quando no ponto relativo à mobilização das capacidades endógenas, foi efectuada a abordagem à dinâmica criada com a preparação e avaliação da Festa do Vizinho de 2009.

Este continua a ser o melhor exemplo (talvez o único) em que é possível afirmar que se tratou de um processo de animação para a fertilização do *empowerment* comunitário.

A actividade foi encarada um sucesso, por aqueles que nela participaram activamente e por aqueles que aderiram e assistiram no dia programado. Tratou-se de uma actividade considerada como um processo de animação para a fertilização do *empowerment* comunitário porque, a partir de reflexões conjuntas, em que tiveram de se ouvir uns aos outros, debater ideias e chegar a consensos, as pessoas “criaram” a actividade para, e, na urbanização e sentiram a festa como sua.

Foi uma festa incentivada pelas instituições em presença no bairro, com o apoio destas a alguns níveis mais formais, mas na qual foram os moradores que desempenharam o papel principal: escolheram o local; definiram o programa; definiram os grupos que iriam actuar; escolheram os apresentadores da festa e a música que iriam ouvir.

Este processo foi sobretudo o de dotar, gradualmente a comunidade de características de *empowerment* comunitário, na sequência da mobilização de algumas das suas capacidades endógenas e da participação efectiva de alguns moradores. As pessoas sentiram que foram as protagonistas da actividade. Sobretudo reconheceram que têm capacidade para voltar a organizar outra actividade no mesmo âmbito. Estão, a pouco e pouco, a prepará-la, porque reconhecem que em 2009 adquiriram o poder para tomar as suas decisões e fazer as suas escolhas, conseguindo colocá-las em prática.

Para além disso, também pareceu intrínseca a consciência naqueles que participaram que, se as pessoas se juntarem têm capacidade para alcançar mais e melhores resultados ao nível do bem-estar da comunidade. Em suma, reconhecem que, na Festa do Vizinho de 2009 influenciaram o comportamento dos outros moradores, de forma muito positiva, o que lhes agradou muito.

Notas de síntese

No que diz respeito ao desenvolvimento do <i>empowerment</i> organizacional, perante a prática e consequências das reuniões de moradores, as pessoas demonstram ter

consciência de quais as suas principais características, havendo aqueles que actuam, de um modo geral em conformidade com elas, e os que referem não ter condições para o fazer nos prédios em que residem, devido à falta de cooperação dos seus vizinhos.

Esta forma de *empowerment* manifesta-se na importância que atribuem ao poder que advém da reflexão conjunta entre os vários residentes em determinado prédio, com vista a alcançar os melhores resultados, para a manutenção dos espaços comuns dos edifícios, a partir da gestão de recursos humanos e materiais existentes, contribuindo para o bem-estar dos residentes nesse edifício, com impacto no bem-estar geral.

Para além dos vários grupos de moradores que estão organizados por edifício, existem outros grupos informais no bairro, mas estão ligados ao Projecto A Rodar e são orientados por técnicos, neles estão latentes características de *empowerment* organizacional que se perspectiva que venham a ser desenvolvidas progressivamente.

Ainda com vista a incentivar o *empowerment* organizacional, a maioria dos moradores é apologista da criação de uma Associação de Moradores, formada por pessoas residentes no bairro e de diferentes culturas, havendo uma noção de que só se os moradores se unirem é que podem conseguir melhores conjunturas de bem-estar na urbanização. Mas por outro lado, consideram ainda não haver condições para esse efeito, dado continuar a existir várias formas de desrespeito entre os residentes, impeditivas da sua criação.

Relativamente ao *empowerment* comunitário verifica-se que no Casal do Silva são muito ténues as suas manifestações. Estas aconteceram até à data, a dois níveis: o culto da Igreja Cristã Evangélica e a Festa do Vizinho de 2009.

No decorrer do processo de culto da Igreja Cristã Evangélica que se iniciou numa pessoa mas teve impacto em toda a comunidade, existiram algumas famílias que passaram a aderir ao culto a partir deste processo.

A Festa do Vizinho de 2009 foi o único elemento do processo de animação para a fertilização do *empowerment* comunitário na medida em que, de todas as actividades comunitárias, apenas nesta, existiu a adesão de um grupo de moradores que participou na sua dinâmica desde a preparação, dinamização e avaliação, com envolvimento em todas as fases do evento. As pessoas tiveram consciência de que se tratou do início de um processo de emancipação no qual foram mobilizadas algumas capacidades endógenas da comunidade, ligadas sobretudo ao saber e cultura de alguns grupos de residentes.

9. PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O CASAL DO SILVA: CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS

Como se verificou no capítulo 3 Desenvolvimento Local, segundo Amaro (1997) o conceito de desenvolvimento local é um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, que visa responder a necessidades locais fundamentais não satisfeitas, a partir da mobilização das capacidades endógenas, o que implica uma pedagogia de participação e *empowerment*, de reforço das capacidades da comunidade local, sendo, por isso imperativo mobilizar capacidades exógenas numa perspectiva integrada de resposta aos problemas e necessidades, o que exige que haja um trabalho de parceria. Tudo isto deve derivar num processo com impacto tendencial em toda a comunidade, numa diversidade de processos e resultados, não beneficiando apenas um grupo restrito.

Tendo sido analisadas as manifestações de Desenvolvimento Local na urbanização do Casal do Silva, pretende-se agora apresentar os contributos para a elaboração de planos que promovam o desenvolvimento local do bairro. Essa contribuição será feita a partir das dimensões directamente analisadas no capítulo 7, relativas a: satisfação das necessidades no decorrer da intervenção; mobilização de capacidades endógenas; participação; recursos humanos mobilizados para o território; visão integrada da operacionalização da acção e parceria. A abordagem que se segue, surge no sentido de reforçar a análise efectuada anteriormente no capítulo 7. “Manifestações do Desenvolvimento Local”, agora através de contributos práticos, possíveis de aplicar à realidade.

9.1. CONTRIBUTOS PARA A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES NO DECORRER DA INTERVENÇÃO

Existem na urbanização instalações de instituições que, através da sua intervenção diária, dinamizam alguns serviços que pretendem contribuir para dar resposta às necessidades da população. Reconhecendo os moradores a importância das instituições em presença no bairro, identificam outras situações às quais, na sua perspectiva ainda não foi dada resposta mas os serviços destas não têm capacidade para só por si darem resposta a tais questões (já referidas no Capítulo 7), devendo ser apresentadas nas devidas instâncias, com competências para o efeito.

Ao alcance dos serviços das instituições em presença na urbanização estão outro tipo de respostas que são um contributo para o desenvolvimento local, nomeadamente:

- dinamizar de forma lúdica acções de sensibilização, informação, animação e formação temáticas relativas à higiene, ao ambiente e à segurança, com vista à aquisição de competências sociais e pessoais de crianças, jovens, adultos e seniores;
- propor o desenvolvimento de um projecto local com o objectivo de incentivar as manifestações de empreendedorismo que pudessem surgir de moradores com aptidão para desencadear e dinamizarem por si (ou conjuntamente com familiares ou vizinhos) um negócio próprio, que posteriormente viria a inserir-se (ou não) no Programa da autarquia “Amadora Empreende”, podendo funcionar nos espaços destinados a lojas na urbanização do Casal do Silva;
- sugerir a atribuição dos espaços destinados a lojas para a dinamização de associações que ainda não têm sede, contribuindo também para a entrada de outros recursos na urbanização, por esta via, que poderiam enriquecer a dinâmica local;
- apontar sugestões relativas à adaptação de um espaço destinado a loja, gerido pela CMA em parceria com as outras instituições em presença no bairro, podendo ser alargada a outros serviços que se considerassem pertinentes, para o desenvolvimento de actividades polivalentes com os residentes na urbanização (poderia estar preparado para realizar acções de sensibilização, informação, formação, reforço pessoal e animação).

9.2. CONTRIBUTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DAS CAPACIDADES ENDÓGENAS

A mobilização das capacidades endógenas dos residentes no bairro constitui a principal base de actuação para a sua inserção social. Num contexto em que muitas famílias estão associadas a indicadores de pobreza e exclusão social, a aposta nas suas capacidades é fundamental para as conduzir à elevação da auto-estima e desenvolvimento de competências com vista à sua integração social.

Sobretudo o que se verifica, é que é fundamental, os técnicos das instituições em presença no bairro incentivarem as pessoas de modo a conduzi-las à mobilização das suas capacidades endógenas. Havendo ainda outros contributos que podem ser dados para o desenvolvimento local, a este nível, nomeadamente:

- continuar a apoiar a criação de grupos de expressão cultural, por exemplo: grupo tradicional de batuque cabo-verdiano composto por mulheres descendentes dessa cultura; grupo de canto e música cigana protagonizado por crianças e jovens masculinos, entre outros que possam surgir no mesmo âmbito;
- realizar um atelier de culinária tradicional e outro de histórias e lendas tradicionais das várias culturas em presença no bairro, no qual os “formadores” seriam moradores com

conhecimentos e perfis adequados a estes níveis, resultando em actividades intergeracionais entre as diferentes faixas etárias, contribuindo para a melhoria das relações interpessoais e de vizinhança entre as várias culturas em presença;

- dinamizar periodicamente uma iniciativa sócio cultural de apresentação dos costumes das várias culturas em presença no bairro, na qual para além da música e da dança, haveria lugar à exposição de lendas e histórias, bem como à degustação de receitas típicas de cada região, com vista a promover as tradições e saberes culturais da comunidade;

- organizar reuniões com os representantes de prédio de modo a incentivar e estimular o seu papel de líderes e promover um espaço de diálogo e entreajuda, fértil na troca de ideias que gradualmente se possa estender como dinâmica a outros prédios da comunidade, conduzindo progressivamente à passagem de processos de *empowerment* individuais para processos de *empowerment* organizacional com impacto em toda a comunidade;

- dar a conhecer experiências positivas ligadas à mobilização das capacidades endógenas dos residentes e/ou recursos do Casal do Silva, através de actividades de animação, de encontros, seminários e exposições ou ao nível da comunicação social local (como Jornal da Região, sítios na página da internet da autarquia, programas de rádio, entre outros) noutros locais da freguesia, do concelho e do distrito, de modo a incentivar favoravelmente a auto-estima dos moradores e a contribuir para melhorar a imagem do bairro;

- promover as actividades sociais (que já ocorrem) e as actividades económicas que entretanto se venham a desenvolver na urbanização pelos seus residentes, com vista à divulgação da imagem da comunidade, através de exemplos positivos, relacionados com essas actividades sociais e económicas.

9.3. CONTRIBUTOS PARA A PARTICIPAÇÃO

A participação surge bastante associada à mobilização das capacidades endógenas, que como verificamos anteriormente, no bairro estão muito ligadas a algumas manifestações de capacidades dos residentes. Estas podem constituir-se como expressões de participação se houver uma apropriação de forma continuada e activa das pessoas, num processo de aumento da capacitação que seja participado, no qual assumem o *empowerment*.

Verificando-se que há alguma participação pontual ligada sobretudo ao espaço dos 14 prédios nos quais os moradores estão organizados, o que existe bastante é a adesão das pessoas às actividades que são propostas e concretizadas pelas instituições, sendo necessário desencadear e desenvolver formas de incentivar a participação activa da população. Ainda assim, continua a considerar-se que estão presentes as condições para promover uma participação activa na comunidade e desse modo contribuir para o desenvolvimento local, que poderão passar por:

- realizar uma campanha promovida por todas as instituições em presença na urbanização na qual, durante um determinado período de tempo, incluíam na sua actividade diária o esclarecimento aos moradores do que significa participar, contribuindo para uma cidadania activa, podendo esta acção culminar com diferentes formas de participação por parte de residentes de diferentes faixas etárias (mediante dinâmicas e actividades sugeridas pelas instituições e pelos moradores, por exemplo);
- redefinir estratégias das instituições em presença na urbanização para potenciarem a participação activa dos moradores das várias faixas etárias, nomeadamente através da promoção da sua consciência da realidade a partir de dinâmicas como o Teatro Fórum;
- dinamizar assembleias de jovens, nomeadamente a partir do espaço do Projecto A Rodar, com vista à promoção da sua consciência crítica da realidade, a partir de temas propostos por eles e que venham a resultar em desenvolvimento de competências pessoais, sociais, relacionais e organizacionais praticadas em actividades e projectos por eles preparados, realizados e avaliados (incentivando o desenvolvimento de características do *empowerment* organizacional, que possa vir a gerar a criação de uma Associação de Jovens);
- promover algumas das reuniões de moradores nos prédios, (principalmente no caso dos edifícios com deficiente organização) de modo a impulsionar uma maior adesão às mesmas, bem como uma participação activa dos munícipes, que perante a visibilidade das anomalias identificadas, poderiam no local, desenvolver uma reflexão crítica mais profícua, levando ao assumir do seu compromisso pela reparação de anomalias (que fosse capaz de conduzir a melhores resultados ao nível da organização dos moradores, incentivando o seu *empowerment* organizacional, que se poderia estender a outras áreas);
- reformular estratégias para a dinamização de acções de formação com um índice de participação activa, sendo estas projectadas para um grupo reduzido de pessoas, com a duração do tempo adequado às características dos grupos a quem se destinam, e

passando pela utilização equilibrada de métodos expositivos e demonstrativos, para que as pessoas usufruam de uma vertente o mais prática possível, incentivando o seu *empowerment*;

- realizar reuniões entre os técnicos das instituições e moradores para conjuntamente reflectirem sobre a realidade da urbanização e definirem de que forma querem/podem contribuir para existirem melhorias no bairro, bem como, para o bem-estar de todos na comunidade, nomeadamente proporem actividades, nas quais se envolvam desde a sua preparação à sua realização e avaliação;

- realizar reuniões/encontros entre os técnicos das instituições e moradores nas quais, a partir de questões que sejam consideradas problemas na urbanização, possam vir a ser sugeridas hipóteses de possíveis soluções nas quais os participantes referem de que forma podem contribuir para a sua solução, nomeadamente através de dinâmicas como a Fotonovela ou o Leilão de Problemas;

- dinamizar um Mural na urbanização, que permaneça durante um determinado período de tempo, animado pelas instituições locais e moradores com o objectivo de recolher as contribuições das pessoas relativamente a um tema concreto, perante o qual pudessem participar apresentando sugestões, que todos tinham oportunidade de observar e que tendo a concordância de um número considerável de pessoas, fosse capaz de conduzir a acções concretas, promotoras do bem-estar da comunidade;

- continuar a realização de campanhas de sensibilização e informação através da participação activa dos moradores de diferentes faixas etárias, nomeadamente das crianças e dos jovens a partir da elaboração de cartazes e panfletos relativos aos temas abordados que poderão ser, respectivamente, colocados nos átrios dos prédios e distribuídos às pessoas, promovendo o exercício de cidadania;

- apostar em processos lógicos de autonomização dos moradores a partir da intervenção articulada das instituições em presença na urbanização, junto das pessoas através do incentivo à acção pessoal (*empowerment* pessoal) e à acção organizada (*empwoerment* organizacional), sempre que existam indícios de que esta poderá vir a ser desenvolvida pelos residentes, individualmente ou em conjunto;

- criar um boletim/jornal de informação e divulgação das actividades decorrentes na urbanização (entre outras rubricas), assumido pelas crianças e jovens residentes no bairro, como forma de incentivar o seu gosto pela leitura e escrita, através da reflexão crítica da realidade, reforçando de igual modo os seus sentimentos de pertença à comunidade, no qual também poderiam participar as famílias, os comerciantes locais e

os colaboradores de instituições em presença no bairro (entre outros), de forma a trabalhar sentimentos de pertença e a potenciar uma imagem positiva do Casal do Silva.

9.4. CONTRIBUTOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS EXÓGENOS

O que se pretende é que os recursos exógenos fertilizem o território e representem mais valias ao bem-estar da população que nele reside. Para além das instituições em presença na urbanização, existem outros recursos exógenos que podem vir a contribuir para o processo de desenvolvimento local da urbanização do Casal do Silva, nomeadamente:

- manter a intervenção desenvolvida pelas instituições em presença na urbanização, maximizando cada vez mais o relacionamento de proximidade que já está estabelecido entre colaboradores e técnicos do Projecto A Rodar, do Gabinete Técnico da CMA do CEBESA, e da Junta de Freguesia da Falagueira, que pode ser potenciado através da utilização de novas estratégias que promovam a integração dos residentes no bairro;
- colaborar para o enriquecimento da intervenção realizada pelas equipas de técnicos e pessoas empregadas já existentes nas instituições do bairro com a integração de outros técnicos e outros colaboradores com formações diferentes das existentes, que contribuam para melhorar a intervenção desenvolvida junto dos munícipes;
- promover uma resposta mais célere da CMA relativamente às reparações que tem de realizar nos respectivos prédios da urbanização, por um lado para os preservar, por outro para através deste exemplo, incentivar os moradores à sua manutenção, porque por via da realização das reparações efectuadas a autarquia demonstra interesse no bairro, contribuindo para dar resposta a um problema dos seus residentes, impulsionando de forma positiva a imagem do Casal do Silva;
- procurar patrocínios e/ou financiamentos da autarquia ou empresas locais ou regionais a actividades ou projectos a dinamizar no Casal do Silva;
- beneficiar das mais valias de projectos locais e/ou regionais através da integração de residentes na urbanização em medidas/acções desses projectos, de modo a incentivar e promover as suas competências pessoais e sociais (entre outras) contribuindo para melhorar a imagem do local e fomentar o *empowerment* da população, nomeadamente a inserção de adolescentes e jovens com idades entre os 15 e os 18 anos (que a partir de praticas absentistas já abandonaram o ensino e não têm a escolaridade obrigatória concluída) em turmas de PIEF - Programas de Inserção Educação e Formação e o

estabelecimento/reforço de acordos com famílias beneficiárias do RSI - Rendimento Social de Inserção);

- realizar acções de sensibilização e informação relativas à prevenção de incêndios, dinamizadas pela autarquia em parceria com a Protecção Civil, a partir da simulação de incêndios em prédios da urbanização, para que os moradores verifiquem a importância dos espaços comuns dos prédios se encontrarem desocupados, na medida em que em caso de incêndio e com fumo, sem visibilidade, as pessoas terão de circular junto às paredes e poderá ser fatal tropeçarem em objectos que ocupem esses espaços indevidamente;

- favorecer a população e o local do bairro a partir de contributos oriundos de dinâmicas de outros serviços/associações que venham a funcionar em instalações da urbanização;

- promover o desenvolvimento de um Projecto de articulação entre o agrupamento escolar local, as instituições em presença no bairro e outras instituições da freguesia para configurarem um Plano Específico de intervenção escolar e comunitário, no âmbito do Programa do Ministério da Educação, no qual a Falagueira passava a ser considerada Território de Intervenção Prioritária Escolar (TAPE), beneficiando de um conjunto de recursos materiais, financeiros e humanos que promovessem a integração sócio educativa de crianças, jovens e famílias.

9.5. CONTRIBUTOS PARA A VISÃO INTEGRADA DA INTERVENÇÃO

A partir da visão integrada da intervenção procuram-se estratégias de acção que ocorram de forma articulada através de intervenções integradas entre sectores diferentes mas que concorram para os mesmos fins, contribuindo para o desenvolvimento local do Casal do Silva, nomeadamente:

- manter a realização de atendimentos integrados entre as varias instituições em presença na urbanização e estender esta prática às instituições locais às quais recorrem maioritariamente os residentes no bairro (escolas, Centro de Saúde e Segurança Social) de modo a minimizar burocracias e sobreposição de recursos e a maximizar a intervenção das varias instituições, beneficiando as famílias;

- dinamizar acções intersectoriais entre as Escola (do 1º Ciclo e do 2º e 3º Ciclo e Secundária), o Centro de Saúde, o Projecto A Rodar e o CEBESA que resultassem num projecto local que permitisse o acompanhamento psicológico de crianças em idade pré – escolar (a partir dos 3 anos) crianças e jovens em idade escolar (até aos 18 anos) e suas famílias, a partir de contributos locais, bem como, da utilização de recursos exógenos,

de modo a facilitar a integração escolar ao nível pedagógico educativo e ao nível da manutenção de relações saudáveis com os seus pares;

- desenvolver acções intersectoriais entre escolas, Centro de Saúde, instituições presentes no bairro e outras que se considerassem adequadas, através da realização de acções de formação parental com vista ao incentivo e dinamização de competências básicas de educação, alimentação, higiene, comunicação, cuidados de saúde, afectos (entre outros), promovendo a qualidade das relações criança/jovem – encarregados de educação.

- fomentar o desenvolvimento de estratégias de intervenção que a partir de um tema (como a sensibilização ambiental aos níveis da água, luz, gás, por exemplo) se chegue a diferentes públicos: crianças, jovens, adultos e seniores, recorrendo a dinâmicas apelativas que incentivem os comportamentos correctos a adoptar nas casas em que residem, nos espaços comuns interiores e exteriores dos prédios e nas instituições que frequentam diariamente (como escolas, jardim de infância e ATL);

- realizar avaliações constantes da intervenção, mediante metodologias adequadas às várias acções e às varias faixas etárias, de modo a maximizar recursos e a otimizar as acções, promovendo esta forma de actuar como recorrente no decorrer da intervenção intersectorial;

- replantar os espaços verdes da urbanização através do desenvolvimento de actividades que incluam os residentes numa lógica transversal, crianças, adolescentes, adultos e seniores e intersectorial entre CMA, Escolas e instituições locais, permitindo incentivar o cuidado dos moradores pela manutenção dos espaços verdes do bairro.

9.6. CONTRIBUTOS PARA O TRABALHO EM PARCERIA

O trabalho em parceria é uma expressão da visão integrada da intervenção (mencionada anteriormente) mas nela não se esgota. A parceria procura a dinamização da intervenção realizada articuladamente entre instituições, serviços e população local com vista a maximizar recursos e a minimizar sobreposições de acção. Tendo presente esta dinâmica de acção, pretende-se contribuir para o desenvolvimento local da urbanização através de:

- manter e melhorar a dinâmica da Comissão Social da Freguesia da Falagueira considerando uma reflexão mais aprofundada da realidade dirigindo a acção às actuais necessidades da população, (nomeadamente a existência de um serviço de banco alimentar, que funcione com o contributo de excedentes de alimentos de

estabelecimentos comerciais locais e da praça da freguesia, coordenado pela Junta a partir da definição de critérios concretos, para os quais podem contribuir os técnicos sociais das instituições locais, que assim sabem em que condições encaminham as famílias para este apoio, que deveria ser temporário, no período de tempo em que se promovia a integração social do agregado familiar, e quando esta estivesse maioritariamente conseguida, deixava de beneficiar deste serviço, disponibilizando a vaga para apoiar outra família;

- desenvolver uma intervenção melhor articulada com a Segurança Social da Amadora, de modo a contribuir para algumas medidas dos acordos do Rendimento Social de Inserção (RSI) assinados por algumas famílias, para os quais se poderiam sugerir situações que fossem ao encontro da promoção de competências pessoais e sociais e de cidadania de agregados familiares multi-problemáticos, podendo passar pela gestão adequada da verba auferida de modo a começar por satisfazer necessidades básicas tais como alimentação adequada, vestuário, saúde e/ou proceder ao pagamentos de despesas fixas com água, luz, gás e renda de habitação;

- consolidar as relações de parceria entre as instituições em presença na urbanização e estabelecer relações de parceria com outras instituições e serviços do concelho (nomeadamente Centro de Emprego e Centros de Formação Profissionais) para melhorar a intervenção desenvolvida com vista a facilitar o encaminhamento das situações dos agregados familiar do bairro e promover o desenvolvimento de acções, projectos que, cada vez mais, os beneficiem, (nomeadamente a realização de cursos de formação profissional que melhorassem as suas hipóteses de inserção no mercado de trabalho), através da realização de estágios em entidades locais;

- abrir as parcerias estabelecidas entre técnicos e elementos da comunidade com responsabilidade para este efeito, de modo a proporcionar a sua presença em reuniões de reflexão sobre a realidade da urbanização e auscultar as suas contribuições de realização de projectos para o futuro;

- consolidar a relação de parceria entre as instituições em presença na urbanização e o Centro de Saúde com vista à criação e dinamização de um espaço “Mais Saúde” no bairro, no qual se dinamizassem acções de informação para diferentes faixas etárias, fossem prestados cuidados de saúde a crianças e tratamentos à população em geral, podendo para este efeito estabelecer-se parceria com uma escola superior de enfermagem que integrariam estágios desta área neste projecto;

- fortalecer a relação de parceria entre as instituições em presença na urbanização e as escolas, o Centro de Saúde e a Segurança Social, tornando-as efectivamente mais próximas de parcerias de continuidade ao invés de serem parcerias de ocasião, porque só desta forma é possível existir gradualmente a realização de atendimentos integrados, maximização dos recursos e minimização da burocracia, com vista a obter melhores resultados ao nível do combate à pobreza e à exclusão social da população e à promoção da sua integração social;
- desenvolver projectos em parceria com o Instituto Português da Juventude (IPJ) e outros projectos no âmbito do Programa Escolhas, com vista à dinamização de competências pessoais, sociais e relacionais dos jovens, promovendo o seu contacto com realidades diferentes daquelas que conhecem, a partir de dinâmicas (informáticas e presenciais, como jogos de pistas e passeios) em que também darão a conhecer a realidade em que vivem, com vista a incentivar o seu sentimento de pertença pela comunidade e a divulgarem o bairro;
- desenvolver uma relação de parceria entre as instituições em presença na urbanização e a Entidade Nacional de Defesa do Consumidor (DECO), com vista à realização de acções de sensibilização e informação com algumas das famílias residentes na urbanização, nas quais se verifique a existência de dificuldades de gestão económica, de modo a promover formas de facilitar a gestão económica da verba auferida pelos agregados familiares, a partir de exercícios práticos e de fácil compreensão, havendo lugar a sessões de acompanhamento a este nível (caso as famílias demonstrassem interesse);

10. CONCLUSÕES

O modelo de análise construído com base na problemática apresentada permitiu observar a realidade e dar resposta à pergunta de partida e aos objectivos propostos. As dimensões mas principalmente os indicadores, sendo objectivos, observáveis e mensuráveis orientaram a realização do estudo empírico. Contudo há que reconhecer que à medida que a análise da realidade era feita, quer através dos dados obtidos a partir das entrevistas, quer através da riqueza de dados obtidos através da observação directa, houve necessidade de acrescentar mais informações, àquelas que se tinham perspectivado recolher inicialmente. Estas informações eram complementares e posteriormente acrescentaram-se alguns desses indicadores nos quadros de análise, relativos aos conceitos, porque iam ao encontro da problemática e faziam sentido no contexto da pesquisa. O reverso foi a extensão do trabalho pelo seu carácter descritivo. Embora se tenha tentado fazer a articulação entre os dados empíricos e os dados teóricos, ao longo dos capítulos analíticos sobre a realidade estudada, procura-se agora apresentar uma retrospectiva dos elementos que concorreram para obter novos conhecimentos e responder aos objectivos definidos inicialmente.

Objectivo 1. Verificar quais os fenómenos de pobreza e exclusão social que afectam a população que reside na Urbanização do Casal do Silva

Ao considerarmos o referido no capítulo 2. “A pobreza e a exclusão social, perspectivas de Integração” é possível verificarmos que estes factores afectam a população residente no Casal do Silva. Isto expressa-se na base económica da comunidade, nos níveis de escolaridade e emprego, na educação infantil e juvenil, nas problemáticas que influenciam as relações sociais, nos cuidados de saúde que as famílias manifestam e na utilização e valorização que atribuem à sua habitação.

A Pobreza (Pereirinha, 2008) está ligada aos deficitários rendimentos que uma pessoa recebe e que não são suficientes para garantir o seu bem-estar, porque não permitem consumir bens e serviços de forma satisfatória. Mas segundo Bruto da Costa (2008) não basta dar resposta a esta privação de recursos para suprimir a pobreza na medida em que esta se verifica em várias dimensões da vida das pessoas nomeadamente ao nível da situação de emprego e da economia, entre outras. Também Capucha (2006) refere que a estas questões encontram-se associadas outras dimensões, mais ligadas à vertente da Exclusão Social pela componente de relação que o indivíduo estabelece com o meio e

que acentua as suas desvantagens sociais, como é o caso da educação, da situação da saúde, da habitação e das próprias relações sociais.

A partir daqui é possível afirmar que a pobreza e a exclusão social afectam muitas famílias residentes na Urbanização do Casal do Silva. Ao nível da economia verifica-se que a maioria das pessoas recebem subsídios do estado, desde o subsídio de desemprego, às pensões sociais e de invalidez, até ao Rendimento Social de Inserção. Mais de metade da população do bairro não apresenta condições para, por si só, garantir o seu bem-estar e apenas 15% encontra-se empregada, recebendo um salário mensal.

Os níveis de escolaridade da população são muito baixos, existindo cerca de metade com o 1º Ciclo do ensino básico (completo ou incompleto), sendo que algumas pessoas não sabem ler, nem escrever, existem 24% que têm o 2º Ciclo e 14% que têm o 3º Ciclo do ensino básico. A maior parte dos indivíduos encontra-se muito próxima de uma situação de exclusão. Estes, não são considerados pessoas qualificadas e inseridas profissionalmente, seja porque estão desempregados, porque têm trabalhos muito precários, ou porque trabalham por contratos, por turnos o que não lhes permite prestar o apoio necessário à sua família.

Ao nível da educação infantil e juvenil a exclusão social afecta mais as crianças e jovens de cultura cigana, porque motivos ligados à sua tradição, desvalorizam a escola. Podem permanecer longos períodos de tempo afastados do estabelecimento de ensino e quando regressam sentem-se em desvantagem, com mais dificuldades de aprendizagem, de relacionamento com os seus pares, bem como, ao nível do comportamento mais adequado a manter na sala de aula, que na pior das hipóteses, conduzindo ao conflito, gera absentismo e conseqüente abandono. Com maior expressão no 2º e 3º Ciclo o facto de estarem afastados do sistema de ensino, poderá levar os jovens ciganos a adoptarem comportamentos de risco e/ou a casarem e a iniciarem uma família muito precocemente. Situações que os empurram para a pobreza e exclusão social, uma vez que estes são comportamentos desviantes da sociedade maioritária.

Ao nível das problemáticas que influenciam as relações sociais encontram-se cruzamentos entre situações de desvalorização pela escola, alcoolismo, toxicoddependência e outros comportamentos de risco, valorização pela recepção do Rendimento Social de Inserção por oposição à inserção profissional, seniores que residem sozinhos e com alguma dificuldade de locomoção. No âmbito das relações, configura uma conjuntura de desqualificação e desvalorização social, que conduz à pobreza e à exclusão.

Ao nível da saúde verifica-se que a principal fragilidade acontece por via da falta de cuidados na saúde materno infantil, por negligência dos progenitores que não frequentam as consultas devidas no Centro de Saúde o que poderá conduzir a situações de infecções e doenças desnecessárias nos seus filhos, existindo por esta via uma auto-exclusão a um serviço de saúde.

Na vertente da habitação verifica-se que a situação de pobreza e exclusão acontece principalmente pelo facto de existir uma deficiente apropriação do espaço comum, contíguo ao apartamento estar sujo, ocupado com “tralha” e vandalizado. Isto implica que as famílias que vivem nestas condições acabem por afastar instantaneamente os seus vizinhos e outras pessoas que não pretendem relacionar-se com elas porque não querem ser associados a esta forma de estar.

Todas estas situações configuram situações de pobreza e exclusão social mas a pouco e pouco têm vindo a existir exemplos de combate a estes fenómenos por via de algumas acções assumidas pelas instituições em presença na urbanização em parceria com outras instituições da freguesia e com alguns moradores, com vista a promover a integração social dos residentes no bairro.

Objectivo 2. Identificar, de modo específico, as dinâmicas de desenvolvimento local da Urbanização do Casal do Silva

Ao reportar ao conceito de Desenvolvimento Local verificamos que as suas manifestações no Casal do Silva ocorrem em várias vertentes e apresentam perspectivas de continuarem a desenvolver-se.

Amaro (1997) define desenvolvimento local como um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, que visa responder a necessidades locais fundamentais não satisfeitas, a partir da mobilização das capacidades endógenas, o que implica uma pedagogia de participação e *empowerment*, de reforço das capacidades da comunidade local, sendo, por isso imperativo mobilizar capacidades exógenas numa perspectiva integrada de resposta aos problemas e necessidades, o que exige que haja um trabalho de parceria. Tudo isto deve derivar num processo com impacto tendencial em toda a comunidade, numa diversidade de processos e resultados, não beneficiando apenas um grupo restrito.

Ao nível da satisfação das necessidades as instituições em presença na urbanização contribuem para dar resposta a carências várias a partir da ocupação pedagógica de

crianças e jovens, com actividades para este efeito, acompanham e encaminham as famílias em situações sociais no âmbito da saúde, educação, habitação, entre outras.

No que diz respeito à mobilização das capacidades endógenas dos residentes, verifica-se que existem actualmente vários exemplos em que esta mobilização está latente ou eminente: nas redes de solidariedade, nas dinâmicas de liderança, nas redes de acção colectiva nas quais são demonstradas várias capacidades de animação aliada ao saber cultural, trabalho e limpeza.

Relativamente à participação observam-se algumas dificuldades porque apesar das pessoas aderirem e estarem presentes nas actividades não há um envolvimento completo dos indivíduos na sua preparação, realização e avaliação, havendo perspectivas de que se venha a verificar maior envolvimento futuramente. Existem algumas dinâmicas de liderança mas são pontuais e estão associadas a situações muito específicas ou estão ligadas ao incentivo e organização de redes de acção colectiva gerada por moradores para efectuarem pontualmente determinada actividade.

Os recursos exógenos mobilizados para o território encontram-se muito centrados nas instalações das instituições em presença no bairro e equipas de profissionais nelas existentes, que através dos serviços prestados respondem diariamente, às solicitações feitas pela população e contribuem para fertilizarem processos de mobilização de capacidades endógenas na comunidade.

A intervenção social é, tanto quanto o possível, realizada de forma integrada pelo CEBESA, o Projecto A Rodar, o Gabinete Técnico da CMA e a Junta de Freguesia, destacando-se desta prática a realização de atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos integrados a famílias.

É desenvolvido um trabalho em parceria que ao nível da Falagueira está organizado a partir da Comissão Social de Freguesia no âmbito da Rede Social do concelho. Estando integradas nesta dinâmica, as instituições do bairro desenvolvem entre si parcerias de continuidade, porque promovem, realizam e avaliam conjuntamente um trabalho próximo à população que ocorre em várias vertentes. A parceria de ocasião está criada para as instituições para as quais fazem os encaminhamentos, existindo com estas uma relação menos próxima.

Por esta via, verifica-se que as manifestações de desenvolvimento local no Casal do Silva têm impacto em toda a comunidade e visam continuar a manter a sua acção com a tónica no desenvolvimento local. Isto acontece de forma gradual e progressiva mas a pouco e pouco os residentes na urbanização e os profissionais que nela trabalham

reconhecem as mudanças e as alterações positivas que têm ocorrido. Sendo estas principalmente demonstradas na forma de estar das pessoas. Através das manifestações do desenvolvimento local no bairro pretende contribuir-se para combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a capacidade de reflexão e consciência crítica dos moradores, conduzindo-os à mudança de atitudes e valores, incentivando a sua participação e *empowerment* no seu processo de integração social. Ao considerarem as diferenças das culturas em presença, as instituições pretendem desempenhar uma intervenção promotora do bem-estar social da comunidade. Assim, a partir da sua intervenção dirigida, às várias faixas etárias e a todos os moradores da urbanização, à qual se juntam as dinâmicas próprias de interacção entre os residentes, há lugar a uma pluralidade e diversidade de processos e resultados, no qual todos são beneficiados, porque o todo é mais do que a soma das partes.

Objectivo 3. Analisar a prática das reuniões de moradores, verificando se esta se constituiu uma estratégia participada, de empowerment e de integração social dos residentes na Urbanização do Casal do Silva

O *empowerment*, segundo Carla Pinto (1998) é um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania. A partir da análise de várias manifestações de *empowerment*, esta é uma definição que se tentou verificar se existia aos níveis individual, organizacional e comunitário (José Ornelas, 2002).

Ao nível do *empowerment* individual verifica-se que há competências demonstradas nas acções dos representantes de prédio e na mediação de conflitos entre pessoas ciganas (realizadas por elementos mais velhos desta cultura). Ainda assim estas manifestações de *empowerment* não são constantes, acontecem pontualmente e estão ligadas a características, tais como: ser bom comunicador; tomar a iniciativa e influenciar os outros positivamente para adoptarem comportamentos adequados, a partir do seu exemplo; ser pró-activo e assumir a mediação entre moradores e CMA, entre outras.

Ao nível do *empowerment* organizacional verifica-se que na dinâmica que envolve as reuniões de moradores, são manifestas algumas características que se forem assumidas de forma continuada proporcionarão o alcance e desenvolvimento deste nível de *empowerment*, nomeadamente: o poder que advém da reflexão conjunta entre os vários residentes em determinado prédio, que pretendem alcançar os melhores resultados para

preservarem os espaços comuns dos edifícios, partindo da gestão adequada de recursos, contribuindo para o bem-estar dos residentes nesse edifício com impacto no bem estar geral. Se em 27 prédios, 14 compreendem indicadores de organização, (embora não tenham a participação, por igual, de todos os seus residentes) as consequências das reuniões de moradores são uma prática facilitadora do *empowerment*.

Alguns grupos informais formados por crianças e jovens aos níveis da música, dança e desporto estão ligados ao Projecto A Rodar. Verifica-se que há uma lógica de promoção do *empowerment* organizacional que está intrínseca a estes grupos mas que ainda se está a incentivar, pretendendo-se que de futuro seja assumida e desenvolvida.

Também como forma de incentivar as características do *empowerment* organizacional verifica-se que a maioria dos residentes é apologista da criação de uma associação de moradores, formada pelas pessoas do bairro, numa lógica de que só unindo os seus esforços seria possível obterem melhores resultados. O que se prevê é que esta associação possa vir a ser formada através de reuniões entre representantes de prédio, que a partir do seu *empowerment* pessoal, construam esta dinâmica de associação a partir de características do *empowerment* organizacional que de forma mais ou menos incidente já demonstraram nos prédios em que residem.

Ainda são muito ténues as características do *empowerment* comunitário existentes na urbanização. Até à data apenas ocorreram dois momentos em que foram demonstradas, na divulgação e realização do culto da Igreja Cristã Evangélica e na Festa do Vizinho 2009. Futuramente pretende-se incentivar e reforçar esta forma de *empowerment*, principalmente através do estímulo prestado a grupos de moradores, para a partir da mobilização das suas capacidades endógenas prepararem, realizarem e avaliarem actividades com impacto na comunidade, promotoras do seu bem-estar.

Verifica-se que embora existam diversas aproximações/manifestações dos três tipos de *empowerment* que foram referidos, os residentes no Casal do Silva ainda estão numa fase inicial de um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos dos quais se podem vir a apropriar para exercendo várias formas de poder, desenvolverem a sua cidadania e contribuírem para a sua integração social. Como já foi referido neste trabalho, a integração social (Madeira:2003) é o processo que permite ao indivíduo, em situação de exclusão, aceder a um conjunto estabilizado de relações familiares, sociais e laborais, passando a ter acesso a determinados direitos, de modo a exercer a cidadania.

Porém, a partir dos exemplos aqui referidos de organização, as pessoas experimentam a dinâmica de fazer parte de um grupo e verifica-se que estão mais disponíveis para aderirem e/ou participarem em actividades de vários âmbitos, nomeadamente de formação. Estas mesmas pessoas demonstram atitudes de maior pró-actividade no que diz respeito a resolverem alguns dos seus assuntos pessoais e de família e manifestam também mais disponibilidade para aderirem a reuniões com outros moradores a fim de prepararem actividades de âmbito sócio cultural na/para a comunidade.

Este comportamento conduz à sua gradual integração social porque a partir da sua progressiva capacitação em várias áreas, nomeadamente ao nível da manutenção de relações sociais saudáveis com os seus pares e com as instituições em presença na urbanização, esta atitude e disponibilidade para escutar estende-se a outros níveis e transforma-se, a pouco e pouco em tomadas de iniciativa para outras áreas das suas vidas. Por exemplo, ao nível da saúde, dos cuidados com as crianças, com as escolas, com a procura activa de emprego, entre outros exemplos.

Com os residentes do Casal do Silva já existem vários exemplos de que gradualmente vai havendo lugar à integração social, nas áreas referidas.

- Ao nível do emprego quer o CEBESA, quer o Projecto A Rodar disponibilizam dois serviços de apoio à inserção laboral e ao nível da formação profissional no qual têm vindo a ser ajudadas algumas pessoas da urbanização, com efeitos em frequência de cursos profissionais e nos cursos de reconhecimento e revalidação das competências.

- Ao nível da educação infantil e juvenil existe o Projecto A Rodar que integrou no ano lectivo de 2009/10 um mediador sócio cultural que tem trabalhado nas escolas e com as crianças e suas famílias, tendo-se verificado a diminuição considerável do absentismo e consequente abandono escolar. Este projecto tem vindo a desenvolver a sua intervenção com jovens entre os 15 e os 18 anos que já abandonaram o sistema de ensino, sem o completarem, no sentido de incentivarem o desenvolvimento de projectos de vida com vista á inserção destes numa turma do Programa Integrado de Educação e Formação. Também têm decorrido aulas de alfabetização que abrangem, cerca de 30 pessoas da urbanização que não sabiam ler nem escrever.

- Ao nível das problemáticas que afectam as famílias, o CEBESA e o Projecto A Rodar realizaram algumas sessões de informação e sensibilização, ligadas à formação parental.

- Ao nível da saúde tem vindo a desenvolver-se uma relação de proximidade com o Centro de Saúde e são sensibilizadas várias famílias identificadas para os cuidados a

manterem relativamente à saúde materno-infantil, o que as tem conduzido às consultas existentes para o efeito e permitido um acompanhamento das crianças a este nível.

- Ao nível da habitação verifica-se que a pouco e pouco existem agregados familiares que adoptam comportamentos adequados na casa e nos espaços contíguos em que residem, mantendo-o desocupado e melhor cuidado.

Todas estas situações são exemplos de que, gradualmente tem vindo a verificar-se a existência de comportamentos que conduzem à integração social dos residentes na Urbanização do Casal do Silva (UCS). Para este efeito existe, uma lógica de trabalho em parceria que pretende continuar a promover a responsabilização dos indivíduos, mediante o seu acompanhamento em atendimentos sociais, num trabalho realizado individualmente, com a família, em grupo e com a comunidade, com vista a alcançar o bem-estar geral.

Na sequência do que foi abordado relativamente ao Objectivo 4. Contribuir para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local da Urbanização do Casal do Silva, esta pesquisa também permite propor melhorias à intervenção social, nas quais a CMA e o Gabinete Técnico na UCS possam desencadear um papel importante a partir de algumas medidas. Nomeadamente pela aplicação da sugestão apresentada, por exemplo.

SUGESTÃO – Considerando a função de Gestão do Parque Habitacional Social (Bairros Sociais do concelho) a autarquia poderia promover um programa que visasse e promoção da preservação dos espaços comuns exteriores de cada uma das urbanizações e a promoção de animação das potencialidades locais, a partir de candidaturas de equipas formadas por residentes nestes bairros. O objectivo seria premiar os projectos locais que cumprissem os requisitos que se aproximassem mais dos critérios de: mobilização de capacidades endógenas, participação, *empowerment*, visão integrada da intervenção e trabalho em parceria. Aqui as instituições locais (nomeadamente aquelas que se encontram na UCS, incluindo o Gabinete Técnico da CMA no caso deste bairro) desempenhariam um papel importante ao nível da promoção da melhoria das imagens destes bairros, do aumento da auto-estima dos seus moradores e dos seus sentimentos de identificação e pertença aos seus locais de residência.

Para além das conclusões a que se chegou a partir dos objectivos orientadores da pesquisa, há outras que podem ser retiradas deste trabalho, nomeadamente as que se apresentam em seguida.

- a) A importância que as instituições em presença na Urbanização do Casal do Silva (UCS) atribuem ao estabelecimento de uma relação de proximidade com a população, na medida em que esta é facilitadora de processos promotores da sua integração social, a partir da intervenção social que as equipas das instituições desenvolvem.
- b) A dinâmica de parceria de continuidade existente entre as instituições em presença na UCS, principalmente entre o CEBESA, o Gabinete Técnico da CMA e o Projecto A Rodar, que assenta também na proximidade da relação que as suas equipas estabelecem e resulta em reuniões conjuntas, para articulação e discussão de casos; atendimentos integrados; preparação, realização e avaliação de actividades; elaboração de projectos para candidaturas a programas nacionais, entre outras. Esta dinâmica de parceria está a estender-se a outras instituições, nomeadamente às escolas locais e ao Centro de Saúde.
- c) Existem alguns líderes na comunidade cigana que são as pessoas mais velhas mas apesar destes terem um discurso muito próximo ao dos técnicos das instituições locais, não entendem que a sua postura deva ser de colaboração na promoção da inserção social de outras famílias ciganas. Referem que tal deve acontecer naturalmente, apesar de considerarem que o governo e a autarquia podiam fazer mais e melhor, neste sentido.

Com o levantamento de várias questões, a partir deste trabalho, pode haver lugar à realização de outras pesquisas desencadeadas na sequência desta, nomeadamente:

- As redes de solidariedade existentes, ao nível familiar e ao nível das relações de vizinhança, constituem-se como elementos de estabilidade e reforço de bem-estar social e contribuem para a integração social dos residentes no Casal do Silva?
- A Comissão Social Local da freguesia da freguesia da Falagueira promove uma dinâmica facilitadora da criação de Parcerias de Continuidade entre as instituições que a constituem, com impacto no processo de Desenvolvimento Local?

Ao terminar este trabalho, consideramos que o estudo e análise das manifestações de pobreza e exclusão social, das manifestações de desenvolvimento local e da prática das reuniões de moradores, contribuíram para organizar e sistematizar dimensões da realidade da Urbanização do Casal do Silva que não há conhecimento de que tenham sido feitas anteriormente. Possa esta pesquisa servir de incentivo à promoção de estratégias de combate à Pobreza, à Exclusão Social e à criação e aplicação de Planos que contribuam para o Desenvolvimento Local do Casal do Silva, através da participação e integração social dos seus moradores e de acções conjugadas e intersectoriais assumidas pela parceria entre as instituições locais e as pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- . ALBINO, José (1997) *Desenvolver, Desenvolvendo – Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*, ESDIME, Messejana.
- . AMARO, Rogério, (1991) *Lógicas de espacialização da economia portuguesa*, in Sociologia Problemas e Práticas, nº 10, 161-182.
- . AMARO, Rogério, (1997) *O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revisão do Conceito de Desenvolvimento* In *Desenvolver (Des)envolvendo, Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*, Edição ESDIME, Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudeste, Messejana.
- . AMARO, Rogério (2003) *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Cadernos de Estudos Africanos, Nº 4, 35 – 70.
- . AMARO, Rogério, (coord.) (2003) *Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza, A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal – Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza* Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social, Bureau Internacional do Trabalho, Suíça.
- . ANDER-EGG, Ezequiel, (1995) *Dessarrollo de la Comunidad*, Argentina, 7ª Edição, Buenos Aires, Editorial Humanites.
- . CAPUCHA, Luís (2005) *Desafios da Pobreza*, Celta Editora, Oeiras.
- . CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (2008) *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, 2ª Edição, Universidade Aberta, Lisboa.
- . CARMO, Hermano (1999) *Desenvolvimento Comunitário*, Universidade Aberta, Lisboa
- . COELHO Jorge (2008) *O Desafio da Participação* in DIALOGOS, Rede Europeia Anti Pobreza, Porto.
- . COSTA, Alfredo (coord.) (2008) *Um olhar sobre a Pobreza: vulnerabilidades e exclusão social no Portugal Contemporâneo* Gradiva, Publicações SA, Lisboa.
- . DEMO, Pedro (1993) *Participação é Conquista*, 2º Edição, CORTEZ Editora, São Paulo
- . ECO, Umberto (1977/1995) *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença.

- . ESTIVILL, Jordi (2003) *Panorama da luta contra a exclusão social – conceitos e estratégias Genebra*, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza/Portugal.
- . FREIRE, Paulo (1983) *Pedagogia do Oprimido*, 13ª Edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro
- . FREIRE, Paulo (1969) *Educação como prática da Liberdade*, Editora Paz e Terra LTDA, Rio de Janeiro
- . FRIEDMAN, John (1996) *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.
- . FORUM NÃO GOVERNAMENTAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL (2008) *Melhor PNAI, Mais Inclusão – Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social – Portugal 2008 – 2010*, Lisboa.
- . GIL, António Carlos (1987/1995) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 4ª edição, São Paulo, Atlas SA.
- . GUERRA, Isabel (2000) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia Editora.
- . GUERRA, Isabel (2003) *Tensões do Urbanismo Quotidiano* in Portas, N., Domingos, A., e Cabral, J. Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades, Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa.
- . GONÇALVES, Alda (2007) *Paradoxos e desafios da Participação* in Revista DIALOGOS Nº 4, Rede Europeia Anti-Pobreza, Porto
- . HENRIQUES, José Manuel (1990) *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis*, Edição Escher, Publicações Lisboa.
- . KARSHCH, Úrsula M. Simon (1988), *A produção académica do assistente social: alguns pontos de vista sobre pesquisa*, Serviço Social e Sociedade, 28, 121 – 126.
- . LAMMERINK, P. Marc (2000) *La educaciòn popular en la promocion de iniciativas pró desarrollo* in Diálogos – Educaciòn e formacion de personas Nº 22, pp 39 – 48.
- . LOURENÇO, Clara (2008) *A Participação em projectos de território – testemunho de uma ADL* in DIALOGOS, Rede Europeia Anti Pobreza, Porto.
- . MADEIRA, Maria Joaquina (2003) *A integração como processo de desenvolvimento*, in Actas do 1º Encontro da Licenciatura em Reabilitação e Inserção Social – Globalização, Solidariedade e Inserção Social, ISPA Edições, Lisboa.
- . MORAIS, Paula e PINHO, Teresa (2007) *Fomentar a cidadania e a acessibilidade* in Cidade Solidária, Santa Casa da Misericórdia, Lisboa.

- . MARCONI, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (1985/1990), *Técnicas de Pesquisa*, 2ª edição, São Paulo, Atlas S.A.
- . MOREIRA, Carlos Diogo (1994), *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- . MORENO, Ana (coord.) (2008) *Plano de Desenvolvimento Social 2009/2010 REDE SOCIAL – Concelho Local de Acção Social*, Câmara Municipal da Amadora, Departamento de Educação e Cultura, Gabinete de Acção Social, Amadora.
- . MORENO, Luís (2008) *Isto Inclui-me: da Participação à Inclusão* Edição Projecto Transnacional Isto Inclui-me, Lisboa
- . MOSCOVICI, Serge e HEWSTONO, Miles (1988) *De la Science au Sense Commum*, Moscovi, Serge, (org.), Psychologie Sociale, 2ª Edição, Paris, PUF, 539-566.
- . ORNELAS, José (2002) *Participação, Empowerment e liderança comunitária* in Actas da III Conferência de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental, Participação, Empowerment e Liderança Comunitária, ISPA Edições, Lisboa.
- . PEREIRINHA, José (1995) *Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua Medida* in Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.
- . PEREIRINHA, José (2008) *Política Social – Fundamentos de Actuação das Políticas Públicas*, Textos de Base, Cursos Formais Nº 307, Universidade Aberta de Lisboa.
- . PINTO, Carla (1998) *Empowerment: uma Prática de Serviço Social*, Separata do livro, Política Social, editado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- . PORTES, Alejandro (2000) *Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea* in Sociologia, Problemas e Prática, Nº 33, Centro de Investigação e Estudos Sociais, Celta, 133 – 158.
- . QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Lisboa, Gradiva
- . ROBERTIS, Cristina de (1988-1992), *Metodologia de la intervención en trabajo social*, 2ª edição, Buenos Aires, El Ateneo.
- . ROBERTIS, Cristina de e Pascal, Henri (1994), *La intervención colectiva en trabajo social*, Buenos Aires, El Ateneo.
- . RODRIGUES, Fernanda (2006) *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa

- . RODRIGUES, Fernanda & STOER, Stephen (1998) *Entre Parceria e Partenariado – Amigos, amigos, negócios à parte*, Celta Editora, Oeiras
- . SERAFIM, Maria do Rosário (1999) *A sociedade de informação, a valorização do local e a afirmação do agir colectivo: desafios à intervenção social* in Revista de Intervenção Social Nº 20, ISSScoop – Cooperativa de Ensino Superior de Intervenção Social, CRL, Lisboa.
- . SETUBAL, Aglair Alencar (1994) *Análise de Conteúdo, suas implicações nos estudos das comunicações*, Martinelli, Maria Lúcia (org.), *Pesquisa Qualitativa, um instigante desafio*, São Paulo, Veras Editora, 59 – 85.
- . SILVA, Augusto Santos (2000) *Cultura e Desenvolvimento – Estudos sobre a Relação entre Ser e Agir*, Celta Editora, Oeiras.
- . SOUSA, Anabela e CANOZA, Luísa (2006) *Relatório de Actividades do Casal do Silva de 2006*, Divisão de Gestão do Parque Habitacional, Departamento de Habitação, Câmara Municipal da Amadora, Amadora.
- . SOUSA, Anabela e Ferreira, Vicência (2007) *Relatório de Actividades do Casal do Silva de 2007*, Divisão de Gestão do Parque Habitacional, Departamento de Habitação, Câmara Municipal da Amadora, Amadora.
- . SOUSA, Anabela e Ferreira, Vicência (2008) *Relatório de Actividades do Casal do Silva de 2008*, Divisão de Gestão do Parque Habitacional, Departamento de Habitação, Câmara Municipal da Amadora, Amadora.
- . TAVARES, Carla (coord.) (2008) *Plano de Desenvolvimento Social 2009/2011 REDE SOCIAL – Concelho Local de Acção Social*, Câmara Municipal da Amadora, Departamento de Educação e Cultura, Gabinete de Acção Social, Amadora.
- . TOWNSEND, P (1979) *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. Penguin Books: Harmondsworth.

<http://www.cm-amadora.pt/>

www.pnud.com

www.dlis.wordpress.com

www.FNGIS.pt

www.cpihts.com/PDF/Empowerment

www.dhnt.org.br/direitos/sos/textos/empowerment



Departamento de Economia Política

ANEXOS

Reuniões de Moradores: uma prática participada de
Empowerment, Desenvolvimento Local e Integração Social na
Urbanização do Casal do Silva

Anabela Elvas de Sousa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientador:
Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE-IUL

Julho, 2010

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA A TÉCNICOS E A MORADORES DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA185

ANEXO 2

ENTREVISTAS AOS REPRESENTANTES DE PRÉDIO E MORADORES DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA188

ANEXO 3

ENTREVISTAS AOS TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES EM PRESENÇA NA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA246

ANEXO 4

QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS REPRESENTANTES DE PRÉDIO E MORADORES DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA259

ANEXO 5

QUADROS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA281

ANEXO 6

FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA E GRELHAS DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INTERVENÇÃO290

ANEXO 7

FOTOGRAFIA DA VISTA AÉREA DA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA304

ANEXO 8

GRÁFICOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DA POBREZA E DA EXCLUSÃO SOCIAL DOS RESIDENTES NA URBANIZAÇÃO DO CASAL DO SILVA306

ANEXO 9

CURRÍCULO VITAE.....312

ANEXO 1

Guião de Entrevista a Técnicos e a Moradores da Urbanização do Casal do Silva

GUIÃO DE ENTREVISTA 1

Destinatários: Técnicos das instituições em presença no Casal do Silva

1. Face aos problemas existentes na Urbanização do Casal do Silva, que potencialidades/ aspectos positivos identifica, na sua população e no local?
2. De que forma é que estas constituam contributos para a sua inserção social?
3. Identifica dinâmicas associativas ou grupos informais criados por residentes no Casal do Silva?
4. No decorrer da intervenção da instituição em que está inserido, quantas pessoas participaram em Acções de Sensibilização? De Formação? De Reforço Pessoal? E em Acções Comunitárias?
5. Quantas situações e/ou problemas já foram resolvidas/os por iniciativa da população?
6. Existe uma relação de parceria consolidada entre as várias organizações em presença nesta urbanização? Porquê?
7. Estas parcerias promovem e reforçam a participação dos residentes na urbanização em actividades comunitárias?
8. Quantas actividades de carácter sócio cultural se realizaram?
9. Considera que existem processos conjuntos ao nível da intervenção realizada nesta comunidade, capazes de permanecerem localmente ainda que termine o projecto que lhes deu origem?
10. No âmbito da sua intervenção diária identifica líderes na comunidade? Como é que estes se posicionam?
11. Existe uma cultura de trabalho comunitário? Se sim através de que dinâmicas esta se manifesta?
12. Com base na acção desenvolvida nesta comunidade pela organização em que está integrado, qual a sua perspectiva futura para uma intervenção social promotora do desenvolvimento local com a população residente na urbanização do Casal do Silva?

GUIÃO DE ENTREVISTA 2

Destinatários: Representantes de prédio e moradores no Casal do Silva

1. Qual a importância das reuniões de moradores?
2. Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?
3. Com que frequência é que se realizaram essas reuniões?
4. Quantas pessoas estiveram presentes?
5. Que actividades decorreram daí?
6. E quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?
7. Por quem é que foram convocadas? Porquê?
8. Quantas pessoas estiveram presentes?
9. Que actividades decorreram daí?
10. Qual a sua avaliação de todo este processo?
11. As reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização? Porquê?
12. É importante existirem representantes de prédio? Porquê?
13. Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?
14. Quais os principais problemas que existem na Urbanização do Casal do Silva?
15. Quais as mais-valias/potencialidades/aspectos positivos que existem nesta Urbanização?
16. Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem no bairro? Porquê?

ANEXO 2

Entrevistas aos Representantes de Prédio e Moradores da Urbanização do Casal do Silva

Entrevista 1
Representantes de prédio e Moradores

Data: 06 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h00

Hora de fim: 15h14

Local: residência da moradora

Entrevistador: Dra. Rita Gomes

Entrevistado: N.F.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Rita Gomes (R.G): Boa tarde!

N.F: Boa tarde!

R.G: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

N.F: Eu acho que é para saber como é que se estão a dar os vizinhos, não é? Sei lá... Acho que é importante fazer essas reuniões, para saber mesmo como é que se estão a dar os vizinhos, se se estão a dar bem, se se estão a dar mal e... o que é que acham do bairro, o que é que há de bem e de mal no bairro. Acho que é isso, é baseado nisso.

R.G: E é só para saber do relacionamento....

N.F: Exacto, entre os vizinhos e o que é que as pessoas estão a achar das casas, se se estão a dar bem com as condições.

R.G: Hum, hum e quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

N.F: Se eu não me engano, umas 05 ou 06, que eu me lembre. Anda por aí.

R.G: E com que frequência é que realizaram essas reuniões?

N.F: Acho que foi no espaço de um mês, dois meses.

R.G: Por quem é que foram convocadas?

N.F: Pela Dra. Vicência.

R.G: E quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

N.F: Só do prédio ou em geral?

R.G: Do prédio.

N.F: Do prédio, para lhe dizer a verdade, sei que não foram muitas, eu lembro-me que quando estava a trabalhar não pude participar na reunião mas sei que uns 02 ou 03 vizinhos aqui do prédio foram.

R.G: E que actividades é que decorreram daí? Após a reunião...

N.F: Actividades da Festa do Vizinho...

R.G: Ao nível do prédio.

N.F: Como eu estava a dizer a Festa do Vizinho. Que eu me lembre foi só a Festa do Vizinho. Como é que se chama aquilo? Aquelas maratonas que fazem?

R.G: A Milha Urbana?

N.F: Exacto. A Milha Urbana. Que eu me lembre é só.

R.G: E ao nível do prédio, foi feita alguma coisa após essas reuniões de moradores?

N.F: Vistorias. Penso que vieram cá foi para ver as campanhas, que estavam estragadas, a limpeza do prédio. Acho que isso é o essencial também.

R.G: E quantas reuniões já existiram, promovidas pelos residentes no prédio?

N.F: Acho que nenhuma. Não. Já existiram uma ou duas.

R.G: E quem é que as convocou?

N.F: Temos aqui uma vizinha e é ela costuma convocar essas reuniões. Nem sempre. Às vezes é porque a fechadura da porta está estragada e temos que contribuir para a arranjar. Às vezes é pela limpeza do prédio, e das escadas mas isso foi no início. Agora não, porque a escada tem andado sempre limpa.

R.G: E nessas reuniões quantas pessoas estiveram presentes?

N.F: Todas. Todos os vizinhos, éramos aí uns 10, porque foi mesmo no átrio do prédio.

R.G: E dessas reuniões, então, resultaram...

N.F: Exacto, foram bons resultados, foram resultados positivos, toda a gente concordou e contribuíram. Não houve problema nenhum.

R.G: Contribuíram de que maneira?

N.F: Com dinheiro. Dávamos dinheiro a ela e ela comprava.

R.G: Qual o valor, mais ou menos?

N.F: Era pouco, 2 Euros por cada casa.

R.G: E conseguiram?

N.F: Exactamente. Conseguimos. E sempre quando foi necessário reparar a fechadura, para não nos estarmos a acusar uns aos outros ou então a alguém de fora do prédio, concordámos sempre em dar o dinheiro, porque não queremos ver aquilo estragado. Demos sempre esse pequeno contributo para arranjar.

R.G: Qual a sua avaliação de todo este processo das reuniões?

N.F: Acho que é bom fazer isso, essas reuniões, para saberem a opinião das pessoas. O que é que acham, o que é que não acham, o que é que está mal, o que é que está bem.

R.G: As reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização?

N.F: Eu acho que isso depende, também das pessoas. Há pessoas que não concordam, há pessoas que ficam aborrecidas. Mas acho que é bom fazer-se.

R.G: Porquê, concretamente?

N.F: Para as pessoas saberem como devem ter a casa, como não devem ter a casa. Até porque isto não é nosso, é da Câmara, não é? Acho que não devem estragar mas isso está muito além das pessoas. Eu acho que o bairro já está mesmo estragado. Por causa de um ou dois, estragam todos.

R.G: É importante existirem representantes de prédio?

N.F: Acho que sim, acho que sim.

R.G: Porquê?

N.F: Sei lá. Por exemplo, nós aqui no prédio, não temos um representante porque nós todos nos damos bem. Quando vemos que temos uma coisa mal no prédio, chamamos um ou outro, conversamos e chegamos sempre a um acordo. Nunca ninguém discorda. Eu falo por este prédio, porque há prédios em piores condições e as pessoas não contribuem para reparar as anomalias no prédio. Mas aqui no nosso prédio não há disso.

R.G: Então acha que é importante existir um representante de prédio?

N.F: Mas é assim: ao mesmo tempo acho que é mau porque há pessoas que não concordam e às vezes partem para a agressividade e por causa de um pagam todos.

R.G: Quantas actividades comunitárias de âmbito cultural já se realizaram na urbanização?

N.F: Várias, acho que já se realizaram várias mas não me lembro de quantas.

R.G: Mas pode dar-me alguns exemplos?

N.F: Tipo a Festa do Vizinho e Passeios. Bastantes passeios mesmo. Lembro-me que desde que eu estou a viver aqui houve bastantes passeios e eu mesma participei a ajudar. A Dra. Vicência pediu-me.

R.G: E em quais é que participou?

N.F: Foi no Natal em 2004, se não me engano. Penso que ainda não existia o A RODAR e ela pediu-me. Por acaso nesse dia eu tinha acabado de chegar do trabalho, veio um autocarro, penso que da Junta de Freguesia para levar as crianças. Ela pediu-me ajuda para ajudar a tomar conta dos miúdos. Porque era só ela e a Dra. Anabela. E eu disse: “sim, eu aceito”. Mas desse género já houve muitos, já.

R.G: E de âmbito de animação?

N.F: Isso é que eu acho que há pouco aqui no bairro. Porque ontem eu estava no A RODAR e falei com a Diana e ela disse que agora estão a fazer o programa das férias com os miúdos e que agora é difícil ajudar a criar o grupo de dança cabo verdeana. Eu acho que devia haver mais animação aqui, conviver mais com os miúdos do bairro. Fazer mais como fizemos a Festa do Vizinho. Eu acho que é uma diversão para eles. Fazer mais, sei lá... porque, às vezes, estão crianças na rua e fazem coisas que não devem fazer. Por exemplo, estar a destruir, por exemplo, partem construções. Por exemplo o Parque Infantil, por exemplo, eu acho que há falta de diversão para essas crianças, que qualquer coisa, eles pensam logo em destruir. Eu acho que eles deviam ter mais diversão, mais animação no bairro para se distraírem que é para não destruírem tanto. Eu acho que é isso que falta.

R.G: Quais os principais problemas que existem na urbanização do Casal do Silva?

N.F: Já não digo entre vizinhos, digo o bairro em si. Não é que eu não goste deles, porque eu dou-me bem com todos. Acho que aqui toda a gente tem que se dar bem. É o problema dos ciganos mesmo. Eles destroem muito. Destroem, fazem confusão. Se uma criança nossa está no jardim, eles querem ir para o jardim e têm que tirar aquela crianças de lá, porque acham que tá mal. Têm que ser ciganos mesmo lá, têm que ser eles a ficar lá. Eu acho que isso está mal. É um conflito. E se nós tentamos saber qual é que foi o problema com aquela criança, tentamos conversar, não dá porque eles já vêm todos para arranjar confusão. Não é isso que nós queremos. Queremos é chegar a um acordo, saber porque é que aquilo aconteceu. O Jardim foi feito para todos, mas não eles acham que aquilo é só para eles destroem tudo.

R.G: Esse é o principal problema?

N.F: Exactamente, e o lixo que os ciganos fazem também. Eu, por exemplo estou sempre a varrer a rua, desço com balde e a água e limpo aqui a minha área, não é? Mas nós limpamos e eles sujam. Não há condições?

R.G: E quais as mais valias, as potencialidades que existem nesta urbanização?

N.F: Eu acho que as animações que fazem aqui. Eu acho que devia haver polícias aqui no bairro. Pelo menos estarem aqui no bairro. O mal deste bairro é que raramente agente consegue dormir aqui. Eu acho que à noite, deviam haver aqui polícias a vigiar porque fazem muitos ralis aqui, não deixam as pessoas dormir. Fazem barulho. Tenho aqui uma vizinha que foi operada à cabeça, ficam aqui mesmo à janela dela, não a deixam dormir. Se fosse um cigano que vivesse nessa casa, já não faziam isso. Por isso é que eu digo que devia haver aqui vigilância, nem que fosse à noite ou de tarde.

R.G: Mas que mais valias, que potencialidades identifica neste bairro?

N.F: Coisas boas? Não sei de nenhuma. Acho que não há mesmo.

R.G: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que residem nesta urbanização?

N.F: Acho que sim. Isso é positivo.

R.G: Porque é que acha que é positivo?

N.F: Porque eu acho que é o que este bairro preciso é uma Associação de Moradores, para ver se chegam a um acordo, para não discordarem tanto uns dos outros. Acho que é isso. Porque não há Associação de Moradores e eles fazem o que querem, eles todos

fazem o que querem. Acho que tem de existir mesmo uma associação que é para entrarem todos num acordo.

R.G: Acordo em relação a...

N.F: Ao bairro, ao bairro. Porque acho que os moradores estão muito desorganizados.

R.G: A que nível? O que é que esperaria de uma Associação de Moradores aqui?

N.F: Que se dessem melhor. Que metessem na cabeça que o bairro é nosso. Temos que conservá-lo, não destruí-lo. Acho que é isso.

R.G: Dou então por terminada a entrevista. Obrigada.

N.F: Obrigada.

Entrevista 2

Representantes de prédio e moradores

Data: 07 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 30

Hora de fim: 15h 46

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: M.Q.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

M:Q: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M:Q: Para saber o que é que se passa no prédio. Para ver se está tudo bem e o que é que se pode fazer.

V:F: Tem mais alguma coisa a acrescentar?

M:Q: Os meus vizinhos de cima não se sabem comportar: fazem barulho, deitam lixo para a rua, escarram para as escadas e isso é uma coisa muito má.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da Câmara?

M:Q: Não sei, uma ou duas, não me estou a lembrar de mais.

V:F: Com que frequência é que se realizaram essas reuniões.

M:Q: Isso não me estou a lembrar.

V:F: Quantas pessoas é que estiveram presentes?

M:Q: Numa reunião acho que éramos 07 pessoas.

V:F: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

M:Q: Não me estou a lembrar. Da minha parte em relação às queixas que fiz dos vizinhos continua tudo na mesma, não mudou nada. Cada vez o comportamento deles está pior.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos moradores do prédio?

M:Q: Entre nós, já fizemos duas ou três reuniões sobre as escadas para lavar em que todos ficámos de pagar a uma menina para limpar as escadas. Acontece que só eu é que pagava à menina, e mais duas pessoas, de resto ninguém pagava e quando eu vi isso também deixei de pagar.

V:F: Quantas pessoas é que estiveram presentes nessa reunião?

M.Q: Éramos ai uns 06.

V: F: Que soluções é que foram encontradas após essa reunião?

M.Q: Falámos das escadas e da colocação do vidro na porta mas ninguém acabou por colocá-lo.

V.F: Qual é a sua avaliação de todo este processo?

M.Q: Eu acho que... não sei. Tem de ser uma outra pessoa sem ser do prédio a ajudar a resolver essa situação. Com as pessoas do prédio não vai dar em nada, porque as pessoas vêm falam, falam mas não dá em nada. Com outra pessoa fazem.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização da urbanização?

M.Q: Sim senhor. Da minha parte sim mas dos outros não sei. Porque têm que haver algumas pessoas a começar a contribuir primeiro no nosso prédio para organizarem a limpeza das escadas e depois então no bairro.

V.F: É importante existirem representantes de prédio? Porquê?

M.Q: É importante para ter um prédio bem asseado e limpinho e para todas as pessoas arranjam as paredes. É muito importante para agente.

V.F: Acha que se existisse um representante de prédio no seu prédio as coisas poderiam mudar?

M.Q: Talvez sim. As pessoas do prédio mudavam o comportamento para melhor se não fosse uma pessoa do prédio. Tinha de ser uma pessoa fora do prédio.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

M.Q: Os passeios que temos feito com as doutoras do Gabinete. Aqui na urbanização não me recordo, mas eu sei que já aconteceram mas não me estou a lembrar ao certo.

V.F: Considera importante manter a realização deste tipo de actividades?

M.Q: É importante para as crianças e para os adultos também. É importante porque as pessoas distraem e essas actividades põem o bairro alegre. É uma forma de todos convivermos.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

Silêncio

M.Q: Para mim é muito complicado a falta de respeito que existe entre os meus vizinhos de cima, e os outros moradores do prédio. Porque eles não respeitam ninguém. Comem à janela e mandam as cascas para a rua, dizem muitos palavrões, sujam a roupa quando nós a estendemos. E eu gostava que eles não incomodassem.

V.F: E problemas que existam no bairro?

M.Q: O principal é as pessoas que não sabem estar e que faltam ao respeito às outras.

V.F: E quais são as mais valias, as potencialidades desta urbanização?

M.Q: Não sei. O que é importante é que existam representantes de prédio. E apesar de tudo eu só escolhia uma pessoa no meu prédio. Uma coisa que eu gosto é os passeios que fazemos com

V.F: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem nesta urbanização?

M.Q: Penso que sim.

V.F: Porquê?

M.Q: Para ajudar a melhorar as coisas. Não sei.

V.F: Quer acrescentar mais alguma coisa?

M.Q: Não.

V.F: Obrigada!

Entrevista 3
Representantes de prédio e moradores

Data: 07 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 30

Hora de fim: 14h 46

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: C

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A:S): Boa tarde!

C: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

C: Acho importante para nós discutirmos alguma coisa entre todos, para ficar esclarecido.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

C: Eu já vim aqui a uma 03 ou 04. Isto fora aquelas que tenho marcado eu lá no prédio.

A.S: Mas dessas já vamos falar, pode ser?

C: Sim.

A.S: Com que frequência é que essas reuniões se realizaram?

C: Silêncio.

A.S: De quanto em quanto tempo é que elas aconteceram?

C: Mais ou menos uma reunião por ano.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas costumam estar presentes nas reuniões?

C: Cerca de 05 a 06 moradores do prédio.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

C: Para falar a verdade nenhuma. Porque a única questão que está por resolver no prédio é a iluminação que está avariada há já muito tempo e até agora continua por reparar. Disseram que havia de lá ir alguém da Câmara para a arranjar mas ainda não foi ninguém.

A.S: Não houve mais nenhum assunto que tivesse sido discutido nas reuniões e que tivesse sido resolvido?

C: Há! Em relação à limpeza estamos melhor organizados. As pessoas já respeitam mais relativamente ao barulho. Agora está tudo mais calmo lá no prédio em relação a isso, Não é? Mas o nosso prédio não é dos piores. Há prédios aí mais barulhentos e mais sujos. Não é? Lá no prédio quase todos ajudamos e todos o fazem um bocadinho para o bem-estar da pessoa e do prédio. Se vivemos todos juntos lá, tem de ser. Lá está tudo em condições.

A.S: Para além das reuniões que já foram organizadas pelo Gabinete, quantas é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

C: Por mim e pela Clara já sei que já viemos cá falar do prédio umas quantas vezes.

A.S: Mas e lá no prédio, nunca organizaram nenhuma reunião lá no prédio?

C: Não. Os moradores só reuniram quando foi a Câmara a organizar.

A.S: Qual é a sua avaliação deste processo da realização das reuniões de moradores, desde o início do realojamento até agora?

C: É bom porque vemos que as pessoas, os técnicos da Câmara não se desinteressaram da gente e continuam a insistir para o prédio e para o próprio bairro melhorar.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

C: Se todos os moradores do prédio tivessem estado presentes nas reuniões acho que sim. Porque aí um dizia uma coisa e outros outras coisas e encontrávamos maneira de chegar a uma mesma opinião mas assim acho que é difícil porque as pessoas não colaboram. Como a maioria dos moradores não está presente, não se toma compromissos que podiam contribuir para melhorar as coisas. E depois no nosso prédio há muitos homens a viver sozinhos e isso não ajuda. Tanto que quem vem às reuniões são quase só as senhoras, de resto os homens é que não.

A.S: E acha que isso...

C: Não nos ajuda em nada. Porque se houvesse uma mulher em cada casa, nós dizíamos: “Olha, hoje és tu a levar as escadas e depois é a outra” Os homens não entram nisto. Não é? Acaba por cair sempre em cima das mesmas pessoas. Eu sou uma vítima, atão! A morar no rés-do-chão.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

C: Era bom, não é? Mas eu acho que depois no meu prédio, um tinha de ficar a mandar e depois essa pessoa ia ficar com todas as coisas que às outras pessoas as aborrecesse. Seria complicado porque poderiam sobrecarregar demais essa pessoa. Exigiam-lhe que fosse pressionar a Câmara para serem reparadas as coisas do prédio. Seria complicado.

A.S: Agora relativamente ao bairro, lembra-se de quais é que foram as actividades comunitárias que existiram?

C: Mas para quem?

A.S: Para os moradores aqui da urbanização.

C: Lembro-me da Milha Urbana para as crianças e para os jovens. Não é? Também as actividades que se organizam para aquelas pessoas com uma certa idade e as outras para as crianças que iam à praia. Devia era de haver mais actividades dessas para os miúdos para ver se não andavam tão alvoraçados. Deviam haver mais coisas assim, pelo menos no tempo de férias para eles estarem mais ocupados.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

C: Tantos. Devia de haver uma esquadra aqui. Um sítio seguro. Há muito serrabulho, não pára de discutir. Muita pessoa, muita criança na rua, na estrada e depois estes carros à noite. Mas eu nunca discuti com ninguém. Estou aqui no bairro há 06 anos e nunca me meti com ninguém. Estou na minha casa, faço a minha vida. Os meus filhos igual. Quem quiser meter-se no serrabulho é que se vai meter. Mas em todo o lado isso também há. Não é só aqui nos bairros, é em todo o lado. Por aquilo que eu já ouvi falar o nosso bairro não é dos piores que ainda há muito piores do que o nosso. Eu acho que se houvesse aqui uma esquadra isto até acalmava bastante. Porque as pessoas teriam mais respeito, afinal eles sempre são a autoridade, não é?

A.S: Quais é que são as mais valias, as potencialidades do bairro?

C: Não sei. É estarmos numa casa. Isso é o mais importante. Devia ser mais bem estimado o bairro. Não haver assim tanto lixo na rua.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

C: Sim.

A.S: Porquê?

C: Acho que seria importante. Terem aquele objectivo, haver mais.... Como é que eu vou explicar? Ali no bairro do Zambujal há assim essas coisas, uma associação em que as pessoas vão lá reclamar e fazem ali reuniões com todos. Perguntam se está certo, se

não está. Acho que devia de ser assim. Não podemos por só a culpa às pessoas de dentro porque há muita gente de fora que vem para aqui fazer a porcaria. Mas acho que era boa ideia.

A.S: Obrigada!

Entrevista 4

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 46

Hora de fim: 15h 15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: A.R.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A:S): Boa tarde!

A.R: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

A.R: São importantes para resolver os problemas dos moradores mas quando acontecem deviam de estar todos presentes. As reuniões também são importantes para chamarem à atenção as pessoas, para as pessoas terem educação. O que devia de haver era mais respeito porque todos estamos nas nossas casas mas vivemos juntos num mesmo prédio e temos de ter respeito uns pelos outros. Porque eu vivo no 4º andar e quando subo as escadas e vejo os espaços sujos sinto que sou desrespeitada. Porque quando eu fui representante de prédio, durante 3 anos e meio tive um trabalho muito grande porque quando achava que as coisas estavam mal tocava á campainha da pessoa e chamava á atenção. Havia aqueles que pareciam entender e respeitavam e havia aqueles que ainda me insultavam mas foi muito importante. Enquanto fiz isto com o meu outro vizinho e dividíamos as tarefas estava tudo bem mas quando fiquei sozinha foi muito difícil. Eu sozinha não consigo...

A.S: Era importante estar a representar o prédio com outra pessoa...

A.R: Sim era mesmo, porque eu cheguei muitas vezes a bater ás portas das pessoas e as pessoas dizerem que não. Eu quando para cá vim, que fiquei responsável do prédio com o meu vizinho, propusemos a todos eles darem-me um Euro por mês. Um Euro! Para ver se agente arranjávamos um fundo de maneiio para qualquer avaria que houvesse no prédio. Para termos dinheiro e depois comunicávamos a alguém que soubesse e reparassem as coisas, porque há muitas avarias. Eu estou a falar como funcionaram as coisas no meu prédio. Sei que há outros prédios em pior estado mas acho que todos os moradores juntos, dois de cada prédio, chegávamos a alguma conclusão. Portanto eu, para mim, a comissão de moradores era essencial.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

A.R: Que eu me lembre foram duas.

A.S: De quanto em quanto tempo é que ocorreram essas reuniões?

A.R: Foi uma logo no inicio e outra mais tarde, não sei precisar bem, acho que há dois anos.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

A.R: Umas 05 ou 06 pessoas.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

A.R: Falou-se de muita coisa mas nada resolvido.

A.S: Não foi nada resolvido?

A.R: Não. Porque agente queixou-se do nosso intercomunicador mas não foram lá reparar. Porque o que lá está é nosso. Fomos nós que pusemos, fomos nós que pagámos, houve 3 moradores que não contribuíram com dinheiro nenhum mas os outros todos entraram. Porque eu ainda tinha lá dinheiro e foi preciso apenas juntar mais dois euros por pessoa.

A.S: Quantas reuniões é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

A.R: 04 reuniões.

A.S: Com que frequência?

A.R: Cheguei a ter logo no início as reuniões lá no prédio com os meus vizinhos e depois eram mais ou menos de 04 em 04 meses.

A.S: Quem é que as promovia?

A.R: Era eu. E depois claro que toda a gente me olhava de lado. Porque eu chamava as pessoas á atenção e havia gente que não gostava.

A.S: E as reuniões eram convocadas porquê?

A.R: Para haver asseio nas escadas, para nos organizarmos. Para eles contribuírem com alguma coisa para o prédio. Cada pessoa no seu andar, se cada um se organizasse com a limpeza, aquilo andava ás mil maravilhas.

A.S: Quando organizava essas reuniões, quantas pessoas é que estavam presentes?

A.R: umas 06, 07. A maioria dos que lá vivem, porque os que faltavam eram sempre os mesmos, que eram aqueles que não contribuíam com nada. Aqueles que contribuíam vinham sempre à reunião. Eu tenho lá ainda todos os registos em casa de tudo o que falávamos.

A.S: E essas questões que falavam nas reuniões resultavam mesmo em compromisso? As pessoas cumpriam?

A.R: às vezes.

A.S: Que avaliação é que faz de todo este processo das reuniões de moradores, desde as que foram promovidas pelo gabinete, como as que foram promovidas pelos residentes no prédio?

A.R: Enquanto eu estive como representante as coisas corriam bem, na sua maioria. Houve alguns desentendimentos entre moradores mas nada que diga respeito a esta questão. Acho que valeu a pena e continuava a valer a pena, se houvesse compreensão por parte de todos para mantermos as coisas em ordem e valia a pena se as pessoas gostassem de tudo o que lhe entregaram. E eu até gostava de continuar mas sozinha não.

A.S: e não encontra em nenhum morador do seu prédio esse acordo para continuar?

A.R: não porque eles não querem. Porque as pessoas têm receio de não serem respeitadas e não querem ter chatices. Mas eu gostava.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

A.R: Sim mas que todos apareçam e que cada um dê a sua opinião para juntos encontrarmos o melhor caminho. Porque tem de ser assim, temos de ouvir todas as opiniões. Se está mal porque é que está mal e se está bem porque é que está bem. Que é para juntos podermos resolver aquilo que está mal. Eu o que poder fazer, faço. Eu não tenho grandes estudos mas o meu ex marido costuma dizer-me: “o pá, tu és muito cheia de ideias” E sou mas é pena eu não ser mais, e eu não ter estudos porque se eu tivesse estudos ainda podia fazer muito melhor.

Aqui ao nível geral também acho que as reuniões são importantes porque eu acho que nós devemos ouvir-nos uns aos outros. E as reuniões de moradores são uma forma de nós compreendermos as ideias dos outros para os outros também tentarem compreender as nossas ideias. Porque há muita gente que se calhar, quer-se explicar e não consegue porque tem medo.

Mas eu ainda gostava que houvessem reuniões com os responsáveis da CMA, não com o Gabinete do bairro, que agente fala sempre, mas com quem nos cá pôs. Para lhes pormos algumas perguntas.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

A.R: sim, claro que sim. Porque eu já fui e enquanto estive notei uma grande diferença no prédio para melhor. Nunca faltou a luz. Agora já falta a luz. A limpeza estava sempre bem feita, agora é como já lhe disse. Ainda há pouco passei no primeiro andar e o que me custa a falta de asseio. Mas eu agora quando sair daqui vou lá limpar. Até porque o meu sogro também vive lá no 1º Frente e ele não pode porque com aquela idade... Eu não sei mais, nem menos do que ninguém mas eu acho que não é pedir demais zelarmos por aquilo em que agente está. Porque nós podemos ser pobres mas eu acho que o asseio não tem nada a ver com a pobreza. Sabe o que é que eu gostava? Que alguém fosse capaz de chamar as pessoas para as sensibilizar para as limpezas que é aquilo que me dói.

A.S: Acha que as coisas poderiam ficar melhores se houvesse essa sensibilização?

A.R: Sim mas não só no prédio. Os pais chamarem as crianças á atenção. Haver respeito que é aquilo que não há. Porque os pais vêm as crianças a destruírem e não podemos dizer nada. Estão a destruir aquilo que nos deram porque se formos a ver o Estado está a dar-nos isto para nós e para o nosso bem-estar. É isso que faz falta, os pais chamarem as crianças à atenção. Devia de haver alguém que ajudasse a incentivar os bons comportamentos. Isso faz falta.

A.S: Mas qual é, na sua opinião, a acção dos representantes de prédio?

A.R: Há mais zelo, porque alguém está a zelar por aquilo que lá está. A pessoa estando responsável, vê aquilo que não está bem e vai chamar à atenção para colocar bem. Em cada prédio devia de haver um morador responsável. E depois não é só isso, as pessoas em si que lá vivem colaborarem com a pessoa porque isso também conta muito, é o que conta mais. Porque agente bater à porta das pessoas e ouvirmos: “ eu não me interessa disso” ou “ para mim está tudo bem, depois eu passo por cima”. Não. Isso não! Tem de haver colaboração. Verem que as coisas estão mal e ajudarem.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

A.R: Aquela da Festa do Vizinho que já fizemos algumas vezes, mas eu gostei mais deste ano. Foi mais bonita!

A.S: Porquê?

A.R: Porque houve mais gente, houve mais familiares a ver. Houve mais convívio. Para mim a festa mais bonita que cá fizeram, foi este ano. A do ano passado foi bonita mas não foi tanto. Agora este ano... Já viu as danças que elas fizeram? As ciganas, aquelas miúdas das danças africanas. Toda a gente junta. Eu adorei até conversei com outros moradores daqui e disse-lhes que este ano tinha adorado.

Antigamente também já fizeram as corridas para as crianças e para os jovens aqui no bairro. Este ano também aconteceu mas foi ali ao pé da igreja. Mas eu acho que a esse nível a Câmara e as instituições daqui estão bem.

A.S: E considera importante este tipo de actividades?

A.R: Eu acho que sim. Sabe porquê? Porque dá vida ao bairro, dá vida a esta gente, a quem está cá a viver. E é saudável. Foi bonito de ver os pretos e os ciganos todos a divertirem-se todos juntos, que é uma coisa que não se via e este ano viu-se. Deram-se muito bem. E esses momentos deviam repetir-se todos os anos. Não esquecer.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

A.R: Falta de limpeza na rua. Era essa a coisa principal que devia haver. Não deitarem lixo para o chão, como deitam. Não estragarem o que está feito e estragam. Houve um carro que deitou um candeeiro ao chão e selaram aquilo e nunca mais lá foram por o candeeiro. Devia haver mesmo era mais asseio. À noite andam aí a limpar e deixam tudo impecável e depois é o que se vê. As pessoas não sabem respeitar. Outro problema principal é o desrespeito pelas outras pessoas e por o bairro em que vivem. E por isso é que eu digo que devia de haver alguém que chamasse as pessoas à atenção, os pais para eles saberem educar os filhos.

A.S: Quais é que são as mais valias, as potencialidades, as coisas boas do bairro?

A.R: Para mim são as casas. As casas são muito boas. Vivo no quarto andar, tive um problema de humidade mas já foi reparado.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

C: Sim.

A.S: Porquê?

A.R: Acho que devia de haver uma comissão de moradores para agente podermos falar, todos nós, de que é que uns mais precisavam e de que é que outros mais precisavam. Era importante para vermos o que é que resultava das opiniões de todos. Porque aqui no bairro faz muita falta. Se nós víssemos que aqui está tudo organizado, que há asseio em todos os lados, mas não há. Há muita porcaria. Se houvesse compreensão tanto do cigano, como da parte da pessoa de cor como da parte da nossa raça... só que não há, principalmente da parte dos ciganos porque chamamos uma criança que está a estragar alguma coisa à atenção, é logo uma agressividade fantástica. Agente vê isso e começamos a temer.

Devia de haver uma ou duas pessoas responsáveis por cada prédio e depois discutirmos as nossas ideias. Porque apesar de vivermos no mesmo bairro há muito tempo, ainda há muitas pessoas que não se conhecem e a maneira como as pessoas se organizam nos prédios. Essas reuniões serviam para isso. Cada pessoa dava a sua ideia e cada pessoa conhecia-se para nos respeitarmos uns aos outros. Havia de haver uma comissão do bairro, para nós podermos puxar os nossos interesses, o que nos faz falta, o que está bem, o que está mal. O que está bem continuar, o que está mal colocarmos aos nossos responsáveis para nos ajudarem a resolver o assunto.

A.S: Obrigada!

Entrevista 5

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h20

Hora de fim: 15h45

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: M.C.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

M.C: Boa tarde!

A.S: Qual é a importância das reuniões de moradores?

M.C: Acho que é importante para toda a gente saber o que se passa no prédio. Acho que é isso.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

M.C: Cerca de 03 ou 04.

A.S: Com que frequência é que aconteceram essas reuniões?

M.C: De ano a ano. Mas última vez que ninguém compareceu, que fui só eu... foi no ano passado.

A.S: Quantas pessoas estiveram presentes?

M.C: Eu acho que a última vez fui só eu e uma vizinha minha, só nós as duas.

A.S: Que soluções é que foram encontradas depois dessas reuniões?

M.C: Nada! Não aconteceu nada.

A.S: Mas nada?

M.C: Com certeza. Se as pessoas não estão presentes, não mostram interesse, não podemos alterar nada. É complicado.

A.S: E quantas reuniões é que já organizaram no prédio?

M.C: Já fizemos várias reuniões lá no prédio, talvez umas 3 ou 4.

A.S: Quem é que as promovia?

M.C: Eu e o meu vizinho do 1º andar. Para comprarmos as fichas, o vidro para a porta. Mas as pessoas não contribuía para nada. Era muito difícil resolver as coisas.

A.S: Com que frequência é que faziam essas reuniões?

M.C: Era depois de reunirmos aqui convosco no gabinete. Durante a primeira semana andava tudo bem, depois voltava tudo ao mesmo.

A.S: Que soluções é que foram encontradas depois dessas reuniões?

M.C: Tentávamos que as pessoas colaborassem para repararmos o que estava mal no prédio. Havia pessoas que começavam por dizer que colaboravam mas depois viam que o outro vizinho não davam dinheiro e depois já não estavam dispostas a contribuir.

A.S: Mas alguma vez chegaram a reparar alguma coisa?

M.C: Sim, umas 3 ou 4 vezes, já pusemos o vidro da porta. Já pusemos o vidro do patamar das escadas do 1º andar e também já colocamos espelhos de interruptores.

A.S: Qual é que é a sua avaliação do processo das reuniões de moradores?

M.C: Devia de haver reuniões mas vocês deviam ser mais mandonas. Porque é importante que estejam todos presentes. Vocês são simpáticas e educadas mas as pessoas que são da nossa raça ouvem-vos mas os ciganos.... Eu dou-me bem com todos mas acho que é muito difícil faze-los integrar e aceitarem regras.

A.S: Considera que, de um modo geral as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização das pessoas na urbanização?

M.C: Sim, se as pessoas quiserem e se envolverem nas reparações das coisas do prédio em que vivem. Ajuda a organizar porque se se organizarem ali será mais fácil, á partida, respeitarem os outros locais no bairro e as outras pessoas.

A.S: Considera importante existirem representantes de prédio?

M.C: Sim, era bom mas aqui no bairro não vale a pena.

A.S: Acha que não? Considera importante existir um morador que fosse representante no seu prédio?

M.C: Não dá porque é assim: eu já uma vez disse aqui que tentei organizar as coisas lá no nosso prédio, pôr umas florezinhas para melhorar aquilo, mudar as lâmpadas... Durante um tempo resultou e depois voltou-se ao mesmo e nada durou. Depois o meu vizinho do 1º andar também me ajudou e pedimos a colaboração das pessoas mas até agora não resultou. Pode ser que sim... Não sei.

A.S: De que actividades comunitárias se recorda que aconteceram aqui na urbanização?

M.C: Não me lembro de como correu mas sei que é a Festa do Vizinho. Só que eu não estava cá porque era o meu aniversário. De qualquer forma acho que devia de haver mais actividades para as crianças e para os jovens. Porque eles são um bocado rebeldes.

A.S: De que tipo deviam ser essas actividades?

M.C: Actividades para os ocupar. as ruas muito destruídas, há muito barulho á noite com os ralis... Mas esta gente... com esta gente... já não sei mas acho que devia de haver mais coisas para eles. Mas á noite andam ainda algumas crianças por aí... Agora era importante existir algumas coisa para os idosos para darem mais apoio às pessoas idosos.

A.S: Mas considera importante manter esse tipo de actividades que se realizam?

M.C: Sim, sim. Se vocês não fizessem nada meu Deus! É muito importante haver alguma coisa.

A.S: E quais é que são as mais valias e os problemas que identifica na urbanização?

M.C: Olhe! Vocês são umas pessoas muito atenciosas e as pessoas das outras instituições também e é bom porque estão sempre disponíveis a ajudar – nos mas eu acho as ruas muito destruídas, há muito barulho á noite com os ralis... Mas esta gente... com esta gente... já não sei. Devia haver aqui uma esquadra. É mesmo o que falta porque eles iam ter mais respeito. Também faz falta aqui essas lojas todas ocupadas: com um café, uma farmácia, uma padaria, mas principalmente uma esquadra.

A.S: E uma associação de moradores, poderia contribuir para dar resposta aos residentes no bairro?

M.C: Sim porque as pessoas uniam-se para falar das coisas do bairro e podíamos fazer muitas coisas boas.

A.S: Por exemplo...

M.C: Assim de repente não sei mas podíamos fazer muitas coisas boas.

A.S: Obrigada!

Entrevista 6

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 16h00

Hora de fim: 16h15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: M.A.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

M.A: Boa tarde!

A.S: Qual é a importância das reuniões de moradores?

M.A: Sim são importantes, acho que sim, para falarmos das coisas que não estão bem e para tentarmos melhorar.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

M.A: Duas ou três.

A.S: Com que frequência é que aconteceram essas reuniões?

M.A: Logo no início e a última há ano e meio. Parece-me.

A.S: Quantas pessoas estiveram presentes?

M.A: Éramos 5 ou 6.

A.S: Que soluções é que foram encontradas depois dessas reuniões?

M.A: Nenhumas.

A.S: Nenhumas?

M.A: Porque a doutora disse que era importante repararmos o que estava mal, dentro das nossas possibilidades. Então andámos a pedir a todos os moradores, por andar, e as pessoas compraram as protecções dos interruptores da luz. Aqui disseram que quando isso tivesse comprado que a Câmara reparava a luz das escadas. Depois não se sabia quando lá podiam ir. Ainda não foram lá, continua o sistema geral de electricidade por arranjar.

A.S: E quantas reuniões é que já organizaram no prédio?

M.A: Reuniões não mas já nos tentámos organizar para reparar as coisas.

A.S: Quem é que organizou, quem é que falou com os outros moradores?

M.A: Fui eu que falei e depois das pessoas comprarem os espelhos dos interruptores falei com o meu sobrinho que foi coloca-los todos os que estão no prédio. Mas ainda não está reparado o sistema de electricidade e eu á noite tenho medo quando venho da casa da minha irmã para a minha casa. Está tão escuro. A luz fazia mesmo falta.

A.S: Qual é que é a sua avaliação do processo das reuniões de moradores?

M.A: Acho que é importante continuar a haver reuniões em todos os prédios para melhorar a organização das pessoas e para as pessoas estimarem as coisas. Mas também tinham de estar todos presentes, se não viessem pelo aviso que costumam colocar, era irem lá a casa falar com eles.

A.S: Considera que, de um modo geral as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização das pessoas na urbanização?

M.A: Acho que sim, porque se se organizarem prédio a prédio vai ser melhor para todos.

A.S: Considera importante existirem representantes de prédio?

M.A: Acho que sim. Mas tem de ser um cigano no nosso prédio porque a nossa raça respeita a deles mas eles não nos respeitam a nós. Para haver respeito tem de ser.

A.S: De que actividades comunitárias se recorda que aconteceram aqui na urbanização?

M.A: Não me lembro bem mas acho que já houve alguma coisa com crianças e acho que é importante mas eu não sei porque não ligo, como não tenho crianças.

A.S: Mas considera importante manter esse tipo de actividades que se realizam?

M.A: Sim para quem tem crianças, sim.

A.S: Acha que é mais importante com crianças mas e actividades para outras idades? para a sua, por exemplo?

M.A: Acho bem, até porque eu sei que há passeios para as pessoas mais velhas, e assim, mas para mim não. Sabe o meu marido faleceu há 8 anos e eu não me sinto bem ainda para ir. Se me vier a sentir, eu venho falar com vocês, mas ainda não. Estou bem na minha casa e a conviver com a minha família e as minhas vizinhas.

A.S: Quais considera serem os principais problemas que existem na urbanização?

M.A: Não sei, não estou a ver. Está tudo bem mas devia de haver mais segurança.
A.S: De que forma é que podia haver mais segurança?
M.A: De que forma? Podia haver aqui uma esquadra.
A.S: E quais é que são as mais valias que identifica na urbanização?
M.A: A minha casa. Gosto muito da minha casa. É o principal.
A.S: E uma associação de moradores, poderia contribuir para dar resposta às pessoas que aqui vivem?
M.A: Sim porque os moradores podiam juntar-se para falarem das coisas daqui e ver o que é que podiam fazer. Sei lá... por aí.
A.S: Por exemplo...
M.C: Verem e falarem para o que é que podiam fazer para que ficasse tudo bem.
A.S: Obrigada!

Entrevista 7

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 18h00

Hora de fim: 18h20

Local: Residência da moradora

Entrevistador: Dra. Rita Gomes

Entrevistado: M.P.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Rita Gomes (R.G): Boa tarde!

M.P: Boa tarde!

R.G: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.P: Quando há alguma eu não falto porque fazem falta.

R.G: Porquê?

M.P: Porque há pessoas que cumprem mas há outras que não cumprem.

R.G: Cumprem com...

M.P: Com o dever.

R.G: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

M.P: Umas 04. Não me lembro bem.

R.G: Com que frequência?

M.P: Ai não me lembro, demora...

R.G: Mas demora porque é uma de quanto em quanto tempo.

M.P: Talvez um ano.

R.G: Quantas pessoas estiveram presentes?

M.P: Não foi o prédio todo. Éramos uns 04 ou 05.

R.G: Que soluções foram encontradas após essas reuniões?

.P: Nenhumas. Ficou tudo na mesma para pior. Partiram o vidro da escada, só agora é que foi posto e já tinha sido partido o ano passado. Estamos sem luz nas escadas porque eu desconfio que houve pessoas aqui do prédio que andaram lá a mexer no sistema geral de electricidade. A partir dia ficamos sem luz nas escadas.

R.G: E quantas reuniões já existiram organizadas pelos moradores do prédio?
M.P: Nós cá? Nunca houve. Ninguém quer assumir isso.
R.G: Mas já alguma vez se organizaram para resolver alguma questão do prédio?
M.P: Olhe, quando partiram o vidro eu e aqui outra senhora queríamos organizarmos para colocarmos o vidro entre todos e houve logo quem respondesse: “Era o que agora faltava! Ia eu pagar para os outros partirem!” A verdade é essa. As pessoas aqui são complicadas há poucas com quem podemos contar.
R.G: Mas não se conseguem organizar?
M.P: Não, não, não. Só quando são obrigadas a ir ao gabinete é que vão, algumas mas não vão todas.
R.G: Qual é a sua opinião das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?
M.P: Não sei dar resposta. Mas eu acho que é importante. Eu vou e gosto de falarmos para ver se coisas ficam como deve de ser.
R.G: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes neste bairro?
M.P: Sim, é sempre bom porque há os que estão de acordo e os que não estão. Mas é importante para todos acatarem as regras e fazerem as coisas como devem de ser.
R.G: É importante existirem representantes de prédio?
M.P: Era mas ninguém quer ser.
R.G: Porquê?
M.P: Acho que ninguém quer essa responsabilidade. Eu não posso ser porque eu não sei ler e aqui não há ninguém que queira assumir essa responsabilidade. Mas era importante para ver se havia um bocadinho mais de respeito, a ver se todos colaboravam com o nosso prédio, era bom. Porque há algumas pessoas que não têm respeito por ninguém e se houvesse um representante, podia ser que as coisas melhorassem.
R.G: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?
M.P: Não me lembro. Só me lembro dos passeios que fomos dar com as técnicas do gabinete e isso foi uma coisa boa.
R.G: Mas considera importante que haja actividades aqui no bairro.
M.P: Sim. Pode haver pessoas que estejam interessadas e que realmente queiram. Chegou-me há tempos aos ouvidos que iam abrir um espaço onde os idosos pudessem ir conviver à tarde. Se isso acontecesse era bom, o pior é que os ciganos vão para lá dar cabo de tudo.
R.G: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?
M.P: É a falta de respeito porque os miúdos são muito mal criados. Eu vou a passar... eu há dias fui apedrejada sem fazer mal nenhum porque me pediram dinheiro e eu não dei e eu fui apedrejada. E as mães vêm e não têm respeito por agente.
R.G: E quais as mais valias, as coisas boas que existem no bairro?
M.P: Eu acho que se houvesse um bocadinho mais de civilização, não era preciso tantos varredores e tantas máquinas. Não há civismo nenhum porque tiram as coisas dos correios, vêm que não lhes interessa é tudo para o chão. É lixo, são fraldas. Depois estão sempre encostados á sombra e fazem o lixo no sítio onde estão.
R.G: Mas identifica aspectos positivos, mais valias aqui no bairro?
M.P: Ai não sei que lhe hei-de dizer... não sei mesmo. Deixe-me pensar. Você sabe eu sou uma pessoa que me meto muito em casa. Tenho dias que nem daqui saio e já tive momentos em que estive muito doente. Mas agora estou melhor e gosto de cá estar.
R.G: Porque é que gosta de cá estar?

M.P: Sinto-me bem na casa que tenho. Tenho uma casinha muito boa e só isso já é um valor muito grande. É esta a coisa mais positiva, a minha casa.

R.G: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem nesta urbanização.

M.P: Se houvesse quem quisesse formá-la, sim.

R.G: Porquê?

M.P: Porque podia ser uma pessoa mais desenvolta que andasse por aí que tivesse conhecimento destas coisas. Podia ser que ajudasse as pessoas ao comportamento como devia de ser e elas parassem de fazer ralis. De noite fazem os ralis de motas e carros que é uma confusão, tanto barulho.

R.G: Obrigada pela sua colaboração!

M.P: Obrigada eu.

Entrevista 8

Representantes de prédio e moradores

Data: 12 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h00

Hora de fim: 14h20

Local: residência do morador

Entrevistador: Dra. Diana West

Entrevistado: V.M.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Diana West (D.W): Boa tarde!

V.M: Boa tarde!

D.W: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores? Quantas é que já fizeram e como é que tem corrido esse processo?

V.M: Que eu me recorde, desde que moramos cá fizemos duas aqui no prédio. Como é que correram? A minha apreciação é razoavelmente baixa porque não se vê iniciativa por parte dos moradores. Para eles tudo está bem. Se as coisas estiverem mal, mal ficam, se estiverem bem, bem ficam. Para eles tudo está bem

D.W: E foram quantos moradores à reunião?

V.M: Foram quase todos os que vivem no prédio, cerca de 10 pessoas. Há excepção de um ou dois moradores que não compareceram. Mas às reuniões que nós marcámos, foram quase todos.

D.W: E vocês marcaram-nas porque motivo?

V.M: Nós marcámos porque o prédio estava a degradar-se. A questão dos interruptores, a questão das portas, vidros era essencial reparar. Foi por isso que pedimos depois com urgência uma reunião ao gabinete da câmara.

D.W: E por parte do gabinete chegou a ser convocada alguma reunião?

V.M: Sim, chegou a haver duas reuniões.

D.W: E nas reuniões que fizeram houve soluções, de acordo com o que falaram?

V.M: Houve projectos que mais tarde se concretizaram. A câmara reparou o sistema geral de electricidade e os espelhos dos interruptores e nós da parte dos moradores arranjámos a porta e colocámos o vidro na porta. Mas estão as coisas a meio, por parte da câmara que é a questão das botoneiras das campainhas e dos intercomunicadores que

estão por reparar. Eu vejo que da parte da câmara não há uma rapidez para solucionar o que está por reparar e que nós não temos capacidade para solucionar. Se nós temos a botoneira e os intercomunicadores por reparar, estamos á espera disso há mais de um ano. Há muita burocracia.

D.W: De uma maneira geral como é que avalia o processo das reuniões de moradores?

V.M: Para já devia de ter havido mais reuniões porque quando existem parece que os moradores ficam sensibilizados e durante aquele espaço de tempo em médio prazo as coisas circulam bem. Quando deixam de haver o pessoal vai esquecendo as suas responsabilidades. Seria bom haver mais reuniões porque é uma forma de se tratar e contribuir para o bem-estar das pessoas do bairro.

D.W: Mas acha que é uma boa forma de trabalhar essas questões, através das reuniões de moradores?

V.M: Eu penso que sim, porque ao menos vemos o á vontade e a disposição das pessoas que ficam sensibilizadas para um melhor comportamento. É bom estarem todos juntos porque há uma partilha de opiniões e todos discutimos e sabemos o que é certo e o que não é. Isso é importante.

D.W: E acha que é importante existirem representantes de prédio?

V.M: É bom existirem representantes de prédio para os outros moradores para os representantes não, porque acaba por ser cansativo. O representante está no prédio sozinho, não há um apoio que devia de haver. Por exemplo eu estou cansado de pedir às pessoas para tomarem conta do prédio para cuidarem e não estragarem. Eu canso-me de pedir às pessoas mas eu não tenho as costas quentes. Porque não tenho o apoio da câmara. Se as pessoas me perguntarem quando é que as campainhas são postas, porque os intercomunicadores não funcionem, eu não sei responder.

D.W: Mas isto porque há representante e as pessoas vão ter consigo. Quando não há como é que é?

V.M: Algumas pessoas vão ao gabinete, outras: parte-se a fechadura e a porta fica aberta e já não há o problema das pessoas gritarem para lhes abrirem a porta, porque os intercomunicadores estão estragados mas como a porta está aberta as pessoas podem entrar e sair.

D.W: Então é importante existir um representante de prédio?

V.M: É importante mas também que este se sinta acompanhado pela câmara e que existam da sua parte respostas rápidas e concretas. Porque se isto acontecesse na casa do senhor presidente na câmara não estávamos há mais de uma ano é espera.

D.W: E em relação a actividades do bairro e que envolvam toda a gente, lembra-se de algumas?

V.M: O que para mim é louvável e espero que isto nunca acabe é o trabalho do A RODAR. Só o que me entristece um pouco é o A RODAR estar a trabalhar com crianças e com famílias. E entristece-me que quem administra o projecto daqui a um ano troque as pessoas que fazem parte da equipa e isso vai afectar as crianças e isso não pode acontecer. E isso é um contra. Porque as crianças sentem-se.

D.W: E em relação a actividades comunitárias, de que é que se recorda?

V.M: A Festa do Vizinho, não é? Esta falou-se e as crianças andaram todas atarefadas e o pessoal também mas penso que era necessário haver mais qualquer coisa do género. Mais actividades que envolvam a comunidade toda. Eu acho que a primeira actividade que devia de haver no bairro era uma reunião para mobilizar os moradores onde eles aprendessem a viver dentro de uma casa. Essa é essencial. Enquanto isso não acontecer as pessoas não sabem o que isto é. Porque há pessoas aqui que nunca viveram dentro de uma casa e nem sequer são sensibilizados para isso. Não sabem o que uma casa é. Por isso é que entramos nos prédios e há falta de higiene e falta de colaboração dos

moradores para cuidarem desse espaço. E este é o resultado de terem colocado mais de duas famílias de etnia cigana a viver em cada prédio mas foi assim que a câmara decidiu. O resultado está á vista. Mas tem de haver estas actividades, para sensibilizar para um comportamento correcto porque o bairro é camarário mas nós é que vivemos aqui.

D.W: Quais são então os principais problemas que existem no bairro?

V.M: Não existe segurança pública. Não é um bairro perigoso pelas pessoas que cá vivem, o que é perigoso é existirem muitas crianças na rua á noite, e haverem carros a passarem a alta velocidade, apesar das ruas serem pequenas, a qualquer momento podem apanhar uma criança. Por isso o problema está na falta de policiamento e na falta de segurança rodoviária.

D.W: Mais problemas de que se recorde.

V.M: Tem que haver mais apoio dado a algumas famílias grandes. Apesar de receberem o Rendimento por parte da Segurança Social precisam de ainda mais. De roupa de alimentos e deve haver instituições que podem presta-lo.

D.W: E coisas boas?

V.M: Faz falta espaços aqui para crianças. Porque não há espaços para as crianças brincarem. Não há um espaço de lazer dentro do bairro. Não há um jardim. As árvores que há estão à porta de cada prédio dão sombra nesses locais. E como eu não gosto que venham conversar para a porta do meu prédio, também não vou para a porta dos outros. Se houvesse um espaço onde nos pudéssemos juntar, era uma mais valia para este bairro. Também fazem falta creches. Temos o CEBESA mas não consegue dar resposta a tudo. Esses espaços fazem falta. Também podiam organizar uma festa cultural porque pode ajudar-nos a conhecer melhor os outros e a sua cultura. Porque há coisas que não são tão respeitadas porque não são conhecidas e se eu conhecer passo a respeitá-los mais e a conhece-los melhor. Também faz falta aqui um centro de convívio para idosos.

D.W: Aspectos positivos da urbanização?

V.M: É o local, não é? Que é fabuloso. Nós estamos no centro da cidade, ao nível dos transportes temos o comboio, o metro, o autocarro. As casas são boas com boas dimensões. E acho que aqui as pessoas respeitam-se umas às outras. Porque há uma questão ou outra mas passageira, porque conflitos de grande natureza aqui não existem e isso é muito bom.

D.W: Acha que era bom haver uma associação de moradores aqui no bairro?

V.M: Eu pergunto-me é porque é que ainda não existe.

D.W: Porque é que fazia falta?

V.M: Podíamos contribuir para criarmos desta associação uma mais valia para a nossa vida diária. Tínhamos uma entidade a quem recorrer e que possivelmente nos desse respostas mais rápidas que aquelas que a câmara nos está a dar. Porque sabemos que a comissão de moradores terá mais força que aquilo que terá apenas um morador. Mesmo para a preservação dos prédios em si, considero que é essencial porque as pessoas poderiam fazer aí as reuniões e sentiam-se entendidas porque também eram moradores do bairro, não é? Penso que vale sempre a pena que haja uma entidade neste bairro.

D.W: Obrigada!

V.M: Obrigada!

Entrevista 9
Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 30

Hora de fim: 15h 46

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: I.G.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

I.G: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

I.G: Na minha opinião acho que as reuniões são muito importantes para vermos o que é que temos de melhorar no bairro. Isto para que as pessoas entendam que o bairro é para ficar melhor e não para destruir conforme tem estado.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram, com os residentes do prédio em que vive, organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

I.G: Sinceramente não sei, já não me recordo. Desde que eu sou representante do prédio viemos aqui duas vezes. Mas eu sei que já existiram mais duas ou três em que eu não pude estar.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

I.G: Sinceramente não sei, não me recordo.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

I.G: Poucas, umas 5 pessoas.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

I.G: No meu prédio não têm existido muitos problemas mas ajudam sempre as reuniões para nos lembrarmos de que temos que manter as coisas em condições. Mas dizer que temos problemas no prédio não é verdade.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

I.G: Eu acho que não houve nenhuma. Porque quando há alguém que tem alguma queixa vêm logo aqui ao gabinete. Nós organizamo-nos sempre em relação á limpeza e a pôr as lâmpadas e quando tivemos um problema grave com uma pessoa lá do prédio que tinha problemas de saúde viemos ao gabinete e a doutora ajudou-nos a resolver.

V:F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

I.G: Eu acho que é boa porque apesar de não ter estado na reunião já tinha sido falado que o sistema geral de electricidade estava estragado e no ano passado a Câmara foi lá repara-lo. Foi um aspecto positivo das reuniões.

V:F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização.

I.G: Acho que sim.

V:F: Porquê?

I.G: Para ver se isto melhora.

V:F: É importante existirem representantes de prédio?

I.G: No meu prédio acho que não era fundamental haver um representante de prédio mas há ai prédios em que tinha de ser mesmo, porque as pessoas não estimam as coisas, partem e destroem.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

I.G: Festa dos Vinhos e Milha Urbana.

V.F: Considera importante a realização deste tipo de actividades?

I.G: Sim, para haver mais convívio das pessoas umas com as coisas. E é divertido. Aqui há muita etnia cigana, não é? E há muita gente que faz a discriminação entre etnia cigana e não cigana e eu acho que é bom haver esses convívios com todos, porque todos somos humanos.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

I.G: Aqui os desacatos que há é só mesmo entre os ciganos e quem está por fora muitas vezes não se consegue aperceber do que é que se passou. Mas fora disso é um bairro calmo. De vez em quando é que há algum barulho mas este bairro é mais calmo que os outros.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

I.G: Eu penso que devia de haver aqui uma igreja. Já foi pedido e eu não sei porque é que a câmara não concede o espaço para haver aqui uma igreja. Isso era importante porque há aqui muita gente que faz parte da igreja Filadélfia cigana. Que podia ter mais convívio com estes jovens, que estão crescer, para eles não desencaminharem para outras coisas. E há aqui muita gente que pertence à igreja Filadélfia e tinha projectos para aqui. Mesmo assim é importante existir aqui o projecto A RODAR porque neste espaço de tempo que aqui estão já se nota muita diferença. Já ficam aqui e tomam conta das crianças mas pronto, apesar das crianças não estarem tão rebeldes como estavam, acho que pode haver mais espaços destes para melhorar mais o bairro.

V.F: E acha que as pessoas que tinham colocado essa hipótese ainda continuam a insistir?

I.G: Sim e para além da igreja devia de haver uma farmácia.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta aos residentes aqui do bairro?

I.G: Acho que sim para melhorar o bairro em si, porque está um pouco destruído. E acho que essa associação também tinha a função de dizer aos mais novos que tinham de estimar o bairro para não o estragarem, senão daqui a 3 ou 4 anos está ainda pior.

V.F: Obrigada!

I.G: Obrigada eu.

Entrevista 10

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 45

Hora de fim: 15h 15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: A.R.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

A.R: Boa tarde!

V.F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

A.R: Eu acho que são muito importantes para as pessoas poderem ter oportunidade de expor os seus problemas e resolver os seus problemas, que é isso que eu faço normalmente quando venho aqui. Só é pena é as pessoas não aparecerem. Mas eu estou num prédio em que a maioria são famílias ciganas portanto são eles que têm a força, que definem as regras deles e às vezes isso é complicado. Se fazem alguma coisa que eu não acho correcto eu nem sequer posso chamar á atenção porque eu sinto-me a minoria ali no prédio. Mas são os ciganos os próprios a dizerem que não deviam estar tantos num prédio.

V.F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

A.R: Algumas. Umas 5 reuniões.

V.F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

A.R: Com intervalos de um ano, por aí.

V.F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

A.R: Infelizmente eu e uma vizinha minha, éramos dois. Não aparece mais ninguém.

V.F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

A.R: Bem um problema de ordem de construção foi resolvido e outros também foram. Agora os comportamentos dos ciganos não se alteram assim de um dia para o outro. Também já houve técnicos da câmara que repararam o sistema geral de electricidade do prédio.

V.F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

A.R: Nenhuma, no meu prédio nenhuma.

V.F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

A.R: Para mim tem sido favorável porque os aspectos que eu coloquei foram resolvidos. Só há um que ainda se mantém que é uma situação de humidade que ainda está em falta. E em relação a isso estou satisfeito.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização.

A.R: Acho muito bem as reuniões existirem.

V.F: Porquê?

A.R: Porque ajuda a que as pessoas, para já se conheçam melhor e convivam, porque lá no prédio é complicado. As pessoas assim poderiam falar de coisas que só se falam nestes contextos e que é mais difícil serem falados lá no prédio. É uma forma de ajudar a resolver as coisas.

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

A.R: Eu acho que era bom, agora quem? No meu prédio devia de haver uma pessoa que controlasse aquilo. Não são os adultos que destroem o prédio são as crianças mas agora quem é que os vais chamar á atenção, se nem os pais deles chamam? Os ciganos não querem assumir essas coisas. Só se for para nós. Eu até podia aceitar mas é um fardo muito pesado.

V. F: E se essa responsabilidade fosse partilhada com outra pessoa?

A.R: Eu acho que sim porque era uma forma de eu falar com as pessoas mas eles sabiam que era porque eu era responsável. Depois vê-se isso.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

A.R: Sei que já se realizaram mas eu não tenho feito parte. Houve algumas com as crianças que eu me lembre. Vamos lá a ver, eu vejo que também houve coisas em que o CEBESA participou. Mas estas crianças às vezes não respeitam ninguém porque os pais também não as educam dessa forma, porque eles deviam dar-lhes mais regras. Mas de facto o A RODAR tem sido muito importante. Mas acho que deve continuar a haver este tipo de actividades porque são muito importantes para melhorar e sensibilizar as mentalidades destas crianças.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

A.R: As pessoas não sabem estar. Não são todas mas há pessoas que não sabem estar. Depois há muito barulho. Mas não é só aqui é em todos os bairros sociais. Mas aqui os miúdos ciganos são complicados porque os pais não os chamam á atenção e faltam muito ao respeito. Mas o principal problema é mesmo o barulho. Mas eles metem-se na vida deles, não se metem com mais ninguém. Mas há dois tipos de ciganos: há os ciganos que são os que se sabem comportar e há á a ciganagem que são os mais desordeiros. Mas só é um problema porque estes não se querem mesmo inserir.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

A.R: É um bairro sossegado. Que se vier aqui alguém que não seja de cá, não lhes fazem mal. Não há assaltos. No início era mais complicado mas agora já aprendemos a conviver uns com os outros. Outra coisa boa é o A RODAR porque nota-se a melhoria no comportamento das crianças: já estão mais obedientes; já não incomodam tanto os outros, nem vandalizam. É um bairro que não dá problemas. Se bem que de dia é uma coisa e á noite é que há barulho. Mas não é sempre...

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta ás pessoas que vivem neste bairro?

A.R: Sim, uma associação de bairro constituída por todos. Mas tem de ser por ciganos e não ciganos. Também era importante haver mediadores para ajudar a melhorar aqui as coisas.

V.F: Obrigada!

A.R: Foi um prazer.

Entrevista 11

Representantes de prédio e moradores

Data: 14 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h450

Hora de fim: 15h00

Local: Centro de Bem Estar Social da Amadora – CEBESA

Entrevistador: Dra. Rita Gomes

Entrevistado: I.J.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Rita Gomes (R.G): Boa tarde!

I.J: Boa tarde!

R.G: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

I.J: É bom, porque assim podemos falar sobre os prédios, porque há algumas coisas que estão muito mal. No meu prédio só as campainhas é que estão todas partidas porque são os miúdos que moram lá que não sabem estimar.

R.G: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

I.J: Várias, pelo menos umas 3 ou 4.

R.G: Com que frequência?

I.J: Um ano ou 6 meses, mais ou menos.

R.G: Quantas pessoas estiveram presentes?

I.J: Que eu me lembre, éramos 03 ou 04, não éramos mais. Nós somos 12 no prédio. Portanto não estive muita gente.

R.G: Que soluções foram encontradas após essas reuniões?

I.J: Ali a única que fala de tudo sou eu. Que chamo á atenção quando tenho que chamar. Mas as coisas melhoraram, ao nível da limpeza, principalmente.

R.G: E quantas reuniões já existiram organizadas pelos moradores do prédio?

I.J: Nenhuma só houve as que o gabinete convocou.

R.G: Qual é a sua avaliação das reuniões de moradores que se realizaram desde o inicio do realojamento até agora?

I.J: Avaliar? Não sei como é que hei-de avaliar porque nas reuniões falam-nos das coisas, como é que devem ser e como não devem ser, só que depois ninguém cumpre. Por exemplo eu tenho cuidado mas há outros que não têm cuidado, é complicado. Porque se eu disser que precisamos de reparar a fechadura e me disponibilizar para a comprar aí já me dá toda a gente dinheiro. Vou porta a porta e toda a gente contribui. Não tenho razão de queixa de ninguém.

R.G: Então vocês organizam-se mas não fazem reuniões?

I.J: Pois vamos estando mais ou menos organizados mas não fazemos reuniões. Por exemplo se é preciso comprar algumas coisas, a fechadura para a porta do prédio, eu vou ver quanto é que custa, digo a todos, peço dinheiro e todos dão. Não há problema nenhum. Mas tenho de ser eu a pedir senão eles não cuidam. Está ali a fechadura estragada e ninguém faz nada.

R.G: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes neste bairro?

I.J: Sim mas só com as pessoas do gabinete da Câmara porque só assim fazem caso, porque devem de ter medo de perder as coisas se não respeitarem o que dizem, não sei.

R.G: É importante existirem representantes de prédio?

I.J: Acho que sim, que devia de haver algum representante. No meu prédio nunca se chegou a eleger ninguém mas quando precisam de alguma coisa para lá é a mim que me dão o dinheiro porque eu não sou cigana e todos dão. Se for um cigano a pedir eles não dão.

R.G: Porque é que devia existir um representante?

I.J: Porque devíamos ter. Para haver alguém que ficasse responsável, todos os meses toda a gente dava algum dinheiro e já se podiam compor as coisas. No meu prédio não há luz e se houvesse esta organização já podíamos resolver este assunto.

R.G: Quais as actividades comunitárias que já se realizaram nesta urbanização?

I.J: Já houve bastantes. Eu não vou, os meus filhos é que já foram. Iam passear, iam á praia. Também já houve a Festa do Vizinho, as corridas para as crianças.

R.G: Considera importante que haja actividades aqui no bairro.

I.J: Sim, pelo menos para as crianças e para as pessoas que poderem ir e que gostem, acho que sim. Porque aqui no bairro também deviam fazer a comemoração dos Santos Populares, por ruas. Era um divertimento para as pessoas, não é?

R.G: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

I.J: Ralis de carros. Na rua onde eu moro deviam de por lombas, devíamos de assinar todos a pedi-las. Porque fazem tanto barulho que não deixam dormir ninguém. Há um grupo que se junta até às 04 ou 05 da manhã, ficam a rir e fazer barulho e como eles não trabalham não se importam com o resto.

R.G: E quais as mais valias, as coisas boas que existem no bairro?

I.J: Por exemplo o que têm feito pelos crianças no A Rodar, porque têm paciência para os ensinar a comportarem-se bem, também brincam com elas. Acho muito bem, porque se viu uma mudança boa a este nível.

R.G: Mas identifica mais aspectos positivos, mais valias aqui no bairro?

I.J: Devia era de haver um espaço para as pessoas de idade porque, com tantos que cá moram, era bom que tivessem um lugar para irem nos seus tempos livres.

R.G: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem nesta urbanização.

I.J: Podia ajudar para se falar com as pessoas para terem um comportamento correcto aqui no bairro. Porque eu falo mas era bom que fossemos mais. Para termos as ruas mais limpas, porque aqui não há asseio. Todos mandam o lixo para o chão. As pessoas não têm cuidado.

R.G: Obrigada pela sua participação!

I.J: De nada.

Entrevista 12

Representantes de prédio e moradores

Data: 12 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 00

Hora de fim: 14h 15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: M.S.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

M.S: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.S: Acho que é importante para as pessoas comparecerem e tentarem melhorar as situações do prédio.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

M.S: Duas reuniões, que eu me lembre. Quando eu tomei conhecimento vi sempre.

A.S: De quanto em quanto tempo é que ocorreram essas reuniões?

M.S: Foi de dois em dois anos. Mas a última foi o ano passado

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

M.S: Éramos 05 pessoas.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

M.S: Não aconteceu nada. O prédio continua na mesma. Não houve vistoria nenhuma que eu tenha tido conhecimento. Não houve nada feito.

A.S: Quantas reuniões é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

M.S: Acho que reuniões não. Mas já temos falado entre nós de varias coisas que devíamos melhorar ali no nosso prédio.

A.S: Com que frequência?

M.S: Muita. Falamos quase sempre disso.

A.S: Quem é que costuma ter a iniciativa desses diálogos?

M.S: Normalmente eu e o Sr. Afonso é que falamos nesses coisas.

A.S: E depois fazem alguma coisa para as coisas melhorarem?

M.S: Conseguimos uma vez dar todos dinheiro para colocarmos os interruptores da luz, e mudar as lâmpadas mas depois voltou tudo ao mesmo. E isso também aconteceu depois de uma reunião que tivemos aqui no gabinete. Mas ali não vale a pena pôr nada. Porque colocamos e passada uma semana já está tudo estragado, novamente. Do que se pôs lá, já não há lá nada.

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o inicio do realojamento até agora?

M.S: É importante continuarem a existir reuniões de moradores com o Gabinete para juntos falarmos dos problemas e tentarmos solucioná-los.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

M.S: Sim, eu acho que sim. Porque se fala de determinados assuntos de forma organizada e sempre é uma forma de estar que vai ficando e que se pode usar noutras alturas.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

M.S: num aspecto é importante mas as pessoas não respeitam isso. Os moradores não o respeitam porque é um morador. Para eles um representante ou não representante é a mesma coisa que nada. Por isso é que nós no nosso prédio não temos representante.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

A.R: Actividades de praia com as crianças, irem passear, jogar á bola, fazer skate, andar de cavalo.

A.S: E aqui no bairro?

M.S: É a Festa do Vizinho que fazem todos os anos e as corridas que também fazem aqui no bairro.

A.S: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

M.S: Sim, sim. As crianças estão mais ocupadas e não andam tanto tempo por aí na rua e não vão a certos sítios que não devem de ir e assim aprendem outras coisas boas e outras maneiras de estar. Aprendem a saber lidar com certas situações.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

M.S: Há muitos mesmo. Olhe, há muita falta de respeito. É os ralis que fazem durante a noite, tanto barulho que uma pessoa não consegue dormir. Toda a noite. Acho que o bairro está sempre muito sujo. Ele é limpo todos os dias pelos varredores mas parece que a pessoas não reparam nisso e ainda sujam mais. O jardim dos baloiços já não é jardim porque parece mais uma sucata que para ali está. Já foi renovado mas está outra vez pior. Não há cuidado pelas coisas, pelas árvores, pelos contentores. Não respeitam nada e vandalizam tudo.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

M.S: É o bairro estar bem situado porque temos daqui acesso a tudo. As casas também são muito boas. Se a pessoa souber estimar as casas, são ótimas. E eu falo por mim que vivi numa barraca tanto tempo e entrava vento por todo o lado, chovia por todo lado e agora é um conforto. E os prédios em si também são bons. Só que há certos moradores que não conseguem manter as coisas em condições. O bairro tem escolas perto, tem transportes para todo o lado perto, tem tudo bom ao nível da localização. Não nos podemos queixar.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

M.S: Sim, talvez ajudasse um bocado.

A.S: Porquê?

M.S: Talvez os moradores que costumam estragar as coisas começassem a respeitar mais as pessoas porque eram chamados à atenção. Eram chamados à atenção mas por moradores que tinham esta responsabilidade de querer manter as coisas em ordem e aí como eles viviam aqui, e conheciam os hábitos dos que costumam fazer mal, já podiam falar mesmo com o conhecimento das coisas por dentro. Porque é muito diferente vir para aqui trabalhar ou viver aqui.

Mas eu acho que devia de haver aqui uma esquadra porque havia outra autoridade e talvez eles sossegassem um bocado mais.

A.S: Obrigada!

M.S: Obrigada!

Entrevista 13

Representantes de prédio e moradores

Data: 17 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 00

Hora de fim: 15h 15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistada: M.V.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

M.V: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.V: São importantes para incentivar o bom entendimento entre os moradores, e para ver se todos concordam em tratar melhor os prédios.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

M.V: Umas 03 ou 04 reuniões.

A.S: De quanto em quanto tempo é que ocorreram essas reuniões?

M.V: Todos os anos há uma.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

M.V: Estavam 05 pessoas presentes do prédio, portanto éramos a maioria.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

M.V: Quando nós falamos aqui das coisas, depois vamos para o prédio e dizemos isso aos que não estiveram na reunião e depois tentamos reparar o que está mal, que nos cabe a nós.

Na última reunião foi a minha vizinha que ficou responsável por ir pedir orçamentos para a fechadura da porta do prédio mas ela não sabia onde havia de ir e eu expliquei-lhe onde é que ela podia ir. Depois dela saber quanto é tem de vir falar com os outros moradores do prédio e dizer qual o valor total para dividirmos por todos e compormos a fechadura. Ela disse logo que fazia mas que já sabia que havia pessoas que concordavam e outras que não. Eu respondi-lhe que eu dava a minha parte logo que pudesse. Nesta ultima reunião a solução foi colocarmos a fechadura na porta de entrada do prédio.

A.S: Quantas reuniões é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

M.V: É quando nós vimos que é preciso pôr alguma coisa. Não é assim uma reunião como vocês organizam aqui. Encontramo-nos nas escadas e falamos que devíamos de pôr os espelhos dos interruptores ou as lâmpadas e depois organizamo-nos e vamos comprar por, exemplo por andar. Eu vejo que falta uma lâmpada e ponho, não vou tocar à campainha da minha vizinha a pedir para ela a pôr. Depois para a próxima põe ela. No andar de baixo põem as minhas vizinhas. E é assim.

Agora também temos esta questão de pormos a fechadura. Já falámos algumas pessoas, somos 8 famílias lá no prédio e 04 já disseram que querem contribuir para a colocarmos.

A.S: Com que frequência?

M.V: Assim dessa maneira não lhe sei dizer mas agente de vez em quando fala. Ou porque as escadas não estão a ser bem limpas, então organizamo-nos e vamos limpar. Ainda há dias andamos a passar com um produto próprio no corrimão de alto a baixo no prédio todo e agora está limpinho.

A.S: Quem é que costuma ter a iniciativa desses diálogos?

M.V: Sou eu e a minha vizinha de baixo que costumamos ter assim mais cuidado com as coisas do prédio.

A.S: E depois fazem alguma coisa para as coisas melhorarem?

M.V: Sim claro. Como já lhe disse é mais a questão da limpeza, das lâmpadas, dos espelhos dos interruptores

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o inicio do realojamento até agora?

M.V: Acho bem e de vez em quando deve de haver a reunião mas têm que estar todos presentes. Não é estarmos metade e depois os outros não colaborarem naquilo que aqui fica combinado. É estarmos todos, falarmos o que temos de falar na cara das pessoas. Não é as pessoas não virem. É quando se fazem as reuniões estarem as pessoas dos prédios para haver compromisso.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

M.V: Eu acho que sim porque se houver reuniões de moradores em todos os prédios e se as pessoas cumprirem com os cuidados, as limpezas e o estimar-se as coisas, em todos os prédios, é mais fácil manter o bairro organizado. Porque o bairro até bonito. Este bairro é um bairro bonito, está bem situado, nós estamos perto de tudo. Já tenho ido a outros sítios e não vejo nenhum tão bonito como este. Mas também o têm destruído muito, porque não sabem estimar as coisas parece que não têm gosto pelas coisas. Se houver reuniões e se as pessoas vierem às reuniões pode ser que sejam chamadas à atenção para estimarem as coisas e melhorarem a imagem dos seus prédios e assim melhorarem a imagem do bairro.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

M.V: Eu acho que sim que era importante existir representante de prédio, porque assim quando se fundisse uma lâmpada ou fosse necessário substituir um espelho de um interruptor havia alguém com quem podíamos ir falar para arranjar. Ou então trazia a factura e mostrava-nos. Podíamos dar uma verba todos os meses e depois essa pessoa tinha sempre condições para fazer as coisas. Também era alguém que ficava de chamar os moradores à atenção para cuidarem melhor dos espaços do prédio. Quando precisássemos de qualquer coisa para o prédio já lá estava o dinheiro, escusávamos de estar a tirar do nosso naquela altura.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

M.V: As actividades no A RODAR.

A.S: E aqui no bairro?

M.V: Houve a Festa do Vizinho e este ano foi muito bonito, também me lembro da Milha Urbana e eu andei lá a pular e a saltar com o meu filho e outras crianças. E eu gosto muito dessas actividades e acho que devia de haver mais actividades dessas para elas e para nós.

A.S: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

M.V: Se houvesse essas actividades organizadas era diferente. Porque já vínhamos com um propósito. Eu gastava que houvesse para a minha idade também para poder distrair, conviver com outras pessoas. Por exemplo podia ser qualquer coisa de cozinha ou de costura, aprendermos, sei lá... Era bom, nós distraímos. Eu gostava. Nós andávamos numa turma para aprender a ler e a escrever, mas muitas começaram a faltar e agora já não temos. E eu gostava, porque para além de aprendermos estávamos a conviver com outras pessoas aqui do bairro e eu conheci pessoas que não conhecia.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

M.V: É as confusões que os ciganos arranjam e os desacatos e o barulho que fazem. Os conflitos são todos entre a comunidade cigana, não há outros conflitos com mais ninguém. E também é o desrespeito das pessoas ciganas porque às vezes os filhos deles estão a estragar coisas aí na rua e nós chamamos á atenção e é logo uma agressividade, uma discussão que não se pode dizer nada.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

M.V: É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo, de escolas, de farmácias, de lugares de comércio, de transportes, do centro da Amadora. O sítio é muito bom. Também gosto muito da minha casinha. Eu gosto de estar aqui porque apesar de alguns barulhos isto é um bairro sossegado. É um bairro bonito, só é pena é que esteja muito estragado.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

M.V: Eu acho que sim.

A.S: Porquê?

M.V: Porque havia de haver alguém para ter mão nisto. Para não estragarem o bairro. Porque se formos nós a chamar à atenção eles tratam mal agora se for alguém a quem eles não possam faltar ao respeito e se essa pessoa morar cá melhor ainda porque os conhece e porque conhece a família deles. Pode ser que assim tenham respeito à pessoa. É importante que essa pessoa seja uma pessoa mais velha porque também seria respeitada pelas famílias daqui o que era bom.

A.S: Obrigada!

Entrevista 14
Representantes de prédio e moradores

Data: 17 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 45

Hora de fim: 15h 25

Local: Residência da moradora

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: S.V.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

S.V: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

S.V: Para mim é importante porque nós falamos sobre a organização do prédio e isso é o mais importante e é nessas reuniões que nos tentamos organizar melhor e discutimos alguns aspectos como a maneira como é feita a limpeza.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

S.V: Cerca de 3. Não tenho a certeza.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

S.V: Deve ter sido uma reunião por ano.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

S.V: A maior parte das pessoas. Somos 10 famílias e estivemos representadas 07 famílias.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

S.V: No gabinete discutimos vários aspectos e as pessoas lá comprometem-se e depois chegamos ao prédio e há sempre pessoas que não cumprem com o que foi combinado. Neste momento continua o R/C ocupado com as velharias e os meus vizinhos tiram num dia e colocam no outro. Fazem isto porque são ciganos, senão não era assim. Neste momento eu tenho vergonha de trazer alguém aqui à minha casa por causa do mau aspecto em que está a entrada do prédio.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

S.V: Já fizemos uma reunião por causa da limpeza do prédio e chegámos a colocar uma grelha para dividir os dias da limpeza por todos. Isso foi cumprido durante uma semana depois deixou de funcionar. Não vale a pena.

V:F: Voltaram a fazer mais alguma reunião no prédio?

S.V: Creio que foi só essa e depois como não resultou não fizemos mais nenhuma.

V:F: Quem é que a organizou?

S.V: Fui eu e a minha vizinha do lado por causa da organização da limpeza das escadas, porque aqui não conseguimos manter o prédio limpo. Limpamos agora daqui a 05 minutos já está tudo sujo.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessa reunião?

S.V: Éramos todos só faltou um vizinho.

V:F: Quais é que foram os contributos, os resultados dessa reunião.

S.V: A reunião foi marcada para todos nos organizarmos e para cada um cumprir a sua parte. Só que chegámos à conclusão que cada havia pessoas que cumpriam e outras que não. E ninguém quer estar a limpar para os outros sujarem.

V.F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

S.V: Sinceramente, eu acho que não serviu de nada. Porque o prédio continua exactamente como estava. Está sujo, continuam a acumular aquele lixo no átrio, há barulho até às tantas da noite.

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

S.V: Eu acho que é importante haver um representante mas acho que ter um representante no nosso prédio não vai servir de nada. Porque eles não alteram o comportamento deles. É só bichos aqui. Situação que eu nunca tive nas barracas.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

S.V: Foi a Festa dos Vizinhos e a Milha Urbana. Concordo e acho que devia de haver mais porque é uma maneira de convivermos e estarmos todos juntos e promover mais união entre os moradores.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

S.V: Eu gosto de morar neste bairro mas não suporto toda a porcária, o lixo que os ciganos fazem, principalmente aqui à porta do meu prédio, é demais. Eu preferia estar separada deles. Acho que ciganos, brancos e pretos não deviam de estar juntos. Porque os ciganos são muito porcos e se eles são porcos deviam de viver eles no meio da porcária não nos deviam de sujeitar a isto. Não quero ser racista mas já estou muito, muito farta. E eu acho que devia de existir aqui uma esquadra. Ainda no fim-de-semana passada houve tiroteio e a policia veio e não fez nada. E eles continuam aí.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

S.V: É o local porque aqui estamos perto de tudo.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

S.V: Eu acho que poderia contribuir mas neste prédio não acredito que isso aconteça. Porque aqui é mesmo muito complicado. Eu só posso falar por mim. Acho que há prédios organizados mas este não. Só acredito nisso da associação se estes moradores alterarem o comportamento. Porque o que eu gostava mesmo, era de ter possibilidades de sair um dia deste bairro, estou mesmo muito farta.

V.F: Obrigada!

S.V: De nada, obrigada eu!

Entrevista 15

Representantes de prédio e moradores

Data: 18 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 05

Hora de fim: 15h 17

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: M.F.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

M.F: Boa tarde!

V.F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.F: É importante para se tentar organizar melhor os moradores no prédio, por causa da limpeza e de estimarmos os prédios.

V.F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

M.F: Eu já cá vim aí umas 03 ou 04 vezes.

V.F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

M.F: De 06 em 06 meses.

V.F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

M.F: Sempre muito poucas, houve uma em que só vim eu sozinha mas na ultima éramos duas pessoas.

V.F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

M.F: Depois das reuniões as coisas ficam melhores mas depois volta a ficar tudo na mesma. Isto em relação á falta de limpeza no prédio e ao barulho, principalmente.

V.F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

M.F: Acho que nunca nos organizamos. Só há pouco tempo é que nos juntamos á porta do prédio, estavam a maioria de pessoas que vivem no prédio, devíamos ser uns 8.... e estivemos a falar em relação á limpeza mas as coisas não ficaram definidas. Aqui há uns tempos também faltava a fechadura e a mola na porta do prédio e os moradores do R/C estiveram a repara-la. Mas assim termos uma reunião todos juntos, nunca aconteceu.

V.F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o inicio do realojamento até agora?

M.F: Era melhor se todos os moradores viessem e estivessem presentes porque como vimos sempre muito poucos, depois é muito difícil organizarmo-nos entre nós. Eu acho que cada vez há mais barulho e é difícil nós reunirmo-nos para nos organizarmos.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização.

M.F: Não sei. Acho que sim se as pessoas participassem nas reuniões e quisessem organizar-se. Porque se as pessoas não vão as reuniões também parece que não estão muito interessadas em se organizarem. Não é?

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

M.F: Isso era importante porque já não havia tantas coisas como há em prédios.

V.F: Que coisas?

M.F: Se houvesse uma pessoa ou duas com essa responsabilidade talvez as pessoas respeitassem mais os outros e melhorassem o seu comportamento. Não fizessem tanto barulho e contribuíssem para isto ser melhor.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

M.F: Foi a Festa do Vizinho e a Milha Urbana. Eu sei que houve mas eu estava a trabalhar. Acho importante que haja para dar mais vida ao bairro.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

M.F: São os ciganos porque eles não respeitam ninguém. É o barulho que fazem aqui.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

M.F: Não encontro nenhum.

V.F: Não está a lembrar-se de nada de bom que exista aqui na urbanização?

M.F: De nada. Devia era de haver um café, uma mercearia e uma esquadra da polícia. Isso é que era o principal. Isso é que fazia falta.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

M.F: Acho que sim porque os moradores daqui do bairro sabem melhor do que ninguém o que aqui se passa e se eles se tentassem organizar para tentar melhorar aqui a situação isso já era muito bom.

V.F: Agradeço a sua disponibilidade!

M.F: Obrigada!

Entrevista 16

Representantes de prédio e moradores

Data: 19 de Agosto de 2009

Hora de início: 16h35

Hora de fim: 16h55

Local: residência do morador

Entrevistadora: Dra. Diana West

Entrevistado: S.V.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Diana West (D.W): Boa tarde!

S.V: Boa tarde!

D.W: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

S.V: Quando nós vamos às reuniões de moradores é para dizermos como é que as coisas estão no prédio em relação à maneira como as pessoas estão no prédio e se comportam em relação ao barulho, à limpeza e essas coisas todas. É importante haver reuniões mas as pessoas daqui não participam.

D.W: Quantas é que já fizeram?

S.V: Já fizemos 03 reuniões mas as pessoas não participam.

D.W: E foram quantos moradores à reunião?

S.V: No ano passado fui eu e uma vizinha, este ano fui só e na primeira éramos 03 pessoas.

D.W: E de quanto em quanto tempo é que se realizaram?

S.V: Acontecem uma vez por ano.

D.W: E depois dessas reuniões que alterações é que aconteceram no prédio?

S.V: Agora eu sou a representante do prédio e quando cheguei organizei as pessoas aqui para a limpeza do prédio mas as pessoas não respeitam os dias estipulados apesar de o limparem. Também pedi para retirarem as coisas que estão aí nas escadas a ocupar e que não deviam de estar. Não tiraram no dia que eu falei mas agora parece que tem vindo a tirar. Também falei da campanha de pintura do prédio que vamos ter para as pessoas ajudarem e elas disseram que ajudavam. Agora vamos ver.

D.W: Realizaram vocês, alguma vez, alguma reunião, para organizarem alguma coisa em relação ao prédio?

S.V: Não. Aqui reuniões é só quando o Gabinete Técnico convoca. As pessoas não querem saber.

D.W: Mas quando tentou organizar desta vez os moradores foi numa reunião?

S. V: Não eu fui falando com as pessoas á porta ou á medida que as ia vendo. Não conseguimos fazer reunião mesmo todos juntos.

D.W: De uma maneira geral como é que avalia o processo das reuniões de moradores?

S.V: É bom haver reuniões de moradores mas as pessoas não vão. Quando vêm fazer a divulgação dizem que vão e que comparecem e depois no dia ninguém aparece a algumas pessoas até dizem para eu dar desculpa.

D.W: Mas acha que as reuniões de moradores contribuem para ajudar os moradores a organizarem-se aqui no bairro?

S.V: Acho que há poucos prédios em que as coisas funcionam bem porque eles estão organizados em relação á limpeza, por exemplo. Apenas uns dois ou três, que eu tenha conhecimento, nos outros as pessoas não querem saber.

D.W: E acha que é importante existirem representantes de prédio?

S.V: Eu acho que é importante. Porque eu, como representante, falo com o gabinete e depois eles lá acabam por nos ajudar a resolver. Ou resolve a câmara e ajudam-nos.

D.W: E em relação a actividades comunitárias aqui no bairro, de que é que se recorda?

S.V: Da Festa do Vizinho e a Milha Urbana.

D.W: Considera importante a realização destas actividades aqui no bairro?

S.V: Claro que sim, acho que é muito bom. Porque as pessoas estão ocupadas e convivem. Mesmo agora com o A Rodar as coisas estão muito melhores porque quando não existia era muito complicado as crianças andava na rua e portavam-se muito mal, agora já estão muito melhores. Fazem as actividades e aprendem mais coisas, fazem passeios e estão mais calmos.

D.W: Quais são então os principais problemas que existem no bairro?

S.V: Os principais problemas são as zangas entre os ciganos porque eles fazem muita confusão. Ainda no fim-de-semana passada houve o tiroteio aqui, veio a policia e foi tanto barulho. Toda a gente ficou preocupada.

Era também melhor se os ciganos vivessem mais em comunidade e respeitassem os outros. Porque se eles soubessem estar, e conversar em condições que desse para entenderem o certo e o errado e a importância de estimarem as coisas, não fazerem barulho de noite, tudo corria melhor. Mas nem todos os ciganos são iguais, há ciganos educados com quem nós podemos falar mas há outros muito complicados e vão logo muito agressivos. É complicado.

Mas era bom que houvesse aqui uma esquadra porque se houvesse tiroteio depois estava logo cá a policia e se calhar se cá estivesse a policia, não havia tiroteio. Porque assim eles não demoravam a chegar.

D.W: E coisas boas?

S.V: o A RODAR e fazia falta haver mais actividades no A RODAR.

D.W: Acha que era bom haver uma associação de moradores aqui no bairro?

S.V: Isso ía ser bom porque eram as pessoas que viviam no bairro que se organizavam para ver o que é que fazia falta e o que podiam fazer.

D.W: Obrigada!

S.V: Obrigada!

Entrevista 17
Representantes de prédio e moradores

Data: 19 de Agosto de 2009

Hora de início: 15h 00

Hora de fim: 15h 20

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: C

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

C: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

C: Eu acho que sim que é importante mas se as pessoas participassem porque nós somos 15 inquilinos e só uma pessoa é que vem. Assim não se consegue resolver nada

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

C: Acho que foram três.

A.S: De quanto em quanto tempo é que ocorreram essas reuniões?

C: Acho que foi de dois em dois anos.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

C: Éramos sempre mais ou menos 04 pessoas.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

C: Nós falamos aqui de algumas coisas mas depois é complicado porque nós chegamos ao prédio colocamos o espelho dos interruptores e depois voltam a estragar, porque como a porta não tem fechadura entram lá e estragam. Mas entretanto a minha vizinha comprou um fixo e agora aquele de lá não sai.

A.S: Quantas reuniões é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

C: Nenhuma como aquelas que se fazem no gabinete mas já conversámos entre nós algumas vezes aqui nas escadas do prédio. Porque mesmo por causa da limpeza nós já estamos organizadas logo desde o início do realojamento. Cada um limpa no seu patamar. E aí as coisas funcionam

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o início do realojamento até agora?

C: A avaliação não é negativa mas as pessoas não aparecem porque alguns entendem que como têm a renda paga não têm que vir cá. Se viessem podíamos resolver melhor outras coisas.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

C: Eu acho que sim se as pessoas comparecessem. Porque só se as pessoas vierem é que resulta. Há pessoas que têm medo dos ciganos e de dizerem á frente deles nas reuniões o que se passa porque ... Isto é assim, uma pessoa tem que os enfrentar para eles não nos pisarem. Eu não tenho medo deles mas há pessoas... Eu vejo coisas... Ainda no outro dia um cigano a ameaçar um senhor só porque ele chamou à atenção o filho dele. Isto não devia de ser assim. Mas também vai muito das pessoas.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

C: Eu acho que sim. Eles ali no prédio quando há um problema vêm todos ter comigo só que eu digo logo que eu não sou mais que eles e para eles virem ao gabinete.

A.S: Mas porque é que vão ter consigo?

C: Eu sei lá.

A.S: Mas acha que devia de haver representantes de prédio?

C: Devia de haver para haver alguma ordem. Porque ainda cá estávamos há pouco tempo e o cigano daqui partiu o vidro da porta do prédio. Eu fui ao gabinete para saber se a câmara mandava pôr ou como era. Vocês disseram-me que se tinha sido um acto de vandalismo quem tinha de pôr era quem tinha partido o vidro. E eu quando cheguei ao prédio disse isso às pessoas. Passaram-se uns dias e eles não meteram. Eu falei com um rapaz que eu conheço para vir cá pô-lo porque não queria ver aquilo assim. Mas o cigano quando viu o rapaz a pôr o vidro foi ter com ele pagou-o. Ora quando outra pessoa daqui partiu o vidro, não descansou enquanto esse homem não o colocou. E eu acho que assim é que devia de ser sempre.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

C: Sim da Festa do Vizinho e da Milha Urbana. Eu não costumo vir mas acho que é importante porque as crianças e as famílias estão ocupadas e participam, há mais convívio. E enquanto estão as crianças também estão ocupadas nas actividades do A Rodar e do CEBESA não andam aí pelas ruas a estragar nada, nem a faltar ao respeito a ninguém. Que essa é que é a verdade.

A.S: Então e porque é que acha que as actividades do bairro não são para si?

C: Porque eu gosto mais dos passeios que nós damos e das actividades que fazemos com o nosso grupo. Damo-nos todos bem, saímos daqui e isso para mim é melhor.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

C: Há tantas coisas que estão mal que eu nem sei.

A.S: mas o que é que acha que está mal?

C: É tanta coisa que eu acho que vocês no gabinete não conseguem resolver porque isto já é das pessoas. É o barulho.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

C: Coisas boas são os passeios, que agente tem visto coisas com vocês que se não fosse assim não conhecíamos. É muito bom quando vamos.

A.S: E outros aspectos positivos aqui no bairro?

C: Aqui? Daqui? É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo. Isso é muito bom. O mais complicado é os ciganos que alguns deles não respeitam ninguém. Mas isto teria de ser assim que é o que eu digo às pessoas. Há pessoas que dizem que eles nunca deviam de ter vindo para as casas connosco e que deviam de estar num sítio á parte. Não senhor! Eles também viviam nas barracas como nós tinham de vir também para aqui. Não iam fazer um bairro só para os ciganos e outro só para nós e outros só para os pretos. Ora isso não era nada de jeito. E não são todos os ciganos. Alguns é que não sabem estimar aquilo que lhes dão, nem sabem conviver no meio da sociedade e querem manter-se á parte. Mas não são todos. Há muita gente que as valoriza e que trata bem delas.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

C: Era importante porque se houvesse aqui uma associação formadas por nós moradores e se dividíssemos a responsabilidade das coisas, uns dias uns e outros dias outros, talvez as coisas ficassem melhores. Digo eu, não sei? Quem é que sabe melhor das coisas do bairro, do que quem cá vive? Todos eram chamados a dar a opinião e a colaborar porque se as pessoas cá vivem não querem ver isto mal. Não é? Eu acho que era assim.

Entrevista 18
Representantes de prédio e moradores

Data: 18 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 45

Hora de fim: 15h 00

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: A

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

A: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

A: São importantes para falar sobre os aspectos do prédio. O que estiver mal para ver se melhora. Isto ao nível da limpeza, da colocação das coisas que estão partidas e é preciso reparar, para ver se as pessoas fazem menos barulho.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

A: Umas 03 ou 04 reuniões.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

A: Sei lá. Deve ter sido mais ou menos um ano.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

A: Éramos poucos. Houve uma em que só vim eu. Este ano éramos 04 pessoas.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

A: Acho que não foram encontradas soluções para os problemas que apresentámos porque continuamos sem ter luz nas escadas; continua a haver interruptores partidos. Isso ainda não foi reparado.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

A: Não houve reuniões no prédio feitas por nós. No início tentamos organizarmo-nos ao nível da limpeza mas depois as pessoas deixaram de cumprir e agora cada um limpa o seu patamar. Os que limpam...

V:F: Quem é que teve a iniciativa de se organizarem a esse nível?

A: Foi a minha vizinha do 3º andar. E ainda tentou insistir mas só durante o primeiro ano depois viu-se que não dava em nada porque as pessoas não colaboravam. Umas cumpriam e as outras não, por isso agora estamos como já lhe disse.

V:F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

A: Não sei responder. Acho que foi um processo positivo porque também demonstra o interesse que a câmara tem em acompanhar os moradores e ver como é que as coisas estão a correr. Mas ali os nossos vizinhos de baixo, no prédio, são tão complicados. Não têm regras e enquanto eles forem assim as coisas não mudam. Não mudam porque eles não respeitam ninguém. E com eles ali não nos conseguimos organizar.

V:F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização.

A: Acho que sim se as pessoas colaborarem e se respeitarem. Se as pessoas forem às reuniões porque demonstram interesse e porque querem, de facto, criar condições para o bem-estar de todos. Agora se for para ser como é lá no meu prédio, em que pela frente vos dizem uma coisa e quando vocês os chamam á atenção eles dizem a tudo que sim e depois não cumprem com nada e ainda fazem pior... assim não, porque não estão a ser verdadeiras.

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

A: É importante existir mas tem de ter o apoio da câmara pelo menos no início. Porque não sei se no meu prédio houvesse um representante se os ciganos o respeitavam, se eles não respeitam a própria câmara. Os representantes de prédio conseguem fazer alguma coisa mas só se tiverem o respeito e o apoio dos outros moradores, senão não conseguem. Não é?

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

A: Não sei.

V.F: Actividades que se tenham desenvolvido aqui no bairro, de que é que se recorda?

A: Sei que há aqui actividades para as crianças no bairro. Houve aqui a Festa do Vizinho e a Milha Urbana mas eu não pude vir. E também tenho sempre algum receio porque lembro-me que as actividades iniciais davam sempre confusão. Fico melhor em casa.

V.F: Considera importante a realização deste tipo de actividades?

A: Eu acho que sim para as crianças e para os adultos porque é importante uma forma das pessoas se distraírem e de conviverem, quem gosta.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

A: As pessoas não estimarem as coisas. Viemos para aqui há mais de 5 anos e isto já está tudo partido. O bairro é bonito mas é para ser estimado, não para estar assim destruído. Depois há o barulho que fazem, é de dia, é de noite... O meu marido trabalha e levanta-se às 5 da manhã e muitas vezes não vai com o descanso que devia de ir. E depois o tiroteio que houve aqui no fim de semana passado, já está a ver a insegurança em que ficamos. Aqui nunca estamos seguros porque estamos na nossa casa e nunca sabemos o que vai acontecer.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

A: A minha casa. Porque agora estamos muito melhor do que na barraca. Agora é pena é o meu prédio não ser mais sossegado.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta ás pessoas que vivem neste bairro?

A: Eu acho que sim. Era bom para ajudar as pessoas que vivem aqui. As pessoas que vivem aqui sabem melhor do que ninguém o que aqui se passa e assim falavam de outra forma e mexiam-se para vermos se isto ficava melhor. Falavam com quem tivesse de ser para fazerem alguma coisa.

V.F: Obrigada pelo seu tempo!

A: Obrigada eu!

Entrevista 19
Representantes de prédio e moradores

Data: 21 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 45

Hora de fim: 15h 00

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: L.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

L: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

L: São importantes para melhorar as condições de vida no bairro e tentar diminuir os actos de vandalismo.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

L: Acho que foram duas.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

L: Não me lembro bem. Talvez um ano de diferença entre cada uma.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

L: Talvez 06 pessoas.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

L: Na altura foi para sensibilizar as pessoas em relação á forma de estar nos prédios, sugeriram maneiras de nos organizarmos nos prédios e explicaram o que poderíamos fazer para manter o espaço do prédio em ordem. Acho que não foi mais nada.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

L: Nenhuma.

V:F: Em nenhum momento sentiram necessidade de se organizarem para resolver qualquer questão do prédio?

L: Bem, aqui há cerca de um ano meio, não fizemos reunião, o morador do 4º andar, andou a falar com as pessoas, porta a porta, para fazermos um fundo de maneio e termos dinheiro para qualquer coisa que se estragasse no prédio e nós tivéssemos que reparar. Mas isso só aconteceu uma vez.

V:F: Pode dar-me exemplos?

L: Para comprarmos as lâmpadas para as escadas, na altura também era para pormos a fechadura na porta do prédio. Essas coisas assim. Na altura algumas pessoas contribuíram, não todas, mas lá colocamos o trinco. Mas não há fundo de maneio. Estamos é organizados por patamar em relação á limpeza e a colocar as lâmpadas.

V:F: Então o prédio está organizado?

L: Quer dizer, de uma maneira formal não mas todos entendem o que é necessário para que os espaços do prédio estejam em ordem. Ainda agora a lâmpada do meu patamar estava fundida e a minha vizinha colocou-a. Não foi preciso eu dizer nada. Mas eu tinha posto da última vez e ela colocou-a desta.

V.F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

L: Com as pessoas do nosso prédio o gabinete só fez duas reuniões e nós também lá no prédio só nos organizamos aquela vez. Porque lá ao nível do prédio está tudo a funcionar. Não se vê coisas partidas como noutros prédios, temos luz e o prédio está limpo. Por isso eu acho que são precisas reuniões para aqueles que têm mais problemas que nós no prédio. Os problemas que eu acho que existem não são no prédio, são é no bairro. A musica até ás tantas, os miúdos que já destruíram muitas coisas aqui no bairro. Olhe aquela parte do revestimento do meu prédio. Já viu como aquilo está? E se uma pessoa vai dizer alguma coisa, ainda nos tratam mal e ainda nos insultam.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização?

L: Eu penso que sim se as pessoas tivessem essa disposição de se organizarem e respeitarem umas ás outras mas a ver por aquilo que continua a haver no bairro, os actos de vandalismo e os barulhos... não sei se acredito que as pessoas se queiram organizar ou dêem importância a isso.

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

L: É importante desde que todos colaborem com isso. Agora se as pessoas não colaboram não sei se vale a pena. Porque o representante também tem de contar com o apoio dos vizinhos.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

L: Houve passeios para crianças e para idosos. É isso que me estou a lembrar. Sei que houve a Festa do Vizinho e as corridas mas eu não participei em nada, porque eu costumo estar a trabalhar quando isso acontece e não consigo vir.

V.F: Considera importante a realização deste tipo de actividades?

L: Sim eu considero bom.

V.F: Porquê?

L: Porque é uma distração. Mas eu não tenho vontade de conviver com algumas das pessoas daqui. Nesta altura não estou para ai virada.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

L: Tantos. Eu não tenho paz nenhuma por causa do barulho que fazem de noite. Uma pessoa quer ir trabalhar de manhã com a cabeça descansada e não consegue. É só destruírem. Já viu como este bairro está? Um bairro que podia estar limpinho, todo limpo e depois dos varredores passarem parece que vão fazer de propósito fica uma imundice. Mas isto já parte das pessoas. Eu não vejo que a culpa seja da câmara porque a câmara põe pessoas todos os dias aqui a limpar as pessoas é que sujam. Não sei se elas conseguem viver de outra maneira porque isto já parte mesmo delas. As próprias pessoas são assim.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

L: Não estou a ver. Vejo é uma coisa que eu acho que podia existir aqui para melhorar isto que era mais policiamento aqui. Talvez assim as pessoas ganhassem mais respeito e as coisas no bairro estivessem melhores. Também acho que os espaços das lojas que estão vazias deviam ser ocupadas. Talvez um espaço de convívio para pessoas idosas mas aqui não há nada, porque as pessoas têm medo.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta ás pessoas que vivem neste bairro?

L: Não sei, talvez. Se as pessoas se organizassem para esse fim. Acho que é um bocado difícil. Porque os ciganos foram colocados aqui para todos convivermos na mesma comunidade mas eu acho que eles próprios não querem isso. Querem continuar, como sempre estiverem, terem os benefícios que a sociedade lhes dá, como o rendimento

mínimo, mas á parte a outros níveis. E não sabem estar porque são eles quem mais destrói aqui. Você sabe muito bem como é que estão os prédios em que vivem na maioria famílias ciganas, que estão todos vandalizados. Por isso é que nós colocamos a fechadura e temos a porta fechada, para não acontecer o mesmo no nosso.

V.F: Obrigada por se ter disponibilizado!

L: Obrigada eu!

Entrevista 20

Representantes de prédio e moradores

Data: 10 de Setembro de 2009

Hora de início: 12h 10

Hora de fim: 12h 30

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: A.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

A: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

A: Eu acho que são importantes pelo esclarecimentos que são feitos e pelos diálogos e discussões criadas porque em geral, as pessoas saem de manhã vão trabalhar, vão ás suas vidas e chegam á noite vão para casa. As pessoas quase nunca se encontram e as reuniões são para se encontrarem e para falarem dos problemas do prédio.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

A: Desde que eu moro cá realizaram-se duas.

AS: Com que frequência é que ocorreram essas reuniões?

A: Com dois anos de diferença.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

A: A primeira vez 3 e última vez 7, só faltou uma moradora.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

A: Aparentemente conseguiu-se na reunião organizar a limpeza do prédio e distribui-la por todos mas na verdade não foi encontrada nenhuma solução porque as pessoas disponibilizaram-se a fazer uma coisa e depois não cumpriram. Para ser mais precisa tenho de dizer que isso aconteceu no primeiro mês e depois deixou de acontecer. Quando digo que deixou de acontecer refiro-me a metade do prédio, Aliás agora eu optei por um sistema de oito em oito semanas limpo o prédio de alto a baixo. Porque somos oito famílias a viver no prédio e se todos limparem uma vez por semana as coisas correm bem. Mas independentemente dos outros fazerem ou não eu limparei o prédio de oito em oito semanas, que é a minha parte. Isso só está na consciência de cada um.

A.S: Quantas reuniões já foram organizadas pelos moradores do prédio?

A: Nunca reunimos.

A.S: Mas vocês já se organizaram para reparar alguma coisa no prédio?

A: Não. Há uma divisão muito grande. Porque no 1º e no 2º andar apenas vivem famílias de cultura cigana e no 3º e 4º andar vivem famílias não ciganas. Isso nota-se perfeitamente nos respectivos patamares. Até parece outro prédio quando se sai do

segundo andar e passasse para o terceiro. O prédio ficou muito dividido. As etnias estão completamente separadas e na minha opinião isso não ajuda ao nível da organização do prédio. Se tivessem misturados por andar ambas as culturas talvez houvesse maior organização.

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o início do realojamento até agora?

A: Eu concordo com a realização das reuniões e como já disse acho que são positivas e são momentos para se falarem das coisas dos prédios, de cada um dos prédios para alcançar o bem-estar das pessoas. Acho que aqui no gabinete vocês fazem tudo o que está ao vosso alcance agora se as pessoas não colaboram, não há muito mais a fazer. A câmara não pode fazer milagres. As pessoas é que deviam colaborar e entenderem que aquilo é o sítio em que habitam, o sítio que frequentam todos os dias e o sítio em que estão metade da vida. Porque nós passamos metade da nossa vida a trabalhar e a outra metade com a família e maior parte desse tempo em casa. Em casa não é só no apartamento é no espaço do prédio. Daí ser importante este estar limpo, bem conservado. Temos de o limpar porque há doenças, há micróbios e por isso o espaço do prédio tem de ser limpo e desinfectado. Se estiver limpo é a imagem do prédio, o prédio é a imagem das pessoas que lá vivem. As reuniões de moradores servem para as alertar para os comportamentos correctos a manter. Agora se as pessoas dizem que sim, e depois não fazem, o que é que se vai fazer? Somos todos adultos.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

A: Claro que sim. Porque as pessoas têm de ser sensibilizadas. É nas reuniões que é falado dos vários problemas dos vários prédios. É um momento que as pessoas têm para elas para colocarem questões, serem ouvidas e lhes serem dadas respostas. Aliás eu acho importante o gabinete da câmara estar aqui no bairro porque as pessoas digam mal ou bem da câmara sabem que vocês estão aqui no bairro e daí serem uma extensão da câmara. De alguma maneira as pessoas sentem-se mais intimidadas porque se não existisse o gabinete as pessoas, algumas pessoas sentiam-se mais livres para fazerem aquilo que lhes apetecesse. Vamos lá ver, mesmo que não cumpram totalmente com o que se comprometeram também tendem a não fazer pior porque vocês estão aqui e vêm o que se passa. Daqui dão as informações a quem manda e eu acho que eles sabem isso e como tal ficam mais contidos no comportamento.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

A: Acho que sim, se fossem pessoas sensatas mas tinham de ser pessoas imparciais e isso eu reconheço que é muito difícil. Um representante era importante porque alertava as pessoas para o comportamento correcto

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

A: Lembro-me de terem sido divulgadas algumas acções. Não sei se é a estas que se está a referir mas lembro-me de cartazes com actividades para as crianças, como as corridas, por exemplo. Também houve cartazes e panfletos a divulgarem a Festa do Vizinho. Mas eu não participo, não tenho crianças e quando as outras actividades estão a decorrer eu ainda estou no trabalho.

A.S: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

A: Sim acho que sim para as pessoas que são domésticas e as pessoas de idade que estão em casa. Acho que essas actividades são boas para as pessoas se conhecerem umas às outras, para conviverem. Se as pessoas estivessem disponíveis até era capaz dessas actividades serem uma forma de se conhecer pessoas que vivem aqui no bairro e que

ainda não se conhecem. Porque o bairro não é só um prédio e tirando as pessoas de família há muita gente que vive aqui e que ainda não se conhece.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

A: Bem eu acho que vivo numa zona do bairro muito privilegiada. Não há aqui muitos conflitos na minha rua, que é muito sossegada. Os problemas que há são os conflitos entre algumas famílias ciganas. Não há roubos, não há droga. São mesmo os conflitos entre etnias que são prejudiciais a todos. Já viu a situação do tiroteio, apanha alguém que não tem nada a ver com um assunto e é assim que acontecem as desgraças. Acho que devia de existir aqui não era a policia, era um posto da GNR. Porque os ciganos tem um respeito á GNR que não há á polícia. Muitas vezes até desrespeitam a policia e quando vem a GNR é um medo que ninguém abre a boca.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

A: As casas. As nossas casas são óptimas desde que as pessoas as estimem claro. Acho que o local é óptimo. Até estar aqui a viver não acreditava que iriam construir aqui um bairro social. Aqui estamos perto de tudo, de todos os serviços desde escolas, jardins de infância, centros de saúde, comércio, bancos, transportes, do centro da Amadora. Realmente o que é pena é que algumas famílias ciganas não saibam preservar este espaço. É pena porque aos anos que eles vivem junto a nós, nas nossas comunidades e resistência que continuam a fazer para se integrarem. A cultura africana trabalha, estuda, tem a sua forma de estar, afinal somos todos diferentes, mas não desrespeitam ninguém. O cigano não trabalha. Agora com o rendimento ainda é pior porque habituaram-se a esse subsídio e só estudam até aos 13 ou 14 anos quando é. De resto há uma falta de cuidado com as coisas, com os espaços do prédio, não sabem dar valor. E não se querem integrar. Se calhar eles deviam de ter tido formação adequada para aprenderem a viver numa casa para saberem tratar das mobílias e dos espaços da casa e para aprenderem a viver num prédio. E mediante esse compromisso de que iriam tratar bem da casa e do prédio, serem acompanhados nesse sentido e talvez as coisas resultassem melhor.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

A: Tinha de ser formada por pessoas muito firmes. Não podem mostrar medo porque se mostrarem medo está tudo estragado mas se fossem pessoas firmes e que dissessem as coisas como tinham de ser eu acho que iria resultar. Mas essa associação tinha de ter um grande apoio por trás para poderem saber quais as regras a seguir e os moradores tinham de ter conhecimento de que havia um apoio por trás e que se eles não cumprissem haveria consequências. A câmara tem a faca e o queijo na mão. O bairro é da câmara e se quiserem põem as pessoas na rua por não respeitarem o que diz no contrato de arrendamento. Por exemplo há pessoas que não pagam as rendas. Para além de não pagarem uma renda que é uma ninharia, ainda beneficiam do rendimento mínimo que é parte do dinheiro dos nossos descontos. E são a maioria dessas pessoas que são os mais destabilizadores. Ora é claro que se a Câmara se unisse com a segurança social, que é quem atribui o rendimento mínimo, para através de qualquer fiscalização verificarem quem cumpre e não cumpre com o seu dever, pelo menos a este nível da manutenção da casa e do prédio. Se não cumprissem deliberadamente corta-se o rendimento ou podem ir para a rua. Tinha era que haver essa fiscalização. Pelo menos de forma progressiva. Eu acho que iria resultar. Tinha era de haver uma ou outra acção de despejo. Se isso acontecesse era um bom remédio. O pior deste bairro foi terem colocado tantos ciganos juntos. Porque depois daqui vem o aumento do numero de conflitos.

A.S: Obrigada pela sua colaboração!

Entrevista 21
Representantes de prédio e moradores

Data: 21 de Agosto de 2009

Hora de início: 16h35

Hora de fim: 16h50

Local: residência da moradora

Entrevistadora: Dra. Diana West

Entrevistado: M.F.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Diana West (D.W.): Boa tarde!

M.F: Boa tarde!

D.W: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.F: São importantes por causa do prédio. Para que as coisas que estão estragadas sejam arranjadas. Já se sabe que isto é um bairro social, estão aqui pessoas de culturas diferentes, portuguesa, cigana e africana e já se estava á espera que fosse um bairro complicado mas pronto, temos de nos habituar.

D.W: Quantas reuniões já existiram organizadas pelo Gabinete técnico da Câmara?

M.F: Algumas 3 ou 4. Acho que foram 4.

D.W: E foram de quanto em quanto tempo?

M.F: Todos os anos temos tido uma.

D.W: E foram quantos moradores à reunião?

M.F: Nas primeiras não pude ir porque estava a trabalhar mas nesta ultima só faltou uma pessoa, de resto estávamos todos, éramos 6.

D.W: E conseguiram encontrar algumas soluções para os problemas que foram apresentados?

M.F: Sim houve soluções. Temos de partilhar aqui a organização do prédio por nós, não é? Por patamar, fazermos a limpeza e colocarmos as lâmpadas e a câmara vai ajudar-nos com coisas que nós não conseguimos fazer. Vai reparar o sistema geral de electricidade para voltarmos a ter luz nas escadas e outras coisas. Parece que vamos pintar juntos o átrio da entrada do prédio.

D.W: Realizaram vocês, alguma vez, alguma reunião, para organizarem alguma coisa em relação ao prédio?

M.F: Não reunião não. Mas houve uma vez uma explosão derivada ao gás e fui eu que resolvi. Chamei os bombeiros e eles vieram logo.

D.W: De uma maneira geral como é que avalia o processo das reuniões de moradores?

M.F: É uma avaliação positiva porque a pouco e pouco as coisas vão estando melhores. Acho que é bom porque as pessoas vão sendo lembradas do que é indicado fazerem, do que não devem fazer e a pouco e pouco vão evoluindo. Temos de conviver todos uns com os outros e dar-mo-nos bem.

D.W: E acha que é importante existirem representantes de prédio?

M.F: Eu acho que devia de haver um representante. Quer-se resolver um problema no prédio, há uma pessoa responsável que vai falar com as outras pessoas e entre todos a gente consegue que as coisas corram bem.

D.W: E em relação a actividades comunitárias aqui no bairro, de que é que se recorda?

M.F: Sei lá, agora. Lembro-me das corridas...

D.W: Da Milha Urbana?

M.F: Sim e também da Festa do Vizinho e há aquelas actividades que são feitas com as crianças. Isso é bom.

D.W: É bom porquê?

M.F: É uma forma das crianças estarem ocupadas e aprenderem. Acho que estas actividades se devem manter e melhorar.

D.W: Quais são então os principais problemas que existem no bairro?

M.F: Eu acho que o principal problema são os conflitos que existem entre os ciganos. E também há coisas no bairro que estão destruídas porque eles destroem. São assim as coisas principais.

D.W: E coisas boas?

M.F: Há muita coisa boa. O sítio em que o bairro está localizado, próximo de tudo. Isso é excelente. Depois temos aqui muitos serviços no bairro: a Junta de Freguesia, o Gabinete da Câmara. Também há o A Rodar, que é ótimo. Isto são tudo coisas boas.

D.W: Considera que uma associação de moradores era uma forma de responder aos problemas dos moradores aqui no bairro?

M.F: Eu acho que sim. Era uma forma de misturar uma pessoa de cada cultura e pensarmos juntos em coisas boas para o bairro. Podia até ser que ajudasse nesses conflitos que os ciganos arranjam.

D.W: Muito Obrigada!

Entrevista 22

Representantes de prédio e moradores

Data: 28 de Agosto de 2009

Hora de início: 11h 15

Hora de fim: 11h 30

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: J.P.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa dia!

J.P: Bom dia!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

J.P: Acho que as reuniões são importantes para que as pessoas aqui do bairro, uma boa parte delas, entenda o que é que devem fazer para vivermos todos melhor aqui. Tem de haver algumas pessoas, como vocês aqui no gabinete, que possam falar com essas pessoas para que haja mais respeito e para que agente todos viva aqui melhor, senão ninguém se entende. Porque apesar de tudo as coisas vão estando melhores.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara no seu prédio?

J.P: Não me recordo. Acho que estive em duas.

A.S: De quanto em quanto tempo é que ocorreram essas reuniões?

J.P: Acho que foi de dois em dois anos, não foi? A última creio que foi o ano passado.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

J.P: Não me lembro mas não éramos muitos, talvez uns 8 ou 9.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

J.P: Soluções? De cada vez que pomos as protecções dos interruptores da luz, há sempre alguém que os estraga. O prédio é limpo e logo a seguir fica sujo.

A.S: Quantas reuniões é que já foram organizadas pelos moradores do prédio?

J.P: Reuniões?

A.S: Quantas vezes é que já se organizaram para reparar alguma coisa no prédio?

J.P: Muitas vezes já tentámos organizar nos mas ali naquele prédio não vale a pena porque as pessoas que ali vivem.... Somos 10 famílias ali, mas há 3 que estragam tudo. Por mais que se tente ter as coisas em ordem, não vale a pena. Já não há condições.

A.S: Mas quais é que são os principais problemas?

J.P: Muito barulho e partem tudo. Ainda há dias ás 2 ou 3 da manhã estava eu a dormir acordo com um estrondo... fiquei sobressaltado, assustado. O prédio em que eu vivo é um dos piores daqui.

A.S: Quando diz que se tentaram organizar foi em relação a...

J.P: Era a ver se nos organizávamos em relação á limpeza, a não partirem vidraças, os estores, essas coisas... mas nós falamos dizem a tudo que sim, parece que está tudo bem, passada uma hora ou menos, está tudo que é uma desgraça.

A.S: Quem é que costuma ter a iniciativa desses diálogos?

J.P: Umhas vezes uns e outras vezes outros.

A.S: E depois fazem alguma coisa para as coisas melhorarem?

J.P: É como lhe digo, quando falamos está tudo bem mas esquecem rápido. Não dá para fazer nada com aquela gente. Atiram as fraldas das crianças para a rua, não respeitam ninguém. Anda aí o senhor a varrer todos os dias. Nem precisava, já viu? Se todos pusessem o lixo no sitio dele.

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o inicio do realojamento até agora?

J.P: eu penso que apesar de tudo é positivo. Porque são as pessoas que são complicadas mas com as reuniões elas ficam com uma noção do que é que se deve e não deve fazer. Se não houvessem ainda seria pior, com certeza. Assim pode ser que a pouco e pouco as pessoas venham a entender as coisas como devem de ser. Mas são coisas que demoram muito tempo. Mas as pessoas já se vão apercebendo do que é certo e do que não é certo.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

J.P: acho que sim. Porque as pessoas, através daquilo que ouvem nas reuniões, ficam a entender melhor as coisas e pensam: "Eu não vou fazer isto porque isto está errado". E com as reuniões de moradores há sempre alguém que as vai lembrando do que é que é certo fazerem.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

J.P: Sim, pelo menos duas pessoas porque havia sempre alguém que fosse á atenção das pessoas do que é certo fazer. Naturalmente que podia ser olhado de lado por esse motivo mas a maioria das pessoas se for ali na hora confrontada não deixa de fazer o que é certo. Por isso era importante existir.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

J.P: Têm feito muita coisa mesmo para além daquelas festas que há todos os anos para todos, como a Festa do Vizinho e as corridas, como é que isso se chama?

A.S: A Milha Urbana?

J.P: Sim a Milha Urbana mas para mim a coisa mais importante é existir agora aqui o A Rodar porque fazem muitas coisas para eles e nós vimos que os miúdos estão melhor. Pelo menos os que lá andam já se portam melhor, vê-se essa diferença. Isso é muito bom.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

J.P: Eu sou cigano mas nós não somos todos iguais, porque há ciganos e ciganos e aqui há pessoas que criam muitos problemas, fazem muita confusão. São eles, algumas famílias que criam os problemas aqui. São os que vieram da Ribeira da Falagueira, principalmente. São eles que fazem barulho e zaragata até às tantas da noite, é a falta de higiene. Devia era haver aqui um posto da Policia, sabe porquê? Porque chegava aquela hora e as pessoas estavam logo mais calmas. Isso era importante. Não há outra forma das coisas melhorarem.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

J.P: Na Amadora é o bairro que está melhor localizado. Nós aqui temos tudo, temos Metro, temos comboio, temos supermercados, temos farmácias, temos centros de saúde. Este bairro está muito bem situado.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

J.P: Sim, claro que sim.

A.S: Porquê?

J.P: Porque haveria mais convivência. As pessoas também como moradores começavam a falar as coisas para as pessoas entenderem melhor como é que deviam de fazer, como é que não deviam de fazer. Talvez as pessoas até aceitassem melhor as coisas porque eram as pessoas que aqui vivem que estavam a falar para elas. Eu acho que era bom.

A.S: Obrigada!

Entrevista 23

Representantes de prédio e moradores

Data: 28 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 30

Hora de fim: 14h 45

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: M.J.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

M.J: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

M.J: São importantes para as pessoas terem mais cuidado com o prédio e com tudo, em geral.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

M.J: Eu não me lembro mas eu já vim a uma. Fui convocada e vim.

A.S: Quando é que foi essa reunião?

M.J: Foi há um ano e pouco.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

M.J: Éramos umas 4 ou 5.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

M.J: Vai-se fazendo conforme a vontade das pessoas. Uns não fazem os outros também não mas alguém tem de fazer. E eu acho que devíamos estar organizados em relação á limpeza e isso foi uma coisa que ainda correu bem uns tempos depois da reunião mas depois algumas pessoas deixaram de fazer e agora somos muito poucas que ainda vamos limpando o prédio.

A.S: Quantas reuniões já foram organizadas pelos moradores do prédio?

M.J: Quando nós pomos os interruptores, eles desaparecem todos porque a porta do prédio está sempre aberta. Está aberta porque as campainhas do prédio estão estragadas. Então de que é que adianta colocarmos as protecções dos interruptores?

A.S: Mas vocês já se organizaram para reparar alguma coisa no prédio?

M.J: Nós reunimos uma vez ai há coisa de 3 semanas, falamos e toda a gente, as 8 famílias, estava disposta a dar o dinheiro para a fechadura mas depois falamos que não adianta nada porque as campainhas estão estragadas. Tem de se reparar as campainhas primeiro, não é? Só depois é que podemos pô-la.

A.S: Quem é que teve a ideia dessa reunião?

M.J: Foi a moradora do 1º Dtº mas depois conversamos todos.

A.S: E depois o que é que fizeram?

M.J: Nada.

A.S: Porquê?

M.J: Porque não sabemos como vamos resolver esse problema. Talvez depois se venha aqui falar com a doutora para nos ajudar.

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o inicio do realojamento até agora?

M.J: Acho que é importante existirem. Apesar do nosso prédio não ser dos mais complicados porque nós estamos num sítio sossegado e as coisas vão correndo bem. Mas acho que é importante fazerem-se as reuniões para irem lembrando algumas pessoas de maneira melhor de viver aqui.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

M.J: Sim. Porque nas reuniões as pessoas são informadas de como se devem fazer as coisas, era mais fácil terem uma forma de estar diferente e não é assim, como é que heide dizer? Não acontecia logo tudo bem mas podia acontecer aos poucos.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

M.J: Sim porque havia uma melhor forma das pessoas se organizarem, havendo uma pessoa responsável pelas coisas do prédio também podia ir falando com os outros e a pouco e pouco as coisas iam-se resolvendo.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

M.J: Lembro-me da Festa do Vizinho porque eu fui, não me lembro de mais nada.

A.S: Não se recorda de mais nenhuma?

M.J: Sim, das corridas, não foi? Que até foi ali á porta da Junta de Freguesia.

A.S: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

M.J: Sim para ocupar os miúdos. Principalmente para isso, para os distrair com coisas que eles gostam.

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

M.J: Os conflitos entre as famílias ciganas. Uma pessoa às vezes anda aí muito assustada. Porque estamos na nossa casa e ouvimos tiros mesmo ao lado. É muito mau. Sente-se uma falta de segurança. Mas o que é que uma pessoa há-de fazer. Eu tento não sair muito de casa. Venho fazer o que tenho que fazer na rua, as compras e ir pôr e buscar os miúdos mas vou logo para casa. Gosto muito de estar no meu cantinho. Acho que devia de haver um posto da polícia aqui no bairro, porque havia mais segurança e as pessoas tinham mais respeito.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

M.J: É o conforto da minha casa porque isso é a grande diferença em relação à barraca. Esse para mim é o único aspecto positivo. Isso e o facto do meu prédio ser sossegado e não existirem famílias que provocam conflitos.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

M.J: Seria importante mas as pessoas não se organizam para isso. Acho que uma ou duas talvez mas mais não. Porque isso é complicado. As pessoas não levam as coisas até ao fim. De qualquer forma, pode ser que se tente e que as pessoas consigam fazer alguma mas não sei. Parece que não acredito muito.

A.S: Obrigada!

M.J: Obrigada!

Entrevista 24

Representantes de prédio e moradores

Data: 03 de Setembro de 2009

Hora de início: 16h00

Hora de fim: 16h 15

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: F.L.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

F.L: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

F.L: É importante porque a reunião é o momento em que se sentam os moradores e se fala com eles sobre o prédio.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

F.L: Eu não me lembro. Eu só vi cá uma vez mas sei que a câmara tentou organizar reuniões mais vezes, talvez tenham existido duas reuniões.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

F.L: Talvez de 2 em 02 anos.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

F.L: Éramos cerca de 03 ou 04.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

F.L: Falámos de vários problemas: da iluminação, das campainhas, das portas, dos intercomunicadores e a botoneira não funcionarem, mas até hoje há coisas que ainda não foram feitas. Porque se as coisas estão estragadas é porque alguém não as estimou mas lá no prédio nós não conseguimos reparar tudo por exemplo a botoneira ou o sistema de electricidade e nessa reunião pedimos ajuda á câmara e até hoje isso ainda não está a funcionar. Também há coisas que nós ficamos de reparar mas nunca nos organizamos para reparar nada, apenas o meu vizinho da frente que partiu o vidro da porta da rua e colocou o vidro da porta da rua.

V.F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

F.L: Com o meu conhecimento não fizemos nenhuma reunião. Mas já nos primeiros anos do realojamento os meus vizinhos que também trabalham na câmara chegaram a colocar os espelhos dos interruptores e a afinar as dobradiças da porta do prédio e mesmo a repararem a fechadura mas como viam que eles reparavam e os outros estragavam, deixaram-se disso. Acho que estão desmotivados e agora é complicado.

V.F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

F.L: Das reuniões a avaliação não é negativa porque há uma sensibilização da vossa parte para as coisas correrem bem e as pessoas quando aqui estão parece que entendem mas depois não é assim. Lá no prédio é cada um para seu lado. Também quase todas as famílias têm muitos problemas não estão muito viradas para as coisas do prédio. A minha avaliação não pode ser positiva porque acho que as coisas têm vindo a piorar.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização?

F.L: Eu considero que sim se as pessoas forem responsáveis. Se as pessoas respeitarem os outros e se realmente quiserem que as coisas corram bem no prédio. Acho que as pessoas têm de ter essa ideia de que não vivem sozinhas e de que têm que respeitar que o prédio não é só delas. Por exemplo não podem fazer barulho a altas horas da noite só porque lhes apetece. Elas têm de viver como gente. Não é? Se houver respeito, acho que as reuniões podem ajudar as pessoas a organizarem-se, se não houver... não.

V.F: É importante existirem representantes de prédio?

F.L: Eu penso que sim. Se houver um representante pode chamar as pessoas á atenção e o prédio fica melhor. Claro que as pessoas têm que o respeitar porque se não o respeitarem, é igual que haja ou que não haja.

V.F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

F.L: Com o meu conhecimento foi a Festa do Vizinho e a Milha Urbana mas eu não estava casa.

V.F: Considera importante a realização deste tipo de actividades?

F.L: Eu acho que sim, essas e mais porque as pessoas ainda têm que ser muito sensibilizadas para viverem com outras em prédios, por exemplo. E mais actividades, mais actividades deste e de outro tipo.

V.F: Porquê?

F.L: Porque é importante fazer ver às crianças e aos jovens as coisas porque eles são o futuro e devem de aprender as coisas em condições.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

F.L: São os actos de vandalismo, o barulho toda a noite, e acho por parte da Câmara não foi feita a preparação das pessoas para viverem nas casas e respeitarem as pessoas. Porque eu acho que há aqui pessoas que não sabem viver num apartamento, não têm noção nenhuma da realidade. Devia ter sido feita formação ás pessoas.

V.F: E se eu lhe disser que a maior parte das pessoas que aqui vivem foram preparadas para deixarem de viver nas barracas e passarem a viver num bairro social?

F.L: Eu não posso acreditar que isso tenha acontecido e que se comportem desta maneira. Então o problema já é mesmo das pessoas. Talvez não com todas mas aquelas que vivem ao meu lado deve ser. Porque eu dou-me bem com os meus vizinho, eu respeito-os a eles e eles a mim mas as coisas que eles fazem é demais: o barulho, a lixeirada, a educação que não dão ás crianças. Muito complicado. Bem mas nós também temos um contrato, todos podemos ler o que lá diz e depois vimos que há algumas pessoas que não cumprem, enfim...

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

F.L: Eu acho que o Gabinete Técnico é uma mais valia, porque cada vez que cá vim fui sempre bem atendido e sai esclarecido e ajudaram-me. Não tenho nenhuma crítica a apontar. Depois as irmãs, que são minhas vizinhas do prédio ao lado. Elas pelo testemunho de vida que dão, porque este é um bairro complicado e continuam a ajudar as pessoas. Também o CEBESA que tem tantas crianças, do bairro e não só. É uma forma de virem pessoas que não vivem no bairro aqui. Mesmo assim acho que deveria existir mais espaços para as crianças porque elas são quem mais precisa. Para deixarem de estragar e para aprenderem a brincar. Também devia de haver mais policiamento. Se houvesse uma esquadra acho que as pessoas ficavam mais calmas e o comportamento de algumas pessoas melhorava.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta ás pessoas que vivem neste bairro?

F.L: Isso depende. Depende que quem eram as pessoas que formariam essa associação porque isso era realmente importante para as coisas funcionarem. Não poderia ser alguém que criasse conflitos e tinham de ser pessoas respeitadas por todos. Tinha de ter capacidade para resolverem as coisas da melhor maneira.

V.F: Obrigada por se ter disponibilizado!

F.L: Obrigada eu!

Entrevista 25

Representantes de prédio e moradores

Data: 03 de Setembro de 2009

Hora de início: 14h 10

Hora de fim: 14h 30

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: T.F.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

T.F: Boa tarde!

A.S: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

T.F: Eu acho que é importante a realização das reuniões porque nelas tratamos assuntos relacionados com o nosso bem-estar, só que a maioria não querem vir ás reuniões, nem estão para vir porque não ligam. Alguns porque sabem que se vai falar de formas de

estimar o prédio que eles não praticam e logo aí não vêm porque não querem ser chamados à atenção.

A.S: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

T.F: Que eu me recorde, foram duas.

A.S: Com que frequência é que ocorreram essas reuniões?

T.F: Uma foi logo no início quando viemos para cá viver e outra foi há cerca de 2 anos, creio eu.

A.S: Lembra-se de quantas pessoas estiveram presentes nas reuniões?

T.F: Éramos uma 03 ou 05.

A.S: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

T.F: Daquilo que eu me lembro falamos da limpeza do prédio, que decidimos organizar-nos por patamar. O R/C como não vive lá ninguém calhava a todos de forma rotativa. Isso ainda se conseguiu cumprir, mais ou menos, durante muito tempo.

A.S: Quantas reuniões já foram organizadas pelos moradores do prédio?

T.F: Nunca realizamos assim uma reunião como as que fazemos aqui mas já conversámos aí uma meia dúzia de vezes (6) entre todos lá nas escadas e no átrio do prédio para reparamos as coisas que se estragam. Por exemplo, já colocamos os espelhos dos interruptores do prédio entre todos e depois pagamos a uma pessoa para os ir colocar.

A.S: Mas vocês já se organizaram para reparar alguma coisa no prédio?

T.F: Exactamente.

A.S: Quem é que teve a ideia dessa reunião?

T.F: Fui eu e a vizinha do 4º Esquerdo. Já temos falado e á vez vamos reparando as coisas, umas vezes vai o meu marido afinar as dobradiças da porta do prédio, agora a ultima vez andou lá o marido da Madalena a reparar a porta também.

A.S: Vocês têm o cuidado de irem assumindo a manutenção do prédio entre todos?

T.F: Sim a maioria temos esse cuidado com o interior do prédio mas ao mesmo tempo também não temos porque nós reparamos e a seguir vemos por trás andarem a estragar. Tanto que nós comprámos uma fechadura que foi 20 contos e todos participaram e deram a sua parte mas agora já está estragada porque não levam chave e andam aos pontapés á porta. Falávamos com quem fazia isso mas não valia a pena, porque á nossa frente diziam que sim mas por trás estragam.

A.S: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o inicio do realojamento até agora?

T.F: Creio que de um modo geral a avaliação é positiva apesar de quando são as reuniões no gabinete técnico as pessoas dizem que fazem e acontecem e está tudo bem e depois chegam ao prédio parece que se esquecem. Ás vezes desmotiva mesmo por causa disso porque são sempre os mesmos a fazer tudo. Mas as coisas no prédio estão bem porque nós cuidamos das coisas, há um bom senso da grande maioria das pessoas que lá vivem para irmos conversando e reparando as coisas quando é necessário. Só custa mesmo porque não somos todos a ter o mesmo comportamento.

A.S: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

T.F: Não sei porque daquilo que eu conheço, há pessoas aqui em prédios que são organizadas e têm gosto por fazer as coisas e manterem o prédio limpo e preservado mas depois há lá algumas famílias que só contribuem para sujar e para estragar e as pessoas desmotivam e perdem a vontade por fazer bem as coisas. E sabe que essas pessoas mais complicadas ou vêm ás reuniões dizem a tudo que sim e depois é o que se vê que chegam ao prédio e não cumprem com nada ou então nem vêm, não querem saber e ainda gozam com quem faz alguma coisa pelo prédio. Por isso eu acho que as

reuniões e aquilo que se trata nas reuniões é para ajudar as pessoas a organizarem-se e a viverem com bem – estar mas só resulta em alguns prédios, não é em todos, com certeza.

A.S: Acha que é importante existir representante de prédio?

T.F: Na minha opinião eu acho que era bom porque se houvesse alguém responsável que visse quem tinha estragado e chegasse ao pé da pessoas e dissesse que ela tinha de reparar, havia sempre que tivesse esse papel no prédio mas depois acho que isso criava conflito. Ainda que houvessem duas pessoas como representantes de prédio, acho que não vingaria porque o conflito iria sobrepor-se a isso.

A.S: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

T.F: As provas de atletismo e da Festa do Vizinho.

A.S: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

T.F: Eu acho que sim para as pessoas conviverem mais mas acho que as coisas correm bem porque naquele dia é festa e está tudo numa boa mas no outro dia já há chatice por um ou outro motivo e nós vimos que aquela alegria toda foi passageira. Mas é bom haver. Temos de ir aos poucos, não é?

A.S: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

T.F: São os conflitos entre ciganos que é de tal maneira que já deu em tiroteio. É a destruição porque as pessoas não estimam nada e destroem as coisas ai nas ruas. Depois chamasse á atenção porque estão a destruir e ainda nos tratam mal. Os ciganos em si se ninguém se meter com eles não se chateiam, nem se metem com ninguém mas os comportamentos deles, o mandarem lixo para o chão, o ouvirem musica muita alto, o ficarem na rua até tarde a falarem alto. Enfim, essas coisas é que demonstram a falta de respeito. É isso.

A.S: Quais é que são as coisas boas do bairro?

T.F: É a minha casa que é boa e é confortável mas outras coisas não sei.... Não sei.... Só se for o facto de vivermos neste local. Porque aqui temos tudo ao pé.

A.S: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

T.F: Não sei e tenho muitas dúvidas sobre isso. Por o que vejo no geral tenho muitas duvidas porque as pessoas não reagem bem quando são chamadas á atenção e eu acho que podia vir a ser uma fonte de conflitos. Eu gostava de dizer que sim mas neste momento acho que ainda temos um caminho a percorrer para formarmos uma Associação de Moradores e para as pessoas estarem preparadas para respeitarem essa associação.

A.S: Obrigada pela sua colaboração!

M.J: Obrigada eu!

Entrevista 26

Representantes de prédio e moradores

Data: 30 de Setembro de 2009

Hora de início: 11h 30

Hora de fim: 11h 50

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva da CMA

Entrevistadora: Dra. Vicencia Ferreira

Entrevistado: J.C.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V.F): Bom dia!

J.C: Bom dia!

V.F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

J.C: As reuniões de moradores são importantes para falarmos sobre as coisas dos prédios e para ver se melhoram. Mas o problema mesmo é estarmos misturados com os ciganos porque eles não aceitam fazer o que nós dissemos e nós não somos obrigados a fazer o que eles querem.

V.F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas pelo Gabinete da Câmara?

J.C: Eu só vim a uma mas eu só cá estou há um ano e pouco. Foi a única. Se existiram outras antes, eu desconheço. Éramos ai uns 15 moradores na reunião.

V.F: Que soluções é que foram encontradas após a realização dessas reuniões?

J.C: Foi eleito um representante de prédio. Esse foi o principal assunto da reunião, apesar de falarmos de outros aspectos como a organização da limpeza.

V.F: Quantas reuniões já foram organizadas pelos moradores do prédio?

J.C: Lá no prédio nunca nos reunimos para falarmos de nada. Só a essa reunião é que eu vim aqui no gabinete.

V.F: Mas vocês já se organizaram para reparar alguma coisa no prédio?

J.C: Não, que eu tenha conhecimento. Faltavam lá dois vidros mas foram colocados pela câmara. O sistema geral de electricidade e os espelhos dos interruptores foram reparados também pela câmara, no ano, passado mas já não funcionam bem.

V.F: Qual é a avaliação que faz do processo das reuniões de moradores desde o início do realojamento até agora?

J.C: Para mim é importante existirem reuniões para falarmos das coisas do prédio e para lembrar as pessoas da melhor maneira de se comportarem, porque algumas parecem esquecer-se. Porque há barulhos, não têm cuidado ao nível da limpeza. Enfim... Mas os meus vizinhos não ligam muito. Não respeitam o que é dito aqui e não se respeitam lá no prédio quanto a várias coisas. Se as pessoas estão insatisfeitas porque não gostam da vizinhança, acha que querem falar para se organizarem? Muito difícil. As pessoas são muito diferentes, a maioria têm hábitos muito diferentes e logo assim á partida não têm muita vontade de se envolverem. Dizem que não querem arranjar problemas.

V.F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para melhorar a organização dos moradores nesta urbanização?

J.C: Têm interesse para tratarmos das coisas do prédio e para melhorarmos aqui o sítio em que vivemos mas as pessoas, pelo menos no meu prédio não se querem organizar. Noutros prédios acho que há por aí alguns melhores que os meus em que as pessoas se organizam para fazerem as coisas ali não. Porque acho que em tempos, já houve pessoas que repararam coisas lá no prédio e depois houve filhos de moradores que na brincadeira ou por provocação partiram as coisas e não repararam e as pessoas desmotivam e já não querem mais saber. Os pais ciganos vêem os filhos a fazerem mal e não chamam á atenção, se for preciso ainda acham graça e ai de quem for dizer alguma coisa. Ora, enquanto eles não aceitarem a integração deles, não há nada, que nós, enquanto moradores possamos fazer. Eles é que têm de querer.

O que era importante era que todos contribuíssem em todos os prédios, mas, é como já lhe disse, há uns que contribuem e querem avançar com o barco, outros que não querem saber.

V.F: Acha que é importante existir representante de prédio?

J.C: Eu acho que sim. Porque cada vez que houvesse um problema lá no prédio, vinha cá essa pessoa e as coisas eram tratadas com ele. Não era preciso vir para cá toda a gente.

V.F: De que actividades comunitárias é que se lembra que se realizaram aqui na urbanização?

J.C: Houve aí a Festa do Vizinho. Eu só sei porque vocês fizeram aí a divulgação mas eu não participei. Também participei na Caminhada pela Saúde este ano. E sei que os outros anos havia as corridas aqui no bairro.

V.F: E considera importante desenvolver este tipo de actividades?

J.C: É importante porque dá mais vida ao bairro e leva as pessoas a conviverem umas com as outras. Se para além destas as crianças e os jovens participarem em actividades em que estejam ocupados e a aprenderem coisas boas, isso para além de ser bom para eles também vai ser para os pais e a mentalidade deles também vai mudando, aos poucos e começa a haver maior integração. Porque isso aqui é mesmo preciso. Não é com todos, nem ao mesmo tempo, mas pode haver uma aproximação boa entre ciganos e não ciganos.

V.F: Quais é que são os principais problemas que existem na urbanização?

J.C: Falta de higiene. A culpa disto é a falta de higiene das pessoas não é da câmara, nem da junta que andam sempre ai os varredores e o carrinho de vassoura de manhã e á tarde mas se as pessoas não têm cuidados de higiene, é claro que o bairro está sempre sujo. Depois também muito importante é a segurança das pessoas que vivem aqui np bairro. Uma esquadra de polícia é que deveria de haver aqui para ver se as pessoas se aclamavam mais.

V.F: Quais é que são as coisas boas do bairro?

J.C: Coisas boas? O sitio em que o bairro está porque temos tudo aqui ao pé. O A Rodar porque as crianças acabam por estar mais ocupadas. Acho é que fazia aqui falta um campo de jogos para os rapazes e as raparigas jogarem á bola. Também faziam falta aqui uma café, uma padaria, um mini mercado. Esses locais de comercio.

V.F: Considera que uma Associação de Moradores poderia contribuir para dar resposta às pessoas que vivem neste bairro?

J.C: Eu acho que era muito importante porque as pessoas a pouco e pouco ganhavam outra noção de como é que nós devíamos estar aqui no bairro, das coisas boas que podíamos fazer. Mas como as pessoas se juntavam podiam depois ganhar amizades para construir e não para destruir. Eu sou da opinião que se deve criar mas para ficar; que haja regras mas acho, que aqui vai ser muito difícil... Tinha de haver respeito.

V.F: Obrigada pelo tempo que nos disponibilizou!

J.C: De nada, se precisar de alguma coisa, diga!

Entrevista 27

Representantes de prédio e moradores

Data: 31 de Agosto de 2009

Hora de início: 11h00

Hora de fim: 11h 10

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Vicência Ferreira

Entrevistado: S.G.

Foi feita a apresentação do objectivo da entrevista e o trabalho a que se destina.

Dra. Vicência Ferreira (V:F): Boa tarde!

S.G: Boa tarde!

V:F: Qual é, para si, a importância das reuniões de moradores?

S.G: É bom porque é uma forma de nós aprendermos a organizar-nos para resolver algum assunto no prédio. Para a limpeza agente fala, organizamo-nos e combinamos como fazer. É assim que eu costumo fazer a organização dos moradores do prédio.

V:F: Quantas reuniões de moradores já existiram organizadas no prédio em que vive organizadas pelo Gabinete Técnico da CMA?

S.G: Devem ter sido mais mas eu só vim a duas mas acho que já existiram mais, talvez mais uma. No total devemos ter tido 3 reuniões.

V:F: Com que frequência se realizaram essas reuniões?

S.G: Eu acho que houve uma quase todos os anos.

V:F: Quantas pessoas estiveram presentes nessas reuniões?

S.G: Na última reunião éramos 05 pessoas, creio eu.

V:F: Que soluções foram encontradas depois dessas reuniões?

S.G: Falamos sobre varias coisas que não estavam bem no prédio e agora ao nível da limpeza nós voltamos a estar organizados mas em relação ao sistema geral de electricidade pedimos á câmara para o arranjar para depois nós colocarmos as lâmpadas lá no prédio.

V:F: Quantas reuniões já existiram promovidas pelos residentes no prédio?

S.G: Nunca houve nenhuma reunião assim como fazemos no gabinete da câmara.

V:F: Em nenhum momento sentiram necessidade de se organizarem para resolver qualquer questão do prédio?

S.G: Eu só falei com a minha vizinha. Porque de uma maneira geral as coisas vão funcionando. Estamos organizados por patamares em relação á limpeza e á colocação das lâmpadas lá no prédio. Para além do sistema geral de electricidade que agora não trabalha, está tudo bem, não há nada partido. Por isso nunca nos reunimos para discutir nada.

V:F: Qual a avaliação que faz de todo o processo das reuniões de moradores que se realizaram desde o início do realojamento até agora?

S.G: Eu acho bom porque nas reuniões ouvem o que nós temos a dizer, e ajudam nos para vermos o que é que faz falta e o que é que se tem de fazer para melhorar algumas coisas lá no prédio.

V:F: Considera que as reuniões de moradores contribuem para a organização dos residentes nesta urbanização?

S.G: Eu acho que sim porque é a forma das pessoas mesmo no prédio a pouco e pouco fazerem ver ás outras que devem estar organizadas para estimar as coisas do prédio, não é? As pessoas vivem nos prédios e não pode ser só a casa delas também têm de ter respeito pelo prédio.

V:F: É importante existirem representantes de prédio?

S.G: Acho que sim. Até acho que é melhor haver dois porque ajudam-se um ao outro. Até mesmo para falarem com as pessoas e as fazerem entender que é importante estarmos organizados. Assim é melhor. A responsabilidade também é repartida.

V:F: Quantas actividades comunitárias já se realizaram nesta urbanização?

S.G: Foi a Festa do Vizinho. Também vejo que há o A Rodar que ajudam as crianças com os trabalhos de casa e a distraírem-se nas brincadeiras. É bom porque assim as crianças não andam na rua. E eles estão a fazer um bom trabalho.

V:F: Considera importante a realização deste tipo de actividades?

S.G: Acho que sim porque é uma forma de reunir os adultos porque vêm ver os filhos a actuarem e assim é uma forma das pessoas conviverem. É muito bonito e é importante que continue a existir todos os anos.

V.F: Quais os principais problemas que existem nesta urbanização?

S.G: Eu raramente saio de casa. É o que agente ouve ai. Devia de haver aí umas lombas nas ruas do bairro porque os carros andam aí com grandes velocidades que são um problema porque andam tantas crianças na rua que um dia ainda se dá um acidente. Também de vez em quando fazem ai zaragatas mas se uma pessoa não se meter não nos afecta a nós. São conflitos entre algumas famílias ciganas. Mas é chato.

V.F: E quais é que são os aspectos positivos desta urbanização?

S.G: o A Rodar que já falei. Também devia de haver aqui um campo de futebol porque tirava o stress a muita gente. Eu já sei que não há espaço mas era muito bom porque fazia muito bem aos miúdos, principalmente. Não sou da opinião de haver aqui cafés porque ia haver aqui conflitos, principalmente para as pessoas que morassem nesse prédio, não iam ter sossego. Penso que assim está bem. Nós temos tudo aqui perto, não precisamos ter dentro do bairro. Aqui perto há muitos cafés, muito comercio, bancos, há transportes, há escolas. Não tem de estar tudo dentro do bairro. Saímos daqui e 100 metro mais á frente já temos tudo.

V.F: Considera que uma associação de moradores poderia contribuir para dar resposta ás pessoas que vivem neste bairro?

S.G: Eu acho que sim, se houver um grupo de pessoas capazes e com conhecimentos para fazermos o que é de dever numa associação acho que sim. Agora não acho que devesse ser só formada por pessoas ciganas. Deviam de ser, ciganos e não ciganos para representarem mesmo todas as pessoas que vivem aqui no bairro. Quantos mais fossemos melhor, porque ajudávamo-nos uns aos outros. Assim está bem.

V.F: Obrigada por ter vindo!

S.G: Obrigada!

ANEXO 3

Entrevistas aos Técnicos das Instituições em presença na Urbanização do Casal do Silva

Entrevista a Técnico 1

Técnicos de instituições em presença na Urbanização do Casal do Silva

Data: 20 de Agosto de 2009

Hora de início: 14h 10

Hora de fim: 14h 45

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: Dr. Diana West

Organização: OMEP – Projecto A RODAR

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

Dra. Diana (D.W): Boa tarde!

A.S: Face aos problemas existentes na Urbanização do Casal do Silva, que potencialidades/ aspectos positivos identifica, na sua população e no local?

D.W: Na população talvez o facto de ser muito jovem, com excepção de alguma população mais velha não cigana, de um modo geral no bairro vive uma população muito jovem. Em princípio isto é uma potencialidade para desenvolver estratégias de intervenção, é um factor positivo. Penso que de uma maneira geral é um bairro seguro. Portanto as pessoas podem atravessar o bairro sem problemas. Não é um bairro violento para o exterior. Em relação á localização geográfica do bairro, creio que é muito positiva o que facilita muito a integração das pessoas. Porque as pessoas acedem facilmente aos serviços locais. Não há o pretexto físico para as pessoas deixarem de ir a nenhum lado. Há uma integração espacial muito fácil e isso reflecte-se nos hábitos de vida destas pessoas, em geral. Vão ao centro da Amadora com muita facilidade. De uma maneira geral, apesar de haverem alguns conflitos, são muito pontuais e são minoritários. Não tenho ideia que se estendam a toda a gente, nem a todo o bairro. Há pessoas que se conseguem isolar disso e viverem á margem desses conflitos. Ainda voltar a referir a localização do bairro como uma potencialidade porque têm tudo muito perto as pessoas que aqui vivem: desde escolas, centros de saúde, transportes, o próprio comércio local. Isto facilita muito também os encaminhamentos que fazemos.

A.S: De que forma é que estas que constituem contributos para a sua inserção social?

D.W: A boa localização do bairro e a sua proximidade a serviços, no caso dos mais jovens é porque é muito mais fácil encaminhar para as respostas sociais que existem. Quer as escolas, como os centros de saúde. E os adultos quer seja em questões de saúde, de educação, como de emprego, por estarem tão bem localizados, facilita muito a sua inserção. Não é? E a questão de proximidade e acesso aos serviços é um factor que reduz bastante a exclusão. Penso eu.

A.S: Identifica dinâmicas associativas ou grupos informais criados por residentes no Casal do Silva, com ou sem o apoio de outras instituições que desenvolvam a sua intervenção nesta urbanização?

D.W: Em termos de dinâmicas associativas, por moradores do bairro houve alguns que se organizaram por causa do culto. Por iniciativa própria mobilizam-se todas as semanas para fazerem o culto. Há uns que fazem na Buraca, outros na Ameixoeira, outros na Damaia, outros na Venda Nova, outros aqui na Falagueira...

A.S: Ou seja dão importância ao culto nas vidas deles e organizaram-se de modo a frequentar esse culto noutros sítios mas a fazerem disso uma rotina comum a varias famílias?

D.W: Sim. Por exemplo uma dessas pessoas que dava importância ao culto, trouxe o culto aqui ao bairro. Durante todas as quintas feiras do mês de Março vinha cá o pastor. Foi uma organização deles. A partir daí houve cerca de meia dúzia de famílias que passaram a ir ao culto. É uma dinâmica informal que existe, que está bastante consolidada e eu diria que é a mais expressiva. Depois, daquilo que conheço, há alguns prédios onde os moradores conseguem organizar-se para pedirem algumas coisas á Câmara ou mesmo organizarem-se entre eles mas não creio que sejam a maioria. Ao nível dos jovens os grupos informais estão criados por interesses: ou para organizarem um torneio de futebol, ou para organizarem um determinado evento. Coisas pontuais, muito á sua escala em que um grupo de jovens de 15 e 16 anos organiza estas coisas.

A.S: De que forma é que isso acontece?

D.W: No torneio de futebol conversam com pessoas de outros bairros para organizarem uns jogos. Ao nível da Play Station conversam com pessoas que conhecem e pedem-nos o espaço para organizarem uns jogos. Coisas assim. Há Grupos de Dança, um com o apoio do A Rodar, no outro vieram-nos informar que tinham um grupo e pediram-nos o espaço para ensaiarem.

A.S: No decorrer da intervenção da instituição em que está inserido, quantas pessoas participaram em Acções de Sensibilização?

D.W: Aproximadamente, na Campanha de Limpeza que fizemos com as crianças estavam 18 crianças, todas elas frequentadoras do A Rodar; ao nível da Campanha de Vacinação, tenho ideia de termos abrangido, que precisavam mesmo (porque houve muita gente que foi á carrinha do Centro de Saúde e estava tudo bem) eram cerca de 12 as que tinham vacinas em atraso. No total foram cerca de 50 pessoas abrangidas pela campanha.

A.S: E acções de Formação?

D.W: Fizemos ateliers. O atelier de aeromodelismo que abrangeu 8 jovens e o curso de informática em que eram 15 jovens.

A.S: De Reforço Pessoal?

D.W: Fizemos com as pessoas que ainda tinham filhos por inscrever nas escolas. Fizemos uma primeira e voltamos a reforçar porque achamos que era necessário. Todas com sucesso.

A.S: E em Acções Comunitárias?

D.W: Na Festa do Vizinho, envolvidos na preparação talvez cerca de 10 adultos nas reuniões; um grupo de danças ciganas com 6 jovens; outro com 7 crianças e o grupo de danças africanas com 8 jovens; para a decoração umas 20 crianças. Cerca de 50 elementos da comunidade, no total, que estiveram envolvidos na preparação e realização da festa.

A.S: Quantas situações e/ou problemas já foram resolvidas/os por iniciativa da população?

D.W: Questões de escolas há muita gente que têm autonomia e não nos pedem ajuda, isso sem qualquer tipo de problema. Ao nível da gestão dos prédios, há por ai alguns moradores que estão organizados em relação á limpeza e aos arranjos dos espaços e não precisam de recorrerem á câmara para o fazer. A porta da loja em que o A Rodar está a funcionar foi partida e o pai da criança que a partiu foi logo lá repará-la e ofereceu-se para isso. Houve algumas situações de conflito ali com crianças no A Rodar em que houve alguns pais que intervieram e ajudaram a contornar o que podia ser um problema. Assim questões maiores não estou a ver, assim nada.

A.S: Existe uma relação de parceria consolidada entre as várias organizações em presença nesta urbanização? Porquê?

D.W: Sim acho que sim. Acho que a relação é consolidada. Acho que há muito a fazer ainda porque dizemos que os recursos não chegam ou as pessoas não têm a autonomia que gostavam ou estão cansadas. Isso acontece em qualquer uma das associações que aqui estão. Agora acho que há de todas, inequivocamente, uma disponibilidade para trabalhar em parceria, que não é fácil encontrar. Todas as pessoas têm muito presente o trabalho em parceria e estão sempre prontas para o fazer.

A.S: Estas parcerias promovem e reforçam a participação dos residentes na urbanização em actividades comunitárias?

D.W: Sim. Penso que sim. Isso nota-se a vários níveis mas principalmente em actividades que envolvem muita gente como é o caso da Milha Urbana como na Festa do Vizinho. Porque necessitam mesmo de muitos recursos humanos e as pessoas vão e fazem o que for preciso para as coisas correrem bem.

A.S: Quantas actividades de carácter sócio cultural se realizaram?

D.W: A Festa do Vizinho. Acho que no último ano foi só a Festa do Vizinho.

A.S: Considera que existem processos conjuntos ao nível da intervenção realizada nesta comunidade, capazes de permanecerem localmente ainda que termine o projecto que lhes deu origem?

D.W: Penso que não. Eventualmente os parceiros poderiam assegurar algumas respostas que o A Rodar dá nomeadamente ao nível do atendimento, acompanhamento e encaminhamento ao nível da inserção escolar, da procura de emprego, das questões da saúde. A junta de freguesia poderia assegurar alguns projectos com adultos como é o caso da Alfabetização. Ao nível da capacitação dos jovens, penso que actualmente, não teriam autonomia suficiente para manter as valências que desenvolvemos. Quanto mais não seja porque não existia um espaço para esse efeito. Por exemplo um grupo de dança que quisesse ensaiar, se tivessem um espaço, tinham capacidade e autonomia para se manterem a funcionar com regularidade. Não havendo um espaço isto dilui-se ou fica resolvido por casa umas das outras e nós não temos conhecimento, provavelmente. Muito mais não sei.

A.S: No âmbito da sua intervenção diária identifica líderes na comunidade? Como é que estes se posicionam?

D.W: Eu não identifico líderes na comunidade, identifico algumas pessoas que podem ser pessoas de referência mas não são líderes. Porque não lideram o bairro. A não ser as pessoas mais velhas que, pela sua idade, para os ciganos, são valorizadas porque têm uma palavra a dizer, têm uma palavra com um peso forte mas não mobilizariam um grupo com facilidade. De uma maneira geral estes líderes têm uma posição muito integrada. Têm um discurso muito próximo do nosso, uma visão muito próxima da nossa, têm uma visão para o bairro e para a comunidade de integração e de mudança. Têm uma visão muito semelhante ao que as organizações que aqui estão pretendem. Portanto se estas pessoas fossem de facto líderes e mobilizadoras seriam pessoas essenciais que nós pretendíamos que trabalhassem connosco. Mas eles não assumem essa liderança nesse sentido, têm essa visão mas não se misturam. Isso é o que eles acham que deveria acontecer mas na maior parte das vezes eles acham que isso deveria de acontecer naturalmente e que deveria se de ser essa a ordem natural das coisas. Responsabilizam naturalmente a autarquia como responsabilizam o governo. Agora eles não sentem que a responsabilidade é deles. Isto claramente. Sentem que podem colaborar mas atribuem essa responsabilidade às pessoas, de uma maneira geral: como que dizem “As pessoas é que tinham de ver como eu vejo as coisas e irem por aqui”

Pensam que ou as pessoas querem ir por o caminho mais acertado ou então não vale a pena. É essa visão que há aqui. E só quando, para eles, as pessoas deixarem de ser ignorantes, é que podem seguir este caminho, este projecto de vida. Eles estão á espera que haja essa mudança. Mas penso que a esperam de uma forma natural, sem a provocarem. E aí variam de facto das organizações que têm um papel interventivo.

A.S: Existe uma cultura de trabalho comunitário? Se sim através de que dinâmicas esta se manifesta?

D.W: Trabalho comunitário não sei muito bem. Existem algumas redes de solidariedade. Algumas redes fortes e de apoio entre alguns grupos. Eu identifico duas redes: uma por proveniência, constituída por pessoas que vieram juntas do mesmo bairro degradado e que traziam relações daí e facilmente se agregam. Porque tem a ver com uma experiencia anterior á vivencia aqui no bairro. E a outra é familiar. Pessoas da mesma família que constituem uma rede de proximidade e de solidariedade. Trabalho comunitário não acho que haja. Ainda é feita a vida de um modo mais individual. Penso que se recorre a essas redes para apoio, para discussão e para partilha mas mais não.

A.S: Com base na acção desenvolvida nesta comunidade pela organização em que está integrado, qual a sua perspectiva futura para uma intervenção social promotora do desenvolvimento local com a população residente na urbanização do Casal do Silva?

D.W: Ao nível do Projecto A Rodar o que se perspectiva é uma intervenção mais incidente na população mais jovem e ao nível da capacitação, do empreendedorismo jovem, sem no entanto desvincular o trabalho que já foi consolidado ao nível da infância. Penso que é um trabalho que terá de promover uma maior responsabilização das pessoas, apesar de nós não sermos vistos na maioria das situações como prestadores de serviços, o que já é uma imagem positiva, em algumas situações ainda o somos. Portanto a ideia é contrariar esse sentido que ainda nos vai sendo dado por alguns moradores e isso implica a responsabilização no envolvimento deles nas actividades. Ao nível do projecto é o crescer do espaço físico, que é uma necessidade premente, mas também o crescer ao nível de recursos humanos na equipa e de actividades. Identificamos muitas lacunas mas também um enorme potencial porque temos uma relação privilegiada e de grande proximidade com a população ao nível da intervenção. Há uma perspectiva de aumentar também o consórcio e de querer dar resposta, nomeadamente ás questões da capacitação dos jovens. Trabalhar com algumas organizações mais especialistas nesta área, como o Agrupamento de Escolas Mães de Água e o Centro de Novas Oportunidades que serão convidadas a integrar o consórcio. A Drom Rom, eventualmente pelas questões da parceria e dar-lhe algum peso para que as coisas sejam feitas de uma forma mais seria, mais responsável e exigente. É outro dos convites que será feito. Em termos de intervenção futura... Melhorar a relação com as escolas porque isso iria fazer diferença uma vez que actualmente a relação entre a população do bairro e da escola não é positiva é essencial através do projecto melhorá-la. Isso era muito importante. Em relação ás outras instituições, e só no último ano, apareceram mais e com mais ideias portanto é um terreno que continua a provar a sua urgência e eu acho que essa pertinência faz todo o sentido. Há ainda a questão dos mediadores sociais que é fundamental desenvolver algum projecto a esse nível, seja com os mediadores do ACIDI, seja com os mediadores locais, ou do CLAS, não sei. Dentro de algum programa seria interessante trabalhar isso. De resto, penso que seria importante haver maior controle, porque apesar de tudo há uma impunidade latente que dificulta a intervenção dos técnicos em muita coisa. Ou através do consórcio alguém poderia desenvolver esse papel ou então sensibilizar melhor as pessoas e promover cada vez mais a sua responsabilização. Que não é a mesma coisa mas se não houver...

Entrevista a Técnico 2

Técnicos de instituições em presença na Urbanização do Casal do Silva

Data: 27 de Agosto de 2009

Hora de início: 09h 30

Hora de fim: 10h 00

Local: Centro de Bem Estar Social da Amadora

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: Dr. Rita Gomes

Organização: Centro de Bem Estar Social da Amadora

Dra. Anabela Sousa (A.S): Bom dia!

Dra. Rita Gomes (R.G): Bom dia!

A.S: Face aos problemas existentes na Urbanização do Casal do Silva, que potencialidades/ aspectos positivos identifica, na sua população e no local?

R.G: Ao nível do local identifico a parceria porque aqui desenvolve-se um bom trabalho com as instituições que estão em presença neste bairro. Em termos de população e urbanização identifico população jovem em presença no bairro, como uma potencialidade de desenvolvimento.

A.S: Porquê?

R.G: Porque é uma população que se for trabalhada a diversos níveis de forma transversal de inserção, emprego e parentalidade, vamos indirectamente influenciar as camadas mais jovens, os menores e a população mais velha. Faz-se um ponto de ligação entre as diferentes gerações.

A.S: De que forma é que estas situações constituem contributos para a sua inserção social?

R.G: O trabalho em parceria permite uma intervenção sistémica e transversal e com uma melhor resposta direccionada aos problemas identificados ao nível dos vários agregados que são acompanhados pelas diferentes instituições aqui no bairro. No que diz respeito á população mais jovem, como se pretendem trabalhar as competências sociais e profissionais, com o objectivo de dotar as pessoas de instrumentos que contribuam para a sua autonomia financeira, e a sua promoção profissional, através dos cursos de formação profissional e do RVCC; estamos a intervir no sentido de as capacitar no sentido de elas próprias contribuírem para a sua mudança e para a mudança do bairro ao nível de atitudes e comportamentos porque melhor capacitadas terão acesso a outros bens e serviços. Portanto é como abrir portas e dar a conhecer outras realidades positivas.

A.S: E tendo as pessoas deste bairro uma forma de estar muito própria, uma vez que existem diferentes culturas em presença, sendo marcadamente aqui a forma de estar da cultura cigana uma realidade, o que é que as instituições em presença no bairro podem fazer, antes deles acederem a essas respostas na sua grande maioria formais, de modo a trabalharem essas competências?

R.G: Em primeiro lugar as pessoas têm de ser acompanhadas através do passar da mensagem e delas a assumirem, nomeadamente através das questões da saúde. Respeitando as culturas em presença no bairro, estamos a sensibilizar as pessoas para outras formas de estarem que beneficiam o seu bem-estar. Isto quer seja em relação á

saúde, como a educação para que tenham conhecimento de outras oportunidades e se abram novos horizontes. Primeiro através da sensibilização e depois tentar que elas evoluam ao ponto de ser uma coisa mais formal, levando-as a pouco e pouco a comprometerem-se a fazer algumas melhorias.

A.S: Identifica dinâmicas associativas ou grupos informais criados por residentes no Casal do Silva, com ou sem o apoio de outras instituições que desenvolvam a sua intervenção nesta urbanização?

R.G: Dinâmicas associativas mais ao nível da dinamização de actividades, tal como o são as reuniões de moradores e outras que vão sendo criados informalmente dentro dos próprios prédios, daqueles que se vão organizando, também para fazerem uma melhoria do seu bem estar nos prédios em que vivem. Ao nível de actividades, a Festa do Vizinho de 2009 porque foi a primeira vez que alguns moradores aceitaram em colaborar na preparação, na dinamização e na avaliação da festa. Ao longo das 4 reuniões de preparação que tivemos viu-se que as pessoas demonstraram interesse e partilharam experiências e ideias e tiveram que aprender também a respeitar as ideias dos outros, que eram tantas vezes diferentes das suas e é de realçar a importância da reflexão que se fazia conjuntamente para se chegar a uma conclusão. Essa dinâmica foi bastante positiva porque criou um espaço de partilha e enquanto as pessoas não partilharem as suas frustrações e os seus problemas, num clima em que o possam fazer de forma harmoniosa, não se pode evoluir na dinâmica de grupo e associativa.

A.S: No decorrer da intervenção da instituição em que está inserido, quantas pessoas participaram em Acções de Sensibilização?

R.G: Uma média de 30 pessoas. É muito pouco, a meu ver, tendo em conta os anos em que aqui estamos mas foi feito um trabalho com muita persistência porque as pessoas nem sempre aderiram às acções. Tivemos muitas acções marcadas em que as pessoas não apareceram e não são muitas mas aquelas pessoas que apareceram, conseguimos manter, e desenvolver uma relação positiva e mais aberta com elas. O esforço valeu por esse resultado. Começaram-se a fazer aqui as primeiras acções a partir do ano de 2006/2007 e depois em 2007/2008 de forma mais incisiva até algumas em colaboração com o centro de saúde. Mais tarde também foram desenvolvidas outras acções em parceria com outros serviços e instituições.

A.S: E acções de Formação?

R.G: Começaram em 2007 e foram cerca de 10 até agora. Estas foram dirigidas às funcionárias, que são 08, porque tendo em conta as problemáticas diversas que foram surgindo tendo em conta as crianças que frequentavam a valência e as famílias, tentámos sempre formar as pessoas para terem instrumentos para lidar com as várias situações com que se deparassem. Quer em termos de personalidade, de conflitos, de atendimentos à população. Basicamente estas acções tentaram trabalhar e promover as competências pessoais e laborais dos funcionários daqui.

A.S: De Reforço Pessoal?

R.G: Creio que foram 04, todas sobre gestão de conflitos, porque era a maior necessidade e em todas elas participaram as oito funcionárias da valência.

A.S: E em Acções Comunitárias?

R.G: A Festa do Vizinho. Existiram 03 mas nós participamos em duas.

A.S: Quantas situações e/ou problemas já foram resolvidas/os por iniciativa da população?

R.G: Recordo-me deste ano, precisarmos de uma aparelhagem para a Festa do Vizinho e nenhum serviço poderia disponibilizar nenhuma e isso poderia por em causa a festa e foi uma moradora que falou com um amigo e foi ele que aqui veio e assegurou o som. Problema resolvido. Não me lembro de mais nada.

A.S: Existe uma relação de parceria consolidada entre as várias organizações em presença nesta urbanização? Porquê?

R.G: Sim porque há uma muito boa relação institucional no que diz respeito aos técnicos, talvez por estarmos todos com os mesmos objectivos traçados, também ao nível do Centro de Saúde da Venda Nova e das Escolas há uma boa relação. Também nos disponibilizamos para acolher jovens que vêm cá estagiar para completarem a sua formação académica. Acho que nesse aspecto temos uma forma de intervir muito em parceria e tentamos colaborar uns com os outros. Isso também se vê na forma de estar das instituições aqui no bairro, porque não está cada um a puxar para seu lado, há uma perspectiva transversal de trabalhar com os agregados. Aqui já ninguém pensa a intervenção isoladamente, há uma grande partilha entre nós na forma de abordar e de trabalhar com as famílias. Claro que ainda temos um caminho a percorrer mas acho que estamos na direcção certa. Mas eu acho que ainda poderíamos melhorar a consolidação destas parcerias e aí creio que era importante passar-se para o papel e formalizar através do estabelecimento de protocolos. Definir a intervenção, apoio e formalização das parcerias ao nível das direcções das organizações em presença. É preciso que se saiba o que se faz, que se dê apoio e que as coisas não sejam actividades por serem actividades, porque nós temos objectivos concretos que queremos alcançar e passam por intervir, sensibilizando pessoas e ensinando crianças para promover uma mudança social, gradualmente. A importância da formalização através do papel, do protocolo é que isso implicaria darem uma seriedade á intervenção das pessoas da instituição que trabalham no terreno, que se traduzia numa maior atribuição e afectação de recursos, quer humanos, quer materiais, quer financeiros.

A.S: Estas parcerias promovem e reforçam a participação dos residentes na urbanização em actividades comunitárias?

R.G: Sim, primeiro porque as actividades são feitas na sequencia dos diagnósticos elaborados pelas instituições. Esses diagnósticos são feitos com base nas pessoas, nos interesses que as pessoas manifestam e nas suas necessidades. Essas actividades dirigem-se a essas necessidades e a esses interesses logo acho que promovem a participação dos moradores. Essa participação cada vez mais, não implica só a sua presença. O que se pretende é que as pessoas preparem essa actividade e dêem o seu contributo, as suas ideias e a sua colaboração na dinamização. Portanto o objectivo é participação e responsabilização, para que cada vez mais as pessoas se impliquem e capacitem para este efeito, assumam as actividades como suas, intrinsecamente.

A.S: Quantas actividades de carácter sócio cultural se realizaram?

R.G: Festa do Vizinho e Desfile de Carnaval que são aquelas em que a instituição participa. Depois também temos conhecimento de que se dinamiza a Festa de Natal, o Festival Intercultural e a Milha Urbana para as quais encaminhamos pessoas e fazemos a divulgação.

A.S: Considera que existem processos conjuntos ao nível da intervenção realizada nesta comunidade, capazes de permanecerem localmente ainda que termine o projecto que lhes deu origem?

R.G: Neste momento e nesta fase ainda não, porque está tudo muito precoce. Creio que estamos no bom caminho, as pessoas estão a começar a aperceber-se que existem projectos com objectivos próprios, que desenvolver o seu trabalho, dos quais se vai vendo o seu resultado e que portanto não estão aqui por estar. Por outro lado acho que estas pessoas e estas famílias ainda têm que ser muito acompanhadas. Largá-los assim era perder todo o trabalho que tinha sido feito até agora. Poderia haver até um retrocesso porque certamente existiria revolta. Não acredito que as pessoas fossem perceber porque as pessoas teriam um sentimento de abandono

A.S: No âmbito da sua intervenção diária identifica líderes na comunidade? Como é que estes se posicionam?

R.G: Como nós trabalhamos com crianças e com os seus agregados familiares e nem todos vivem aqui, não tenho muito a noção de líderes aqui na comunidade.

A.S: Existe uma cultura de trabalho comunitário? Se sim através de que dinâmicas esta se manifesta?

R.G: Está a começar a existir agora. Neste momento manifesta-se na dinâmica das actividades mais culturais que são dinamizadas aqui porque as pessoas identificam-se. No fundo as pessoas vêm que as actividades são para elas e no bairro delas e como tal sabem que têm de ser com elas. Nota-se que há às vezes um ambiente de conflitos latentes mas isso não impede que se esteja a iniciar uma cultura de trabalho comunitário. O que faz com que agora seja diferente do que era o ano passado ou há dois anos é o grau de envolvimento e interesse demonstrado pelas pessoas nas reuniões de preparação, na troca das opiniões relativamente á actividade, quer em relação ao que elas esperam que seja, quer em relação ao que é que elas podem fazer para contribuir para que as coisas corram bem. Faz falta ás pessoas participarem nas reuniões de preparação e reflectirem acerca das suas ideias, porque é a partir daí que surge o definir das estratégias para as coisas acontecerem e isso é de facto o começo. Está a ser bastante positivo. Só o facto de já dizerem: “Para o ano vamos fazer diferente” já demonstra uma implicação.

A.S: Com base na acção desenvolvida nesta comunidade pela organização em que está integrado, qual a sua perspectiva futura para uma intervenção social promotora do desenvolvimento local com a população residente na urbanização do Casal do Silva?

R.G: Têm de ser trabalhadas as competências pessoais, sociais e profissionais dos residentes para os dotar de instrumentos que lhes possam possibilitar melhores condições de vida, quer em termos financeiros, quer ao nível de melhor acesso a bens e serviços. Por outro lado temos de continuar a valorizar pelas camadas mais jovens e jovens adultos a educação e formação. É ainda essencial envolver a comunidade no que diz respeito á urbanização, tornando-os agentes de mudança, cientes dos seus direitos e dos seus deveres enquanto membros de uma urbanização, e enquanto moradores de prédios. Sem colocar em causa as características das culturas em presença, têm de se continuar a trabalhar e a reforçar as competências de hábitos de higiene, saúde e os comportamentos ao nível da parentalidade. Acho que estes são os pontos chaves para eles se assumirem como elementos da sua própria mudança. Para isto é importante criar sempre que possível espaço de dialogo e de reflexão. Como? Através da realização das reuniões de moradores, da implicação dos residentes na preparação das actividades que desenvolvemos seja ao nível de sensibilização, de formação, de âmbito sócio cultural.

A.S: Obrigada!

Entrevista a Técnico 3

Técnicos de instituições em presença na Urbanização do Casal do Silva

Data: 10 de Setembro de 2009

Hora de início: 14h 00

Hora de fim: 14h 30

Local: Gabinete Técnico do Casal do Silva

Entrevistador: Dra. Anabela Sousa

Entrevistado: Dra. Vicência Ferreira

Organização: CMA – Gabinete Técnico do Casal do Silva

Dra. Anabela Sousa (A.S): Boa tarde!

Dra. Vicência Ferreira (V.F): Boa tarde!

A.S: Face aos problemas existentes na Urbanização do Casal do Silva, que potencialidades/ aspectos positivos identifica, na sua população e no local?

V.F: Aspectos positivos ao nível do local, posso dizer que são as parcerias que nós temos aqui. Porque são organizações e associações que organizam e promovem, conjuntamente aqui com o Gabinete, varias actividades. Quer seja o Centro de Bem Estar Social da Amadora, o A Rodar ou a Junta de Freguesia. Com essas actividades tentamos minimizar os problemas existentes. Os principais problemas que aqui existem são os conflitos entre algumas famílias de cultura cigana mas que acabam por criar um ambiente de insegurança no bairro, de um modo geral. Como pano de fundo, existe uma resistência das pessoas de cultura cigana em integrarem-se na forma de estar que as pessoas de cultura lusa pretenderiam. E os comportamentos de algumas pessoas ciganas, de colocarem musica alta em horários nocturnos, de não participarem na limpeza do prédio, de vandalizarem os espaços comuns, de ameaçarem quando não gostam do tom com que falam para eles, entre outros aspectos leva a que não sejam bem aceites por varias pessoas de cultura lusa. Depois eles acabam por ter uma postura de que relativamente á sociedade só têm direitos e não deveres. Acabam por acontecer algumas coisas nas quais os lusos têm tendência a considerar que existe um certo receio de as autoridades, neste caso a CMA tomar algumas medidas essenciais para travar determinados comportamentos, nomeadamente acções de despejo. Nesta urbanização existem também alguns idosos que frequentemente apresentam reclamações relativamente a comportamentos menos adequados dos ciganos mas sempre com muito receio. Isto porque são ameaçados por eles caso dêem a conhecer o que se passa. Apesar de achar que as coisas têm vindo a melhorar, desde o início do realojamento, ainda é necessário trabalhar a integração de todas as culturas em presença aqui. Nas actividades que desenvolvemos temos sempre por objectivos promover os sentimentos de pertença a esta urbanização, através da identificação de algumas potencialidades. Algumas destas e mesmo as principais são, sem duvida as pessoas, as relações de proximidade e apoio que podem criar e isso também se tenta estimular através da promoção de um convívio saudável entre os participantes nas actividades. Isto acontece com uma maior visibilidade através do trabalho de proximidade que a equipa do projecto A RODAR tem vindo a desenvolver com a população. Percebe-se que agora há mais crianças e adultos a participar a recorrerem aos serviços, de um modo geral. Inicialmente quando começamos a dinamizar actividades com crianças os pais não queriam que os seus filhos se misturassem com crianças de outras culturas. Essas diferenças hoje ainda

existem mas já não são a maioria. Agora também já deixam as crianças saírem para fora do bairro.

A.S: De que forma é que estas que constituem contributos para a sua inserção social?

V.F: Se a pouco e pouco estimularmos actividades que promovam o convívio saudável entre os moradores, quer sejam mais novos ou mais velhos, haverá uma probabilidade de existir um maior sentimento de pertença para com o bairro. Desta forma contribui-se para promover o interesse pelo local e por eles próprios se envolverem na preparação de actividades, logo da sua inserção. Se obtiverem retornos positivos a partir daí, e se sentirem bem, mais facilmente há um ânimo para se inserirem a outros aspectos das suas vidas. Acho que também seria importante promover acções de sensibilização relativamente á limpeza porque algumas famílias, nomeadamente de cultura cigana, ainda pensam que a limpeza dos espaços exteriores circundantes ao prédio em que moram, não lhes cabe a eles. Ainda é importante alertar para a preservação dos espaços para que entendam que isto começa no comportamento deles. Isto quer para os jovens, quer para os pais. Há que ser persistente.

A.S: Identifica dinâmicas associativas ou grupos informais criados por residentes no Casal do Silva, com ou sem o apoio de outras instituições que desenvolvam a sua intervenção nesta urbanização?

V.F: Não tenho ideia de dinâmicas associativas criadas por pessoas aqui do bairro. Existem alguns grupos de danças ciganas e africanas. Um grupo, de danças ciganas, foi aqui o Gabinete Técnico que ajudou a criar para actuarem na altura, há 04 anos numa festa de freguesia. Essas jovens já não formam o grupo porque já casaram mas agora estão as suas irmãs e primas mais novas. Existem agora 03 de danças ciganas ligados ao A Rodar; existe um grupo de danças africanas e estamos a estimular a criação de um grupo de batuque a formar por senhoras nascidas em Cabo Verde que vivem aqui.

A.S: No decorrer da intervenção da instituição em que está inserido, quantas pessoas participaram em Acções de Sensibilização?

V.F: Cerca de 07 ou 08. Sobre alimentação, limpeza, vacinação. As primeiras de todas foram feitas logo em 2004, estávamos aqui há um mês, a crianças e jovens para fazer o levantamento dos seus interesses para dinamizarmos actividades e o mesmo aconteceu com a população mais velha. O objectivo destas acções era mesmo a criação de grupos para começarmos a estimular o sentido de pertença das pessoas á urbanização e a desenvolver competências sociais e pessoais.

A.S: E em Acções Comunitárias?

V.F: 04 Mihas Urbanas: 2006; 2007; 2008 e 2009. 03 Festas do Vizinho 2007; 2008 e 2009.

A.S: Quantas situações e/ou problemas já foram resolvidas/os por iniciativa da população?

V.F: Creio que podemos incluir aí alguns prédios em que as pessoas se organizaram para repararem algumas coisas vandalizadas no edifício. Eu tenho conhecimento de que isto aconteceu para aí em 05 prédios.

A.S: Existe uma relação de parceria consolidada entre as várias organizações em presença nesta urbanização? Porquê?

V.F: De um modo geral sim. Quando planeamos uma acção comunitária sabemos que as instituições aqui em presença estarão disponíveis para a organizar conjuntamente. A ideia é trabalhada em articulação. Há uma instituição que tem ainda uma forma de estar mais distante e que faz alguma resistência em trabalhar aqui no bairro e para as pessoas do bairro, que é a Junta de freguesia mas vai apoiando, na medida do possível a realização das actividades. Ainda temos um grande passo a dar que é envolver mais a

população nestas actividades. De qualquer modo aqui há um bom entendimento entre nós.

A.S: Estas parcerias promovem e reforçam a participação dos residentes na urbanização em actividades comunitárias?

V.F: Acho que sim porque estas actividades que organizamos têm sempre por base um diagnóstico ao encontro do qual se vai. Mas como já referi é importante envolver os moradores mais em todas as fases da actividade. Porque sem duvida que a estratégia tem de passar por ai. Foi completamente diferente esta Festa do Vizinho 2009 de qualquer outra actividade que tenhamos realizado. As pessoas que estiveram a trabalhar para esta festa envolveram-se na sua preparação e a sua predisposição no dia da festa era muito diferente. Usufruíram mesmo e estavam entusiasmados para que tudo corresse bem porque também sentiam a actividade como sua. É engraçado ver como isso passou para fora e mesmo as pessoas que foram assistir sentiram essa diferença. Talvez pela primeira vez não se tivesse sentido nenhuma animosidade entre ciganos e não ciganos, a música uniu-os. Mesmo sem estar planeado dançaram juntos mais de meia hora em cima do palco. Foi muito bom. E no fim alguns diziam: “Foi bom mas para o ano ainda pode ser melhor!” As pessoas na avaliação final da actividade identificaram os aspectos melhor conseguidos da festa e sugeriram coisas para o próximo ano.

A.S: Quantas actividades de carácter sócio cultural se realizaram?

V.F: Muitas, depois temos de analisar os nossos relatórios para as contarmos. Este ano aqui no bairro foi só a Festa do Vizinho.

A.S: Considera que existem processos conjuntos ao nível da intervenção realizada nesta comunidade, capazes de permanecerem localmente ainda que termine o projecto que lhes deu origem?

V.F: Não creio que se o A Rodar terminar exista capacidade para dar continuidade a todo o trabalho importante que eles desenvolvem: quer ao nível do acompanhamento dos grupos criados, quer ao nível do acompanhamento aos trabalhos de casa das crianças, quer ao nível da relação de proximidade que já estabeleceram com algumas famílias. Esses processos quanto muito recaiam no acompanhamento e encaminhamento de algumas famílias mas não existiriam, actualmente, condições da comunidade, de um modo geral continuar toda a dinâmica criada e sustentada pelo projecto. Os próprios moradores atribuem ao A Rodar muitos aspectos positivos que são complementares às outras instituições em presença. O que era essencial era que o projecto tivesse continuidade por mais 03 anos e aí trabalhar outros aspectos com a população, nomeadamente a sua capacitação através do apoio de mediadores desta comunidade. Esses mediadores enriqueciam muito o trabalho comunitário.

A.S: No âmbito da sua intervenção diária identifica líderes na comunidade? Como é que estes se posicionam?

V.F: Existem dois ou três que tentam influenciar os moradores positivamente mas esses também têm as suas falhas e aí é que as coisas se complicam porque depois se as pessoas não vêm neste um exemplo, ele não é capaz de conduzir as pessoas a acções realmente autênticas.

A.S: Existe uma cultura de trabalho comunitário? Se sim através de que dinâmicas esta se manifesta?

V.F: Sim mas de uma forma muito ténue e manifestaram-se através da campanha de limpeza que foi desenvolvida no ano passado e que já vamos vendo alguns frutos porque apesar de tudo o bairro está mais limpo. Também visível na forma de organização e na dinâmica de participação no planeamento, dinamização e avaliação entre técnicos e moradores na festa do vizinho. Ainda há um longo caminho a percorrer.

A.S: Com base na acção desenvolvida nesta comunidade pela organização em que está integrado, qual a sua perspectiva futura para uma intervenção social promotora do desenvolvimento local com a população residente na urbanização do Casal do Silva?

V.F: Em relação ao trabalho desenvolvido por esta equipa técnica ao nível das reuniões de moradores, há uma tentativa constante de sensibilizar os moradores para a preservação e reparação dos espaços comuns dos prédios em que vivem. Para além disso, a Câmara também devia ter algumas responsabilidades na reparação de algumas anomalias em espaços comuns e isso não acontece, há já muito tempo na maioria dos prédios. Quando temos moradores que colaboram é complicado mate-los motivamos quando a própria câmara não cumpre. Porque não dá o exemplo, falha completamente. É essencial esta resposta da câmara ser mais célere.

Relativamente á responsabilidade directa dos elementos da equipa técnica deste gabinete seria importante dar continuidade ás reuniões com os moradores de cada prédio, com os objectivos já referidos e também para elegerem representantes de prédio, naqueles que não os tenham e que estejam interessados. Posteriormente podemos organizar uma reunião só com representantes de prédio para trocarem experiencias entre si no sentido de valorizar aspectos positivos que possam ser utilizados noutros prédios. Ao gabinete também cabe acompanhar os representantes de prédio. Eles próprios sentem necessidade de terem reunião de moradores com esta equipa técnica porque encontram em nós um reforço para a sua acção. Também é importante de futuro manter e estimular a parceria entre as instituições.

A.S: Obrigada!

ANEXO 4

Quadros de Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Representantes de Prédio e Moradores da Urbanização do Casal do Silva

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os residentes atribuem à Associação de Moradores
Entrevista 1	“(...) para ver se chegam a um acordo, para não discordarem tanto uns dos outros(...) o bairro é nosso. Temos que conservá-lo, não destruí-lo”
Entrevista 2	“(...) Para ajudar a melhorar as coisas”
Entrevista 3	“(...)seria importante (...) uma associação em que as pessoas vão lá reclamar e fazem ali reuniões com todos. Perguntam se está certo, se não está. (...) Não podemos por só a culpa às pessoas de dentro porque há muita gente de fora que vem para aqui fazer a porcaria. Mas acho que era boa ideia.”
Entrevista 4	“(...)devia de haver uma comissão de moradores para agente podermos falar, todos nós, de que é que uns mais precisavam e de que é que outros mais precisavam. Era importante para vermos o que é que resultava das opiniões de todos”
Entrevista 5	“(...) as pessoas uniam-se para falar das coisas do bairro e podíamos fazer muitas coisas boas..”
Entrevista 6	“(...) os moradores podiam juntar-se para falarem das coisas daqui e ver o que é que podiam fazer.(...) para que ficasse tudo bem.”
Entrevista 7	“(...) Podia ser que ajudasse as pessoas ao comportamento como devia de ser (...)”
Entrevista 8	“Podíamos contribuir para criarmos desta associação uma mais valia para a nossa vida diária. Tínhamos uma entidade a quem recorrer e que possivelmente nos desse respostas mais rápidas que aquelas que a câmara nos está a dar. Porque sabemos que a comissão de moradores terá mais força que aquilo que terá apenas um morador. Mesmo para a preservação dos prédios em si, considero que é essencial porque as pessoas poderiam fazer aí as reuniões e sentiam-se entendidas porque também eram moradores do bairro, não é? Penso que vale sempre a pena que haja uma entidade neste bairro.”
Entrevista 9	“(...) sim para melhorar o bairro em si, porque está um pouco destruído. E acho que essa associação também tinha a função de dizer aos mais novos que tinham de estimar o bairro para não o estragarem, senão daqui a 3 ou 4 anos está ainda pior.”
Entrevista 10	“(...)Sim, uma associação de bairro constituída por todos. Mas tem de ser por ciganos e não ciganos.”
Entrevista 11	“Podia ajudar para se falar com as pessoas para terem um comportamento correcto aqui no bairro.”
Entrevista 12	“Talvez os moradores que costumam estragar as coisas começassem a respeitar mais as pessoas porque eram chamados à atenção. Eram chamados à atenção mas por moradores que tinham esta responsabilidade de querer manter as coisas em ordem e aí como eles viviam aqui, e conheciam os hábitos dos que costumam fazer mal, já podiam falar mesmo com o conhecimento das coisas por dentro. Porque é muito diferente vir para aqui trabalhar ou viver aqui.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os residentes atribuem à Associação de Moradores
Entrevista 13	“São importantes para incentivar o bom entendimento entre os moradores, e para ver se todos concordam em tratar melhor os prédios.”
Entrevista 14	“(…) Só acredito nisso da associação se estes moradores alterarem o comportamento.(…)”
Entrevista 15	“(…) os moradores daqui do bairro sabem melhor do que ninguém o que aqui se passa e se eles se tentassem organizar para tentar melhorar aqui a situação isso já era muito bom.”
Entrevista 16	“(…) ía ser bom porque eram as pessoas que viviam no bairro que se organizavam para ver o que é que fazia falta e o que podiam fazer.”
Entrevista 17	“(…) se houvesse aqui uma associação formadas por nós moradores e se dividíssemos a responsabilidade das coisas, uns dias uns e outros dias outros, talvez as coisas ficassem melhores (...) Quem é que sabe melhor das coisas do bairro, do que quem cá vive? Todos eram chamados a dar a opinião e a colaborar porque se as pessoas cá vivem não querem ver isto mal (...)”
Entrevista 18	“(…) bom para ajudar as pessoas que vivem aqui. As pessoas que vivem aqui sabem melhor do que ninguém o que aqui se passa e assim falavam de outra forma e mexiam-se para vermos se isto ficava melhor. Falavam com quem tivesse de ser para fazerem alguma coisa.”
Entrevista 19	“(…) Se as pessoas se organizassem para esse fim. Acho que é um bocado difícil. Porque os ciganos foram colocados aqui para todos convivermos na mesma comunidade mas eu acho que eles próprios não querem isso.”
Entrevista 20	“Tinha de ser formada por pessoas muito firmes. Não podem mostrar medo porque se mostrarem medo está tudo estragado mas se fossem pessoas firmes e que dissessem as coisas como tinham de ser eu acho que iria resultar. Mas essa associação tinha de ter um grande apoio por trás para poderem saber quais as regras a seguir e os moradores tinham de ter conhecimento de que havia um apoio por trás e que se eles não cumprissem haveria consequências. A câmara tem a faca e o queijo na mão.”
Entrevista 21	“(…) Era uma forma de misturar uma pessoa de cada cultura e pensarmos juntos em coisas boas para o bairro. Podia até ser que ajudasse nesses conflitos que às vezes os ciganos arranjam.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os residentes atribuem à Associação de Moradores
Entrevista 22	“(...) haveria mais convivência. As pessoas também como moradores começavam a falar as coisas para as pessoas entenderem melhor como é que deviam de fazer, como é que não deviam de fazer. Talvez as pessoas até aceitassem melhor as coisas porque eram as pessoas que aqui vivem que estavam a falar para elas.”
Entrevista 23	“Seria importante mas as pessoas não se organizam para isso. Acho que uma ou duas talvez mas mais não. Porque isso é complicado. As pessoas não levam as coisas até ao fim. De qualquer forma, pode ser que se tente e que as pessoas consigam fazer alguma mas não sei. Parece que não acredito muito”
Entrevista 24	“Seria importante mas as pessoas não se organizam para isso. Acho que uma ou duas talvez mas mais não. Porque isso é complicado. As pessoas não levam as coisas até ao fim. De qualquer forma, pode ser que se tente e que as pessoas consigam fazer alguma mas não sei. Parece que não acredito muito”
Entrevista 25	“(...) tenho muitas duvidas porque as pessoas não reagem bem quando são chamadas á atenção e eu acho que podia vir a ser uma fonte de conflitos. Eu gostava de dizer que sim mas neste momento acho que ainda temos um caminho a percorrer para formarmos uma Associação de Moradores e para as pessoas estarem preparadas para respeitarem essa associação.”
Entrevista 26	“(...) se houver um grupo de pessoas capazes e com conhecimentos para fazermos o que é de dever numa associação acho que sim. Agora não acho que devesse ser só formada por pessoas ciganas. Deviam de ser, ciganos e não ciganos para representarem mesmo todas as pessoas que vivem aqui no bairro. Quantos mais fossemos melhor, porque ajudávamo-nos uns aos outros.”
Entrevista 27	“(...) era muito importante porque as pessoas a pouco e pouco ganhavam outra noção de como é que nós devíamos estar aqui no bairro, das coisas boas que podíamos fazer (...)as pessoas se juntavam podiam depois ganhar amizade para construir e não para destruir (...)que se deve criar (...) que haja regras (...) aqui vai ser muito difícil... Tinha de haver respeito.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 1	“(...) nós aqui no prédio, não temos um representante porque nós todos nos damos bem. Quando vemos que temos uma coisa mal no prédio, chamamos um ou outro, conversamos e chegamos sempre a um acordo. Nunca ninguém discorda (...)”
Entrevista 2	“(...)É importante para ter um prédio bem aseado e limpinho e para todas as pessoas arranjam as paredes (...)As pessoas do prédio mudavam o comportamento para melhor se não fosse uma pessoa do prédio. Tinha de ser uma pessoa fora do prédio”
Entrevista 3	“Era bom, não é? Mas eu acho que depois no meu prédio, um tinha de ficar a mandar e depois essa pessoa ia ficar com todas as coisas que às outras pessoas as aborrecesse. Seria complicado porque poderiam sobrecarregar demais essa pessoa. Exigiam-lhe que fosse pressionar a Câmara para serem reparadas as coisas do prédio. Seria complicado.”
Entrevista 4	“(...) eu já fui e enquanto estive notei uma grande diferença no prédio para melhor (...) quando achava que as coisas estavam mal tocava á campainha da pessoa e chamava á atenção. Havia aqueles que pareciam entender e respeitavam e havia aqueles que ainda me insultavam mas foi muito importante.”
Entrevista 5	“(...)era bom mas aqui no bairro não vale a pena.”
Entrevista 6	“(...) Mas tem de ser um cigano no nosso prédio porque a nossa raça respeita a deles mas eles não nos respeitam a nós. Para haver respeito tem de ser.”
Entrevista 7	“(...) era importante para ver se havia um bocadinho mais de respeito, a ver se todos colaboravam com o nosso prédio, era bom. Porque há algumas pessoas que não têm respeito por ninguém e se houvesse um representante, podia ser que as coisas melhorassem.”
Entrevista 8	“É importante mas também que este se sinta acompanhado pela câmara e que existam da sua parte respostas rápidas e concretas (...)”
Entrevista 9	“No meu prédio acho que não era fundamental haver um representante de prédio mas há ai prédios em que tinha de ser mesmo, porque as pessoas não estimam as coisas, partem e destroem.”
Entrevista 10	“(...) No meu prédio devia de haver uma pessoa que controlasse aquilo. Não são os adultos que destroem o prédio são as crianças mas agora quem é que os vais chamar á atenção, se nem os pais deles chamam? Os ciganos não querem assumir essas coisas. Só se for para nós. Eu até podia aceitar mas é um fardo muito pesado.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 11	“(…) devia de haver algum representante. No meu prédio nunca se chegou a eleger ninguém mas quando precisam de alguma coisa para lá é a mim que me dão o dinheiro porque eu não sou cigana e todos dão. Se for um cigano a pedir eles não dão (…) Para haver alguém que ficasse responsável, todos os meses toda a gente dava algum dinheiro e já se podiam compor as coisas. No meu prédio não há luz e se houvesse esta organização já podíamos resolver este assunto.”
Entrevista 12	“(…) num aspecto é importante mas as pessoas não respeitam isso. Os moradores não o respeitam porque é um morador. Para eles um representante ou não representante é a mesma coisa que nada. Por isso é que nós no nosso prédio não temos representante.”
Entrevista 13	“Eu acho que sim que era importante existir representante de prédio, porque assim quando se fundisse uma lâmpada ou fosse necessário substituir um espelho de um interruptor havia alguém com quem podíamos ir falar para arranjar. Ou então trazia a factura e mostravamos. Podíamos dar uma verba todos os meses e depois essa pessoa tinha sempre condições para fazer as coisas. Também era alguém que ficava de chamar os moradores à atenção para cuidarem melhor dos espaços do prédio. Quando precisássemos de qualquer coisa para o prédio já lá estava o dinheiro, escusávamos de estar a tirar do nosso naquela altura.”
Entrevista 14	“Eu acho que é importante haver um representante mas acho que ter um representante no nosso prédio não vai servir de nada. Porque eles não alteram o comportamento deles.”
Entrevista 15	“Se houvesse uma pessoa ou duas com essa responsabilidade talvez as pessoas respeitassem mais os outros e melhorassem o seu comportamento. Não fizessem tanto barulho e contribuíssem para isto ser melhor.”
Entrevista 16	“Eu acho que é importante. Porque eu, como representante, falo com o gabinete e depois eles lá acabam por nos ajudar a resolver. Ou resolve a câmara e ajudam-nos.”
Entrevista 17	“Eu acho que sim. Eles ali no prédio quando há um problema vem todos ter comigo só que eu digo logo que eu não sou mais que eles e para eles virem ao gabinete.”
Entrevista 18	“São importantes para falar sobre os aspectos do prédio. O que estiver mal para ver se melhora. Isto ao nível da limpeza, da colocação das coisas que estão partidas e é preciso reparar, para ver se as pessoas fazem menos barulho.”
Entrevista 19	“(…) É importante desde que todos colaborem com isso. Agora se as pessoas não colaboram não sei se vale a pena. Porque o representante também tem de contar com o apoio dos vizinhos.”
Entrevista 20	“(…) sim, se fossem pessoas sensatas mas tinham de ser pessoas imparciais e isso é muito difícil. Um representante era importante porque alertava as pessoas para o comportamento correcto”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 21	“Eu acho que devia de haver um representante. Quer-se resolver um problema no prédio, há uma pessoa responsável que vai falar com as outras pessoas e entre todos a gente consegue que as coisas corram bem”
Entrevista 22	“Sim era importante haver representante de prédio, pelo menos duas pessoas porque havia sempre alguém que fosse á atenção das pessoas do que é certo fazer. Naturalmente que podia ser olhado de lado por esse motivo mas a maioria das pessoas se for ali na hora confrontada não deixa de fazer o que é certo. Por isso era importante existir.”
Entrevista 23	“(…) havia uma melhor forma das pessoas se organizarem, havendo uma pessoa responsável pelas coisas do prédio também podia ir falando com os outros e a pouco e pouco as coisas iam-se resolvendo.”
Entrevista 24	“Se houver um representante pode chamar as pessoas á atenção e o prédio fica melhor. Claro que as pessoas têm que o respeitar porque se não o respeitarem, é igual que haja ou que não haja”
Entrevista 25	“(…) eu acho que era bom porque se houvesse alguém responsável que visse quem tinha estragado e chegasse ao pé da pessoas e dissesse que ela tinha de reparar, havia sempre que tivesse esse papel no prédio mas depois acho que isso criava conflito. Ainda que houvessem duas pessoas como representantes de prédio, acho que não vingaria porque o conflito iria sobrepor-se a isso.”
Entrevista 26	“(…) Até acho que é melhor haver dois porque ajudam-se um ao outro. Até mesmo para falarem com as pessoas e as fazerem entender que é importante estarmos organizados. Assim é melhor. A responsabilidade também é repartida.”
Entrevista 27	“(…)Porque cada vez que houvesse um problema lá no prédio, vinha cá essa pessoa e as coisas eram tratadas com ele. Não era preciso vir para cá toda a gente.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 1	“(…) nós aqui no prédio, não temos um representante porque nós todos nos damos bem. Quando vemos que temos uma coisa mal no prédio, chamamos um ou outro, conversamos e chegamos sempre a um acordo. Nunca ninguém discorda (...)”
Entrevista 2	“(…)É importante para ter um prédio bem aseado e limpinho e para todas as pessoas arranjamem as paredes (...)As pessoas do prédio mudavam o comportamento para melhor se não fosse uma pessoa do prédio. Tinha de ser uma pessoa fora do prédio”
Entrevista 3	“Era bom, não é? Mas eu acho que depois no meu prédio, um tinha de ficar a mandar e depois essa pessoa ia ficar com todas as coisas que às outras pessoas as aborrecesse. Seria complicado porque poderiam sobrecarregar demais essa pessoa. Exigiam-lhe que fosse pressionar a Câmara para serem reparadas as coisas do prédio. Seria complicado.”
Entrevista 4	“(…) eu já fui e enquanto estive notei uma grande diferença no prédio para melhor (...) quando achava que as coisas estavam mal tocava á campainha da pessoa e chamava á atenção. Havia aqueles que pareciam entender e respeitavam e havia aqueles que ainda me insultavam mas foi muito importante.”
Entrevista 5	“(…)era bom mas aqui no bairro não vale a pena.”
Entrevista 6	“(…) Mas tem de ser um cigano no nosso prédio porque a nossa raça respeita a deles mas eles não nos respeitam a nós. Para haver respeito tem de ser.”
Entrevista 7	“(…) era importante para ver se havia um bocadinho mais de respeito, a ver se todos colaboravam com o nosso prédio, era bom. Porque há algumas pessoas que não têm respeito por ninguém e se houvesse um representante, podia ser que as coisas melhorassem.”
Entrevista 8	“É importante mas também que este se sinta acompanhado pela câmara e que existam da sua parte respostas rápidas e concretas (...)”
Entrevista 9	“No meu prédio acho que não era fundamental haver um representante de prédio mas há ai prédios em que tinha de ser mesmo, porque as pessoas não estimam as coisas, partem e destroem.”
Entrevista 10	“(…) No meu prédio devia de haver uma pessoa que controlasse aquilo. Não são os adultos que destroem o prédio são as crianças mas agora quem é que os vais chamar á atenção, se nem os pais deles chamam? Os ciganos não querem assumir essas coisas. Só se for para nós. Eu até podia aceitar mas é um fardo muito pesado.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 11	“(…) devia de haver algum representante. No meu prédio nunca se chegou a eleger ninguém mas quando precisam de alguma coisa para lá é a mim que me dão o dinheiro porque eu não sou cigana e todos dão. Se for um cigano a pedir eles não dão (…) Para haver alguém que ficasse responsável, todos os meses toda a gente dava algum dinheiro e já se podiam compor as coisas. No meu prédio não há luz e se houvesse esta organização já podíamos resolver este assunto.”
Entrevista 12	“(…) num aspecto é importante mas as pessoas não respeitam isso. Os moradores não o respeitam porque é um morador. Para eles um representante ou não representante é a mesma coisa que nada. Por isso é que nós no nosso prédio não temos representante.”
Entrevista 13	“Eu acho que sim que era importante existir representante de prédio, porque assim quando se fundisse uma lâmpada ou fosse necessário substituir um espelho de um interruptor havia alguém com quem podíamos ir falar para arranjar. Ou então trazia a factura e mostravamos. Podíamos dar uma verba todos os meses e depois essa pessoa tinha sempre condições para fazer as coisas. Também era alguém que ficava de chamar os moradores à atenção para cuidarem melhor dos espaços do prédio. Quando precisássemos de qualquer coisa para o prédio já lá estava o dinheiro, escusávamos de estar a tirar do nosso naquela altura.”
Entrevista 14	“Eu acho que é importante haver um representante mas acho que ter um representante no nosso prédio não vai servir de nada. Porque eles não alteram o comportamento deles.”
Entrevista 15	“Se houvesse uma pessoa ou duas com essa responsabilidade talvez as pessoas respeitassem mais os outros e melhorassem o seu comportamento. Não fizessem tanto barulho e contribuíssem para isto ser melhor.”
Entrevista 16	“Eu acho que é importante. Porque eu, como representante, falo com o gabinete e depois eles lá acabam por nos ajudar a resolver. Ou resolve a câmara e ajudam-nos.”
Entrevista 17	“Eu acho que sim. Eles ali no prédio quando há um problema vem todos ter comigo só que eu digo logo que eu não sou mais que eles e para eles virem ao gabinete.”
Entrevista 18	“São importantes para falar sobre os aspectos do prédio. O que estiver mal para ver se melhora. Isto ao nível da limpeza, da colocação das coisas que estão partidas e é preciso reparar, para ver se as pessoas fazem menos barulho.”
Entrevista 19	“(…) É importante desde que todos colaborem com isso. Agora se as pessoas não colaboram não sei se vale a pena. Porque o representante também tem de contar com o apoio dos vizinhos.”
Entrevista 20	“(…) sim, se fossem pessoas sensatas mas tinham de ser pessoas imparciais e isso é muito difícil. Um representante era importante porque alertava as pessoas para o comportamento correcto”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Importância que os moradores atribuem ao representante de prédio
Entrevista 21	“Eu acho que devia de haver um representante. Quer-se resolver um problema no prédio, há uma pessoa responsável que vai falar com as outras pessoas e entre todos a gente consegue que as coisas corram bem”
Entrevista 22	“Sim era importante haver representante de prédio, pelo menos duas pessoas porque havia sempre alguém que fosse á atenção das pessoas do que é certo fazer. Naturalmente que podia ser olhado de lado por esse motivo mas a maioria das pessoas se for ali na hora confrontada não deixa de fazer o que é certo. Por isso era importante existir.”
Entrevista 23	“(...) havia uma melhor forma das pessoas se organizarem, havendo uma pessoa responsável pelas coisas do prédio também podia ir falando com os outros e a pouco e pouco as coisas iam-se resolvendo.”
Entrevista 24	“Se houver um representante pode chamar as pessoas á atenção e o prédio fica melhor. Claro que as pessoas têm que o respeitar porque se não o respeitarem, é igual que haja ou que não haja”
Entrevista 25	“(...) eu acho que era bom porque se houvesse alguém responsável que visse quem tinha estragado e chegasse ao pé da pessoas e dissesse que ela tinha de reparar, havia sempre que tivesse esse papel no prédio mas depois acho que isso criava conflito. Ainda que houvessem duas pessoas como representantes de prédio, acho que não vingaria porque o conflito iria sobrepor-se a isso.”
Entrevista 26	“(...) Até acho que é melhor haver dois porque ajudam-se um ao outro. Até mesmo para falarem com as pessoas e as fazerem entender que é importante estarmos organizados. Assim é melhor. A responsabilidade também é repartida.”
Entrevista 27	“(...)Porque cada vez que houvesse um problema lá no prédio, vinha cá essa pessoa e as coisas eram tratadas com ele. Não era preciso vir para cá toda a gente.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Nº de pessoas presentes nas reuniões promovidas pelos moradores
Entrevista 1	“Todos os vizinhos, éramos para aí uns 10, porque foi mesmo no átrio do prédio.”
Entrevista 2	“Éramos ai uns 06.”
Entrevista 3	-----
Entrevista 4	“umas 06, 07. A maioria dos que lá vivem, porque os que faltavam eram sempre os mesmos, que eram aqueles que não contribuía com nada. Aqueles que contribuía vinham sempre à reunião.”
Entrevista 5	-----
Entrevista 6	-----
Entrevista 7	-----
Entrevista 8	“quase todos os que vivem no prédio, cerca de 10 pessoas”
Entrevista 9	-----
Entrevista 10	-----
Entrevista 11	-----
Entrevista 12	-----
Entrevista 13	-----
Entrevista 14	-----
Entrevista 15	“(...) estavam a maioria de pessoas que vivem no prédio, devíamos ser uns 8 (...)”
Entrevista 16	-----
Entrevista 17	-----
Entrevista 18	-----
Entrevista 19	-----
Entrevista 20	-----
Entrevista 21	-----
Entrevista 22	-----
Entrevista 23	“(...) toda a gente, as 08 famílias (...)”
Entrevista 24	-----
Entrevista 25	-----
Entrevista 26	-----
Entrevista 27	-----

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Nº de reuniões de prédio promovidas pelos moradores
Entrevista 1	“Já existiram uma ou duas.”
Entrevista 2	“(…) já fizemos duas ou três reuniões (…)”
Entrevista 3	“Os moradores só reuniram quando foi a Câmara a organizar”
Entrevista 4	“(…) 04 reuniões”
Entrevista 5	“ talvez umas 3 ou 4”
Entrevista 6	“Reuniões não mas já nos tentámos organizar para reparar as coisas”
Entrevista 7	-----
Entrevista 8	“(…) desde que moramos cá fizemos duas aqui no prédio.”
Entrevista 9	-----
Entrevista 10	“Nenhuma, no meu prédio nenhuma”
Entrevista 11	“(…)vamos estando mais ou menos organizados mas não fazemos reuniões”
Entrevista 12	“Acho que reuniões não. Mas já temos falado entre nós de varias coisas que devíamos melhorar ali no nosso prédio.”
Entrevista 13	“Não é assim uma reunião como vocês organizam aqui. Encontramo-nos nas escadas e falamos(…)” que devíamos de pôr os espelhos dos interruptores ou as lâmpadas e depois organizamo-nos e vamos comprar por, exemplo por andar.
Entrevista 14	“(…) fizemos uma reunião (…)”
Entrevista 15	“(…) nos juntamos á porta do prédio, a falar (…) assim termos uma reunião todos juntos, nunca aconteceu.”
Entrevista 16	“Não. Aqui reuniões é só quando o Gabinete Técnico convoca. As pessoas não querem saber.(…) fui falando com as pessoas á porta ou á medida que as ia vendo. Não conseguimos fazer reunião mesmo todos juntos”
Entrevista 17	“Nenhuma como aquelas que se fazem no gabinete mas já conversámos entre nós algumas vezes aqui nas escadas do prédio”.
Entrevista 18	“Não houve reuniões no prédio feitas por nós.”
Entrevista 19	“(…)não fizemos reunião, não fizemos reunião o morador do 4º andar, andou a falar com as pessoas, porta a porta, para fazermos um fundo de maneiio e termos dinheiro para qualquer coisa que se estragasse no prédio e nós tivéssemos que reparar.”
Entrevista 20	“Nunca reunimos.”
Entrevista 21	-----

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Nº de reuniões de prédio promovidas pelos moradores
Entrevista 22	“Muitas vezes já tentámos organizar nos mas ali naquele prédio não vale a pena porque as pessoas que ali vivem.... Somos 10 famílias ali, mas há 3 que estragam tudo. Por mais que se tente ter as coisas em ordem, não vale a pena. Já não há condições.”
Entrevista 23	“Nós reunimos uma vez (...)”
Entrevista 24	“(...) não fizemos nenhuma reunião.”
Entrevista 25	“Nunca realizamos assim uma reunião como as que fazemos aqui mas já conversámos aí uma meia dúzia de vezes (6) entre todos lá nas escadas e no átrio do prédio(...)”
Entrevista 26	“Nunca houve nenhuma reunião assim como fazemos no gabinete da câmara”
Entrevista 27	“Lá no prédio nunca nos reunimos para falarmos de nada. Só a essa reunião é que eu vim aqui no gabinete.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 1	“(…) as animações que fazem aqui”
Entrevista 2	-----
Entrevista 3	“(…) estarmos numa casa. Isso é o mais importante (…)”
Entrevista 4	“(…) são as casas. As casas são muito boas (…)”
Entrevista 5	“(…) Vocês são umas pessoas muito atenciosas e as pessoas das outras instituições também e é bom porque estão sempre disponíveis a ajudar (…)”
Entrevista 6	“(…) A minha casa. Gosto muito da minha casa (…)”
Entrevista 7	“(…) Tenho uma casinha muito boa”
Entrevista 8	“(…) É o local (…). Nós estamos no centro da cidade, ao nível dos transportes temos o comboio, o metro, o autocarro. As casas são boas com boas dimensões. E acho que aqui as pessoas respeitam-se umas às outras. Porque há uma questão ou outra mas passageira, porque conflitos de grande natureza aqui não existem e isso é muito bom. (…). O que para mim é louvável e espero que isto nunca acabe é o trabalho do A RODAR”
Entrevista 9	“(…) existir aqui o projecto A RODAR porque neste espaço de tempo que aqui estão já se nota muita diferença. Já ficam aqui e tomam conta das crianças (…)”
Entrevista 10	“É um bairro sossegado. (…). Não há assaltos. No início era mais complicado mas agora já aprendemos a conviver uns com os outros. Outra coisa boa é o A RODAR porque nota-se a melhoria no comportamento das crianças: já estão mais obedientes; já não incomodam tanto os outros, nem vandalizam. É um bairro que não dá problemas”
Entrevista 11	“(…) A Rodar, porque têm paciência para os ensinar a comportarem-se bem, também brincam com elas. Acho muito bem, porque se viu uma mudança boa a este nível.”
Entrevista 12	“É o bairro estar bem situado porque temos daqui acesso a tudo. As casas também são muito boas. (….) um conforto. E os prédios em si também são bons (..) O bairro tem escolas perto, tem transportes para todo o lado perto, tem tudo bom ao nível da localização. Não nos podemos queixar.”
Entrevista 13	“É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo, de escolas, de farmácias, de lugares de comércio, de transportes, do centro da Amadora. O sítio é muito bom. Também gosto muito da minha casinha. Eu gosto de estar aqui porque apesar de alguns barulhos isto é um bairro sossegado. É um bairro bonito, só é pena é que esteja muito estragado.”
Entrevista 14	“(…) o local porque aqui estamos perto de tudo”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 15	----- -----
Entrevista 16	“o A RODAR(...)”
Entrevista 17	“(...) as crianças também estão ocupadas nas actividades do A Rodar e do CEBESA não andam aí pelas ruas a estragar nada, nem a faltar ao respeito a ninguém (...) É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo (...) São os passeios e agente tem visto coisas com vocês que se não fosse assim não conhecíamos. É muito bom quando vamos”
Entrevista 18	“A minha casa. Porque agora estamos muito melhor do que na barraca.”
Entrevista 19	-----
Entrevista 20	“As casas. As nossas casas são óptimas desde que as pessoas as estimem claro. Acho que o local é óptimo. Até estar aqui a viver não acreditava que iriam construir aqui um bairro social. Aqui estamos perto de tudo, de todos os serviços desde escolas, jardins de infância, centros de saúde, comércio, bancos, transportes, do centro da Amadora.”
Entrevista 21	“(...)O sítio em que o bairro está localizado, próximo de tudo. Isso é excelente. Depois temos aqui muitos serviços no bairro: a Junta de Freguesia, o Gabinete da Câmara. Também há o A Rodar, que é óptimo(...)”
Entrevista 22	“(...) a coisa mais importante é existir agora aqui o A Rodar porque fazem muitas coisas para eles e nós vimos que os miúdos estão melhor. Pelo menos os que lá andam já se portam melhor, vê-se essa diferença. Isso é muito bom (...) Na Amadora é o bairro que está melhor localizado. Nós aqui temos tudo, temos Metro, temos comboio, temos supermercados, temos farmácias, temos centros de saúde. Este bairro está muito bem situado.”
Entrevista 23	“É o conforto da minha casa porque isso é a grande diferença em relação à barraca (...) meu prédio ser sossegado e não existirem famílias que provocam conflitos”
Entrevista 24	“(...) o Gabinete Técnico é uma mais valia, porque cada vez que cá vim fui sempre bem atendido e sai esclarecido e ajudaram-me (...) as irmãs (entenda-se freiras), que são minhas vizinhas do prédio ao lado. Elas pelo testemunho de vida que dão, porque este é um bairro complicado e continuam a ajudar as pessoas (...) o CEBESA que tem tantas crianças, do bairro e não só, é uma forma de virem pessoas que não vivem no bairro aqui..
Entrevista 25	“É a minha casa que é boa e é confortável (...) vivermos neste local. Porque aqui temos tudo ao pé.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 26	“(...) o A Rodar que ajudam as crianças com os trabalhos de casa e a distraírem-se nas brincadeiras. É bom porque assim as crianças não andam na rua. E eles estão a fazer um bom trabalho (...) um campo de futebol porque tirava o stress a muita gente. Eu já sei que não há espaço mas era muito bom porque fazia muito bem aos miúdos, principalmente. temos tudo aqui perto, não precisamos ter dentro do bairro (...) Aqui perto há muitos cafés, muito comercio, bancos, há transportes, há escolas. Não tem de estar tudo dentro do bairro. Saímos daqui e 100 metro mais á frente já temos tudo.”
Entrevista 27	“O sitio em que o bairro está porque temos tudo aqui ao pé. O A Rodar porque as crianças acabam por estar mais ocupadas.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 1	“(…) as animações que fazem aqui”
Entrevista 2	-----
Entrevista 3	“(…) estarmos numa casa. Isso é o mais importante (…)”
Entrevista 4	“(…) são as casas. As casas são muito boas (…)”
Entrevista 5	“(…) Vocês são umas pessoas muito atenciosas e as pessoas das outras instituições também e é bom porque estão sempre disponíveis a ajudar (…)”
Entrevista 6	“(…) A minha casa. Gosto muito da minha casa (…)”
Entrevista 7	“(…) Tenho uma casinha muito boa”
Entrevista 8	“(…) É o local (…). Nós estamos no centro da cidade, ao nível dos transportes temos o comboio, o metro, o autocarro. As casas são boas com boas dimensões. E acho que aqui as pessoas respeitam-se umas às outras. Porque há uma questão ou outra mas passageira, porque conflitos de grande natureza aqui não existem e isso é muito bom. (…). O que para mim é louvável e espero que isto nunca acabe é o trabalho do A RODAR”
Entrevista 9	“(…) existir aqui o projecto A RODAR porque neste espaço de tempo que aqui estão já se nota muita diferença. Já ficam aqui e tomam conta das crianças (…)”
Entrevista 10	“É um bairro sossegado. (…). Não há assaltos. No início era mais complicado mas agora já aprendemos a conviver uns com os outros. Outra coisa boa é o A RODAR porque nota-se a melhoria no comportamento das crianças: já estão mais obedientes; já não incomodam tanto os outros, nem vandalizam. É um bairro que não dá problemas”
Entrevista 11	“(…) A Rodar, porque têm paciência para os ensinar a comportarem-se bem, também brincam com elas. Acho muito bem, porque se viu uma mudança boa a este nível.”
Entrevista 12	“É o bairro estar bem situado porque temos daqui acesso a tudo. As casas também são muito boas. (…). um conforto. E os prédios em si também são bons (..). O bairro tem escolas perto, tem transportes para todo o lado perto, tem tudo bom ao nível da localização. Não nos podemos queixar.”
Entrevista 13	“É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo, de escolas, de farmácias, de lugares de comércio, de transportes, do centro da Amadora. O sítio é muito bom. Também gosto muito da minha casinha. Eu gosto de estar aqui porque apesar de alguns barulhos isto é um bairro sossegado. É um bairro bonito, só é pena é que esteja muito estragado.”
Entrevista 14	“(…) o local porque aqui estamos perto de tudo”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 15	-----
Entrevista 16	“o A RODAR(...)”
Entrevista 17	“(...) as crianças também estão ocupadas nas actividades do A Rodar e do CEBESA não andam aí pelas ruas a estragar nada, nem a faltar ao respeito a ninguém (...) É o sítio porque realmente nós estamos perto de tudo (...) São os passeios e agente tem visto coisas com vocês que se não fosse assim não conhecíamos. É muito bom quando vamos”
Entrevista 18	“A minha casa. Porque agora estamos muito melhor do que na barraca.”
Entrevista 19	-----
Entrevista 20	“As casas. As nossas casas são óptimas desde que as pessoas as estimem claro. Acho que o local é óptimo. Até estar aqui a viver não acreditava que iriam construir aqui um bairro social. Aqui estamos perto de tudo, de todos os serviços desde escolas, jardins de infância, centros de saúde, comércio, bancos, transportes, do centro da Amadora.”
Entrevista 21	“(...)O sítio em que o bairro está localizado, próximo de tudo. Isso é excelente. Depois temos aqui muitos serviços no bairro: a Junta de Freguesia, o Gabinete da Câmara. Também há o A Rodar, que é óptimo(...)”
Entrevista 22	“(...) a coisa mais importante é existir agora aqui o A Rodar porque fazem muitas coisas para eles e nós vimos que os miúdos estão melhor. Pelo menos os que lá andam já se portam melhor, vê-se essa diferença. Isso é muito bom (...) Na Amadora é o bairro que está melhor localizado. Nós aqui temos tudo, temos Metro, temos comboio, temos supermercados, temos farmácias, temos centros de saúde. Este bairro está muito bem situado.”
Entrevista 23	“É o conforto da minha casa porque isso é a grande diferença em relação à barraca (...) meu prédio ser sossegado e não existirem famílias que provocam conflitos”
Entrevista 24	“(...) o Gabinete Técnico é uma mais valia, porque cada vez que cá vim fui sempre bem atendido e sai esclarecido e ajudaram-me (...) as irmãs (entenda-se freiras), que são minhas vizinhas do prédio ao lado. Elas pelo testemunho de vida que dão, porque este é um bairro complicado e continuam a ajudar as pessoas (...) o CEBESA que tem tantas crianças, do bairro e não só, é uma forma de virem pessoas que não vivem no bairro aqui..
Entrevista 25	“É a minha casa que é boa e é confortável (...) vivermos neste local. Porque aqui temos tudo ao pé.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades identificadas pelos moradores no bairro
Entrevista 26	“(...) o A Rodar que ajudam as crianças com os trabalhos de casa e a distraírem-se nas brincadeiras. É bom porque assim as crianças não andam na rua. E eles estão a fazer um bom trabalho (...) um campo de futebol porque tirava o stress a muita gente. Eu já sei que não há espaço mas era muito bom porque fazia muito bem aos miúdos, principalmente. temos tudo aqui perto, não precisamos ter dentro do bairro (...) Aqui perto há muitos cafés, muito comercio, bancos, há transportes, há escolas. Não tem de estar tudo dentro do bairro. Saímos daqui e 100 metro mais á frente já temos tudo.”
Entrevista 27	“O sitio em que o bairro está porque temos tudo aqui ao pé. O A Rodar porque as crianças acabam por estar mais ocupadas.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Sugestões apresentadas pelos moradores para o bairro
Entrevista 1	“Eu acho que eles (entenda-se as crianças e os jovens) deviam ter mais diversão, mais animação no bairro para se distraírem que é para não destruírem tanto (...) devia haver aqui vigilância, nem que fosse à noite ou de tarde”
Entrevista 2	-----
Entrevista 3	“Devia de haver uma esquadra aqui. Um sítio seguro (...) Porque as pessoas teriam mais respeito(...)”
Entrevista 4	“(...) Devia de haver uma ou duas pessoas responsáveis por cada prédio e depois discutirmos as nossas ideias. Porque apesar de vivermos no mesmo bairro há muito tempo, ainda há muitas pessoas que não se conhecem e a maneira como as pessoas se organizam nos prédios.(...) devia de haver alguém que chamasse as pessoas à atenção, os pais para eles saberem educar os filhos (...)”
Entrevista 5	“ (...)Devia haver aqui uma esquadra. É mesmo o que falta porque eles iam ter mais respeito. Também faz falta aqui essas lojas todas ocupadas: com um café, uma farmácia, uma padaria, mas principalmente uma esquadra.
Entrevista 6	“ (...)Podia haver aqui uma esquadra”
Entrevista 7	-----
Entrevista 8	“Seria bom haver mais reuniões porque é uma forma de se tratar e contribuir para o bem-estar das pessoas do bairro (...) primeira actividade que devia de haver no bairro era uma reunião para mobilizar os moradores onde eles aprendessem a viver dentro de uma casa. Essa é essencial.(...) Por isso é que entramos nos prédios e há falta de higiene e falta de colaboração dos moradores para cuidarem desse espaço. (...) Faz falta espaços aqui para crianças. Porque não há espaços para as crianças brincarem. Não há um espaço de lazer dentro do bairro. Não há um jardim. (...)Se houvesse um espaço onde nos pudéssemos juntar, era uma mais valia para este bairro. Também fazem falta creches. Temos o CEBESA mas não consegue dar resposta a tudo. (...)Também podiam organizar uma festa cultural porque pode ajudar-nos a conhecer melhor os outros e a sua cultura. Porque há coisas que não são tão respeitadas porque não são conhecidas e se eu conhecer passo a respeitá-los mais e a conhecê-los melhor. Também faz falta aqui um centro de convívio para idosos (...)Tem que haver mais apoio dado a algumas famílias grandes. Apesar de receberem o Rendimento por parte da Segurança Social precisam de ainda mais. De roupa de alimentos e deve haver instituições que podem presta-lo.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Sugestões apresentadas pelos moradores para o bairro
Entrevista 9	“(...) devia de haver aqui uma igreja. Já foi pedido e eu não sei porque é que a câmara não concede o espaço para haver aqui uma igreja. Isso era importante porque há aqui muita gente que faz parte da igreja Filadélfia cigana (...)”
Entrevista 10	“(...) Também era importante haver mediadores para ajudar a melhorar aqui as coisas.”
Entrevista 11	“(...) Na rua onde eu moro deviam de por lombas, devíamos de assinar todos a pedi-las (...) aqui no bairro também deviam fazer a comemoração dos Santos Populares, por ruas. Era um divertimento para as pessoas, não é?”
Entrevista 12	“(...) Mas eu acho que devia de haver aqui uma esquadra porque havia outra autoridade e talvez eles sossegassem um bocado mais.”
Entrevista 13	“Se houvesse essas actividades organizadas era diferente. Porque já vínhamos com um propósito. Eu gostava que houvesse para a minha idade também para poder distrair, conviver com outras pessoas. Por exemplo podia ser qualquer coisa de cozinha ou de costura, aprendermos, sei lá.... Era bom, nós distraímos (...)”
Entrevista 14	“(...) Festa dos Vizinhos e a Milha Urbana. Concordo e acho que devia de haver mais porque é uma maneira de convivermos e estarmos todos juntos e promover mais união entre os moradores (...) devia de existir aqui uma esquadra (...)”
Entrevista 15	“(...) Devia era de haver um café, uma mercearia e uma esquadra da polícia”
Entrevista 16	“fazia falta haver mais actividades no A RODAR (...) era bom que houvesse aqui uma esquadra porque se houvesse tiroteio depois estava logo cá a policia e se calhar se cá estivesse a policia, não havia tiroteio”
Entrevista 17	-----
Entrevista 18	-----
Entrevista 19	“(...) mais policiamento aqui. Talvez assim as pessoas ganhassem mais respeito e as coisas no bairro estivessem melhores. Também acho que os espaços das lojas que estão vazias deviam ser ocupadas. Talvez um espaço de convívio para pessoas idosas.”

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos representantes de prédio e residentes na
Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Sugestões apresentadas pelos moradores para o bairro
Entrevista 20	“Acho que devia de existir aqui não era a policia, era um posto da GNR. Porque os ciganos tem um respeito á GNR que não há á polícia. Muitas vezes até desrespeitam a policia e quando vem a GNR é um medo que ninguém abre a boca. (...) Ora é claro que se a Câmara se unisse com a segurança social, que é quem atribui o rendimento mínimo, para através de qualquer fiscalização verificarem quem cumpre e não cumpre com o seu dever, pelo menos a este nível da manutenção da casa e do prédio. Se não cumprissem deliberadamente corta-se o rendimento ou podem ir para a rua. Tinha era que haver essa fiscalização. Pelo menos de forma progressiva. Eu acho que iria resultar. Tinha era de haver uma ou outra acção de despejo. Se isso acontecesse era um bom remédio.
Entrevista 21	“(...)Milha Urbana (...) Festa do Vizinho e há aquelas actividades que são feitas com as crianças. Isso é bom.(...) É uma forma das crianças estarem ocupadas e aprenderem. Acho que estas actividades se devem manter e melhorar.”
Entrevista 22	“(...) Devia era haver aqui um posto da Policia, sabe porquê? Porque chegava aquela hora e as pessoas estavam logo mais calmas. Isso era importante. Não há outra forma das coisas melhorarem”
Entrevista 23	“Acho que devia de haver um posto da polícia aqui no bairro, porque havia mais segurança e as pessoas tinham mais respeito.”
Entrevista 24	“(...) deveria existir mais espaços para as crianças porque elas são quem mais precisa. Para deixarem de estragar e para aprenderem a brincar. Também devia de haver mais policiamento. Se houvesse uma esquadra acho que as pessoas ficavam mais calmas e o comportamento de algumas pessoas melhorava”
Entrevista 25	-----
Entrevista 26	“Devia de haver aí umas lombas nas ruas do bairro”
Entrevista 27	“(...) Festa do Vizinho (...) É importante porque dá mais vida ao bairro e leva as pessoas a conviverem umas com as outras. Se para além destas as crianças e os jovens participarem em actividades em que estejam ocupados e a aprenderem coisas boas, isso para além de ser bom para eles também vai ser para os pais e a mentalidade deles também vai mudando, aos poucos e começa a haver maior integração. Porque isso aqui é mesmo preciso. Não é com todos, nem ao mesmo tempo, mas pode haver uma aproximação boa entre ciganos e não ciganos (...) Depois também muito importante é a segurança das pessoas que vivem aqui no bairro. Uma esquadra de polícia é que deveria de haver aqui para ver se as pessoas se aclamavam mais (...) Acho é que fazia aqui falta um campo de jogos para os rapazes e as raparigas jogarem á bola. Também faziam falta aqui uma café, uma padaria, um mini mercado. Esses locais de comercio.”

ANEXO 5

Quadros de Análise de Conteúdo das Entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Dinâmicas associativas criadas por moradores da UCS
Entrevista 1	“(…) dinâmicas associativas, por moradores do bairro, por iniciativa própria eles mobilizam-se todas as semanas para fazerem o culto. Há uns que fazem na Buraca, outros na Ameixoeira, outros na Damaia, outros na Venda Nova, outros aqui na Falagueira (...) Por exemplo uma dessas pessoas que dava importância ao culto, trouxe o culto aqui ao bairro. Durante todas as quintas feiras do mês de Março vinha cá o pastor. Foi uma organização deles. A partir daí houve cerca de meia dúzia de famílias que passaram a ir ao culto. É uma dinâmica informal que existe, que está bastante consolidada e eu diria que é a mais expressiva.”
Entrevista 2	“Dinâmicas associativas mais ao nível da dinamização de actividades, tal como o são as reuniões de moradores e outras que vão sendo criados informalmente dentro dos próprios prédios, daqueles que se vão organizando, também para fazerem uma melhoria do seu bem estar nos prédios em que vivem.”
Entrevista 3	“Não tenho ideia de dinâmicas associativas criadas por pessoas aqui do bairro.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Grupos Informais criados por Moradores na UCS
Entrevista 1	“(…) há alguns prédios onde os moradores conseguem organizar-se para pedirem algumas coisas á Câmara ou mesmo organizarem-se entre eles (...) Ao nível dos jovens os grupos informais estão criados por interesses: ou para organizarem um torneio de futebol, ou para organizarem um determinado evento. Coisas pontuais, muito á sua escala em que um grupo de jovens de 15 e 16 anos organiza estas coisas (...) Grupos de Dança, um com o apoio do A Rodar, no outro vieram-nos informar que tinham um grupo e pediram-nos o espaço para ensaiarem”
Entrevista 2	_____
Entrevista 3	“Existem alguns grupos de danças ciganas e africanas (...) Existem agora 03 de danças ciganas ligados ao A Rodar; existe um grupo de danças africanas e estamos a estimular a criação de um grupo de batuque a formar por senhoras nascidas em Cabo Verde, que vivem aqui.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Parcerias
Entrevista 1	“(...) a relação é consolidada. Acho que há muito a fazer ainda porque dizemos que os recursos não chegam ou as pessoas não têm a autonomia que gostavam ou estão cansadas. Isso acontece em qualquer uma das associações que aqui estão. Agora acho que há de todas, inequivocamente, uma disponibilidade para trabalhar em parceria, que não é fácil encontrar. Todas as pessoas têm muito presente o trabalho em parceria e estão sempre prontas para o fazer.”
Entrevista 2	“(...) há uma muito boa relação institucional no que diz respeito aos técnicos, talvez por estarmos todos com os mesmos objectivos traçados, também ao nível do Centro de Saúde da Venda-Nova e das Escolas há uma boa relação. (...) temos uma forma de intervir muito em parceria e tentamos colaborar uns com os outros. Isso também se vê na forma de estar das instituições aqui no bairro, porque (...) há uma perspectiva transversal de trabalhar com os agregados. Aqui já ninguém pensa a intervenção isoladamente, há uma grande partilha entre nós na forma de abordar e de trabalhar com as famílias. Claro que ainda temos um caminho a percorrer mas acho que estamos na direcção certa (...) poderíamos melhorar a consolidação destas parcerias (...) passar-se para o papel e formalizar através do estabelecimento de protocolos. Definir a intervenção, apoio e formalização das parcerias ao nível das direcções das organizações em presença. É preciso que se saiba o que se faz (...) nós temos objectivos concretos que queremos alcançar (...) importância da formalização através (...) do protocolo é que isso implicaria darem uma seriedade á intervenção das pessoas da instituição que trabalham no terreno, que se traduzia numa maior atribuição e afectação de recursos, quer humanos, quer materiais, quer financeiros.”
Entrevista 3	“(...) de um modo geral sim. Quando planeamos uma acção comunitária sabemos que as instituições aqui em presença estarão disponíveis para a organizar conjuntamente. A ideia é trabalhada em articulação. Há uma instituição que tem ainda uma forma de estar mais distante e que faz alguma resistência em trabalhar aqui no bairro e para as pessoas do bairro, que é a Junta de freguesia mas vai apoiando, na medida do possível a realização das actividades. Ainda temos um grande passo a dar que é envolver mais a população nestas actividades. De qualquer modo aqui há um bom entendimento entre nós.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Situações resolvidas por iniciativa da população
Entrevista 1	“Questões de escolas, há muita gente que tem autonomia e não nos pedem ajuda, isso sem qualquer tipo de problema. Ao nível da gestão dos prédios, há por ai alguns moradores que estão organizados em relação á limpeza e aos arranjos dos espaços e não precisam de recorrerem á câmara para o fazer. A porta da loja em que o A Rodar está a funcionar foi partida e o pai da criança que a partiu foi logo lá repará-la e ofereceu-se para isso. Houve algumas situações de conflito ali com crianças no A Rodar em que houve alguns pais que intervieram e ajudaram a contornar o que podia ser um problema.”
Entrevista 2	“(…)este ano, precisarmos de uma aparelhagem para a Festa do Vizinho e nenhum serviço poderia disponibilizar nenhuma e isso poderia por em causa a festa e foi uma moradora que falou com um amigo e foi ele que aqui veio e assegurou o som. Problema resolvido.”
Entrevista 3	“(…) alguns prédios em que as pessoas se organizaram para repararem algumas coisas vandalizadas no edifício. Eu tenho conhecimento de que isto aconteceu para aí em 05 prédios (…)”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Redes de Solidariedade
Entrevista 1	“(…) Existem algumas redes de solidariedade. Algumas redes fortes e de apoio entre alguns grupos. Eu identifico duas redes: uma por proveniência, constituída por pessoas que vieram juntas do mesmo bairro degradado e que traziam relações daí e facilmente se agregam. Porque tem a ver com uma experiencia anterior á vivencia aqui no bairro. E a outra é familiar. Pessoas da mesma família que constituem uma rede de proximidade e de solidariedade. Trabalho comunitário não acho que haja. Ainda é feita a vida de um modo mais individual. Penso que se recorre a essas redes para apoio, para discussão e para partilha mas mais não.”
Entrevista 2	_____
Entrevista 3	_____

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Moradores com capacidade de liderança
Entrevista 1	“(…) não identifico líderes na comunidade, identifico algumas pessoas que podem ser pessoas de referência mas não são líderes. Porque não lideram o bairro. A não ser as pessoas mais velhas que, pela sua idade, para os ciganos, são valorizadas porque têm uma palavra a dizer, têm uma palavra com um peso forte mas não mobilizariam um grupo com facilidade. De uma maneira geral estes líderes têm uma posição muito integrada. Têm um discurso (…) uma visão muito próxima da nossa (…) para o bairro e para a comunidade de integração e de mudança. (…) muito semelhante ao que as organizações que aqui estão pretendem. Portanto se estas pessoas fossem de facto líderes e mobilizadoras seriam pessoas essenciais que nós pretendíamos que trabalhassem connosco. Mas eles não assumem essa liderança nesse sentido, têm essa visão mas não se misturam. Isso é o que eles acham que deveria acontecer mas (…)deveria acontecer naturalmente e que deveria se de ser essa a ordem natural das coisas. Responsabilizam (…) a autarquia (…) o governo. Agora eles não sentem que a responsabilidade é deles (...). Sentem que podem colaborar mas atribuem essa responsabilidade às pessoas, de uma maneira geral (…) pensam que ou as pessoas querem ir por o caminho mais acertado ou então não vale a pena. É essa visão que há aqui. E só quando, para eles, as pessoas deixarem de ser ignorantes, é que podem seguir este caminho, este projecto de vida. Eles estão á espera que haja essa mudança. Mas penso que a esperam de uma forma natural, sem a provocarem. E aí variam de facto das organizações que têm um papel interventivo.”
Entrevista 2	“(…) não tenho muito a noção de líderes aqui na comunidade”
Entrevista 3	“Existem dois ou três que tentam influenciar os moradores positivamente mas esses também têm as suas falhas e ai é que as coisas se complicam porque depois se as pessoas não vêem neste um exemplo, ele não é capaz de conduzir as pessoas a acções realmente autenticas.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Problemas na Urbanização do Casal do Silva
Entrevista 1	“(…) apesar de haverem alguns conflitos, são muito pontuais e são minoritários. Não tenho ideia que se estendam a toda a gente, nem a todo o bairro.”
Entrevista 2	_____
Entrevista 3	“(…) são os conflitos entre algumas famílias de cultura cigana mas que acabam por criar um ambiente de insegurança no bairro, de um modo geral. Como pano de fundo, existe uma resistência das pessoas de cultura cigana em integrarem-se na forma de estar que as pessoas de cultura lusa pretenderiam. E os comportamentos de algumas pessoas ciganas, de colocarem musica alta em horários nocturnos, de não participarem na limpeza do prédio, de vandalizarem os espaços comuns, de ameaçarem quando não gostam do tom com que falam para eles, entre outros aspectos leva a que não sejam bem aceites por varias pessoas de cultura lusa. Depois eles (entenda-se os ciganos) acabam por ter uma postura de que relativamente á sociedade só têm direitos e não deveres. Acabam por acontecer algumas coisas nas quais os lusos têm tendência a considerar que existe um certo receio de as autoridades, neste caso a CMA tomar algumas medidas essenciais para travar determinados comportamentos, nomeadamente acções de despejo. Nesta urbanização existem também alguns idosos que frequentemente apresentam reclamações relativamente a comportamentos menos adequados dos ciganos mas sempre com muito receio. Isto porque são ameaçados por eles caso dêem a conhecer o que se passa. Apesar de achar que as coisas têm vindo a melhorar, desde o início do realojamento, ainda é necessário trabalhar a integração de todas as culturas em presença aqui.”

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Sugestões para melhorar a intervenção
Entrevista 1	<p>“(…) intervenção mais incidente na população mais jovem e ao nível da capacitação, do empreendedorismo jovem, sem (...) desvincular o trabalho que já foi consolidado ao nível da infância. (...) promover uma maior responsabilização das pessoas (...) no envolvimento deles nas actividades. Ao nível do projecto é o crescer do espaço físico, que é uma necessidade premente, mas também o crescer ao nível de recursos humanos na equipa e de actividades (...) enorme potencial porque temos uma relação privilegiada e de grande proximidade com a população ao nível da intervenção (...) dar resposta, (...) questões da capacitação dos jovens (...) com algumas organizações mais especialistas nesta área, como o Agrupamento de Escolas Mães de Água e o Centro de Novas Oportunidades (...) A Drom Rom (...) dar-lhe algum peso para que as coisas sejam feitas de uma forma mais seria, mais responsável e exigente. (...) Melhorar a relação com as escolas porque isso iria fazer diferença uma vez que actualmente a relação entre a população do bairro e da escola não é positiva é essencial através do projecto melhorá-la. (...) mediadores sociais que é fundamental desenvolver algum projecto a esse nível (...) seria importante haver maior controle, porque apesar de tudo há uma impunidade latente que dificulta a intervenção dos técnicos em muita coisa. Ou através do consórcio alguém poderia desenvolver esse papel ou então sensibilizar melhor as pessoas e promover cada vez mais a sua responsabilização.”</p>
Entrevista 2	<p>“(…) ser trabalhadas as competências pessoais, sociais e profissionais dos residentes para os dotar de instrumentos que lhes possam possibilitar melhores condições de vida, quer em termos financeiros, quer ao nível de melhor acesso a bens e serviços. Por outro lado temos de continuar a valorizar pelas camadas mais jovens e jovens adultos a educação e formação. É ainda essencial envolver a comunidade no que diz respeito á urbanização, tornando-os agentes de mudança, cientes dos seus direitos e dos seus deveres, enquanto membros de uma urbanização, e enquanto moradores de prédios. Sem colocar em causa as características das culturas em presença, têm de se continuar a trabalhar e a reforçar as competências de hábitos de higiene, saúde e os comportamentos ao nível da parentalidade. Acho que estes são os pontos chaves para eles se assumirem como elementos da sua própria mudança. Para isto é importante criar sempre que possível espaço de dialogo e de reflexão. Como? Através da realização das reuniões de moradores, da implicação dos residentes na preparação das actividades que desenvolvemos seja ao nível de sensibilização, de formação, de âmbito sócio cultural.”</p>
Entrevista 3	<p>“(…) Relativamente á responsabilidade directa dos elementos da equipa técnica deste gabinete seria importante dar continuidade as reuniões com os moradores de cada prédios, com os objectivos já referidos e também para elegerem representantes de prédio, naqueles que não os tenham e que estejam interessados. Posteriormente podemos organizar uma reunião só com representantes de prédio para trocarmos experiencias entre si no sentido de valorizar aspectos positivos que possam ser utilizados noutros prédios. Ao gabinete também cabe acompanhar os representantes de prédio. Eles próprios sentem necessidade de terem reunião de moradores com esta equipa técnica porque encontram em nós um reforço para a sua acção. Também é importante de futuro manter e estimular a parceria entre as instituições.”</p>

Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Potencialidades da UCS
Entrevista 1	<p>“(…) população talvez o facto de ser muito jovem, (…) de um modo geral no bairro vive uma população muito jovem (…) potencialidade para desenvolver estratégias de intervenção, é um factor positivo.(…) uma maneira geral é um bairro seguro. Portanto as pessoas podem atravessar o bairro sem problemas. Não é um bairro violento para o exterior. Em relação á localização geográfica do bairro, creio que é muito positiva o que facilita muito a integração das pessoas. Porque as pessoas acedem facilmente aos serviços locais. Não há o pretexto físico para as pessoas deixarem de ir a nenhum lado. Há uma integração espacial muito fácil e isso reflecte-se nos hábitos de vida destas pessoas, em geral. Vão ao centro da Amadora com muita facilidade.(…) apesar de haverem alguns conflitos, são muito pontuais e são minoritários. Não tenho ideia que se estendam a toda a gente, nem a todo o bairro. Há pessoas que se conseguem isolar disso e viverem á margem desses conflitos. Ainda voltar a referir a localização do bairro como uma potencialidade porque têm tudo muito perto as pessoas que aqui vivem: desde escolas, centros de saúde, transportes, o próprio comércio local. Isto facilita muito também os encaminhamentos que fazemos.”</p>
Entrevista 2	<p>“Ao nível do local identifico a parceria porque aqui desenvolve-se um bom trabalho com as instituições que estão em presença neste bairro. Em termos de população e urbanização identifico população jovem em presença no bairro, como uma potencialidade de desenvolvimento (…) que se for trabalhada a diversos níveis de forma transversal de inserção, emprego e parentalidade vamos indirectamente influenciar as camadas mais jovens, os menores e a população mais velha. Faz-se um ponto de ligação entre as diferentes gerações”</p>
Entrevista 3	<p>“Aspectos positivos, ao nível do local, posso dizer que são as parcerias que nós temos aqui. Porque são organizações e associações que organizam e promovem, conjuntamente aqui com o Gabinete, varias actividades. Quer seja o Centro de Bem Estar Social da Amadora, o A Rodar ou a Junta de Freguesia. Com essas actividades tentamos minimizar os problemas existentes (…) Nas actividades que desenvolvemos temos sempre por objectivos promover os sentimentos de pertença a esta urbanização, através da identificação de algumas potencialidades. Algumas destas e mesmo as principais são, sem duvida as pessoas, as relações de proximidade e apoio que podem criar e isso também se tenta estimular através da promoção de um convívio saudável entre os participantes nas actividades. Isto acontece com uma maior visibilidade através do trabalho de proximidade que a equipa do projecto A RODAR tem vindo a desenvolver com a população. Percebe-se que agora há mais crianças e adultos a participar a recorrerem aos serviços, de um modo geral. Inicialmente quando começamos a dinamizar actividades com crianças os pais não queriam que os seus filhos se misturassem com crianças de outras culturas. Essas diferenças hoje ainda existem mas já não são a maioria. Agora também já deixam as crianças saírem para fora do bairro.”</p>

**Quadros de Análise de Conteúdos
das entrevistas aos Técnicos das Instituições da Urbanização do Casal do Silva**

Unidade de Registo	Unidade de Análise: Contributos para a Inserção Social
Entrevista 1	<p>“A boa localização do bairro e a sua proximidade a serviços, no caso dos mais jovens é porque é muito mais fácil encaminhar para as respostas sociais que existem. Quer as escolas, como os centros de saúde. E os adultos quer seja em questões de saúde, de educação, como de emprego, por estarem tão bem localizados, facilita muito a sua inserção (...) E a questão de proximidade e acesso aos serviços é um factor que reduz bastante a exclusão.”</p>
Entrevista 2	<p>“(…) primeiro lugar as pessoas têm de ser acompanhadas através do passar da mensagem e delas a assumirem, nomeadamente através das questões da saúde. Respeitando as culturas em presença no bairro, estamos a sensibilizar as pessoas para outras formas de estarem que beneficiam o seu bem-estar. Isto quer seja em relação á saúde, como á educação para que tenham conhecimento de outras oportunidades e se abram novos horizontes. Primeiro através da sensibilização e depois tentar que elas evoluam ao ponto de ser uma coisa mais formal, levando-as a pouco e pouco a comprometerem-se a fazer algumas melhorias. (...) O trabalho em parceria permite uma intervenção sistémica e transversal e com uma melhor resposta direccionada aos problemas identificados ao nível dos vários agregados que são acompanhados pelas diferentes instituições aqui no bairro. No que diz respeito á população mais jovem, como se pretendem trabalhar as competências sociais e profissionais, com o objectivo de dotar as pessoas de instrumentos que contribuam para a sua autonomia financeira, e a sua promoção profissional, através dos cursos de formação profissional e do RVCC; estamos a intervir no sentido de as capacitar no sentido de elas próprias contribuírem para a sua mudança e para a mudança do bairro ao nível de atitudes e comportamentos porque melhor capacitadas terão acesso a outros bens e serviços. Portanto é como abrir portas e dar a conhecer outras realidades positivas.”</p>
Entrevista 3	<p>“Se a pouco e pouco estimularmos actividades que promovam o convívio saudável entre os moradores, quer sejam mais novos ou mais velhos, haverá uma probabilidade de existir um maior sentimento de pertença para com o bairro. Desta forma contribui-se para promover o interesse pelo local e por eles próprios se envolverem na preparação de actividades, logo da sua inserção. Se obtiverem retornos positivos a partir daí, e se sentirem bem, mais facilmente há um ânimo para se inserirem a outros aspectos das suas vidas. Acho que também seria importante promover acções de sensibilização relativamente á limpeza porque algumas famílias, nomeadamente de cultura cigana, ainda pensam que a limpeza dos espaços exteriores circundantes ao prédio em que moram, não lhes cabe a eles. Ainda é importante alertar para a preservação dos espaços para que entendam que isto começa no comportamento deles. Isto quer para os jovens, quer para os pais. Há que ser persistente.”</p>

ANEXO 6

Fichas de Identificação das Organizações da Urbanização do Casal do Silva e Grelhas de Análise de Indicadores de Intervenção

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

- **Sede:** Avenida Movimento das Forças Armadas 2700 Amadora

- **Natureza Jurídica:** Instituição Pública

- **Trajectória Histórica:**

Desde 1976 até 1979 a Amadora foi uma freguesia do concelho de Oeiras.

Em 1979 devido a um rápido surto de migração e aumento do parque urbano, originado pela proximidade à capital do país e pela integração dos postos de trabalho na área industrial que então existia, a Amadora assumiu-se como município, deixando de pertencer a Oeiras. No início começou por ser constituído por oito freguesias: Alfragide, Brandoa, Buraca, Damaia, Mina, Reboleira, Venteira e Falagueira. Desde 1997 e até à data o concelho tem um total de 11 freguesias. Aquelas que já existiam agregaram-se as freguesias de Alornelos, São Brás e Venda Nova.

Como resultado dos censos de 2001 existiam 175872 habitantes, a viver numa área total de 24 km², constituindo-se este concelho num dos menores nacionalmente mas num dos mais densamente povoados.

- **Objectivos:**

Os objectivos centrais da CMA são: reforçar a coesão social e territorial do concelho; reforçar a competitividade do município no contexto da região; modernizar o quadro de gestão municipal, promovendo a qualidade dos serviços prestados e a aproximação da Câmara aos Cidadãos e promover os investimentos na protecção do meio ambiente, conservação da natureza e ordenamento do território.

Para preconizar os objectivos definidos é essencial a acção diária dos seus vários departamentos. Interessa sobretudo identificar o Departamento de Habitação. Dele fazem parte 4 Divisões: a Divisão de Estudo e Planeamento; a Divisão de Produção e Habitação; a Divisão de Habitação e Realojamento e Divisão de Gestão do Parque Habitacional. Cabe à Divisão de Gestão do Parque Habitacional acompanhar os agregados familiares e promover a sua capacitação, após o seu realojamento em Bairros Sociais ou em fogos dispersos pelo concelho da Amadora. A para com a responsabilidade de efectuar uma administração lata das vertentes social, patrimonial e financeira. Existem, actualmente três bairros sociais de maior dimensão na Amadora: a urbanização do Casal da Boba; a urbanização do casal da Mira e a urbanização do Casal do Silva. Nestas urbanizações estão presentes Gabinetes Técnicos da CMA, nos quais

equipas de técnicos das áreas sociais (Sociologia e Serviço Social), desenvolvem a sua acção, diariamente, no que diz respeito aos procedimentos técnicos administrativos da habitação social, preconizando os objectivos referidos anteriormente.

Observações: GABINETE TÉCNICO DO CASAL DO SILVA DA CMA

A Divisão de Gestão do Parque Habitacional destacou para o Casal do Silva uma equipa técnica para colocar em exercício o Gabinete Técnico do Casal do Silva localizado no bairro. Este iniciou o seu exercício em Abril de 2004 e mantém-se em funcionamento até à data.

O Objectivo geral do Gabinete Técnico da CMA no Casal do Silva é prestar um apoio de proximidade aos residentes na Urbanização do Casal do Silva (no total de 284 famílias), atendendo-os, acompanhando-os e encaminhando-os de acordo com as necessidades sociais identificadas, principalmente na vertente da habitação.

GRELHA DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INTERVENÇÃO

Desenvolvimento Local

Satisfação das necessidades no decorrer da intervenção

- Nº de realojamentos alterados por motivos de saúde	5
- Nº de rendas diminuídas por diminuição de rendimentos	30
- Nº de empregos criados	0
- Equipamentos para infância criados	0
- Equipamentos para jovens criados	0
- Serviço de apoio a desempregados criados	0
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	1

Desenvolvimento Local

Mobilização de capacidades endógenas

- Dinâmicas de liderança	9 representantes de prédio 3 seniores de cultura cigana
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	0
- Pessoas empregadas em projectos/organizações decorrentes da intervenção realizada	0
- Recursos surgidos na dinâmica do desenvolvimento local	1

**Desenvolvimento Local
Participação**

- Dinâmicas associativas criadas	1 para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Grupos informais criados	14 grupos de moradores organizados por prédios 1 grupo de seniores
- Dinâmicas das actividades desenvolvidas com os residentes	0 <u>Acções de sensibilização e formação</u> 6 <u>Acções de informação e sensibilização</u> 2 Campanhas de Limpeza 2 Campanhas de Vacinação 1 Acção sobre segurança para seniores 1 Acção sobre Alimentação Saudável 53 <u>Acções de reforço pessoal</u> (se considerarmos as segundas, terceiras e quartas reuniões de moradores de prédio)

**Desenvolvimento Local
Recursos exógenos mobilizados para o território**

- Recursos humanos técnicos	3
- Infra-estruturas	1

**Desenvolvimento Local
Visão Integrada**

- Nº de projectos que foram realizados de forma intersectorial	Realização de atendimentos integrados
- Acções conjuntas, planeadas, dinamizadas e avaliadas em parceria	14 em Comissão Local de Freguesia (3 Desfiles de Carnaval 4 Milhas Urbanas 3 Festivais Interculturais 3 Festas de Natal 1 Festa de Carnaval)

**Desenvolvimento Local
Trabalho em Parceria**

- Percentagem de associações locais, empresas e serviços que participam conjuntamente na actividade	Verifica-se um elevado nível de participação das instituições em presença no bairro quando as actividades recaem no seu âmbito de intervenção
- Parcerias de continuidade e parcerias de ocasião	. Parceria de continuidade (constituída pelo GTCMA, o Projecto A Rodar e o CEBESA) . Parcerias de ocasião ocorrem com outras instituições do concelho para as quais são feitos encaminhamentos

**Empowerment
Individual**

- Nº de moradores com capacidade de liderança	3
- Nº de moradores eleitos representantes de prédio	9 em 7 prédios

**Empowerment
Organizacional**

- Reuniões de moradores planeadas/organizadas pela CMA	62 reuniões
- Pessoas que participam em reuniões de moradores	Dos 284 fogos, já estiveram presentes 130 pessoas diferentes.
- Acções resultantes das reuniões	50 acções de reparação e manutenção dos prédios
- Grupos organizados e/ou em organização	14 grupos de moradores organizados por prédio

**Empowerment
Comunitário**

- Actividades autónomas de iniciativa da população e por ela continuadas	Dinâmica para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Situações resolvidas por iniciativa da população	1 Gestão conflitos primeira acção sensibilização crianças 6 Gestão conflitos entre moradores 50 Reparções e manutenções espaços comuns dos prédios 1 Festa dos Vizinhos 2009
- Processos de animação para a fertilização do <i>empowerment</i> comunitário	Dinâmica da Festa do Vizinho 2009

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

CENTRO DE BEM ESTAR SOCIAL DA AMADORA

- **Sede:** Praça da Igreja, n° 4 A, 2700 Amadora
- **Natureza Jurídica:** Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
- **Trajectória Histórica:**

O Centro de Bem Estar Social da Amadora foi fundado em 1971, por uma Comissão Instaladora, que estabeleceu os objectivos da Instituição no campo da Acção Social, definindo os princípios fundamentais estatutários da Instituição, baseados nas problemáticas sociais da época na área geográfica do actual Concelho da Amadora.

Em 14 de Dezembro de 1972, o Centro de Bem Estar Social da Amadora obteve a aprovação dos seus Estatutos por despacho Ministerial, tendo sido publicados no Diário do Governo n°14, 3ª série de 18 de Janeiro de 1973, sendo então, qualificado de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública Administrativa.

Por disposição legal, os Estatutos foram reformulados de acordo como Decreto-Lei 119/83 de 25 de Fevereiro de 1983 e publicados no Diário da República III séries n° 241 de 20 de Outubro de 1987.

- **Objectivos:**

O Centro de Bem Estar Social da Amadora implementou desde o seu início políticas de apoio social com vista à resolução de alguns problemas sociais da população carenciada, nomeadamente no trabalho desenvolvido junto de bairros degradados, tais como o da Ribeira da Falagueira, e no realojamento provisório, nos Salgados, dos desalojados da Travessa da Reboleira, devido a um incêndio aí ocorrido.

Desenvolveu em 1976 um trabalho com crianças e jovens que apresentavam alguns factores de risco e marginalidade, em colaboração com voluntários da área social e sócios da Instituição, dando-lhes apoio escolar, algumas actividades desportivas e lúdicas, para que se referenciassem socialmente com vista à sua reintegração social.

Esta actividade tinha como sede o local onde está hoje instalado o Centro de Dia/Convívio. Desenvolveu também trabalho comunitário no Casal da Mira, em parceria com a Comissão de Moradores do Casal da Mira, o Instituto da Família e Acção Social e Autarquias. Iniciando desta forma a sua acção, o CEBESA tem reajustado as suas prioridades à mudança da problemática social, adequando a esta novas respostas (direccionado principalmente a crianças, seniores e suas famílias)

Observações: CEBESA – EQUIPAMENTO LOCALIZADO NO CASAL DO SILVA

O CEBESA encontra-se localizado na Urbanização do Casal do Silva desde o ano de 2004, dinamizando as respostas sociais de Jardim-de-infância (JI) e Actividades de Tempos Livres (ATL) para crianças. Actualmente mantém a dinamização do JI abrangendo 21 crianças e Creche com 12 crianças. Desde o ano de 2006 que também anima um Gabinete de Inserção Profissional tendo já abrangido mais de 200 indivíduos. O Objectivo Geral da intervenção do CEBESA é promover a integração social dos residentes no Casal do Silva através da promoção das competências pessoais, sociais, educativas e profissionais das crianças, jovens e suas famílias.

GRELHA DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INTERVENÇÃO

Desenvolvimento Local

Satisfação das necessidades no decorrer da intervenção

- Nº de empregos criados	12
- Equipamentos para infância	2 – Jardim Infância e ATL Crianças
- Equipamentos para jovens	0
- Serviço de apoio a desempregados	1 Gabinete de Inserção Profissional

Desenvolvimento Local

Mobilização de capacidades endógenas

- Dinâmicas de liderança	0
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	0
- Pessoas empregadas em projectos/organizações decorrentes da intervenção realizada	1 Ajudante de Cozinha
- Recursos surgidos na dinâmica do desenvolvimento local	1 Gabinete de Inserção Profissional

Desenvolvimento Local

Participação

- Dinâmicas associativas criadas	1 para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Grupos informais criados	14 grupos de moradores organizados por prédios 1 grupo de seniores
- Dinâmicas das actividades desenvolvidas com os residentes	0 <u>Acções de sensibilização e formação</u> 7 <u>Acções de informação e sensibilização</u> 0 <u>Acções de reforço pessoal</u>

Desenvolvimento Local
Recursos exógenos mobilizados para o território

- Recursos humanos técnicos	12
- Infra-estruturas	1

Desenvolvimento Local
Visão Integrada

- Nº de projectos que foram realizados de forma intersectorial	Realização de atendimentos integrados
- Acções conjuntas, planeadas, dinamizadas e avaliadas em parceria	14 em Comissão Local de Freguesia (3 Desfiles de Carnaval 4 Milhas Urbanas 3 Festivais Interculturais 3 Festas de Natal 1 Festa de Carnaval)

Desenvolvimento Local
Trabalho em Parceria

- Percentagem de associações locais, empresas e serviços que participam conjuntamente na actividade	Ao nível da infância das 5 que existem a participação é plena
- Parcerias de continuidade e parcerias de ocasião	. Parceria de continuidade (constituída pelo GTCMA, o Projecto A Rodar e o CEBESA) . Parcerias de ocasião ocorrem com outras instituições do concelho para as quais são feitos encaminhamentos

Empowerment
Individual

- Nº de moradores com capacidade de liderança	0
---	---

Empowerment
Organizacional

- Grupos organizados e/ou em organização	Alguns grupos organizados informalmente por prédios para manutenção dos espaços comuns
--	--

Empowerment
Comunitário

- Actividades autónomas de iniciativa da população e por ela continuadas	Dinâmica para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Situações resolvidas por iniciativa da população	1 gestão conflitos primeira acção sensibilização crianças 6 gestão conflitos entre moradores 1 na Festa dos Vizinhos 2009
- Processos de animação para a fertilização do <i>empowerment</i> comunitário	Dinâmica da Festa do Vizinho 2009

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

- **Sede:** Rua Maria Alice, Nr. 3^a, Bairro da Cruz Vermelha, Lumiar, Lisboa.
- **Natureza Jurídica:** Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)
- **Trajectória Histórica:** A Organização Mundial de Educação Pré-Escolar foi fundada em 1984 e é uma Organização Não Governamental com estatuto consultivo perto do Conselho da Europa, da UNESCO e da UNICEF, sendo representada por comissões nacionais em mais de 100 países. Em Portugal existe desde 1979, com sede em Lisboa. Desde 2007 que é membro do Comité Europeu e que tem estatuto de IPSS.
- **Objectivos:**

Os objectivos da OMEP são:

- Promover melhores condições de vida, para as crianças, considerando o seu crescimento, bem-estar e felicidade no meio das suas famílias e das instituições em que estão inseridas;
- Apoiar e estimular a investigação científica e iniciativas promotoras da melhoria da educação das crianças;
- Incentivar e patrocinar praticas com a finalidade de apoiar famílias e comunidades com vista a alcançar e manter os Direitos das Crianças.

Observações: PROJECTO A RODAR

A OMEP está na UBC desde 2007, tendo iniciado com a dinamização do Projecto “A Rodar” inserido no Programa Escolhas 3^a Geração, mantendo-se actualmente a dinamização do projecto já inserido no Programa Escolhas 4^a Geração.

Objectivo geral do Projecto “A Rodar”

- Contribuir para a estabilidade emocional e educativa de crianças e jovens residentes na Urbanização do Casal do Silva, chamando a atenção das suas famílias para os cuidados básicos educativos, sociais e de saúde, transversais ao desenvolvimento infantil e juvenil, incentivando a sua inserção social, através da criação e dinamização de competências pessoais e sociais.

O projecto dinamiza as suas principais actividades num horário atípico, privilegiando as 8 horas de funcionamento entre tarde e início da noite, de modo a ir ao encontro da realidade das famílias com crianças e jovens da urbanização (que são na sua maioria de cultura cigana). Desenvolvem várias actividades de tempos livres, nomeadamente: acompanhamento aos trabalhos de casa e promoção do vínculo á escola; actividades

lúdicas e de animação sociocultural e desportivas; acompanhamento a uma turma de currículo alternativo criada na EB1 da Falagueira (formada, na sua maioria por crianças do bairro); actividades de intercâmbio com outros projectos do Programa Escolhas e organização e dinamização de actividades comunitárias, entre outras.

GRELHA DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INTERVENÇÃO

Desenvolvimento Local

Satisfação das necessidades no decorrer da intervenção

- Nº de empregos criados	5 (1coord.; 1monitor 1cidnet, 1animador, , 1psicólogo, 1 mediador sócio-cultural)
- Equipamentos para infância criados	1
- Equipamentos para jovens criados	1
- Serviço de apoio a desempregados	1
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	1

Desenvolvimento Local

Mobilização de capacidades endógenas

- Dinâmicas de liderança	3 seniores de cultura cigana
- Pessoas empregadas em projectos/organizações decorrentes da intervenção realizada	1 (mediador sócio cultural)
- Recursos surgidos na dinâmica do desenvolvimento local	1(mediador sócio cultural) 1 (grupo de Futebol)

Desenvolvimento Local

Participação

- Dinâmicas associativas	1 grupo organizou-se por causa do culto religioso
- Grupos informais criados	4 (total) 2 grupos de dança cigana 1 grupo de dança africana 1 grupo de futebol
- Dinâmicas das actividades desenvolvidas com os residentes	<ul style="list-style-type: none"> . 4 <u>Acções de sensibilização e formação</u> (1 Atelier de Aeromodelismo 1 Curso Informática 1 Atelier Ciência 1 Atelier alimentação saudável) . 4 <u>Acções de informação e sensibilização</u> (2 Campanhas de Limpeza do bairro e 2 Campanhas de Vacinação) . 2 <u>Acções de reforço pessoal</u> (para reforçar os procedimentos relativos à inscrição das crianças na escola)

Desenvolvimento Local
Recursos exógenos mobilizados para o território

- Recursos humanos técnicos	15
- Infra-estruturas	1

Desenvolvimento Local
Visão Integrada

- Nº de projectos que foram realizados de forma intersectorial	3 Festa do Vizinho 2009 Campanha de Limpeza 2008 Campanha de Vacinação 2009
- Acções conjuntas, planeadas, dinamizadas e avaliadas em parceria	4 Festa do Vizinho 2008 Campanha de Limpeza 2008 Campanha de Vacinação 2009 Festa Vizinho 2009

Desenvolvimento Local
Trabalho em Parceria

- Percentagem de associações locais, empresas e serviços que participam conjuntamente na actividade	Verifica-se um elevado nível de participação das instituições em presença no bairro quando as actividades recaem no seu âmbito de intervenção
- Parcerias de continuidade e parcerias de ocasião	. Parceria de Continuidade (P.C) constituída pelo GTCMA, o Projecto A Rodar e o CEBESA - A relação com as escolas começa gradualmente a transformar-se em P.C. . Parcerias de Ocasião (P.O) ocorrem com outras instituições do concelho para as quais são feitos encaminhamentos

Empowerment
Individual

- Nº de moradores com capacidade de liderança	3
- Nº de moradores eleitos representantes de prédio	9 em 7 prédios

Empowerment
Organizacional

Nº de grupos organizados e/ou em organização	3 Equipa futebol; grupo dança africana; grupo musical
--	---

Empowerment
Comunitário

- Actividades autónomas de iniciativa da população e por ela continuadas	Dinâmica para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Situações resolvidas por iniciativa da população	1 na Festa do Vizinho 2009 2 conflitos no espaço do A Rodar
- Processos de animação para a fertilização do <i>empowerment</i> comunitário	Dinâmica da Festa do Vizinho 2009

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES

JUNTA DE FREGUESIA DA FALAGUEIRA

- **Sede:** Praça José Cardoso Pires, Nº 1 e 2 – Falagueira – 2700 Amadora
- **Natureza Jurídica:** Instituição Pública
- **Trajectória Histórica:**

A Junta de Freguesia da Falagueira (JFF) foi criada em 1997, momento em que houve lugar à separação formal entre as actuais freguesias da Falagueira e da Venda-Nova. Possui todas as funções inerentes à sua natureza jurídica.

Com uma tradição de realização de acções recreativas e desportivas, na medida em que inclui cerca de três associações com este cariz, a JFF também, tem apostado e desenvolvido a dinamização das suas actividades de cariz social. Isto aconteceu, principalmente, a partir do ano de 2003 com a criação da Comissão Local de Freguesia, integrada na REDE SOCIAL concelhia. Neste âmbito existe uma dinâmica própria na qual as instituições da área social da freguesia são convocadas a aderir e a prestarem a sua contribuição, através da realização de reuniões nas quais há lugar à reflexão conjunta relativa à realidade local e são definidas áreas de intervenção sendo definidos, anualmente, Planos de Acção. Estão aqui inseridas uma série de actividades organizadas por áreas de infância, jovens, seniores e população geral, havendo acções transversais ligadas à animação, ao desporto, à dinamização de acções de sensibilização.

A Junta de Freguesia assume a gestão do Centro de Actividades de Tempos Livres “Nariz de Giz”, localizado junto à Escola Básica Artur Bual do 1º Ciclo da Freguesia e o de um Jardim-de-Infância, localizada no bairro degradado da Quinta da Lage.

Com a sua sede na Urbanização do Casal do Silva, a Junta tem potencial para desenvolver um papel importante junto dos seus residentes.

GRELHA DE ANÁLISE DE INDICADORES DE INTERVENÇÃO

Desenvolvimento Local Satisfação das necessidades no decorrer da intervenção

- Nº de empregos criados	36
- Equipamentos para infância	2(total) ATL Nariz de Giz JI Quinta da Lage
- Equipamentos para jovens	0
- Serviço de apoio a desempregados	0
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	1

Desenvolvimento Local Mobilização de capacidades endógenas

- Dinâmicas de liderança	0
- Equipamentos e serviços localizados constituídos no decorrer da intervenção	0
- Pessoas empregadas em projectos/organizações decorrentes da intervenção realizada	0
- Recursos surgidos na dinâmica do desenvolvimento local	1

Desenvolvimento Local Participação

- Dinâmicas associativas criadas	0
- Grupos informais criados	0
- Dinâmicas das actividades desenvolvidas com os residentes	3 <u>Acções de Sensibilização Informação</u> (2 campanhas de vacinação e 1 Acção para seniores sobre segurança) 1 <u>Acção de Reforço Pessoal</u> (Competências Pessoais e Socais para 12 beneficiárias de RSI)

Desenvolvimento Local Recursos exógenos mobilizados para o território

- Recursos humanos técnicos	36
- Infra-estruturas	1

Desenvolvimento Local Visão Integrada

- Nº de projectos que foram realizados de forma intersectorial	Atendimentos integrados O Serviço de Banco Alimentar está em organização, com provisão de iniciar em Setembro de 2010
- Acções conjuntas, planeadas, dinamizadas e avaliadas em parceria	14 em Comissão Local de Freguesia (3 Desfiles de Carnaval 4 Milhas Urbanas 3 Festivais Interculturais 3 Festas de Natal 1 Festa de Carnaval)

**Desenvolvimento Local
Trabalho em Parceria**

- Percentagem de associações locais, empresas e serviços que participam conjuntamente na actividade	Das 14 instituições da freguesia, costumam participar 10
- Parcerias de continuidade e parcerias de ocasião	. Parceria de continuidade – trabalha-se para que isso aconteça com as instituições da Urbanização do Casal do Silva . Parcerias de ocasião ocorrem com outras instituições do concelho para as quais são feitos encaminhamentos

**Empowerment
Individual**

- Nº de moradores com capacidade de liderança	0
---	---

**Empowerment
Organizacional**

Nº de grupos organizados e/ou em organização	0
--	---

**Empowerment
Comunitário**

- Actividades autónomas de iniciativa da população e por ela continuadas	Dinâmica para incentivar a adesão ao culto da Igreja Evangélica Cristã
- Situações resolvidas por iniciativa da população	1 gestão conflitos primeira acção sensibilização crianças 1 na Festa dos Vizinhos 2009
- Processos de animação para a fertilização do <i>empowerment</i> comunitário	Dinâmica da Festa do Vizinho 2009

ANEXO 7

Fotografia da Vista Aérea da Urbanização do Casal do Silva

Urbanização Casal do Silva

Concelho: Amadora

Freguesia: Falagueira



Vista aérea da Urbanização do Casal do Silva

ANEXO 8

Gráficos de Caracterização das Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social dos Residentes na Urbanização do Casal do Silva

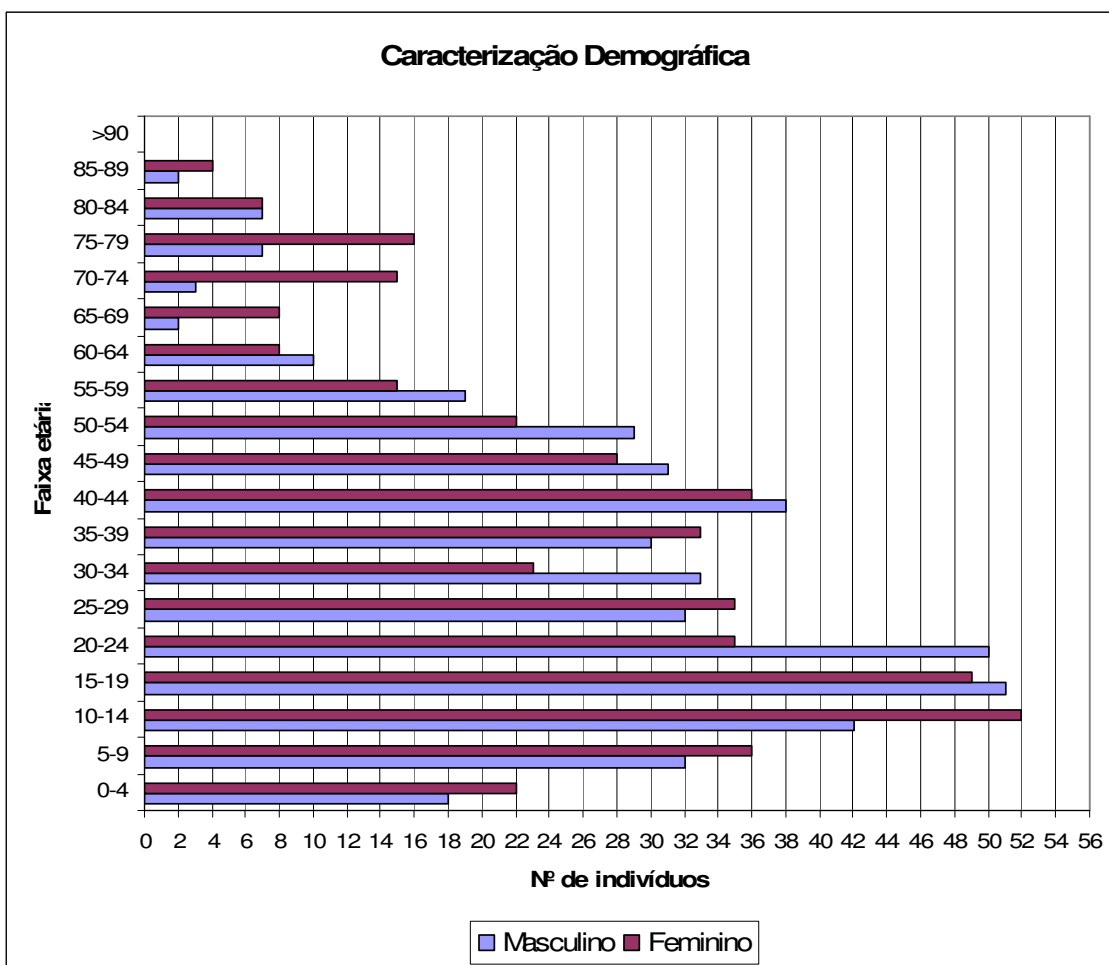


Gráfico 1 – Caracterização Demográfica da população residente na Urbanização do Casal do Silva

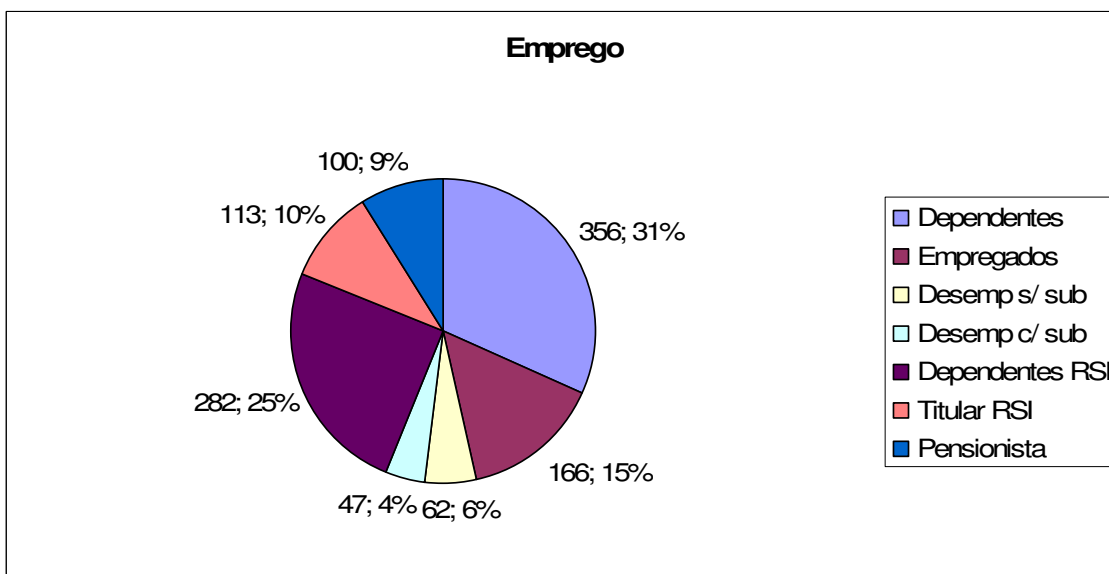


Gráfico 2 – Situação quanto ao Emprego da população residente na Urbanização do Casal do Silva

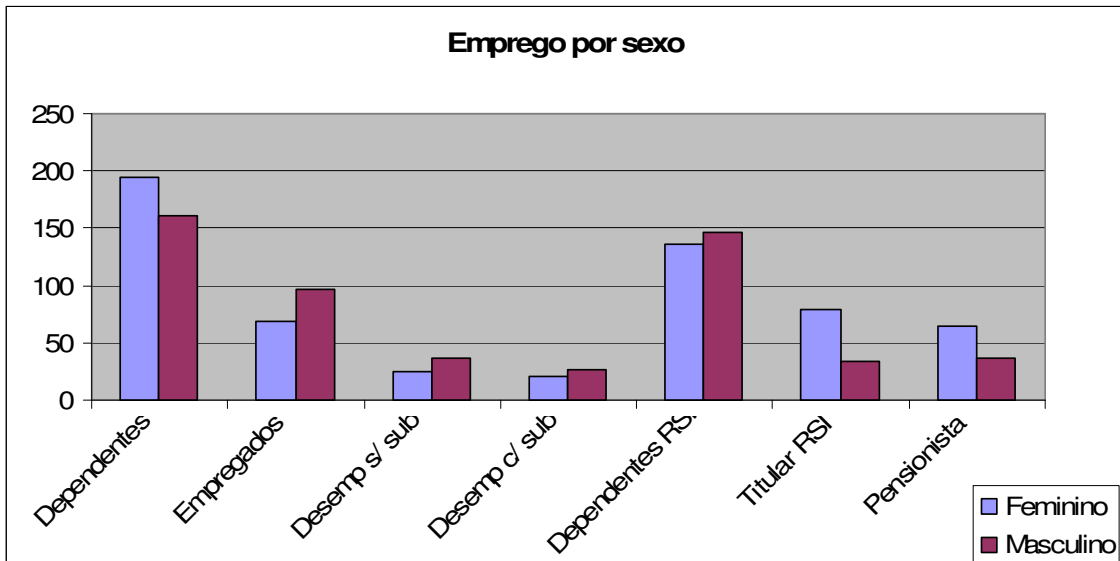


Gráfico 3 – Situação quanto ao Emprego (dividida por sexos) da população residente na Urbanização do Casal do Silva

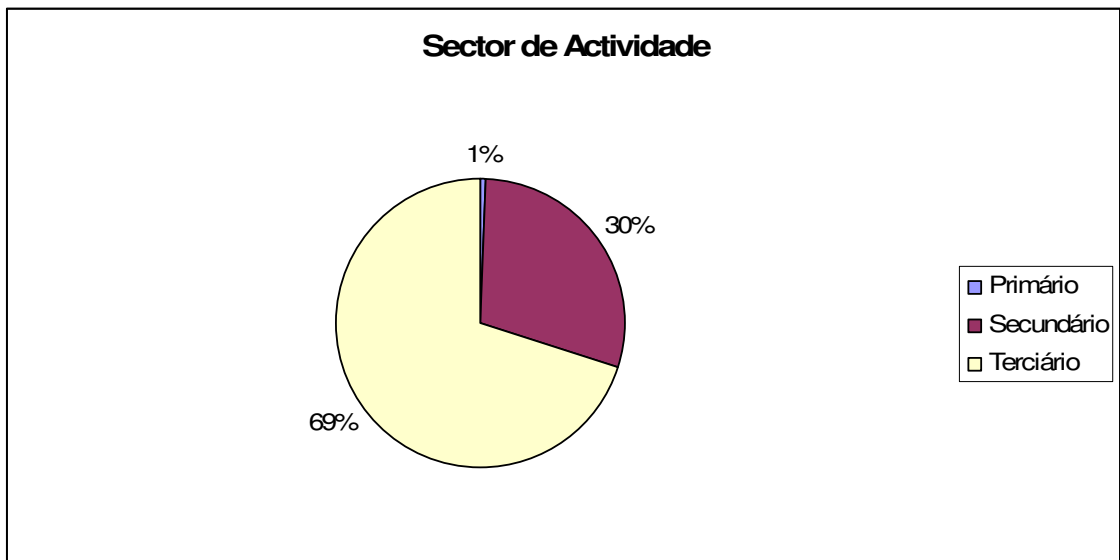


Gráfico 4 – Sectores de Actividade Económica da população residente na Urbanização do Casal do Silva

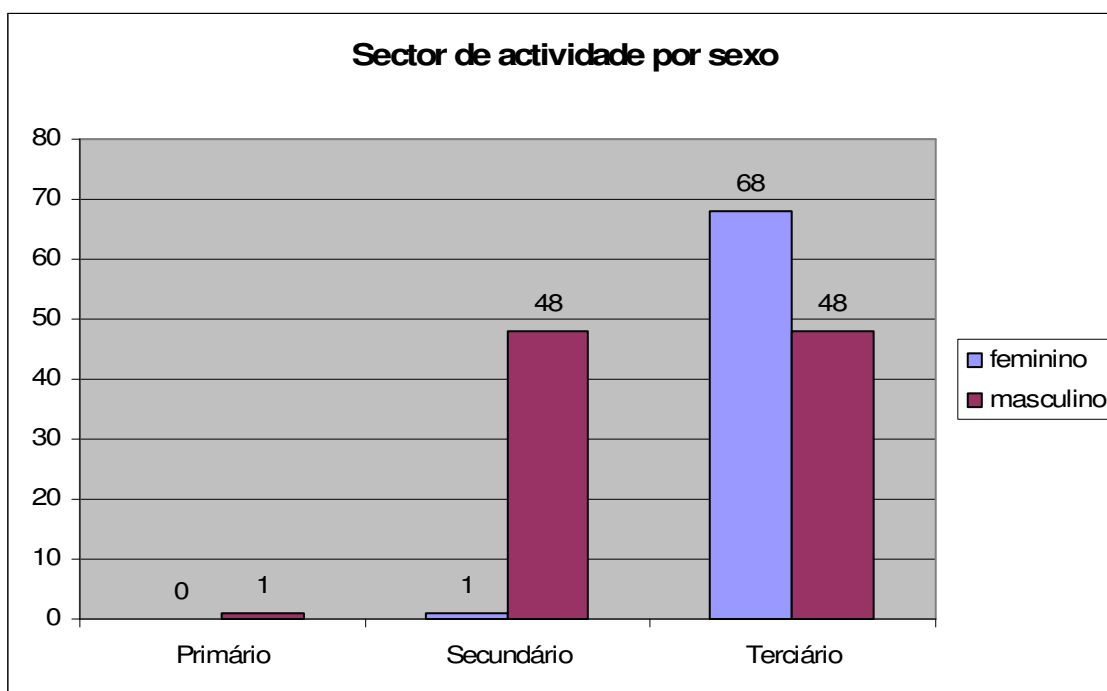


Gráfico 5 – Sectores de Actividade Económica (dividida por sexos) da população residente na Urbanização do Casal do Silva

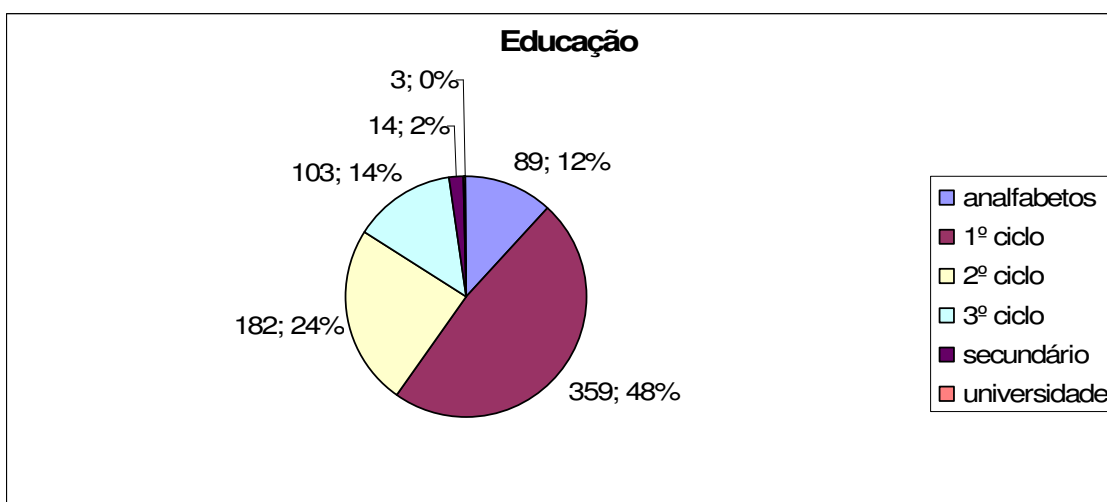


Gráfico 6 – Níveis de Escolaridade/Educação da população residente na Urbanização do Casal do Silva

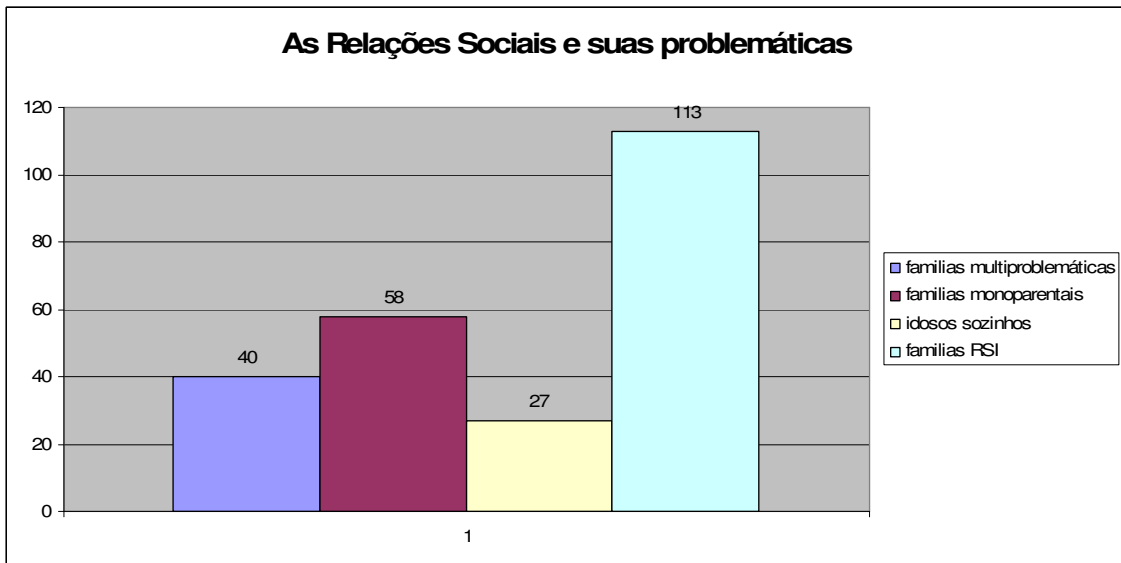


Gráfico 7 – Relações Sociais e principais problemáticas da população residente na Urbanização do Casal do Silva

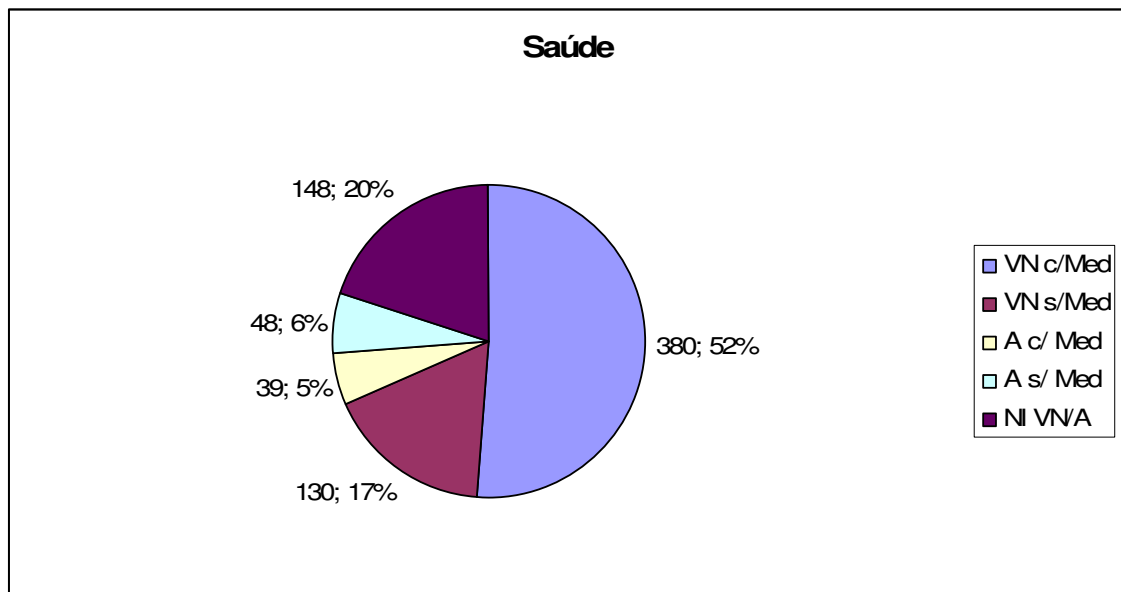


Gráfico 8 – Inscrições nos Centros de Saúde da Venda Nova e Amadora, com e sem médico de família

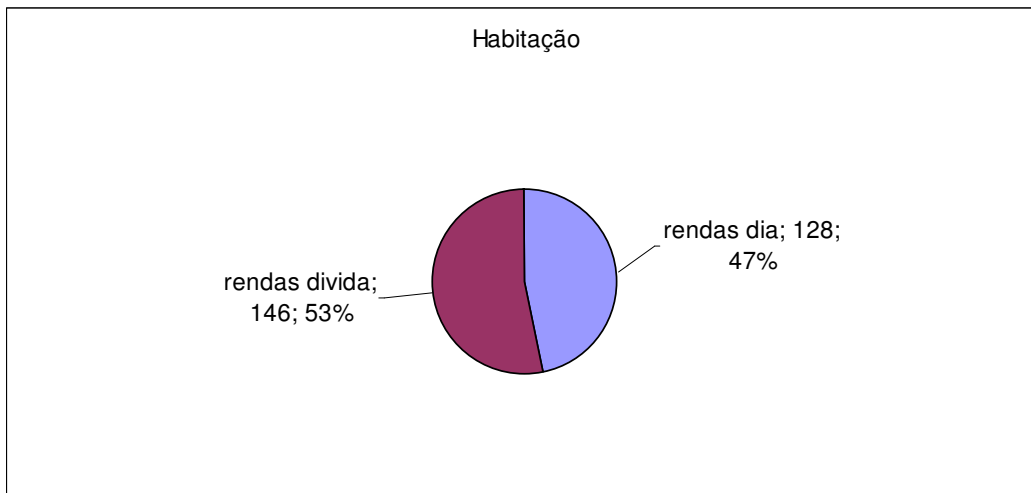


Gráfico 9 – Situações de Rendas de Habitação Social em dia e em dívida da população residente na Urbanização do Casal do Silva

ANEXO 9

Currículo Vitae